EDICION DE
VEINTE PAGINAS

LA TRIBUNA POPULAR

Admin. U.
Redac. U.

ELABORADA Y ADMINISTRACION: CORDOBA, N.º 1235

BOGOTÁ, JUEVES 30 DE MAYO DE 1935

AÑO LVI

Por la paz y la gloria de nuestra Amé

Dos manos que se estrechan, dos corazones que latén al unísono, dos mentalidades que se identifican, dos pabellones que se confunden en el sostenimiento de la intangibilidad de la independencia de los pueblos sudamericanos, dos símbolos que valen y compensan en la representación de la libertad, de la justicia y del amor.

Universidade de São Paulo

MARIA MARGARIDA CINTRA NEPOMUCENO

**A Missão Cultural Brasileira no
Uruguai**

*A construção de um modelo de Diplomacia
Cultural do Brasil na América Latina
(1930-1945)*

Tese revisada

Tese de Doutorado apresentada ao PROLAM
Programa de Pós Graduação em Integração
da América Latina

Linha de Pesquisa: Comunicação e Cultura
Orientadora: Prof^a Dra^a Dilma de Melo Silva

São Paulo, 2015

GRACIAS A TODOS Y POR TODO

LO QUE SOY!

Pertencer à comunidade de pesquisadores do Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo é algo que me enche de muito orgulho. Sou enormemente beneficiada pela convivência com visões diferentes e animadoras sobre a nossa América e com o processo de interação que se estabeleceu, de fato, entre os companheiros, colegas investigadores e professores, ao longo desses anos de doutoramento. De forma que meu primeiro agradecimento é para esses amigos queridos que foram fundamentais para que eu me sentisse parte dessa comunidade de sonhadores que sonham acordados e trabalhando muito.

Destacaria em primeiro lugar a estimada professora orientadora Dilma de Melo Silva, parceira integral, a quem devo a oportunidade, desde o Mestrado, de desenvolver essa pesquisa e usufruir desse aprendizado. Acolhi sempre com muito carinho suas palavras. Parabenizo e agradeço à profa. Lisbeth Rebollo, pela direção democrática e entusiástica do Prolam. Agradeço com carinho à querida professora Vivian Urquidí, pela sua capacidade agregadora, pelo seu estímulo à construção de um pensamento crítico sobre a América Latina. E aos colegas, que desde os tempos da Rita de Cássia, da Regiane, da Graziela, da Juliane, da Sabrina, da Alexandra Oliveira, da Simone Abreu, e mais recentemente, no doutorado, a Iara Machado, a Mayra Coan, a Thaís Oliveira, o Marcos Fávero, a Ana Sofia, a Bruna, a Claudia, a Liana, o Waldo, o Wilbert, o Marcelo, a Flávia e a Paula são pura energia para o meu trabalho. Destaco a parceria sempre presente de Mayra, nas atividades do Prolam e no seu entusiasmo pelas minhas pesquisas, que corriam paralelas às delas, também em torno de “GG”, como chamamos intimamente Getúlio Vargas. Permitam-me um parêntese: conta a história que o gaúcho Batista Luzardo abria sempre os comícios de Getúlio Vargas com a seguinte frase: “Quem vem lá? Quem vem lá?”, repetia, e aí o povo respondia: “Getúlio! Getúlio! Getúlio!” E o show começava!

Quando me encontrava com Mayra, a pergunta era: Qual é a última do “GG”? E sempre havia! Infindáveis as pesquisas sobre “GG” e seu tempo!!!

Lembro e agradeço a todos os meus professores da USP e além da USP, cuja convivência foi frutífera para o meu trabalho: Joana Rodrigues, com a sua caixinha de preciosas dicas sobre o Uruguai e sobre os uruguaios. Segui as suas pegadas! Wagner Iglecias e Cristiano Pinheiro pelo mergulho na América Latina e na herança de seus pensadores, e Horácio Gutiérrez, com as suas precisas sugestões.

Agradeço também a CAPES, pelo suporte financeiro à pesquisa, e ao William e ao Rodrigo, que conseguem manter um astral amigável no PROLAM, apesar dos atropelos.

No Uruguai, tive o privilégio de ser muito bem recebida pelos amigos professores Ana Maria Rodríguez Ayçagüer, do Departamento de História da UDELAR, e suas indicações de todos os livros sobre o Uruguai dos anos de 1930. É dela a expressão “diplomacia anticomunista”, categoria ainda não muito aceita nos estudos das relações internacionais; Adriana Clavijo e Gustavo Arce do Departamento de Relações Internacionais da UDELAR: “*empieces a estudiar Rodó*” foram as primeiras recomendações de Adriana. Agradeço a Paulo Rocca, professor de Literatura Hispânica da UDELAR. Foi dele a sugestão de pesquisar a exposição de livros brasileiros no Uruguai, em 1939, onde tudo começou. Na UDELAR, não posso esquecer-me do auxílio carinhoso da bibliotecária Ana Laura, bem como as impressões da professora Laura Masello, do Departamento de Educação.

Ainda no Uruguai, agradeço imensamente toda a ajuda que recebi dos funcionários e professores do Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño, o ICUB, à Ana Lúcia, à Rejane, responsável pela Biblioteca, cuja atenção no oferecimento de material de pesquisa foi fundamental. Agradeço ainda às queridas Deolinda e Rosana, e, sobretudo, ao professor Severino Cunha Farias, diretor na época do ICUB, que me franqueou o acervo do instituto, me abriu portas e contato com demais pessoas. Ele foi testemunha e também protagonista, em seus 40 anos de ICUB, da obra pujante de cooperação cultural entre Brasil e Uruguai.

Agradeço, especialmente, ao Dr. Walter Rela, um dos bolsistas do Programa de Intercâmbio do Brasil nos anos de 1950 e que, como secretário de Manuel Bandeira, desenvolveu um bom trabalho como pesquisador da Literatura Brasileira. Aos estimados Santiago Vitureira, filho do poeta Cipriano Vitureira e de Beba, professora de Português e a primeira bibliotecária do ICUB, bem como à sua esposa Amélia, agradeço imensamente a acolhida em sua adorável casa e o acesso à documentação dos arquivos

da família. Um abraço especial na minha amiga pianista Margot Lugo, vizinha do 504 do Palácio Salvo, com a qual dividi saborosos *bocadillos* e histórias de Villa Lobos no Uruguai.

Agradeço aos arquivistas, verdadeiros timoneiros dos arquivos históricos diplomáticos: falo do uruguaio Álvaro Corbacho, do Arquivo Histórico Diplomático do Ministério das Relações Exteriores, do Uruguai e do senhor Miranda, do Arquivo Histórico do Itamaraty, do Rio de Janeiro. Além dos *moços* do CPDOC do Rio de Janeiro, que guardam a sete chaves as preciosidades de Getúlio, Capanema e a constelação dos anos 30. Supergentis!

Ao Fórum Permanente Arte e Cultura da América Latina, formado há cinco anos por pesquisadores de várias procedências, um agradecimento muito especial pelas oportunidades de envolvimento e compreensão com e sobre as questões da América Latina, pela troca de energias, de entusiasmo pela vida e pelo sortilégio de pensarmos juntas em uma América Latina livre, solidária e soberana! Falo das queridas Mariza, Dilma, Simone, Lalada, Iara, Neide, Sabina, Sylvia, Eline, Mary, Moira, Alessandra, Adriana e Marina.

Ao Tonca, meu querido companheiro, agradecer uma vida inteira seria ainda pouco. Teria que voltar !!! Obrigada pelo seu acompanhamento, pelos seus livros preciosos, pelo seu silêncio ao meu lado, sempre com um livro na mão.

Margarida

RESUMO

Até 1930, os intercâmbios culturais institucionais entre os países da América Latina eram iniciativas isoladas de setores do governo brasileiro e correspondiam, quase sempre, a demandas específicas de indivíduos ou universidades. Com Getúlio Vargas, os intercâmbios ampliaram-se e tornaram-se parte de um programa de cooperação cultural na América Latina conhecido por Missão Cultural Brasileira. Constituída por diplomatas, educadores e intelectuais, as missões contribuíram para levar aos países, inicialmente da Região do Prata, propostas de organização cultural compartilhada em torno da criação de institutos culturais que ensinassem o idioma Português e difundissem a cultura brasileira. No Uruguai, o Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, fundado em 1940, foi muito além disso. Habilitou uruguaios para o ensino do idioma, criou um método pedagógico próprio, editou publicações, incentivou a organização de professores e estudantes que colaboram na difusão da cultura brasileira e uruguaia, disponibilizou o espaço para a formação de redes culturais, tais como as comissões de intercâmbios universitários, os clubes de música, de teatro, de dança. Enfim, durante várias décadas, o ICUB, como é conhecido o instituto, em Montevideu, alinhavou sob o manto da cultura as comunidades de intelectuais e as elites políticas dos dois países. O Brasil (como também o Uruguai) soube se beneficiar da herança cultural fomentada pelas Conferências Pan-americanas, durante as quais se criaram oportunidades para a constituição de um sistema de cooperação cultural entre os países da América Latina. Esta pesquisa visa entender qual foi a motivação do governo de Getúlio Vargas ao transformar as antigas relações culturais, existentes desde (quase) sempre entre os países, em uma Diplomacia Cultural voltada para a América Latina de 1930 a 1945.

Palavras-chave: Missões Culturais Brasileiras; Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro; Conferências Pan-americanas; Diplomacia Cultural; Getúlio Vargas; América Latina.

RESUMEN

Hasta 1930, los intercambios culturales entre los países de América Latina eran iniciativas aisladas de sectores del gobierno brasileño y correspondían, casi siempre, a solicitudes específicas de individuos o universidades. Con Getúlio Vargas, los intercambios se ampliaron y se tornaron parte de un programa de cooperación cultural en América Latina conocido por Misión Cultural Brasileña. Compuesta por diplomáticos, educadores e intelectuales, las misiones contribuyeron para llevar a los países, inicialmente los de la Región del Plata, propuestas de organización cultural compartida en torno a la creación de institutos culturales que enseñasen el idioma Portugués y difundiesen la cultura brasileña. En Uruguay, el Instituto Cultural Uruguayo-Brasileño creado en 1940, fue mucho más allá de eso. El Instituto habilitó a los uruguayos para la enseñanza del idioma, implantó un método pedagógico propio, editó publicaciones, estimuló la organización de maestros y estudiantes que contribuyeron con la difusión de la cultura brasileña y uruguaya, concedió el espacio para la formación de redes culturales tales como las comisiones de intercambios universitarios, los clubes de Música, de Teatro, de Danza, en fin, durante varias décadas, el ICUB, como el Instituto es conocido, en Montevideo, proyectó, bajo el manto de la cultura, las comunidades de intelectuales y las elites políticas de los dos países. Brasil (como también Uruguay) supo beneficiarse de la herencia cultural fomentada por las Conferencias Panamericanas, durante las cuales se crearon oportunidades para la constitución de un sistema de cooperación cultural entre los países de América Latina. Mi investigación tiene por objetivo comprender cuál fue la motivación del gobierno de Getúlio Vargas al convertir las antiguas relaciones culturales, existentes desde (casi) siempre entre los países, en una Diplomacia Cultural orientada hacia América Latina de 1930 a 1945.

Palabras-clave: Misiones Culturales Brasileñas; Instituto Cultural Uruguayo-Brasileño; Conferencias Panamericanas; Diplomacia Cultural; Getúlio Vargas; América Latina.

LISTA DE SIGLAS

ACEBU – Associação Cultural Estudantil Brasil-Uruguai
AHI-RJ – Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro
AHD-MREU – Arquivo Histórico Diplomático do Ministério das relações Exteriores do Uruguai
AH-ICUB – Arquivo Histórico do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro
AGN – Arquivo Geral da Nação do Uruguai
BIBNA – Biblioteca Nacional do Uruguai
CHDD – Centro Histórico e Documentação Diplomática
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.
CPDOC – GC – Arquivo Gustavo Capanema
CPDOC – OA – Arquivo Oswaldo Aranha
CPDOC – GV – Arquivo Getúlio Vargas
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão
ICUB – Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro
MEC – Ministério da Educação e Cultura do Uruguai
MCB – Missão Cultural Brasileira
MCBs – Missões Culturais Brasileiras
MRE – Ministério das Relações Exteriores
OEA – Organização dos Estados Americanos
UPA – União Pan-americana

ÍNDICE DE FIGURAS

Capa -	<i>Jornal Tribuna Popular</i> . Edição extra e colorida. Presidente Gabriel Terra recebe Getúlio Vargas para uma visita ao Uruguai. “ <i>Por la paz y la gloria de nuestra América</i> ”, 31 de maio de 1935.	
Figura 1	– Puentes tendidos para uma mayor vinculación entre Uruguay y Brasil. 5 de junho de 1935.	84
Figura 2	– <i>La Mañana</i> . Chegada da Missão Cultural Brasileira em Montevideú. 22 de outubro de 1936.	99
Figura 3	– Salão de Conferências do ICUB, 1940-1943.	160
Figura 4	– Livros sobre a poesia de Cecília Meireles escritos por Cipriano Vitureira.	186
Figura 5	– Catálogo da Mostra de Portinari em Montevideú, 1947	192
Figura 6	– José Lins do Rego e Missão Cultural Brasileira em Montevideú, 1944... ..	195
Figura 7	– Publicações do ICUB: boletins, folhetos, livros, catálogos e cartazes	200
Figura 8	– Primeiras publicações pedagógicas elaboradas por Antonio Houaiss e Dalton Boechat, 1941-1943.	201
Figura 9	– Intelectuais e artistas uruguaios se confraternizando, 1947-1948.	227
Figura 10	– Chegada de Portinari, Maria e o filho Joao Cândido à Montevideo, 1947. Rodeado por professores e amigos do ICUB.	227

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
------------------	----

CAPÍTULO 1 – RELAÇÕES CULTURAIS NA POLÍTICA EXTERNA DE GETÚLIO VARGAS NA AMÉRICA LATINA.....22

1.1 Tecendo relações culturais na América Latina	22
1.2 Primeiros intercâmbios culturais do Brasil com países da América Latina no contexto das Conferências Pan-americanas	27
1.2.1 Proteção à propriedade literária e artística	31
1.2.2 Criação de bibliotecas latino-americanas	32
1.2.3 Intercâmbio universitário	34
1.2.4 Criação de institutos interamericanos.....	35
1.2.5 I Conferência Interamericana de Ministros da Educação: criação da Universidade Interamericana, no Panamá	36
1.2.6 Latino-americanistas ou pan-americanistas: que modelo seguir? ..	44
1.3 A criação de uma diplomacia cultural no governo de Getúlio Vargas: primeiras diretrizes no âmbito ministerial.....	50
1.3.1 Reformas no Ministério das Relações Exteriores	50
1.3.2 Orientações para o programa pedagógico no exterior	59
1.4 Intelectuais com Getúlio: velhas e novas polêmicas	62
1.4.1 Contra propaganda do Estado Novo.....	72
1.4.1.1 A <i>Revista Seiva</i> e o PCB da Bahia	73
1.4.1.2 Jornal A Democracia, em Rivera.....	76
1.4.1.3 Jornal O Republicano, no Rio Grande do Sul.....	77
1.5 A difusão da cultura do Estado Novo na América Latina: Revista <i>Letras Brasileñas</i>	78
Conclusão do capítulo.....	80

CAPÍTULO 2 – APROXIMAÇÕES POLÍTICAS E CULTURAIS ENTRE BRASIL E URUGUAI.....85

2.1 Intercâmbios culturais com o Uruguai tem início no começo do século XX	92
--	----

2.1.1 Dívida histórica do Uruguai com o Brasil financia os primeiros intercâmbios culturais	92
2.1.2 Rodó recepciona Missão Cultural Brasileira e faz discurso sobre a solidariedade americana	95
2.1.3 Elite intelectual assegura lugar nas primeiras Missões Culturais Brasileiras no Uruguai.....	96
2.1.4 “Augustus” leva os <i>embajadores de la cultura</i> do Brasil	99
2.1.5 Discursos de Getúlio Vargas defendem proximidade cultural no Prata	103
2.1.6 Acordos bilaterais de cooperação intelectual com o Uruguai, durante a VII Conferência Pan-americana de Montevideu	105
2.2 Reunião de países no Uruguai ocorre em clima de golpes e contragolpes	107
2.3 A VII Conferência Pan-americana redimensiona as ações culturais	116
2.3.1 Direito à propriedade intelectual	117
2.3.2 Formação de uma biblioteca continental.....	119
2.3.3 A Cooperação intelectual ampliada e estendida a todos os países.....	122
2.3.4 Conservação de monumentos históricos e peças arqueológicas ...	125
2.3.5 Reescrever a história da América	126
2.4 União Pan-americana coordena encaminhamentos da VII Conferência	127
2.5 A visita de Getúlio ao Uruguai, em 1935: feriado nacional, atentado à bala, festas militares, bailes populares	130
2.5.1 Diplomacia anticomunista aproxima Gabriel Terra e Getúlio Vargas	139
2.5.2 Diplomacia inglesa cria também Instituto Cultural no Uruguai ...	145
2.6 Exposição de livros brasileiros em Montevideu: origem do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro.....	146
Conclusão do capítulo.....	153

CAPÍTULO 3 – O INSTITUTO CULTURAL URUGUAIO-BRASILEIRO:

SINTONIA CULTURAL ENTRE BRASIL E URUGUAI	155
3.1 A fundação do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro: dos livros à concretização de um projeto modelar para a América Latina.	155
3.1.1 Primeiras atividades do ICUB: conferências, cursos, publicações e intercâmbios.....	159

3.1.2 Villa-Lobos e Gilberto Freyre confirmam a força do novo instituto cultural	167
3.1.3 Inauguração do programa pedagógico. Conferências e visita de Di Cavalcanti	176
3.1.4 Cecília Meireles emociona e cria vínculos. A visita da poeta brasileira a Montevideu, em 1944.....	182
3.1.4.1 Encontro de poetas.....	185
3.1.4.2 Cipriano Vitureira: dirigente e articulador do ICUB. Compromisso com uma América Latina unida e solidária	189
3.1.4.3 Gastón Figueira e os poetas brasileiros contemporâneos	193
3.1.5 José Lins do Rego: um diplomata a serviço da palavra corajosa .	194
3.1.6 Publicações do ICUB	198
3.1.8 Orientações Capanema: criar bibliotecas que elevem o espírito e difundam os valores nas nações amigas	206
3.1.9 Organização dos docentes e alunos garantem a participação da sociedade	209
3.2 Missão Graça Aranha: expandir a política cultural do governo Vargas na América Latina. A polêmica em torno da implantação do ensino do Português nas escolas do Uruguai	211
3.3. Governo Vargas: terreno fértil para o desenvolvimento da Literatura	220
3.3.1 Diálogos além das fronteiras culturais	224
3.4 Rede de sociabilidade: participação permanente e temporária.....	226
3.4.1 A receptividade da sociedade uruguaia	230
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	232
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	240
ANEXO	276

INTRODUÇÃO

Desde o começo do século XX, já se encontram registrados nas páginas da História das relações entre países, intercâmbios culturais, ou os chamados tratados de cooperação cultural internacional, entre Brasil e Uruguai, via ações da diplomacia brasileira.

Mas foi a partir dos anos de 1930, com Getúlio Vargas, que teve início uma reorganização no Ministério das Relações Exteriores e a articulação de um programa cultural voltado para os países da América Latina denominado Missões Culturais Brasileiras. No Uruguai, esse programa iniciou-se, primeiramente, com intercâmbios universitários, trocas de livros, feiras culturais, e culminou com a fundação do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, o ICUB, em 1940, que desde essa época centralizou todas as atividades de cooperação cultural entre os dois países.

A preocupação central desse trabalho foi a de entender quais teriam sido as motivações que levaram o governo do presidente Getúlio Vargas a implantar os programas das Missões Culturais Brasileiras (MBCs) em países da América Latina, e em particular no Uruguai. Analisamos as várias ações de cooperação entre Brasil e Uruguai no marco temporal estabelecido na perspectiva de confirmar a estratégia de aproximação política definida pela política externa do Brasil no contexto das reformas ocorridas no período Vargas, de 1930 até o seu afastamento do poder, na derrocada do Estado Novo, em 1945.

A política de cooperação cultural no Uruguai resultou de tratativas diplomáticas, acordos de Estado, convênios, decretos-leis assinados entre países e, portanto, de relações culturais institucionais – ações que, em inúmeras oportunidades, tiveram desdobramentos para além das esferas institucionais. Ainda que a opção tenha sido essa, passagens resultantes desses acordos foram também mencionadas para mostrar o grau de envolvimento dos atores locais, especialmente escritores, ao programa cultural brasileiro. As missões eram formadas não só pelo corpo diplomático do Ministério das Relações Exteriores, mas também por intelectuais de variadas formações e de técnicos

provenientes de institutos brasileiros e universidades, que deram contribuições específicas a esse programa.

Desenvolvemos o presente estudo no sentido de responder sobre as razões que levaram o governo varguista a promover reformas consideráveis na estrutura de seu ministério, a partir dos anos de 1930, para implantar um programa de intercâmbio cultural sistemático em países da América Latina a partir do Uruguai.

Embora ainda não reconhecidas como um programa cultural, especificamente, as MCBs vão se constituir em um conjunto de ações permanentes e sistemáticas arquitetadas dentro da lógica desenvolvimentista do governo de Vargas e de suas estratégias de aproximação com os demais países da América Latina.

Dirigido pelo Ministério das Relações Exteriores em conjunto com o Ministério da Educação e Saúde e com o Departamento de Imprensa e Propaganda, as primeiras missões foram implantadas até a década de 1950 no Uruguai, no Paraguai e na Argentina, e a partir dessa década em muitos países da América Latina, com a participação ativa de intelectuais brasileiros em conjunto com as comunidades culturais desses países. Adotando modelos relativamente padronizados, as MCBs sempre estiveram sob a coordenação de adidos culturais¹ e diplomatas acreditados nas embaixadas brasileiras.

O interesse em estudar os trabalhos das MCBs no Uruguai no período Vargas é resultado de nosso trabalho realizado no Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, o PROLAM,² e surgiu a partir da constatação de que as relações culturais diplomáticas respondiam a aspectos fundamentais da pesquisa que estávamos realizando para o entendimento das ações do artista gravador brasileiro Lívio Abramo no Paraguai na década de 1960. A proximidade com a documentação diplomática revelou que o governo do Brasil, já nos anos de 1930, havia iniciado ações colaborativas na área de cultura com a América Latina, a partir dos antigos convênios

¹ Adido é uma categoria complementar às funções diplomáticas. Normalmente o termo não é atribuído aos agentes diplomáticos de carreira e sim às pessoas que desempenham, junto ao corpo diplomático, ações ligadas à imprensa ou à cultura por determinado tempo. Eram chamados de adidos culturais os encarregados pelo desenvolvimento das missões culturais brasileiras nos países ou os que recebiam uma atribuição específica do governo. No Uruguai e no Paraguai essa função foi exercida por educadores originários das universidades brasileiras.

² O período estudado no Mestrado referiu-se ao período em que o artista brasileiro residiu no Paraguai, de 1962 a 1992, ano de sua morte. *Lívio Abramo no Paraguai: entretecendo culturas* foi a dissertação elaborada para o Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, PROLAM (2007-2010), dentro da linha de pesquisa Comunicação e Cultura, sob a orientação da Profa. Dra. Dilma de Melo Silva.

técnicos e educacionais firmados com alguns países, e que remontavam ao início do século.

No Capítulo 1, denominado “Relações Culturais na política externa de Getúlio Vargas na América Latina”, procuramos demonstrar que os primeiros acordos de cooperação cultural se deram no âmbito das Conferências Pan-americanas e em meio às discussões sobre identidade, imperialismo, cooperação, interação, autonomia e outros temas importantes para a definição do papel do Brasil diante desse contexto.

Apresentamos a agenda cultural das Conferências Pan-americanas e as diversas resoluções aprovadas pelos países para a criação de uma rede cultural interativa entre eles, desde o início da sua realização, em 1889. Confirmamos a ideia de que as Conferências Pan-americanas geraram modelos múltiplos de organização cultural nos países e entre os países e que foram fundamentais para a elaboração de uma política cultural internacional do Brasil. Analisamos as primeiras reformas ocorridas no âmbito da Cultura no Ministério das Relações Exteriores e a decisão do Brasil de adequar a sua estrutura de governo para atender às novas exigências de inserção do Brasil no cenário internacional, pós-crise de 1929.

Discorremos, nesse capítulo, sobre a importância fundamental que tiveram os intelectuais para a reestruturação do Estado brasileiro com Vargas, na criação de políticas para a educação, cultura, assistência social, saúde, trabalho, propaganda, entre outras áreas, bem como os embates entre governo e opositores.

Em “Aproximações políticas e culturais entre Brasil e Uruguai”, Capítulo 2, procuramos mostrar que Brasil e Uruguai colecionam um repertório de centenas de acordos, convênios e tratados que revelavam uma atividade comercial muito intensa. Dois compêndios, elaborados por uruguaios, ambos com o auxílio do Brasil (ICUB e Embaixada do Brasil no Uruguai), ofereceram uma documentação farta, capaz de nos dar a compreender relações antigas entre os dois países.

É no *Legislación Uruguaya sobre Brasil*, de 1978, que está registrado (e confirmado com a documentação diplomática) o primeiro convênio para intercâmbio cultural universitário entre Brasil e Uruguai, elaborado em 1º de agosto de 1921. Antes disso, na década de 50 do século XIX, algumas práticas de cooperação cultural já existiam entre os dois países, como “*donaciones de libros y otros objetos*”, “*becas a*

viajeros calificados”, etc. É o que nos mostrou o *Guia de la Documentación Histórica Diplomática*, editado em 2005.

Apresentamos as primeiras missões enviadas ao Uruguai após os anos de 1930 e a intrigante maneira como o Brasil resolveu o financiamento desse programa às custas do pagamento de uma dívida do Uruguai. Ao menos antes de fundado o Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, o Brasil beneficiou-se de um convênio assinado com o Uruguai, em 1928, que previa que parte da dívida a ser paga pelo Uruguai ao Brasil seria depositada em um fundo denominado Patrimônio Intercâmbio Intelectual e colocada à disposição das políticas culturais dos dois países.

Nesse capítulo, pontuamos dois momentos que impulsionaram as relações entre os governos de Gabriel Terra e Vargas: a realização da VII Conferência Pan-americana, em Montevideu, em 1933, quando o Brasil e o Uruguai assinaram vários acordos culturais, e a visita de Getúlio ao Uruguai, depois de ter passado pela Argentina, quando a sociedade uruguaia confirmou o apreço pelo Brasil. Encerramos esse capítulo falando sobre a feira do livro brasileiro, realizada em 1939, no Uruguai, como base para a fundação, no ano seguinte, do Instituto Cultural. Tentamos mostrar que o início do mais significativo centro cultural que o Brasil criou nesse início de década (que foi, inclusive, modelo para a implantação de outros na América Latina) teve a controversa participação do antigo chefe de Polícia do Distrito Federal de Getúlio Vargas, responsável pela repressão a vários jornais de oposição ao presidente.

Batista Luzardo, médico e deputado gaúcho, desencadeou as reformas na Polícia Federal, em 1931. Sob a sua direção e a colaboração de médicos baianos como Afrânio Peixoto, iniciou-se uma grande mudança que pretendeu implantar nas polícias de todo o Brasil uma metodologia científica de combate ao crime. Esses métodos eram baseados na identificação de certo conjunto de genes e na caracterização dos fenótipos dos chamados perfis de violência. Batista Luzardo não ficou muito tempo na Polícia Federal, deixando seu lugar a Filinto Müller, que completou as reformas. Recebeu o título de embaixador do Brasil em 1937/1938 para implantar-se no Uruguai e, junto à polícia política de Alfredo Baldomir (27º presidente do país – 1938/1942) conseguiu desmobilizar a oposição armada contra Getúlio.

No terceiro e último capítulo, fazemos um detalhado mapeamento dos programas realizados pelo Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, o ICUB, desde a sua fundação em 1940 até 1945, data que marca a saída de Getúlio Vargas do poder.

Discorremos sobre a implantação dos cursos de português à ampliação de um programa cultural que levou para o Uruguai intelectuais como Cecília Meireles, José Lins do Rego, Gilberto Freyre, Villa-Lobos, e mais dezenas de artistas e músicos que estabeleceram vínculos e relações que foram além das simples apresentações. Mostramos que as delegações de intelectuais, médicos e juristas deram continuidade às missões culturais mesmo após a fundação do ICUB, em 1940, e que o Instituto ampliou o programa de intercâmbio universitário com a colaboração de uma entidade criada para esse fim, o IEBU – Intercâmbio Estudantil Brasil-Uruguai.

Analizamos materiais específicos produzidos pelo ICUB, tais como livros, apostilas didáticas, catálogo de mostras de arte e apresentação de concertos musicais, boletins noticiosos, conferências e informativos sobre atividades de natureza variadas, circulares oficiais do Brasil, entre outros, e procuramos estabelecer relações e confirmar em que medida esse programa cultural respondia satisfatoriamente aos propósitos do governo brasileiro. Procuramos encontrar algumas das explicações dessa política de proximidade cultural nas interpretações dos estudiosos da política externa brasileira desse período, sobre as circunstâncias da crise econômica mundial de 1929, que provocaram mudanças significativas na política externa do Brasil em relação aos países da América Latina.

Para esses autores, tais como Luiz Amado Cervo, Clodoaldo Bueno, Gerson Moura e Carlos Guilherme Mota,³ os países da região impulsionaram uma política de modernização econômica e abandono de antigos paradigmas de desenvolvimento, baseados na economia agroexportadora, e se voltaram para novas possibilidades econômicas junto aos países vizinhos. No Brasil, essa nova dimensão econômica estabeleceu uma renovada agenda da diplomacia externa, que se voltou para potencializar as riquezas nacionais e transformar oportunidades econômicas e sociais em benefícios internos ao país. Recorremos também aos historiadores uruguaios, como Ana Frega, Ana Maria Rodriguez Ayçaguer, Benjamín Nahum e Raul Jacob⁴ para entendermos a posição do Uruguai diante desse novo cenário.

³ CERVO, Luiz Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UnB; IBRI, 2002. (Coleção O Brasil e o mundo); MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

⁴ RODRÍGUEZ AYÇAGÜER, Ana Maria. *Entre la hermandad y el panamericanismo: El gobierno de Amézaga y las relaciones con Argentina – 1943*. Montevideo: Udelar, 2004; JACOB, Raul. *El Uruguay*

Se para o historiador Jaime Pinsky⁵ não houve modificações muito significativas nas relações externas do Brasil na primeira fase do governo Vargas, o que para ele só ocorreria a partir da implantação do Estado Novo, no campo da Diplomacia Cultural registram-se muitas reformas na estrutura interna do Itamaraty, voltadas para promover as políticas externas de cooperação cultural, como já foi mencionado.

Ao analisar *As Conferências Pan-americanas (1989 a 1928)*, a historiadora Tereza Maria Spyer Dulci (2013) nos ofereceu um histórico muito rico dessas assembleias, das inúmeras possibilidades de integração entre os países americanos, das contradições e resistências ao discurso pan-americanista, que revelaram o ambiente onde foram construídas as propostas de cooperação cultural de que se valeu Vargas para criar a sua diplomacia cultural para a América Latina. Importantes as reflexões do diplomata e historiador Luis Claudio Villafãne Santos, em *O Dia em que adiaram o Carnaval* e em *O Brasil entre a Europa e a América*, sobre as resistências do Brasil no final do século em se assumir como parte das nações americanas.

Entre as inúmeras publicações que trataram exaustivamente as intrincadas relações dos intelectuais com o governo Vargas, destacaríamos três delas, no campo da História, que têm como ponto de partida o farto material do Centro de Pesquisa de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, o CPDOC. As historiadoras Ângela de Castro Gomes, em *Capanema: o ministro e seu ministério*, e Helena Bomeny, com *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*, reúnem um conjunto de pesquisadores que dão significação à extensa documentação do acervo Capanema do CPDOC e procuram conferir uma dimensão real do que representou para as políticas do governo Vargas a atuação determinada desse mineiro, que acompanhou Getúlio Vargas desde os primeiros tempos de articulação da Revolução de 1930.

A leitura de Mônica Pimenta Velloso, autora de *A brasilidade verde-amarela: nacionalismos e regionalismos paulistas*, situa-se entre as publicações que nos revelam algumas das razões pelas quais intelectuais da corrente modernista denominada “verde-amarelo” foram atraídos para o centro das decisões culturais do governo Vargas após a derrota da revolução paulista de 1932, apesar de terem sido vigorosos opositores

de Terra – 1931-1938. Montevideu: Banda Oriental, 1983; NAHUM, Benjamín; FREGA, Ana; TROCHON, Yvette. *Crisis política y recuperación económica*. Montevideu: Banda Oriental, 2011.

⁵ PINSKY, Jaime. O Brasil nas relações internacionais: 1930-1945. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 337-449.

getulistas. Da mesma autora são as análises dos “Intelectuais e a política cultural do Estado Novo”, de 1987.

Leitura complementar, mas igualmente importante para entender o papel dos intelectuais é *América aracnídea*, da pesquisadora Ana Luiza Berara. Suas análises nos ajudam a entender as adaptações do velho pan-americanismo à nova conjuntura política do Estado Novo, que tem no modernismo nacionalista, dos verde-amarelos, um de seus pilares. É uma das poucas publicações que analisa eventos de cooperação cultural ocorridos na América Latina e mostra como a diplomacia brasileira teceu uma teia de relações entre vários atores políticos e intelectuais ligados direta ou indiretamente à política cultural do governo getulista.

As pesquisas das historiadoras Maria Helena Rolim Capelato sobre circulação de ideias na América Latina nas primeiras décadas do século XX, as de Maria Ligia Prado, bem como as de Maria Lucia Lippi⁶ são igualmente importantes para ajudar-nos a entender as aspirações dos intelectuais naquele início de século. Muitos foram construtores dos pilares políticos do Estado Novo e articuladores do projeto cultural e institucional que objetivava a reafirmação e a difusão dos pressupostos do desenvolvimento defendido por Vargas.

Os arquivos diplomáticos têm farto material que comprova o trânsito entre intelectuais e homens de governo na América Latina, mas a literatura acadêmica sobre o tema não possui uma tradição que valorize a dimensão cultural na história das relações internacionais. Há uma explicação para essa lacuna. Em 1987, Mônica Hertz, pesquisadora do Instituto de Relações Internacionais da PUC do Rio de Janeiro, fez uma avaliação desses estudos e propôs a adoção de uma metodologia multidisciplinar para que as pesquisas pudessem acompanhar a crescente importância da dimensão cultural na agenda da política externa dos países.⁷

Em *A dimensão cultural nas Relações Internacionais: proposta teórico-metodológica*, a autora afirma que os estudos clássicos das relações internacionais

⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Intelectuais Latino-americanos: o “caráter nacional” em questão. *Revista Anos 90*, Porto Alegre: PPGH da UFRGS, v. 16, n. 29, 2009.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Vargas, os Intelectuais e as Raízes da Ordem. IN D’Araujo. Maria Cecília. *As Instituições Brasileiras na Era Vargas*. Rio de Janeiro. Ed. UERJ e Fundação Getúlio Vargas. 1999.p.83-96.

⁷ HERTZ, Mônica. A dimensão cultural nas relações internacionais: proposta teórico-metodológica. *In Contexto Internacional* N°6. Rio de Janeiro, junho-dezembro de 1987.

fundamentados no princípio de soberania dos Estados Nacionais priorizavam os aspectos jurídicos, econômicos, políticos e militares em detrimento das análises das sociedades, dos diversos segmentos sociais, e atores – não necessariamente ligados aos Estados – que geraram campos de interação entre nações. Essa lógica é responsável, segundo Hertz, por criar um abismo teórico entre as análises das sociedades nacionais e o sistema internacional. Diante desse quadro, a socióloga defende a aproximação entre vários campos do conhecimento, valorizando a contribuição de novos referenciais.

Procuramos nos valer também dos estudos dos historiadores das relações internacionais Mônica Leite Lessa e Hugo R. Suppo,⁸ que introduziram o tema da dimensão cultural na historiografia nacional e internacional das relações internacionais confirmando a importância da cultura na política externa como fator tanto de aproximação como de conflito entre Estados. Lessa e Suppo dividiam a mesma preocupação com Hertz ao afirmarem que, embora a cultura não tivesse foro privilegiado na escola *realista* das relações internacionais, esse aspecto ganhara espaços cada vez mais significativos à medida que se constatava que a cultura norteava direta ou indiretamente, a política externa dos países. Somente a partir dos anos 70 do século XX, a dimensão intercultural das sociedades mundiais passou a ser incorporada como novo campo de pesquisa nos estudos das relações internacionais.

Muitos outros livros e textos com novas perspectivas de análise das relações internacionais e da história dos intelectuais no governo Vargas foram importantes para nossas análises. Destacamos os livros: *Conspiração contra o Estado Novo*, de Adriana Bellintani; *Dimensão cultural da integração na América Latina*, de Gustavo Beyhau; *Homem de palavras, homem de letras*, de Braga-Pinto; *Cooperação internacional na América Latina: uma perspectiva histórica*, de Lia Cabrese; *Política externa e desenvolvimento no Estado Novo*, de Francisco Corsi; *Projetos editoriais e exposições do livro no Espaço Latino-americano: intelectuais e trocas culturais – 1930-1940*, de Eliana de Freitas Dutra; *Tempos de lutas e esperanças: a materialização da revista Seiva*, de Daniela de Jesus Ferreira; *Uma lembrança de Portinari*, de Mario Giambiagi; *Cultura nacional e geopolítica brasileira. O pensamento social da geopolítica nacional*, de Athayde José Alexandre Hage, entre outros.

⁸ LESSA, Monica Leite e SUPPO, Hugo R. O estudo da dimensão cultural nas Relações Internacionais: contribuições teóricas e metodológicas. In História das Relações Internacionais: teoria e processos. LESSA E GONÇALVES (orgs). Rio de Janeiro, EdUERJ, 2007.

Dedicamos grande parte da nossa pesquisa à análise da documentação diplomática obtida no Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro e no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério das Relações Exteriores, em Montevideu. Pudemos encontrar nesses dois arquivos os atos institucionais celebrados entre os países no âmbito da cultura; a atuação do Brasil nas Conferências Pan-americanas e as principais resoluções sobre cooperação intelectual entre os países participantes; a VII Conferência Pan-americana realizada em Montevideu, em 1933; o trânsito das Missões Culturais entre Brasil e Uruguai; entre outras documentações importantes.

Não poderia deixar de fazer uma breve reconstituição em torno de alguns discursos proferidos por Getúlio Vargas sobre as relações com os países da América Latina. Palavras simples, diretas e brilhantes na arte de convencimento e na construção de uma imagem de um Brasil pan-americanista, próspero e solidário. Devemos destacar também a importância dos arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, onde encontramos um dos documentos mais significativos para este trabalho: o Catálogo da Exposição de Livros Brasileiros, evento que desencadeou a fundação do ICUB e que revelou as escolhas de Capanema para as mostras de livros do Brasil fora do país. Documento inédito até para o Instituto Cultural do Uruguai. Na Biblioteca Nacional do Uruguai, pudemos encontrar os periódicos, que, analisados junto à documentação, comprovaram o interesse e a aceitação dos uruguaios pela política cultural do Brasil. Jornais como *El Bien Público*, *El País*, *El Diálogo*, *La Tribuna Popular*, *La Mañana* e tantos outros divulgavam com frequência as atividades promovidas pelo Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro na cidade. Deparamo-nos com outras publicações no Uruguai, que, apesar de mais reservadas, davam cobertura aos eventos mais importantes do ICUB, como a *Revista Mundo Uruguayo* e o *Semanário Marcha*. Por fim, obtivemos nos arquivos do ICUB dezenas de catálogos, convites, revistas, folhetos e imagens, discursos rascunhados, premiações, livros publicados, recortes de jornais um amplo material de pesquisa.

Antes mesmo das Conferências Pan-americanas, pudemos identificar diferentes perspectivas em relação ao que se entendia por América Latina, a começar pelo Barão do Rio Branco, cuja visão sobre a cultura e relações externas iniciamos este trabalho.

Capítulo 1

RELAÇÕES CULTURAIS NA POLÍTICA EXTERNA DE GETÚLIO VARGAS NA AMÉRICA LATINA

1.1 Tecendo relações culturais na América Latina

A visão dos estadistas brasileiros sobre os países da América Latina, na passagem do Império para a República, é claramente revelada em publicações, cartas e pronunciamentos oficiais, conforme nos mostra o cientista político Clodoaldo Bueno. O pensamento reinante nesse momento, especialmente entre os monarquistas e republicanos, era de que a monarquia fizera do Brasil um país invejado, próspero e unido e de que as guerras civis nos países vizinhos geravam descrédito para as novas repúblicas que surgiam.⁹ Para Bueno, a permanência das convulsões sociais cobria de vergonha a visão que se tinha dos países hispano-americanos.

O Barão do Rio Branco, ex-senador do Império e herdeiro da tradição diplomática do pai, o Visconde do Rio Branco, não possuía uma visão diferente, mas sabia que a única maneira de manter o equilíbrio de poder no Brasil pós-monarquia era assegurar a estabilidade política da região. Essa foi a motivação que teria levado Rio Branco, já como chanceler da República, em 1902, a procurar se aproximar dos demais países da América Latina, mesmo entre os que mantinham poucas relações fronteiriças com o Brasil. Em 1906, foram criadas legações diplomáticas em países da América Central, muito embora o Brasil não tivesse naquele instante interesses econômicos a desenvolver com países como Costa Rica, Salvador, Honduras etc. Medidas que demonstram que a política de Rio Branco distinguia o Brasil do restante da América, atribuindo-lhe vantagens em torno de vários aspectos, tais como território, economia etc., sem, contudo, isolá-lo (BUENO, 2012, p. 379).

A visão de que o Brasil encontrava-se em um patamar diferenciado dos demais países da América Latina, a proximidade com os Estados Unidos traduzida na implantação de representações diplomáticas em ambos os países,¹⁰ somados ao

⁹ Cf. BUENO, 2012, p. 377.

¹⁰ Em 13 de janeiro de 1905, Brasil e EUA elevaram as suas representações diplomáticas, simultaneamente, cada qual no país aliado, criando as embaixadas: brasileira em Washington e norte-americana, no Rio de Janeiro (Ibidem), concretizando com esses atos interesses econômicos mútuos.

rearmamento naval brasileiro do começo do século XX, fortaleceram a convicção de que o país poderia exercer a liderança do continente.

Para Rio Branco (VIANA FILHO apud BUENO, 2012b, p. 380), interessava ao Brasil cultivar o papel de mediador de conflitos, de mantenedor do equilíbrio continental e de uma equidistância dos conflitos muito específicos dos países, dado que seu prestígio, sua cultura e sua grande extensão territorial faziam-no merecedor, segundo a visão do chanceler, de apresentar-se com o *status* de potência nas altas esferas da política internacional. Usar seu poder de sedução, tal como praticavam os Estados Unidos, e conquistar o afeto e a confiança dos povos vizinhos fariam do Brasil uma liderança com larga influência no continente. Mas, não isoladamente, pensava Rio Branco, o Brasil poderia exercer essa liderança ao lado da Argentina e do Chile (BUENO, 2012, p. 380).¹¹

Esse projeto trouxe para o Brasil momentos de cordialidade entre os países e também de rivalidade, especialmente com a Argentina, que não escondia suas desconfianças da política brasileira. Para a Argentina, persistia a ideia ameaçadora de que o Brasil seria arrebatado por uma espécie de saudosismo de sua condição de Império e que poderia retomar seu curso vocacional de expansionismo à custa de seus vizinhos.¹²

Outro motivo de rivalidade entre Argentina e Brasil era a proximidade de ambos com os demais países do Prata – Paraguai e Uruguai –, em torno dos quais disputavam posições.¹³ Durante dezenas de anos, desde o século XIX, especialmente depois da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), prevaleceu um jogo pendular, de natureza política e econômica, de disputas entre as duas maiores potências da região na relação com os países de menor dimensão. Essas combinações de interesses, muitas vezes simultâneas, ora com Brasil, ora com Argentina, provocavam profundas desconfianças e instabilidade na Região, situação que permaneceria por muito tempo e se agravaria diante da postura de distanciamento adotada pelo Brasil em relação à América Latina.

¹¹ Em 1915, três anos após a morte de Rio Branco, seu sucessor o diplomata Lauro Müller assinou com Chile e Argentina o Pacto ABC inspirado nos projetos originais de Rio Branco.

¹² Cf. MONIZ BANDEIRA, 2010, p. 27.

¹³ As rivalidades entre Argentina e Brasil na Região foram amplamente refletidas na minha Dissertação de Mestrado, publicada em 2013, pela Embaixada do Brasil no Paraguai com o Título *Lívio Abramo em Paraguay: entretejiendo Culturas*, p. 45-69.

Para a historiadora Maria Helena Capelato (apud MOTA, 2000, p. 287-316), a política externa do Império, baseada em diferenciais de superioridade em relação aos demais países da América Latina, não conseguiu resolver pendências antigas registradas desde a metade do século XIX. “As rivalidades e conflitos persistiram e as disputas pelo domínio da região do Prata continuaram”, diria a historiadora, mesmo nos tempos da República, cujos primeiros presidentes priorizaram a recuperação econômica do Brasil e o incremento da defesa nacional com o reaparelhamento do Exército, motivo de novos embates com a Argentina.

Em vários episódios da história quanto às relações diplomáticas entre os países latino-americanos, no início do século XX podemos identificar a presença da Argentina, interpondo-se nas relações externas do Brasil com outros países. Exemplo disso é a questão da redefinição das fronteiras do Brasil com o Uruguai, em 1909, pendência antiga entre os dois países, cuja oficialização se arrastou por um bom tempo devido a uma interferência e à oposição manifesta da Argentina. O episódio, que envolveu expedientes pouco diplomáticos por parte da Argentina e a criação de um folheto supostamente editado por aquele país, denominado *Correndo o véu: segredos da política internacional sul-americana*,¹⁴ revela uma verdadeira campanha de oposição da diplomacia portenha contra a assinatura da revisão do Tratado de Fronteiras e Limites, entre Brasil e Uruguai, assinado originalmente em 1851.¹⁵

Os interesses econômicos relativos ao comércio exterior tinham igual peso. A Argentina não aceitava que Brasil e EUA mantivessem acordos de redução de tarifas alfandegárias e que elas se estendessem aos países da América do Sul. Mas Rio Branco fez com que o governo argentino percebesse que os EUA eram compradores da metade da produção do café brasileiro, e que as reduções de tarifas para as importações norte-americanas, como o trigo, por exemplo, nada mais eram que uma compensação diante

¹⁴ Cf. FRANCO, 2007. A Argentina não queria facilitar ao Uruguai a proximidade com o Brasil, uma vez que a revisão de fronteiras daria a ambas o direito de navegar com seus navios de carga (comércio e armamentos) nas águas do Jaguarão e da Lagoa Mirim.

¹⁵ O tratado de limites entre Brasil e Uruguai foi assinado em 1851 em situação de extrema desvantagem para o Uruguai, uma vez que perderia o direito de navegação nos limites fluviais do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim. Uruguai assina essa convenção com Brasil, mesmo estando em desvantagem, uma vez que estava perdendo terreno no conflito com a Argentina e necessitava de uma proteção militar imediata do Brasil. Após anos de tentativas de renegociação com os governos brasileiros, que levou o Uruguai a reclamar nas instâncias internacionais os territórios perdidos às margens dos rios, finalmente, consegue um acordo com Rio Branco, que resolve assinar um Tratado de Revisão de Fronteiras com Uruguai, cujo teor devolveria àquele país o direito de navegação plena no Rio da Prata (ESPIELL, 1984).

de uma boa parceria.¹⁶ Para Bueno, a Argentina não era boa compradora dos produtos brasileiros em razão “da pouca população e da falta de uma indústria fabril que demandasse matéria-prima nos mesmos níveis daquela da Europa e dos Estados Unidos”. Ao contrário do Brasil, que era o principal importador das farinhas argentinas.

Outra grande questão que deixava os países vizinhos de sobreaviso foi a da corrida armamentista naval do Exército brasileiro a partir de 1905. Para a Argentina, o aumento armamentista do Brasil preconizava uma ambição expansionista ou de preponderância na Região. Para o jornal *La Prensa*, periódico portenho e porta-voz do chanceler Zeballos, opositor da política armamentista de Barão do Rio Branco, o Brasil era imperialista e ambicionava para o país a hegemonia do continente. Segundo palavras do próprio Rio Branco, recuperadas nos estudos de Bueno, Rio Branco acreditava que, para manter o equilíbrio (e a liderança) na Região era preciso mostrar força e desanimar vizinhos mal-intencionados; deveria o Brasil estar aparelhado com todos os elementos de defesa nacional (BUENO, 2012b, p. 390).

Somente em 1915 colocou-se um ponto final na corrida armamentista entre os dois países, restabelecendo o equilíbrio de forças na região. Mesmo diante disso, o jornal *La Nación*, revela-nos que a desconfiança persistia, pois os argentinos previam uma aliança do Brasil com os EUA, de construção de uma “política imperialista”, em que o Brasil seria o facilitador ou intermediário, para que os norte-americanos exercessem, eles sim, a hegemonia continental (BUENO, 2012b, p. 394).

Bueno acredita, entretanto, que Rio Branco almejava uma liderança compartilhada com Argentina e Chile, decorrente daí seu projeto de criação de um pacto entre as nações. O chanceler escreveu em 1904 que estaria

cada vez mais convencido de que uma cordial inteligência entre a Argentina, o Brasil e o Chile seria de grande vantagem para cada uma das três nações, e teria influência benéfica dentro e fora dos nossos países.¹⁷

Quando Rio Branco assumiu o Ministério das Relações Exteriores, a partir de 1902, imprimiu um novo estilo à diplomacia brasileira, apesar de os vizinhos argentinos

¹⁶ Segundo Bueno (2012b), a Argentina comprava do Brasil no começo do século apenas 120 mil sacas, de acordo com números do próprio Rio Branco, divulgados na correspondência diplomática, enquanto EUA importava cerca de 6.100.000 milhões de sacas de café/ano.

¹⁷ *El Diario*, Buenos Aires, 1905, apud Bueno, 2012b.

acreditarem que a política de Rio Branco fosse um prolongamento do que havia sido no Império (BUENO, 2012, p. 381).

Inspirado nos propósitos de Rio Branco, o “pacto de cordial inteligência”, como ele denominou, seria assinado após três anos da morte do chanceler. Na proposta de acordo que fez circular entre os parceiros proponentes da aliança ABC, Rio Branco releva sua preocupação com a segurança e a estabilidade da região. No 11º artigo, propõe o chanceler que:

Sempre que se dê qualquer perturbação da ordem pública, insurreição política ou levante militar em país que confine com alguma das três repúblicas contratantes, tratarão elas, imediatamente, de assentar entre si as providências a tomar, de acordo com os princípios de Direito Internacional, combinando sobre as instruções que devam mandar às suas autoridades civis e militares na fronteira, assim como aos seus representantes diplomáticos, cônsules e comandantes de navios de guerra no país em que tais perturbações se produzirem, de modo a que se evitem atritos ou desinteligências entre os seus respectivos agentes no teatro dos acontecimentos (BUENO, 2012).

Pode-se deduzir dos estudos de Clodoaldo Bueno que a política externa brasileira do início do século, elaborada por Rio Branco, procurou firmar a liderança compartilhada do Brasil com a Argentina e Chile, e que, do ponto de vista comercial, não houve nenhum grande confronto com seus parceiros, especialmente com Argentina, mesmo na questão da redução alfandegária, do início do século.

As premissas que fundamentaram a política externa brasileira, fundada na geopolítica, segundo Bueno e demais estudiosos da Ciência Política, não deixam dúvidas de que os conflitos dos países com o Brasil, especialmente os que se referiam à definição de fronteiras, foram solucionados mediante negociações diplomáticas, quer para manter a paz, o equilíbrio, quer para evitar o surgimento de hegemonias na Região. Esses foram os objetivos principais do Itamaraty nesse momento, como nos revela Fernando Castro (2012, p. 127), ao analisar a importância da *Revista Americana*, uma das primeiras iniciativas de aproximação intelectual do Brasil na América Latina (questão a ser desenvolvida mais adiante).

1.2 Primeiros intercâmbios culturais do Brasil com países da América Latina no contexto das Conferências Pan-americanas

Nesse item trataremos dos primeiros acordos e intercâmbios que o Brasil estabeleceu como parte integrante da união dos países latino-americanos, no âmbito das Conferências Pan-americanas.

É coincidente a opinião de pesquisadores da História das Relações Internacionais que a diplomacia brasileira contribuiu decisivamente na conformação do território nacional brasileiro, desde o Império, por meio de negociações que priorizavam a definição dos limites com outros territórios, a elaboração de tratados de comércio internacional e acordos para o uso dos rios e portos internacionais, e questões herdadas do período da Independência que ainda não tinham sido, satisfatoriamente, resolvidas, como, por exemplo, questões que implicavam o uso da mão de obra africana escravizada.¹⁸

Portanto, eram nessas ocasiões, surgidas em torno dos temas acima mencionados, que o Brasil dialogava com seus pares na região e, mesmo assim, conforme nos revela Villafañe Santos, a política externa brasileira só se consolidaria a partir de 1850, quando alguns acordos entre países se tornaram princípios regionais e passaram a nortear as políticas entre os Estados.¹⁹

Diferentemente e até contrário ao que se passava com os países da América, onde o sentimento de edificar sociedades independentes da Europa mobilizava as novas repúblicas, o Brasil fizera a escolha monárquica, no ato da Independência, autodenominando-se Império e retardando em mais de 70 anos a possibilidade de acercar-se, como igual, aos interesses da região. Ser o único Estado monárquico entre a quase totalidade de repúblicas criou uma predisposição de resistir às propostas que começavam a despertar com as ideias interamericanistas e que no final do século XIX e início do século XX tomariam corpo com o pan-americanismo de inspiração monroísta.

É interessante que se reafirme que essa predisposição em não identificar-se com o “outro” era mútua e resultante de uma desconfiança recíproca entre as ex-colônias

¹⁸ Cf. SANTOS, 2004, p. 22; DULCI, 2013, p. 26.

¹⁹ Santos cita como exemplo a adoção do tratado denominado *Uti Possidetis*, depois do processo de Independência das nações, que determinava as normas para a definição de limites territoriais entre Brasil e países vizinhos; ou a questão do Tratado de Navegação, em 1866, que resolveu as normas restritivas impostas pelo Brasil aos países para a navegação da Bacia Amazônica (SANTOS, 2004, p. 22-23).

espanholas e o Império brasileiro (BUENO, 2012). Portanto, a expressão “estar de costas à América Latina”, utilizada à exaustão por historiadores para definir o distanciamento do Brasil do restante da América do Sul, exprime também o sentimento de seus vizinhos em relação ao Brasil. Desde Bolívar, quando formalizou-se a proposta de formação de uma confederação das novas repúblicas, o Brasil Império e escravista²⁰ não é incluído nesse projeto, ao menos inicialmente, como demonstram vários historiadores. Quando o poeta colombiano Torres Caicedo mencionou pela primeira vez a expressão “América Latina” em seu livro *Las dos Américas* e, posteriormente, em textos escritos em 1861 e 1865, atrelando a expressão à ideia de união dos países latino-americanos, somente os países de língua hispânica estavam contemplados (SANTOS, 2012, p. 61). Bolívar teria se oposto diretamente à entrada do Brasil, temendo que o país monárquico invadisse as repúblicas vizinhas ou facilitasse a ação da Santa Aliança, coligação de impérios ou ex-impérios europeus (Espanha e Portugal inclusos) empenhados em retomar suas ex-colônias.²¹

Antes da primeira conferência pan-americana, em 1889, várias outras foram realizadas na América promovidas pelos países de língua hispânica, mas o Brasil pouco se interessou em participar. Para Luiz Claudio Villafañe, “a ideia de união e confederação com os países hispânicos seria a própria negação da autoimagem do Império” (SANTOS, 2004, p. 100). Às vezes mandava representantes, sem, contudo, aderir às políticas de autonomia dos países participantes. Por ocasião da discussão de criação de um direito internacional americano, em Lima (1877-1879) e Montevideu (1888-1889), proposta apresentada por juristas dos países hispânicos, uma indiscutível manifestação de autonomia jurídica dos países latino-americanos, o Brasil recusou-se a

²⁰ Nunca é demais rememorar que o Brasil foi o último país da América Latina a libertar os povos africanos escravizados, depois de México, Bolívia, Argentina, quase 100 anos após o Haiti, entre todos. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/zbarros/abolio-da-escravido-nas-amricas-13189367>>.

²¹ Carta de Bolívar à Santander em 23 de janeiro de 1825:

“De Olaneta não sei ainda nada; mas temo que trate de enganar-nos de acordo com o imperador do Brasil. Soube que os espanhóis se haviam posto de acordo com aquele príncipe para ligar seus interesses sob os auspícios da legitimidade. Ademais, eu sei que ao Brasil chegaram dois mil alemães e que vêm seis mil russos a sustentar o partido monárquico. Também parece certo que o rei de Portugal chegou a um acordo com seu filho, o príncipe do Brasil; tudo com o fim de legitimar a América Meridional. Por desgraça o Brasil limita com todos nossos estados; por conseguinte tem facilidades muitas para fazer-nos a guerra com sucesso, como o queira a Santa Aliança. De fato eu penso que será agradável a toda a aristocracia europeia que o poder do príncipe do Brasil se estenda até destruir o germe da revolução” (BOLÍVAR apud ALEIXO, 1983).

assinar.²² Com perda do sentido político, que estava na base da luta integracionista de Bolívar, e a substituição por um projeto de dimensão econômica engendrado pelos norte-americanos, tendo também em vista a nova estrutura de poder do Estado brasileiro pós 1889, o Brasil passou a participar das Conferências Pan-americanas dirigidas por Washington.²³ Que interesses específicos teriam movido os EUA a articular durante cerca de 60 anos essas conferências?

No final do século XIX, os EUA passaram a exercer papel proeminente no mundo, iniciando uma política de articulação com os países sul-americanos e centro-americanos, motivados por razões políticas e econômicas, sendo as principais: a interferência das nações europeias na América do Sul, estremecidas pela Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai contra Paraguai, 1865-1870) e a Guerra do Pacífico (Chile contra Bolívia e Peru, 1879-1883); bem como a iniciativa francesa de construção do canal do Panamá, que facilitaria, por certo, o fluxo europeu na América do Sul através daquela região.

Outro grande motivo a ser considerado é o expansionismo industrial dos EUA pós-Guerra Civil (1861-1865) (SANTOS, 2004, p. 64). Aglutinar os interesses dessa parte do mundo e combinar demandas específicas dos países sob o protecionismo norte-americano em torno das Conferências garantiria fluxo comercial compatível com o acelerado desenvolvimento industrial e hegemonia política norte-americanos. A “jovem nação”, como se refere Bueno,²⁴ já como a maior economia do planeta, reivindicou sua integração no rol das grandes potências e procurou formar sua esfera de influência, interpondo-se na América do Sul, na América Central e nos países do Caribe.

Não foi uma política de fácil implantação, segundo ficou esclarecido no cuidadoso trabalho desenvolvido por Tereza M. Spyer Dulci (2013) sobre os embates travados entre os representantes dos países latino-americanos e o governo dos EUA

²² Ler mais sobre os Congressos ocorridos na América Latina anteriores à Conferência de Washington em: SANTOS, 2004, p. 74-107.

²³ Houve nove Conferências Pan-americanas: a primeira, em Washington (1889-1890), sucedida por México (1901-1902); Rio de Janeiro (1906); Buenos Aires (1910); Santiago do Chile (1923); Havana (1928); Montevideu (1933); Lima (1938); e a última ocorreu em Bogotá, em 1948, quando houve a criação da OEA (Organização dos Estados Americanos). Cf. DULCI, 2013; SANTOS, 2003. Em 1943, houve no Panamá uma conferência, com representação da maioria dos países americanos, patrocinada pela União das Repúblicas Americanas, que foi a 1ª Conferência Interamericana dos Ministros e Diretores de Educação das Nações Americanas.

²⁴ Cf. BUENO, [s.d.], p. 3. Disponível em:

<http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4287&Itemid=316>. Acesso em: 12 abr. 2015. Mesmo texto na Revista de Política Externa da FUNAG. 2004.

durante a realização das Conferências Pan-americanas. A historiadora analisa desde a primeira conferência, realizada em 1889, até a sexta, de 1928, e mostra, por meio de uma extensa documentação, como foram os embates entre pan-americanistas, alinhados com os EUA, e latino-americanistas, com posições e projetos mais independentes de desenvolvimento. Esse estudo revela que, embora os EUA fossem hegemônicos no transcurso das conferências, perderam posições em muitos momentos, especialmente quando as questões colocavam em xeque os interesses dos países latino-americanos.

Mesmo o Brasil, francamente posicionado a favor dos EUA, não os apoiou integralmente, conforme mostra Dulci. A proposta de união aduaneira, apresentada logo na primeira conferência, é um bom exemplo desse embate. Os delegados dos países rejeitaram a proposta, inclusive o Brasil, por acreditarem que essa medida só traria benefícios para a América do Norte.

Nessa mesma ocasião, ficaram registradas na história das conferências as palavras do delegado argentino Roque Saénz Peña,²⁵ proferidas em contraposição ao discurso hegemônico pan-americanista – “A América para a humanidade” – e refutando a máxima que identifica a doutrina monroísta “a América para os americanos”. Essa posição marcou com isso uma profunda inflexão entre os interesses latino-americanos e norte-americanos (DULCI, 2013, p. 22).²⁶ Para Evaristo San Cristoval, historiador peruano da primeira metade do século XX, pertencente ao Instituto Histórico do Peru, as palavras de Saénz Peña repercutiram em todo o mundo, durante muito tempo:

*(...) por muchos días las frases de Saénz Peña estuvieron sobre el tapete, y que ellas dieron ocasión a que en el concierto de la prensa mundial, se le juzgase como debía, destacando a su autor que había dicho lo que pensaba sin disimulos ni reticencias, enfrentando gallardamente su parecer, traducido en una doctrina amplia y liberal, contrapuesta en todo a la de Monroe, limitada y estrecha (SAN CRISTOVAL, s/d, p. 9).*²⁷

²⁵ Roque Saénz Peña foi presidente da Argentina de 1910 a 1914.

²⁶ Roque Saénz Peña, filho de Luiz Saénz Peña, também presidente (de 1892-1895), posicionou-se contra a proposta aduaneira dos EUA. A frase por ele cunhada *La América para la Humanidad* e seu posicionamento contra o protecionismo reivindicado pelos EUA, criam de fato, como bem observou Tereza M. Dulci, uma tradição de resistência que se seguiu na história das relações internacionais entre EUA e Argentina.

²⁷ Presumivelmente, esse texto foi escrito entre os anos 1940 e 1950, como as demais biografias de militares do autor.

É importante que as polêmicas surgidas entre pan-americanistas e latino-americanistas, que marcaram a realização dessas assembleias, sejam situadas dentro de um cenário de perda da influência da Inglaterra diante dos países da América Latina para os EUA, bem como da expansão da nova potência também na América Central e no Caribe. O embate entre as duas potências, Inglaterra e EUA, envolveu e mobilizou os interesses dos países circundantes.

A própria Argentina, na condição de aliada da Inglaterra, opôs-se à união alfandegária proposta pela América do Norte, alinhando-se radicalmente contra o intervencionismo daquele país em outras regiões da América. Os EUA não obtiveram conquistas econômicas nas primeiras assembleias, mas avançaram no seu projeto de liderança política, já que conseguiram a aprovação dos países-membros para a criação de um organismo que centralizaria as resoluções das conferências, denominado União Internacional das Repúblicas Americanas, com sede no Departamento de Estado dos EUA, em Washington.²⁸ Esse organismo passaria a decidir sobre as agendas das conferências e a encaminhar as resoluções tomadas pelos países até a última assembleia realizada em 1948, quando se deu a formação da Organização dos Estados Americanos (OEA).

1.2.1 Proteção à propriedade literária e artística

Conforme levantamento realizado nos arquivos do Itamaraty do Rio de Janeiro, pode-se concluir que, desde a I Conferência Pan-americana, realizada em Washington, as questões culturais – consideradas aqui como a discussão de bens literários (livros, bibliotecas), projetos pedagógicos para implantação nos países e serviços técnicos e de difusão cultural, além de intercâmbios universitários – receberam atenção dos delegados dos países participantes. Muitas vezes, de acordo com a complexidade do tema apresentado, as discussões prolongavam-se e as resoluções, sobre aquele determinado tema, eram aprovadas somente após duas ou três conferências. Caso, por exemplo, das questões concernentes ao direito da propriedade literária e artística, cujo tema surgiu na

²⁸ Na III Conferência Pan-americana, realizada no Rio de Janeiro, em 1906, decidiu-se sobre a reorganização da Secretaria Internacional das Repúblicas Americanas. A Secretaria Internacional teria de ser composta por uma comissão de fiscalização, sendo seu presidente, segundo o artigo 6 dessa resolução, o secretário de Estado americano. Esse cargo seria permanentemente ocupado pelo secretário de Estado norte-americano.

IV Conferência Pan-americana, sediada em Buenos Aires, em 1910,²⁹ e posteriormente na V Conferência, de Santiago do Chile, em 1923, no item das Resoluções. Aprovada primeiramente como convenção,³⁰ em 1910, em Buenos Aires, e depois como resolução, na V Conferência, em Santiago do Chile, em abril de 1923, os princípios de proteção ao direito da propriedade literária e artística passaram a ser incorporados nas legislações dos países.³¹ Em seu artigo 2º, ficaram definidas as modalidades de obras que são contempladas pelos direitos autorais. Delas fariam parte não somente as obras artísticas, em seu sentido estrito (textos teatrais, musicais, desenhos, gravuras e outros), como também textos literários técnicos e científicos:

Na expressão “Obras Literárias e Artísticas” se compreendem os livros, escritos, folhetos de toda a classe, qualquer que seja a matéria de que tratem, e qualquer que seja o número de suas páginas; as obras dramáticas, dramático-musicais, com ou sem palavras, os desenhos, as pinturas, as esculturas, as gravuras, as obras fotográficas, as esferas astronômicas e geográficas, os planos, os croquis, os trabalhos plásticos, relativos à geografia, geologia, topografia, arquitetura ou qualquer ciência, e, finalmente, toda a obra que se puder publicar por qualquer meio de impressão ou reprodução.³²

1.2.2 Criação de bibliotecas latino-americanas

Alguns temas não constavam no programa, mas eram apresentados por alguma comissão temática, deliberados e encaminhados para discussão nos países. Como o caso da criação de bibliotecas latino-americanas, proposta apresentada pelas delegações da

²⁹ AHI-RJ. Maço 273.3.16. p. 48. Conferência Pan-americana de Buenos Aires.

³⁰ Convenções, resoluções e recomendações, uma distinção necessária: *cabe aqui uma explicação simplificada do significado de alguns termos usuais desses acordos institucionais. Segundo normas utilizadas hoje nas conferências da Organização Internacional do Trabalho (OIT): “1) a convenção contém normas que podem ser objeto de ratificação pelos Estados-Membros; 2) a recomendação utiliza-se para matéria que não seja apropriada no momento para ser objeto de convenção (ou porque não foi amplamente discutida, ou porque se apresenta incompleta, etc.; 3) a resolução é uma simples sugestão para que os Estados-membros adotem as medidas sugeridas.* (FONTOURA; GUNTHER, 2001).

³¹ Coube também a essa Conferência votar a criação de duas secretarias internacionais para dar andamento às resoluções sobre o tema, denominadas de Secretarias da União Internacional Americana para a proteção da propriedade intelectual e industrial, uma com sede em Havana e outra no Rio de Janeiro. A proteção da propriedade de bens culturais e industriais obedeceria a um único regulamento, criado por Cuba e Estados Unidos e aprovado em assembleias pelos países da União. AHI-RJ. Atas e Contas. Maço 273.3.16.

³² Da quarta para a quinta conferência, deu-se a Primeira Guerra Mundial, responsável pela interrupção das conferências, que seguiam já um intervalo pouco regular – de quatro, cinco anos –, e no caso da quarta para a quinta, foram 13 anos. Cf. DULCI, 2013.

Nicarágua e da Guatemala, na V Conferência Pan-americana do Chile, que recomendava a troca de publicações produzidas em cada país e o intercâmbio de cartas geográficas, planos topográficos, para a troca de conhecimentos dos territórios vizinhos. Sugeriam ainda os países signatários, que, enquanto não se implantassem as bibliotecas, poderiam ser criados nichos específicos dentro das bibliotecas já existentes em cada país, destinados à literatura latino-americana³³

Cerca de 30 anos antes, durante a I Conferência, ocorrida nos EUA, foi aprovada a criação de uma biblioteca geral latino-americana com a cooperação de todos os países, que enviariam seus acervos literários ao local destinado à biblioteca, que seria doado pela Secretaria de Estado americano, em Washington.³⁴

As Conferências Pan-americanas geraram modelos variados de organização interna nos países e entre os países da América Latina, motivando a realização de congressos e encontros paralelos e setoriais, técnicos e políticos, muitos dos quais resultantes das resoluções finais aprovadas pelos delegados.³⁵

Em 1916, quando a Argentina comemorava seu primeiro centenário de independência, o governo promoveu um Congresso Americano de Bibliografia e História e uma Feira de Livros, sob a justificativa de que a proximidade entre intelectuais da região contribuiria para dissipar mal-entendidos históricos. Em convite enviado pelo presidente do Congresso, Nicanor Sarmiento, ao Brasil ele assim se expressou:

(...) disiparía muchos prejuicios equívocos, ocasionados por el desconocimientos mutuos intelectuales entre las repúblicas americanas y por el alejamiento o la carencia de un intercambio bibliográfico, que nos hace que vivamos en contacto más directo con

³³ Resolução de 26 de abril de 1923, durante a V Conferência, no Chile. Aprovada na 8ª sessão da Conferência. Número 25 da Ata Final. AHI-RJ.

³⁴ AHI-RJ. Atas e Contas, 1906. Maço 273.3.16. p. 49.

³⁵ Durante as Conferências Pan-americanas, foram registradas dezenas de outras conferências e congressos em vários países, muitos dos quais para encaminhar questões votadas nas assembleias gerais, como: Congresso dos Estudantes, Congresso Médico, Conferências Sanitárias, Congresso Pan-americano da Criança, Congresso Pan-americano de Arquitetura, Congresso Sul americano de Estudos Ferroviários, Conferência Feminista, Congresso Interamericano de Futebol, Conferência Sul-americana de Higiene, Microbiologia e Patologia, Conferência Latino-americana de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, Congresso de Odontologia, Congresso Sul-americano de Química, Conferência Interamericana de Bibliotecários, entre outras. AHI- RJ. Maço 273.3.20. Podemos citar também o IV Congresso Pan-americano *del Niño*, realizado em Santiago do Chile, em 1924 (NUNES, 2008).

*la lejana Europa, que con nuestros vecinos y hermanos los pueblos de América.*³⁶

Junto ao convite para a participação do Congresso, a Argentina inaugurava uma exposição de livros que seriam a base da Biblioteca Internacional Americana, proposta específica apresentada pelos portenhos, e, para isso, convidava também a delegação do Brasil a enviar as publicações brasileiras para fazer parte do acervo.

Apesar de constar como delegados representantes da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) de São Paulo, Museu Nacional, Museu Paulista, e outras, o governo brasileiro não compareceu a esse congresso, alegando “falta de autorização do Legislativo”.³⁷

1.2.3 Intercâmbio universitário

Em quase todas as conferências, a cooperação cultural entre as universidades das repúblicas americanas era considerada um caminho factível e ao mesmo tempo enriquecedor para promover a interação entre países. Na Conferência de 1923, em Santiago, itens correlatos foram discutidos e aprovados entre os países signatários: a realização de conferências universitárias, de congressos de estudantes, estímulo à educação prática (cursos profissionalizantes) para as artes, o comércio e a indústria e inclusão no programa de ensino primário de matéria denominada “Fraternidade Continental”.³⁸ Discutiu-se, mas não se decidiu nesse momento, a unificação dos estudos universitários e a equivalência de títulos profissionais entre as universidades. Não houve, por certo, consenso entre os delegados.

Como já mencionado, o programa de intercâmbios de alunos e professores era um tema com certa tradição entre os países participantes. Em agosto de 1910, durante a IV Conferência, em Buenos Aires, quando um dos delegados era o poeta Olavo Bilac, os países propuseram-se a estudar os critérios para os intercâmbios de alunos e professores das universidades americanas de tal forma que essas instituições de ensino deveriam facilitar as condições necessárias para receber e enviar seus professores a

³⁶ AHI-RJ. Maço 273.3.20. Ofício da Argentina (Nicanor Sarmiento) para o Brasil convidando para o Congresso de Bibliografia.

³⁷ AHI-RJ. Maço 273.3.20.

³⁸ 10ª sessão da V Conferência Pan-americana, em Santiago do Chile, 28 de abril de 1923. Resolução 34 da Ata Final. AHI-RJ. Maço 273.3.20.

universidades de outros países, ficando os custos do intercâmbio de professores e alunos aos países de origem. O intercâmbio de estudantes seria franqueado aos interessados, que seriam isentos de taxas acadêmicas nos países anfitriões.³⁹

1.2.4 Criação de institutos interamericanos

Durante o transcurso da Conferência de Havana, em 1928, foi criada uma nova instituição cultural, denominada Instituto Pan-americano de Geografia e História, com sede na cidade do México, cujo local foi também fruto da decisão do conselho diretor da União Pan-americana, o órgão administrativo das conferências. O Instituto teria a finalidade de sistematizar as várias propostas de intercâmbios culturais apresentadas nas diversas assembleias anteriores e seria regulamentado em um prazo de até dois anos, contados a partir da data de aprovação dos delegados. Oito artigos deveriam dar suporte à criação desse organismo cultural: o prazo de dois anos para a convocação de um congresso de reitores e universitários para estudar as propostas apresentadas pela comissão responsável e definir os estatutos permanentes; esse Congresso deveria considerar as propostas já apresentadas pelas delegações do Uruguai, do México e de Cuba; a União Pan-americana deveria se informar com os países participantes sobre a quantidade de bolsas que dispõem para receber estudantes estrangeiros e de quais professores dispõem para enviar para fora do país; uma das sugestões é que fossem criadas cadeiras especiais para o estudo dos idiomas oficiais da conferência (inglês, francês, português e espanhol), bem como cadeiras específicas de estudos de Literatura, Legislação Comercial, História das Relações Comerciais e Diplomáticas das Repúblicas Americanas.⁴⁰

Seriam três os objetivos desse Instituto:

- 1) ativar e sistematizar o intercâmbio de professores e estudantes, tanto universitários, como secundários e primários, entre os diversos países americanos;

³⁹ 14ª Resolução da IV Conferência Pan-americana, de Buenos Aires, 18 de agosto de 1910. AHI-RJ. Maço 273.3.20. Nas pesquisas sobre as relações culturais entre Brasil e Paraguai, ressalta-se como um dos programas mais exitosos da Missão Cultural Brasileira o programa das “becas de intercâmbio cultural universitário”, que movimentou os meios universitários dos dois países, especialmente nos anos de 1950, quando a OEA se dispôs a complementar financeiramente esse programa. Ler mais em NEPOMUCENO, 2012, p. 119-121.

⁴⁰ AHI-RJ. Artigo 2º da Resolução de 18 de fevereiro de 1928. Maço 273.3.17.

- 2) fomentar nas escolas secundárias e superiores de todos os países americanos a criação de cadeiras especiais de História, Geografia, Literatura, Sociologia, Higiene e Direito, especialmente dos países signatários;
- 3) prestigiar a criação de Cidades Universitárias ou Casa do Estudante nos países da América.

1.2.5 I Conferência Interamericana de Ministros da Educação: criação da Universidade Interamericana, no Panamá

O Programa da I Conferência de Ministros da Educação dos países americanos, realizada em outubro de 1943, no Panamá, no intervalo entre as conferências de Lima (1928) e de Bogotá (1948), demonstra que as questões educativas – que perpassaram quase todas as Conferências e que até aquele momento restringiam-se somente aos intercâmbios universitários, apesar das muitas propostas e projetos apresentados pelas delegações – voltam a mobilizar os países, dessa vez, em torno de uma proposta de integração mais sólida e mais complexa organicamente, que levasse em consideração situações particulares e necessidades diferenciadas dos países da Região.⁴¹

Três grandes eixos temáticos sintetizavam o Programa da I Conferência de Ministros da Educação:⁴²

- a) O primeiro deles foi denominado Filosofia da Educação e problemas técnicos decorrentes. Em torno desse eixo, os princípios e as bases que deveriam fundamentar a organização de sistemas educacionais conjuntos, entre países, deveriam levar em conta os tempos de guerra (a Segunda Guerra Mundial somente acabaria em 1945); as estruturas econômicas e sociais das repúblicas do Continente; os ideais republicanos e democráticos dos países; os sistemas privativos de ensino; os fatores condicionantes do analfabetismo em cada localidade; a educação do adulto e do indígena; enfim, as características históricas, linguísticas e culturais de cada nação que se dispusesse a participar da construção de um sistema educativo conjunto;

⁴¹ AHI-RJ. Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas. Panamá, 1943. Maço 33.282.

⁴² AHI-RJ. Anexo I. Programa da I Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas, Panamá, 1943. Maço 33.282.

b) O segundo eixo apresentava propostas mais concretas, já veiculadas em outras conferências, visando a “proximidade entre os povos do ‘hemisfério’ via intercâmbio cultural”. Fazia parte desse segundo eixo a definição dos Estatutos da Universidade Interamericana, cuja ideia havia surgido na Conferência de 1928, em Havana; de Intercâmbios de publicações educativas; da Fundação de uma Cidade Universitária Interamericana no Panamá; da transferência de Estudantes entre as Universidades da América; do ensino da História, Geografia, Literatura e das Artes dos povos da América; além de definir sobre a fundação de bibliotecas, escolas, museus e universidades de cada país, em benefício de professores e estudantes das Repúblicas Americanas;

c) O terceiro grupo de discussão do Programa teria como fim a definição da “educação artística e coordenação dos sistemas educativos americanos”.⁴³ Nesse eixo, o “folclore” tinha uma posição de destaque para a recuperação das artes e dos fazeres originais dos povos que seriam difundidos como valores culturais aos estudantes. A pesquisa musical autóctone receberia atenção especial. Deveria ser organizada através do Instituto Interamericano de Música Folclórica, e seu acervo, repassado aos estudantes através de práticas musicais. Os monumentos dos países e as relíquias arqueológicas deveriam ser conservados e restaurados sempre que necessários, com o fim de edificar o patrimônio histórico e cultural dos povos. Para os intercâmbios universitários, pensou-se em uma política de equiparação de títulos acadêmicos e a unificação de grades de disciplinas entre os programas de intercâmbio, e, para facilitar a comunicação e adaptação dos bolsistas em outros países, pensava-se em derrubar as barreiras da língua com cursos de idiomas específicos.

O Congresso tinha como um de seus objetivos fazer com que as resoluções tomadas na VII Conferência Pan-americana, ocorrida em Montevideu, em 1933, fossem cumpridas, sobretudo nos itens que decidiam sobre a exposição de material didático com temas ligados aos países latino-americanos e a apreciação do material que estaria sendo utilizados pelos países com o fim de difundir uma cultura regional.

Seriam criados ao final desse congresso o Bureau Interamericano de Educação e a Associação Interamericana de Educação.

⁴³ Idem.

Para essa Conferência, a delegação do Brasil, por meio do Chefe da Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores (MRE), dispôs-se a pleitear o ensino da língua portuguesa no programa de ensino secundário das escolas dos países da América.⁴⁴ Pleiteava igualmente o Brasil o direito à seleção de professores que ministrariam as cátedras e cursos de História, Geografia, Antropologia, Linguística e Sociologia e que abordassem temas ligados à América de origem portuguesa. Além dessas cátedras, cuja responsabilidade deveria ser regida por estatuto, a delegação brasileira reivindicava para si a responsabilidade de matérias acadêmicas sobre as quais o Brasil era reconhecidamente competente, segundo enfoque diplomático, que eram o Direito Civil, o Direito Social e a Medicina Tropical.⁴⁵

A I Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas realizada no Panamá, de 27 de setembro a 4 de outubro de 1943, ocorrida por decisão do Conselho da União Pan-americana, em Washington, teve a importância de sintetizar um longo período de negociação entre as nações latino-americanas no campo da cultura. Muitas recomendações, acordos, convenções e resoluções aprovadas pelas delegações presentes eram, na verdade, sínteses já discutidas e aprovadas pelas conferências anteriores, como, por exemplo, a radiodifusão como veículo educativo e comunicacional da maior relevância a ser adotado pelos países, decisão tomada conforme resultado da VIII Conferência de Lima, de 1938. Só por esse motivo, o de ter sido a conferência da síntese cultural-pedagógica de um período de negociações de cerca de 60 anos, já justificaria um trabalho específico sobre o tema, considerando, inclusive, que essas resoluções inspiraram nessa área os trabalhos a serem desenvolvidos pela Organização dos Estados Americanos, fundada cinco anos após essa data. Como já se mencionou, a OEA vai substituir a função até então exercida pela União Pan-americana. O embaixador Themístocles da Graça Aranha era o então diretor da Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores, e foi por intermédio do Itamaraty que as propostas do Brasil foram apresentadas nesse congresso, o que demonstra a ligação estreita das estratégias políticas do Ministério das Relações Exteriores nas questões de ordem cultural com os países da América.

⁴⁴ AHI-RJ. Memorando de 18 de setembro de 1943, nº 4.7909.7.1943. Maço 33.282, de autoria do Chefe da Divisão Cultural do MRE.

⁴⁵ AHI-RJ. Memorando de 18 de setembro de 1943, nº 4.7909.7.1943. Maço 33.282. Idem.

O Brasil apresentou inúmeras propostas nessa Conferência com o intuito de comprovar o seu interesse em estabelecer vínculos permanentes com países da América Latina, bem como pontuou algumas questões sobre as quais desejava ter papel ativo, como a elaboração do conteúdo programático de disciplinas relacionadas à cultura brasileira.

Seguem algumas resoluções da I Conferência Interamericana de Ministros e Diretores de Educação, no Panamá, em 1943:

- Valorização dos professores como “operários da cultura” e implantação de uma série de medidas, tais como salários, estabilidade, programa de aposentadoria e outras, para garantir condições adequadas ao exercício do Magistério. Em relação à participação da mulher na educação, a Conferência recomendou a presença das mulheres tanto nos quadros funcionais das escolas como nas campanhas contra o analfabetismo;
- Ensino da História da América em todos os países, considerando a origem comum entre eles desde a formação étnica, os processos de colonização e independência que, interpretados adequadamente, poderia garantir a união espiritual entre as nações. Para isso, seria necessário revisar os textos de História, no âmbito nacional de cada país, e construir uma nova História, com base na veracidade dos fatos. As delegações deliberaram sobre a realização de um concurso que mobilizasse historiadores e escritores que apresentariam trabalhos, ao final de três anos, a serem julgados por docentes e membros da Universidade Americana.⁴⁶ A União Pan-americana não poderia imprimir o trabalho escolhido pelo júri até que os 21 países participantes não aprovassem o texto final, que segue:

⁴⁶ Em anos anteriores, o Brasil já havia providenciado concurso entre historiadores que teriam a função de repensar a História do Brasil e das Américas tendo como orientação os parâmetros de não hostilização recomendados pelas Conferências. A circular do MRE nº 1.131, de 22 de junho de 1937, já convocava concurso para esse fim: “O instituto conferirá um prêmio de cinco contos de réis ao autor brasileiro da melhor história do Brasil, prêmio de igual quantia ao da melhor corografia do Brasil, destinadas ao ensino secundário e escritas nos moldes estabelecidos no convênio firmado no Rio de Janeiro, a 10 de outubro de 1933, entre o Brasil e a República Argentina, para a revisão dos textos adotados para o ensino da história e da geografia, e nas normas aprovadas pela comissão brasileira constituída em virtude desse convênio. Conferirá igualmente um prêmio de cinco contos de réis ao autor americano da melhor história da América, nos moldes estabelecidos no convênio firmado, no Rio de Janeiro, entre o Brasil e a República Argentina, e no que para o mesmo fim foi assinado em Montevideú a 20 de dezembro daquele ano, pelos plenipotenciários de vários Estados da América”. Versão Oficial. AHI-Rio de Janeiro. Circular do MRE nº 1.131, de 22 de junho de 1937.

- Criação de escolas por todo o continente com nomes de países da América e incentivo ao estudo da História desses países homenageados, para que fossem combatidos desconhecimentos e preconceitos;
- Proteção e difusão de todas as manifestações culturais e populares (folclóricas) com o intuito de resguardar a cultura dos povos originários e protegê-la contra “(...) *malsanas y destructoras influencias exóticas*”. Essas manifestações culturais ajudariam a educar os sentimentos de solidariedade e simpatia;
- Estudo dos quatro idiomas continentais (francês, português, inglês e espanhol) nas escolas dos países americanos, considerando que o idioma seria uma ferramenta importante de interação entre culturas. A Conferência resolve recomendar que os países, de acordo com suas possibilidades, introduzam na legislação relativa ao ensino secundário o ensino desses idiomas;
- Recomendação para que a alfabetização de adultos tenha uma forte conotação de inclusão social, para usar um termo bem contemporâneo, pois ampliava em muito o simples ato de ensinar a ler e a escrever. Recomendava a Conferência que, para desenvolver a capacidade de aprendizado do analfabeto, ou do semianalfabeto, era importante desenvolver as suas habilidades como cidadão e a liderança com responsabilidades de trabalho, tolerância e moralidade. Campanhas de alfabetização eram recomendadas, como a criação de missões culturais, aldeias escolares, escolas ambulantes, enfim, que se criassem medidas drásticas para diminuir as diferenças regionais e culturais entre os cidadãos de um país;
- Reafirmação da necessidade de se criar bibliotecas de livros , proposta discutida em conferências anteriores, como já vimos. Nessa oportunidade, reitera-se a importância dos livros para nações que almejavam alcançar o seleto clube de países cultos e civilizados. Recomendou-se que cada país entregasse aos escritores especialistas a responsabilidade de pensar em antologias e coleções de livros, os mais representativos da nação, e fazê-los circular entre as bibliotecas de outros países da América e entre as populações, a custo baixo;

– Recomendação para que a União Pan-americana procedesse à publicação de livros que comporiam uma Biblioteca Escolar Americana e que incluísse biografias de homens e mulheres importantes das diferentes Repúblicas. Essas antologias nacionais teriam o objetivo de reafirmar a tradição histórica e cultural entre os povos e de mostrar traços em comum.⁴⁷

De extrema importância para as relações culturais estabelecidas pelo Brasil com os países da América Latina são as recomendações para que as publicações nacionais circulassem livremente entre os países da América e que fossem adotadas políticas alfandegárias para a diminuição das taxas aduaneiras para facilitar essa circulação. Essa recomendação teve origem na V Conferência Pan-americana do Chile, em 1923, e teve como função ressaltar, enaltecer o valor de intercâmbio de publicações entre os países. Foram incorporadas também a essa recomendação (de número XXXIII) as decisões da Conferência de Consolidação da Paz, em 1936, que sugeriu unificar os sistemas de intercâmbios entre os países, e as decisões da VII Conferência de Montevideú, de 1933, que também sugeriu unificar os métodos de catalogação e compilação de dados das bibliotecas.

Os intercâmbios culturais entre professores e alunos de universidades dos países da América Latina foram uma das primeiras experiências nessa área cultural, e já revelavam resultados positivos, para todos os lados, segundo uma avaliação feita durante a Conferência; e o que se recomendava naquele instante era que, para aumentar a eficiência desses intercâmbios, deveriam os países traduzir seus principais autores nas quatro línguas do continente e fazer com que os livros circulassem pela América. Biblioteconomia é a palavra-chave para entender que a produção cultural literária deveria, nesse momento, estar acompanhada de um plano de produção, circulação e difusão de conhecimento intelectual, ou seja, literário e científico na América. A recomendação se estendeu também à produção e circulação de revistas culturais e científicas de artigos abrangendo todos os campos de conhecimento.

⁴⁷ A Revisão da História da América foi aprovada na VII Conferência de Montevideú, em 1933, e ratificada nessa Conferência de 1943. Entretanto, a indicação para essa revisão já havia sido discutida no Congresso Científico Pan-americano de Lima (1924), no Congresso de História Nacional de Montevideú (1928), no Congresso de História de Buenos Aires (1929), no Congresso Universitário de Montevideú (1921) e repassado por países que haviam feito a adoção de medidas e alteração no texto dessa convenção. Os dois primeiros países a ratificarem o acordo de revisão nos textos de História foram Brasil e Uruguai, durante o transcurso da VII Conferência Pan-americana, em 20 de dezembro de 1933. AHI-RJ. Maço 33. p. 19.

Além das publicações gráficas, recomendava-se igualmente a circulação de películas e discos, além de objetos artísticos como suportes de compreensão da cultura entre as Repúblicas. Outro item dizia respeito às facilidades que os governos deveriam implantar para que os intercâmbios entre professores, estudantes e técnicos das universidades pudessem ocorrer em maior quantidade. Uma delas seria administrar junto às empresas de transporte privado a prática de valores reduzidos e facilidades no pagamento de viagens entre intercambistas. Outra facilidade seria equiparar ou correlacionar os programas de ensino primário, secundário e universitário, a fim de que os intercâmbios oferecessem conteúdos compatíveis.

Como dissemos na abertura deste tópico, boa parte das resoluções, recomendações e convenções da I Conferência de Ministros da Educação foram reafirmações de propostas avaliadas e aprovadas nas conferências anteriores. A União Pan-americana, responsável pela organização das conferências e pelos encaminhamentos resultantes da vontade das delegações, continuou a exercer seu papel até a fundação da Organização dos Estados Americanos, em 1948. Até essa data, as convenções aprovadas eram encaminhadas para ratificação nos países signatários e transformadas em procedimentos legais pelos governos, para execução.

Por inúmeros motivos não acompanhamos o “caminho” ou a trajetória dos documentos relativos às atas aprovadas durante as conferências. Foram, afinal, 54 anos de atividades, mas a pesquisa de campo no Uruguai, em torno do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, demonstra que muitas dessas convenções foram adotadas pelo Brasil, no campo cultural, transformadas em programas culturais sistemáticos e aperfeiçoadas ao longo de anos de integração com aquele país, como veremos mais adiante.

Uma dessas convenções, entretanto, que diz respeito à criação da Universidade Interamericana, em 1943, despertou curiosidade por entender que os propósitos de fundação daquela universidade poderiam corresponder ao que encontramos na fundação da Universidade Federal da Integração da América Latina, a Unila, no Paraná. O que nos levou a “seguir” o documento, saber se resultou em ação dos governos, foi constatar que a referida Universidade no Panamá não surgiu em nenhum momento como espaço aglutinador para o intercâmbio cultural entre as Repúblicas americanas, como os países assim decidiram durante a I Conferência dos Ministros da Educação, em 1943, muito embora sua existência já tivesse sido discutida entre os países no terceiro e oitavo

congressos científicos interamericanos e na Conferência de Ministros da Educação da América Central.⁴⁸

De fato a Universidade Pan-americana foi criada após a Conferência dos educadores no Panamá, no mesmo local onde já existia, desde 1935, a tradicional Universidade Nacional do Panamá. Segundo o historiador Del Vasto (2010), após a resolução da I Conferência de Ministros da Educação, foi criado o Estatuto Transitório da Universidade Interamericana, que determinou que a administração da Universidade Interamericana fosse exercida por uma junta de representantes dos governos da América com as funções de nomear professores, bem como de tomar todas as providências acadêmicas e administrativas necessárias. Para a implantação da nova universidade foram deslocados diretores e professores da Universidade Nacional do Panamá, até então em funcionamento. Segundo o historiador, os estudantes, revoltados com a saída de professores, paralisaram as atividades, em protesto, acabando por fundar a Federação de Estudantes do Panamá (FEP).

Fica evidente que a transformação da Universidade Nacional em Universidade Interamericana por decreto, com a proteção do presidente dos EUA, Franklin Delano Roosevelt, despertou reações e protestos. Com o fim da guerra, em 1945, e o surgimento de um novo cenário político de reorganização dos países e de formação da Organização das Nações Unidas, a OEA, em 1945, pelos países aliados, o projeto da universidade interamericana caiu por terra. Muitos países ainda não haviam ratificado a convenção de 1943, o que dificultou ainda mais a implantação da nova instituição acadêmica.

Finalmente, em 1945, o Conselho Geral Universitário, que deveria fazer a transição da universidade nacional para a internacional, solicitou ao governo do Panamá o retorno à denominação antiga dessa tradicional universidade, bem como às suas funções de mantenedora do ensino público do Panamá. Dois países tiveram votação, no mínimo, constrangedoras, e por certo incidiram de forma negativa na consecução dessa iniciativa: os EUA votaram favoravelmente na Universidade Pan-americana, preferindo deixar em aberto a obrigatoriedade de os EUA aderirem à Universidade; e o delegados da Argentina votaram a favor, enfatizando, entretanto, que os diplomas expedidos no transcurso daquela universidade não teriam validade no plano internacional.

⁴⁸ Cf. AHI-Rio de Janeiro. Conferência de Ministros da Educação no Panamá, 1943.

1.2.6 Latino-americanistas ou pan-americanistas: que modelo seguir?

As diferentes interpretações sobre a América Latina do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX contribuíram para definir as filiações políticas e intelectuais no espaço das Conferências latino-americanas, alimentando os debates entre representantes diplomáticos e delegados dos países, como demonstrou a historiadora Tereza Dulci. As conferências foram de fato “expressão da hegemonia dos EUA sobre o restante da América” (DULCI, 2013, p. 77), mas isso não ocorreu sem resistência e sem que se formasse, entre seus representantes, o ambiente propício para a formação de concepções latino-americanistas fundamentadas na inter-relação entre os povos do continente, com visões contrárias ao intervencionismo e ao expansionismo norte-americanos.

O discurso pan-americanista, defendido pelos delegados dos EUA e por seus aliados, propunha a união econômica e política de toda a comunidade de países americanos em torno de acordos socioeconômicos liderados pela nação mais próspera, os EUA, que se viam em melhores condições para exercer o papel de construtores de um grande bloco formado por países agrários e “incivilizados”, incapazes de gerir governos democráticos e estáveis (DULCI, 2013, p. 80; SANTOS, 2004, p. 143).

No lado oposto, contrário à doutrina monroísta, considerada a coluna que sustentava a ideologia pan-americanista, estavam os argentinos, especialmente construindo um discurso de oposição com base nas contradições do governo norte-americano, assentadas em projetos de união e solidariedade na América, e ao mesmo tempo em práticas políticas expansionistas de anexação de territórios, tais como se deram no Haváí (1898), Haiti (1915), Porto Rico (1898) e Panamá (1903).

A frase de Saenz Peña, já mencionada, marcou uma posição entre os atores políticos, delegados e diplomatas que participavam das conferências, de defesa de uma americanidade que deveria estar atrelada a princípios como autonomia e independência de decisões. Essas discussões ultrapassaram o marco das conferências e refletiram na sociedade, dividindo tendências que podemos definir como pan-americanistas ou pró (norte-) americanistas, e latino-americanistas, favoráveis a uma convivência interativa e soberana entre os países.

O Brasil, como já foi mencionado, resistiu durante muito tempo às ideias Interamericanistas,⁴⁹ dadas as suas características de regime político monárquico, mas, ao inserir-se, com as demais Repúblicas, no espaço específico das Conferências, procurou se alinhar aos interesses que melhor o representassem e não ficou imune ao debate que se travava de resistência ou adesão à hegemonia norte-americana. Que modelo de desenvolvimento a seguir não era um debate novo no Brasil. Esteve presente desde o processo da independência, envolvendo as elites e os intelectuais em torno da formação de uma identidade própria para a nação brasileira.⁵⁰ Alguns historiadores e cientistas políticos com atenção nesse período⁵¹ têm analisado o descompasso do Brasil no início do século XX, em relação aos seus pares hispano-americanos. Desde o Império e especialmente depois da República, o país necessitava definir questões de sua nacionalidade, o que implicava, entre muitas coisas, unificar todo o seu vasto território e sua população em torno de valores que criassem a ideia de nacionalidade, de cidadania. Teria de superar, rapidamente, carências da estrutura de Estado e a ausência de um sentimento nacional capaz de unir a Nação, questões que na Europa e nos Estados Unidos já estavam encaminhadas e, na América Hispânica, em franco processo.

Segundo observou o historiador Villafañe Santos (2010, p. 142-143), em *O dia em que adiaram o carnaval*, o Brasil deveria acompanhar ao mesmo tempo os pensamentos interamericanistas que mobilizavam os debates na Região e procurar romper o isolacionismo diante das correntes de pensamento ocidentais (SANTOS, 2010, p. 142-143). Para o historiador, “o Brasil estava visivelmente defasado e seu Estado ainda amarrado num tipo de legitimidade já em irreversível processo de superação no Ocidente”. Representantes diplomáticos brasileiros alinharam-se e dividiram-se em

⁴⁹ “Interamericanismo” é um termo utilizado pelo historiador Villafañe Santos para simplificar todas as correntes de pensamento ou ideias que expressavam, na passagem do século XIX, começo do XX, propósitos de união entre as Américas, de diferentes modelos e matizes ideológicas (Cf. SANTOS, 2004, p. 29).

⁵⁰ A historiografia nos apresenta inúmeros estudos sobre a criação de instituições brasileiras ligadas ao poder público e voltadas para construir os fundamentos e as representações da identidade nacional. Podemos destacar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 durante o Império, e que abrigou a elite intelectual para as primeiras discussões sobre um projeto historiográfico e um modelo de civilização a ser adotado para a Nação; igualmente, a Academia Imperial de Belas Artes, criada em 1826, com a participação de parte da missão francesa, foi notória na construção de simbologias, alegorias, emblemas e ícones nacionais, tendo como modelo estético o neoclassicismo francês; espaço importante da institucionalidade intelectual foi a Academia Brasileira de Letras, em 1897, que reuniu os grandes ensaístas e críticos da época que pensavam um projeto para o Brasil. Aí estiveram monarquistas e também republicanos, com destaque para Machado de Assis, Visconde de Taunay, Rui Barbosa, Silvio Romero, Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu, Castro Alves, Euclides da Cunha, José Veríssimo, entre muitos outros (Cf. VENTURA, 2000, p. 113).

⁵¹ CAPELATO (2009); SANTOS (2010); PRADO (1986); PRADO (2008); MONIZ BANDEIRA (2010).

torno das correntes de pensamento predominantes, no espaço de maior representatividade das nações americanas, naquele momento, que eram as Conferências.

Tereza Dulcci menciona o embate entre os intelectuais Joaquim Nabuco e Manoel de Oliveira Lima, ambos historiadores e embaixadores do Brasil, como um bom exemplo dos embates em torno da construção de um modelo a seguir para o Brasil e países do continente. Na condição de anfitrião da III Conferência, ocorrida no Brasil em 31 de julho de 1906, Joaquim Nabuco rendeu homenagens ao secretário de Estado norte-americano, presente na abertura dos trabalhos, e confessou admiração incondicional no desenvolvimento dos EUA, depositando em seus ombros a esperança de que somente junto com aquele país o Continente americano poderia alcançar o progresso.⁵²

De larga tradição política e intelectual, notório abolicionista, Joaquim Nabuco foi o primeiro embaixador da República do Brasil nos EUA, em 1905. Era um entusiasta defensor do modelo político e econômico norte-americano, ao ponto de colocar, em certa ocasião, seu cargo à disposição do presidente da época,⁵³ caso fosse esperada dele outra atitude no exercício de seu cargo que não fosse a de promover uma aliança incondicional com os EUA.

Na edição inaugural da *Revista Americana*, um dos primeiros veículos de interação cultural do Brasil do começo do século com a América Latina, idealizada e organizada sob os auspícios de Rio Branco,⁵⁴ publicou-se com grande destaque a conferência proferida por Joaquim Nabuco na Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos. Sob o título “A Parte da América na Civilização”, Joaquim Nabuco procurou homenagear as características ou qualidades que faziam daquela fatia da América (leia-

⁵² Discurso de Joaquim Nabuco (ATA da Sessão Solene da III Conferência Pan-americana). In: DULCI, 2013, p. 81.

⁵³ Presidente Afonso Pena (1906-1909).

⁵⁴ A *Revista Americana*, publicação de circulação nacional, editada de 1909 a 1919, por iniciativa do Barão do Rio Branco, é considerada uma das primeiras iniciativas do Brasil republicano de criação de um marco de convergência cultural entre pensadores latino-americanos. Para o historiador Fernando Luiz Vale Castro, em “Pensando um Continente, a *Revista Americana* e a criação de um projeto cultural para a América do Sul”, de 2012, esta publicação teve no pan-americanismo um de seus temas centrais, como já havia salientado a historiadora Katia Baggio em “Os intelectuais brasileiros e o pan-americanismo: a *Revista Americana* (1909-1919)”, 2000. Foi também um espaço de divergências, de visões contrárias ao americanismo sustentado na doutrina monroísta e de construção de um projeto para a América do Sul. Participaram como articulistas diplomatas, políticos e intelectuais brasileiros, tais como: Sylvio Romero, Euclides da Cunha, Pereira Barreto, Mario de Vasconcellos, Oliveira Lima, Coelho Neto, Olavo Bilac, Lima Barreto, Ronald de Carvalho, Evaristo de Moraes, Menotti del Picchia, Barbosa Lima Sobrinho e autores latino-americanos como Vicuña Subercasseaux, Francisco Bayón, Ernesto Quesada, Ramón Cárcaro, entre outros.

se do Norte) a parte que significava, para ele, a Civilização.⁵⁵ Para o diplomata, a história da Civilização não poderia ser escrita sem as conquistas da América (do Norte), que soube aprimorar as heranças de outras culturas. Para ele, era essa a parte da América que estava autorizada a entrar em cena como modelo de civilização: “É cedo ainda para discorrer sobre a parte reservada na História à América Latina”, afirmou o diplomata (NABUCO, 1909).

Para Nabuco, a grande contribuição da Doutrina Monroe (1823) para a América Latina era seu atributo de mantenedora da paz. Sob a liderança dos EUA, o Continente se transformaria numa região protegida da Guerra. Para ele, o crescimento isolado dos Estados Unidos, sem registro semelhante nos demais países e sem oposição à altura no mundo, “permite àquele país viver em paz e exercer uma pressão moral e comercial pela paz até que o Direito Internacional reúna condições para que o instrumento da Guerra seja utilizado”. “Paz e Pan-americanismo são termos equivalentes para vós [norte-americanos] e para nós” (NABUCO, 1909, p. 13).

Como abolicionista, Joaquim Nabuco enalteceu o processo de libertação dos povos escravizados nos EUA, bem como os processos de imigração naquele país, que resultariam na formação étnica rica e diversificada da sociedade. Outro ponto que diferenciaria os EUA de outras civilizações, para Nabuco, era a forma de governo que acreditava ser “distintamente democrática” e “genuinamente nova”, segundo suas palavras, e teria um componente diferenciado por não ter sido resultado da rejeição à monarquia, como ocorrera com a maioria dos países europeus.

Fica evidenciado, portanto, em seus discursos,⁵⁶ especialmente no discurso de abertura da III Conferência, no Rio de Janeiro, seu posicionamento ao considerar que os países latino-americanos deveriam se alinhar aos EUA, aceitar a sua liderança mesmo estando em desvantagem, até que fossem criadas condições próprias de desenvolvimento e autonomia nessa “outra” parte da América.

Essa relação de amor e ódio, ou admiração e reservas simultâneas sobre as qualidades e contradições apresentadas pelos EUA provocaram embates que extrapolaram as esferas de governo e mobilizaram não somente os representantes

⁵⁵ NABUCO, 1909. Ler mais sobre a *Revista Americana* em: CASTRO (2012), BAGGIO (2000).

⁵⁶ Como diplomata nos EUA, Joaquim Nabuco fez várias conferências nas universidades norte-americanas. *Revista Americana*, maio de 1910.

diplomáticos, mas também intelectuais e políticos brasileiros e latino-americanos por um longo período.

Manoel de Oliveira Lima (1867-1928), historiador e diplomata pernambucano, posicionou-se contra Nabuco, apesar de admirar a sociedade norte-americana em muitos de seus aspectos e de ter passado um bom tempo com sua família nos EUA. Para Oliveira Lima, o Brasil fazia vistas grossas para o intervencionismo norte-americano nos países centrais e utilizava o monroísmo para exercer o poder hegemônico na América Latina. Mesmo considerando limitadas e anárquicas as repúblicas vizinhas, e mostrando-se saudosista da monarquia, Oliveira Lima defendia a união entre os países latino-americanos para conter as investidas norte-americanas, que eram, a seu ver, camufladas por intenções plausíveis, como o direito à intervenção militar na defesa das nações do continente (DULCI, 2006, p. 6).

Fica evidente na análise dos historiadores (DULCI, 2013, p. 93; BAGGIO, 1998, p. 70) que a experiência de Oliveira Lima no serviço diplomático em países da América Latina foi determinante para que ele adquirisse uma visão mais profunda sobre a relação entre a América Latina e os centros hegemônicos, Europa e EUA. Oliveira Lima foi considerado um diplomata dissidente, pois não compartilhava com as ideias do Barão do Rio Branco sobre as relações com os EUA, nem com as de Joaquim Nabuco, com quem rompeu suas relações de amizade (DULCI, 2006, p. 7).

Para Dulci, dentre os países da União Pan-americana, a Argentina se destacaria como articuladora de uma visão mais independente de América Latina, desde, inclusive, a primeira conferência, em 1889, quando se colocou frontalmente contra a proposta dos EUA de união alfandegária, oportunidade em que Sáenz Peña proferiu a célebre frase “A América para a Humanidade” e que “*Estado alguno americano tiene el derecho de hablar en nombre del hemisfério*”.⁵⁷

Poderíamos concluir que as Conferências Pan-americanas proporcionaram condições e oportunidades para reunir, com certa regularidade, a totalidade de países das Américas em torno de interesses comuns e de muitas polêmicas.

Em relação ao interesse cultural, as conferências mostraram ser o único fórum onde representantes dos Estados, diplomatas, intelectuais, advogados, tiveram a

⁵⁷ Carta de Roque Sáenz Peña a Vicente Caseros. In: MONIZ BANDEIRA, 2010.

oportunidade de se organizar interna (em seus próprios países) e externamente (dentro da perspectiva de cooperação entre países) nesse campo específico. Ao longo de cerca de 60 anos, tempo de percurso das conferências, até a criação da OEA, em 1948, tanto as assembleias gerais que ocorriam em períodos não muito regulares como os congressos temáticos ou as conferências específicas, regionais, realizadas paralelamente às conferências, foram responsáveis por criar padrões no âmbito da cultura e inspirar práticas de intercâmbio diversificadas e cooperação cultural entre os países da região. Padrões que forneceram aportes de ordem técnica, jurídica, política e de sociabilidade para a organização de um campo cultural próprio a cada país como também experiência e interações programáticas interpaíses.

Ao que tudo indica, o Brasil teve participação ativa em todas as Conferências Pan-americanas e soube, como poucos países, estabelecer entre seus pares relações culturais sistemáticas, como foi o caso dos inúmeros programas culturais desenvolvidos pelas Missões Culturais Brasileiras nos países da América Latina. Herdeiras das experiências acumuladas de discussões, resoluções e interações resultantes das conferências, as missões foram criadas a partir do governo de Getúlio Vargas e implantadas em vários países da América Latina a partir da constituição de Institutos Culturais, instituições de ensino (escolas, universidades), centros de estudos e pesquisa e bibliotecas.

As primeiras ações dessas Missões, integradas por adidos culturais, diplomatas, funcionários das embaixadas, além de técnicos e professores provenientes de unidades de ensino do Brasil, destinavam-se ao ensino da língua portuguesa e da literatura brasileira e promoviam as condições para que intercâmbios técnicos e educacionais fossem realizados. Em alguns países, como Paraguai, Uruguai e Argentina, foram muito mais além. A partir dos anos 1940, as Missões estabeleceram-se de tal forma nesses países, construindo relações interativas com a sociedade, que resultam ainda hoje na presença forte do Brasil nos espaços culturais.⁵⁸

⁵⁸ A partir dos anos 1970, os programas das Missões, abrigados em instituições culturais e educacionais, sofreram alterações, a começar pelas denominações. Alguns se transformaram em fundações com regime jurídico próprio, outros em centros de estudos ou centros culturais, como o Paraguai, e alguns, como o Uruguai, conservaram a denominação original – Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro –, embora completamente independente financeira e politicamente da embaixada brasileira naquele país. Os atuais centros mudaram as suas programações, ampliando as áreas de ação nas sociedades onde estão inseridos, entretanto, em sua maioria, permanecem ainda ligados à estrutura do Itamaraty, que custeia ainda as suas despesas. Ler mais sobre as Missões Culturais em NEPOMUCENO, 2013, p. 82-85 e 111-143.

A documentação analisada leva-nos a crer que os modelos de programas culturais e pedagógicos e estruturas de funcionamento apresentadas pelas primeiras Missões em países da América Latina nos anos 1940 foram inspirados nas recomendações de cooperação cultural interamericanas no ambiente das conferências pan-americanas acima analisadas, especialmente a partir da I Conferência Interamericana de Ministros da Educação no Panamá, em 1943, que, julgamos, representou uma síntese das demais resoluções interpaíses, no âmbito da Educação e da Cultura. A partir dessa data, a Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores do Brasil definiu seu programa pedagógico para as Missões Culturais Brasileiras. Vamos retomar a essa questão nos próximos tópicos.

1.3 A criação de uma diplomacia cultural no governo de Getúlio Vargas: primeiras diretrizes no âmbito ministerial

Nesta seção, analisaremos as reformas promovidas no Ministério das Relações Exteriores no início do governo Getúlio Vargas e a criação da Divisão de Cooperação Intelectual, no contexto da política externa brasileira para a América Latina. Analisaremos também as circulares dos ministros dirigidas aos integrantes do corpo diplomático em trânsito em países da América Latina, as quais informam sobre as mudanças no Ministério e orientam as tarefas de intercâmbio intelectual entre Brasil e países. Essas primeiras circulares, de 1934 e 1937, irão definir a composição das missões culturais, bem como de suas tarefas principais.

A Circular Ministerial de 16 de junho de 1937 redefine as atribuições do Serviço de Cooperação Intelectual, mobilizando as missões diplomáticas no exterior para se dedicarem a fazer um mapeamento de instituições culturais, escritores, jornalistas, cientistas e demais intelectuais, do Brasil e de países do exterior, com interesses “nas coisas brasileiras”.

Pretendemos demonstrar que o empenho do governo de Getúlio Vargas em construir uma política cultural ampla e sistemática na América Latina deveria ser liderado pela diplomacia brasileira em países em que o Brasil tinha mais interesse, projeto esse que se confirmou posteriormente..

1.3.1 Reformas no Ministério das Relações Exteriores

Desde os primeiros momentos do Governo Provisório, Getúlio Vargas encontrou dificuldades para governar com a Aliança Liberal, que, até aquele instante, fora eficiente para dar um rumo vitorioso à insatisfação de setores significativos da sociedade brasileira. Se as expectativas das oposições pareciam coincidir ao se organizarem contra a velha estrutura de poder, logo após a vitória da Revolução de 1930, a Aliança Liberal, considerada um “remanso acolhedor para todos os descontentamentos e todas as esperanças” (SANTA ROSA, 1963, citado por FAUSTO, 1988 apud MOTA, 1988, p. 247), começou a se desfazer, revelando os interesses conflitantes dos agrupamentos sociais sobre as quais se assentou.

Os oligarcas queriam restituir o centro do poder nas mãos de São Paulo e Minas Gerais, os “tenentes” queriam avançar nas mudanças e os Estados da Federação passam às mãos de interventores, nomeados por Vargas, muitos dos quais, como foi o caso de São Paulo, alheios e hostis às realidades locais (BRANDI, 1983, p. 51). A Revolução de 1932 resume a insatisfação das forças políticas não somente do Estado de São Paulo, mas de setores descontentes de todo o país, uma vez que foi uma tentativa de recuperar a posição perdida na estrutura nacional de poder, anterior da vitória da Revolução de 1930.

Para o historiador Boris Fausto (apud MOTA, 1988, p. 247) os anos de 1930 significaram para a economia uma redistribuição do poder econômico, ou, ainda, uma “nova divisão de ganhos no interior da classe dominante, com o maior atendimento dos vários setores desvinculados do café”, fato que não ocorreu de forma pacífica. As soluções para segurar os preços do café e reequilibrar a economia não viriam logo após a posse de Vargas no Governo Provisório. No plano internacional, o Brasil viu-se em meio a uma verdadeira “guerra comercial”,⁵⁹ que envolveu os demais países afetados pela crise, e buscou a adoção de medidas de proteção econômica e a conquista de novos mercados.

Crises internas, e externas que exigiam do governo o restabelecimento de uma nova ordem político-econômica, com o reordenamento dos centros do poder político,

⁵⁹ Gerson Moura em *A Revolução de 30 e a política externa brasileira: ruptura ou continuidade* (1980, p. 578).

impulsionaram o governo a criar um modelo de governabilidade, o que para Gerson Moura seria o “Estado de compromisso”.⁶⁰

Essa foi a fórmula encontrada por Vargas capaz de dar conta dos primeiros compromissos da Revolução, reequilibrar as forças políticas e econômicas do Estado, e fortalecer o papel do Estado como “regulador da economia e das relações sociais” (MOURA, 1980, p. 580).

Estariam sendo criadas nesse momento as bases do autoritarismo instaurado em 1937, uma vez que Vargas se tornaria, segundo o mesmo historiador, o árbitro absoluto “das disputas que emanavam das instâncias secundárias e mesmo das que ocorriam nas instâncias centrais de decisão”.⁶¹

É importante salientar, no âmbito das reformas ocorridas no Ministério das Relações Exteriores,⁶² que o período compreendido entre 1930 a 1937, segundo o historiador Jaime Pinsky (1988, p. 340), não trouxe grandes mudanças na política externa brasileira. Para Pinsky, o primeiro-ministro das Relações Exteriores pós Revolução, Afrânio de Melo Franco, deu prosseguimento às tratativas diplomáticas tradicionais de governos anteriores – de cuidar dos problemas de fronteiras e de pendências entre países – sem grandes sobressaltos. Para o historiador, se comparado ao que viria ocorrer por ocasião da instauração do Estado Novo, e tendo como referência o que se praticava no Brasil nas primeiras décadas do século XX, com Rio Branco, nenhuma alteração significativa pôde ser registrada na política exterior.

As orientações de “acordo não assinado” com os EUA, praticadas desde Rio Branco, e da aparente autonomia para negociações com as potências europeias, em particular com a Alemanha, com quem o Brasil muito se beneficiou praticando o chamado “comércio de compensação”,⁶³ continuaram a vigorar nesses primeiros anos, até o advento da Segunda Grande Guerra.

Essa análise difere da formulada por Gerson Moura (1980, p. 576), para quem a política externa nesse momento não era uma mera continuidade da política da República

⁶⁰ Idem, p. 580.

⁶¹ Idem, p. 583.

⁶² Reformas que resultaram na criação da Divisão de Cooperação Cultural, fato que muito interessa a este estudo.

⁶³ Comércio de compensação: o que se faz mediante a troca de produtos. Dicionário Antônio Houaiss (2001) [denominado também de comércio protegido quando as partes não possuem dinheiro para efetuar as transações].

Velha, mas também não se definia como uma política de ruptura: “Tratava-se muito mais de uma redefinição: limitada pela posição do país diante dos grandes sistemas de poder, mas ao mesmo tempo vantajosa pelos ganhos que soube obter no processo” (MOURA, 1980, p. 576). Para o historiador, foi justamente nesse período entre guerras, de desestruturação internacional dos sistemas de poder e de realinhamento dos países, que o Brasil avançou dentro das possibilidades de negociação de suas demandas internas e rearticulou a política externa, equilibrando-se na tênue linha que separava a dependência da autonomia.

É nesse contexto, de reajustes internos e externos, que reformas importantes serão registradas no Ministério das Relações Exteriores, e, particularmente, no âmbito cultural, área que nos interessa para o presente estudo.

A reforma de 1934⁶⁴ no Ministério das Relações Exteriores, a primeira medida tomada pelo já eleito presidente Vargas,⁶⁵ promoveu as primeiras mudanças no caminho da sistematização dos intercâmbios e acordos culturais do Brasil com os demais países, além de definir melhor as atribuições desse setor ministerial.

Ao redefinir as novas funções do Serviço de Cooperação Intelectual, o governo de Getúlio Vargas demonstrou o empenho de construir uma política cultural ampla e sistemática que deveria ser liderada pela diplomacia brasileira em países onde o Brasil tinha mais interesse.⁶⁶ Iniciou-se a estruturação de um serviço diplomático que já era prestado no exterior de forma incipiente, marcando o início de uma ação cultural estruturada e permanente do governo Vargas em países onde havia representação diplomática do Brasil.

Inspirado no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual,⁶⁷ o Ministério das Relações Exteriores criou o Serviço de Cooperação Intelectual com o fim de “estabelecer correntes de estudo, interesses e simpatias entre os meios intelectuais

⁶⁴ Circular nº 903, de 13 de agosto de 1934. “Serviço de Cooperação Intelectual”. AHI 119/05/04. A Versão oficial – Circulares do Ministério das Relações Exteriores 1930-1939.

⁶⁵ Após a votação da nova Constituição de 1934, deu-se a eleição de Vargas para presidente, por via indireta. Vargas foi eleito por 175 votos pela Assembleia Nacional Constituinte.

⁶⁶ As reformas no Ministério das Relações Exteriores farão parte de um planejamento geral do governo de Getúlio, que seria desencadeado um ano mais tarde, para promover uma racionalização da administração pública e de certa forma interromper a constituição de uma administração patrimonialista que se formou ao longo do Império e dos governos subsequentes. O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi criado para esse fim, em 1938. Cf. DULCI, 2013, p. 24.

⁶⁷ O Instituto Internacional de Cooperação Intelectual era um setor da União Pan-americana, que coordenava, bem como centralizava as informações decorrentes das Conferências Pan-americanas no âmbito da Cultura. Tema já analisado em itens anteriores.

estrangeiros e do Brasil, pondo em contato escritores, encaminhando livros, divulgando trabalhos literários e científicos”.⁶⁸ Estimulava no exterior a versão e os estudos críticos das obras literárias mais representativas de nossa cultura. O Serviço Cultural teria também o compromisso de fornecer “informações exatas”, por meio de livros, jornais e revistas, sobre os aspectos da nossa história e da vida no país, sobretudo quando os noticiários estrangeiros transmitissem informações equivocadas sobre o Brasil.

Diante dessas mudanças, os intelectuais passaram a surgir como peças importantes à consecução dos propósitos do governo Vargas. A circular conclamava a todos agentes diplomáticos que organizassem em seus países de atuação um mapeamento de professores, escritores, artistas e outros intelectuais com simpatias e interesses no Brasil, e que, somado ao “fichário” de intelectuais brasileiros, constituiria um instrumento fundamental de trabalho do Serviço de Cooperação Intelectual. O mapeamento deveria ser completo, constando a produção bibliográfica ou jornalística dos indicados, os assuntos por eles abordados, bem como as informações de relevância sobre as tendências políticas dos intelectuais. Recomendava-se ainda a indicação de material literário, de circulação regular ou não, que tratasse de assuntos ibero-americanos. As publicações que se referissem a temas brasileiros, por meio de artigos, notas ou “simples alusão”, deveriam ser encaminhadas com três cópias à Secretaria do Estado, bem como recortes de jornais publicados no exterior. Esclarece ainda a circular que o material seria estudado e encaminhado, “conforme aconselham as conveniências da cooperação intelectual (imprensa local, organismos de cultura, associações, personalidades, etc.)”.⁶⁹

No Brasil, seria adotado o mesmo procedimento. Os intelectuais de todos os Estados brasileiros seriam cadastrados, seus livros ou artigos avaliados, e mapeadas as suas habilidades e conveniências para participarem dos programas de cooperação intelectual.

Ao final, a recomendação para que os diplomatas ficassem atentos a tudo o que pudesse ser escrito sobre o Brasil parecia ser a maneira mais eficaz de o Serviço de Cooperação cumprir o seu papel. Tudo o que se dissesse ou se escrevesse sobre o Brasil,

⁶⁸ A Versão Oficial – Circulares do Ministério das Relações Exteriores 1930-1939. Serviço de Cooperação Intelectual. Circular nº 903 de 13 de agosto de 1934. AHI-119/05/04. Cadernos do CHDD, p. 129.

⁶⁹ A Versão Oficial. Circulares do MRE 1930-1939. Circular nº 903 de 13 de agosto de 1934. Brasília/Rio de Janeiro. Cadernos do CHDD nº 9 – FUNAG. 2006. p. 10.

ao que parece, seria controlado, e os intelectuais indicados para os projetos culturais seriam escolhidos após uma minuciosa e conveniente avaliação.

Enfim, o MRE, por intermédio de sua Secretaria de Estado, comprometia-se a fornecer todo o apoio necessário ao bom desempenho das missões. A sexta e última orientação da Circular nº 903 enfatiza: “só o conhecimento de tudo quanto se escreva a respeito da vida social e mental do Brasil permitirá ao Serviço de Cooperação Intelectual cumprir praticamente com o seu programa, que é inútil encarecer”.⁷⁰

Após três anos da primeira circular, o governo dinamizou o Serviço de Cooperação Intelectual, conferindo-lhe um novo *status* junto à diretoria-geral do Arquivo, Biblioteca e Mapoteca do MRE.

Através da Circular nº 1.130, de 16 de junho de 1937, estabeleceu-se as novas atribuições do Serviço de Cooperação Cultural:⁷¹

- 1– Facilitar o intercâmbio literário, artístico e científico no Brasil e no exterior, sendo órgão de ligação com o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual.⁷²
- 2– Representar o ministério, pelo respectivo chefe de serviço, na comissão brasileira filiada ao mesmo Instituto.
- 3– Colher os elementos que reflitam a cultura brasileira, não apenas literária, mas artística, científica e social; dar-lhes ampla divulgação no país e no exterior.
- 4– Incrementar a cooperação intelectual do Brasil com os grandes centros culturais estrangeiros.
- 5– Organizar fichários, tanto dos intelectuais brasileiros quanto das associações culturais no Brasil, reservando fichários à parte para os institutos congêneres que, no exterior, se interessam pelas coisas brasileiras.
- 6– Organizar bibliotecas brasileiras, para serem oferecidas às universidades e institutos culturais estrangeiros.

⁷⁰ Idem, p. 11.

⁷¹ A Versão Oficial – Circulares do Ministério das Relações Exteriores 1930-1939. Circular nº 1.130, de 16 de junho de 1937. Brasília/Rio de Janeiro. Cadernos do CHDD nº 9 – FUNAG. 2006. p. 247-248.

⁷² A criação do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual foi aprovada na Convenção de Educação ocorrida em Havana, em 1930, e reiterada pela VII Conferência Pan-americana de 1933.

7– Estudar as possibilidades de intercâmbio intelectual com os demais países, promovendo a visita, ao Brasil, de escritores, cientistas e artistas de reconhecido valor.

8– Promover o intercâmbio de professores e alunos das nossas universidades e estabelecimentos educadores com os dos países estrangeiros.

9– Organizar, anualmente, uma série de conferências, de caráter cultural, no salão de conferências do Palácio Itamaraty.

10– Promover a publicação de informações relativas ao movimento intelectual entre o Brasil e os países estrangeiros.

Estando a dois meses da instauração do Estado Novo, o governo está preocupado com o mapeamento dos intelectuais com os quais poderia contar, no Brasil e em países onde possuísse representação, e, de acordo com o exposto, pretendeu-se ampliar esses serviços para os demais países com os quais havia possibilidade de manter atividades de cooperação.

Não há uma observação específica sobre determinado país. A circular era destinada a todas as legações, consulados ou embaixadas do Brasil no exterior. Entretanto, se considerarmos o contexto de competição entre os países da região, para a conquista da preeminência econômica e política diante das vantagens de uma aliança com os EUA, concluiremos que essa última recomendação referida – que determinava a atenção irrestrita ao que fosse falado do Brasil no exterior – destinava-se, sobretudo, a impedir que a Argentina disseminasse uma contrapropaganda sobre o Brasil e suplantasse os interesses brasileiros naquele país. Pode-se notar essa preocupação nas observações dos diplomatas em correspondências ao Brasil.

Em 31 de agosto de 1937, Osvaldo Aranha escreveu uma carta de 11 páginas para Getúlio Vargas, de Washington, onde se encontrava como embaixador do governo brasileiro, expressando a sua preocupação com a formação da opinião pública dos americanos sobre o Brasil:

(...) temos que promover nesse país uma ofensiva no sentido de conquistar a sua opinião (dos EUA), porque é inútil ou quase ineficaz a conquista de seu governo. Se o Brasil não se decidir a fazer essa conquista, poderá, aqui, usufruir apenas de condições comerciais favoráveis, mas não deve, sob penas de arriscar a sorte de seu destino

político, contar com os Estados Unidos para as demais eventualidades que terá que enfrentar, quer para deter as cobiças internacionais, quer para deter as rivalidades e ambições sul-americanas.

(...) As grandes potências possuem aqui serviço permanente de propaganda, feitos por órgãos especializados de funcionamento discreto e eficiente e destinado a criar ambiente propício às atividades e objetivos de seus respectivos governos em todas as esferas da vida americana. Só a diplomacia não garante esse trabalho (ARANHA, 1937).

Oswaldo Aranha garante nessa carta que o Brasil precisa se esforçar mais para defender seus interesses, e a única fórmula continental conveniente ao país, segundo o chanceler, “é garantir a preeminência dos Estados Unidos em troca de seu reconhecimento da nossa supremacia na América do Sul”.⁷³

A pesquisa de Lindericy Souza Lins sobre a propaganda brasileira nos EUA entre os anos 1930 e 1940 (SOUZA LINS, 2013) revela que a Argentina, a principal concorrente do Brasil na guerra comercial, já possuía uma divisão de publicidade e propaganda naquele país, ligada à estrutura do Ministério das Relações Exteriores para fazer circular, entre a opinião especializada norte-americana, um noticiário “positivo” do país.

Instalado em Washington, esse serviço compreendia a contratação de uma agência de publicidade para trabalhar em torno dos interesses argentinos no país; possuía redatores dentro dos jornais e revistas americanos; dispunha de subsídios para jornais como *La Prensa*, de língua espanhola, bem como para agências de notícias. Contava ainda com uma diplomacia atuante, com adidos financeiros e econômicos – que articulavam os interesses do país na América do Norte (SOUZA LINS, 2013, p. 4).

O que se depreende desse estudo é que, desde o início do governo Vargas, o MRE vinha adequando a sua estrutura para atender às novas exigências de inserção do Brasil no novo conserto das nações, pós-crise de 1929. Cabia ao corpo diplomático, além das atribuições de comércio exterior, adequar a imagem do chamado governo revolucionário às possibilidades de abertura da nova ordem mundial e impedir ou “refutar notícias tendenciosas sobre o Brasil” (Cf. SOUZA LINS, 2013). Para tanto, os

⁷³ ARANHA, Oswaldo. CPDOC Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Oswaldo Aranha. CP 1937.05.03-1-Parte I.

serviços diplomáticos tinham preocupação extrema com a imagem que circulava do Brasil no mundo por meio de jornais, revistas e noticiários em geral.

Para se medir esse cuidado, durante a Revolução de 1932 a censura à imprensa estrangeira foi exercida pelo Itamaraty (SOUZA LINS, 2013, p. 9). Somente em 1939, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), essa tarefa seria atribuída a esse departamento; mesmo assim, seria ainda compartilhada pelo MRE, que mantinha em funcionamento toda a estrutura externa.

A partir da reforma de 1934 no Ministério das Relações Exteriores, reorganizaram-se as primeiras mudanças no caminho da sistematização dos intercâmbios e acordos intelectuais do Brasil com os demais países, além de definir melhor as atribuições desse setor ministerial. Na verdade, a circular de 16 de junho de 1937 redimensionou o Serviço de Cooperação Intelectual, conferindo-lhe um novo *status* junto à diretoria-geral do Arquivo, Biblioteca e Mapoteca do MRE.

Enquanto a primeira circular possuía um caráter de estabelecer fluxos ou “correntes de interesses e simpatias” entre o Brasil e as comunidades de intelectuais no mundo, a circular de 1937 procurava conferir um caráter permanente às atividades, formando uma base de apoio consistente entre intelectuais, que podemos interpretar como os primeiros passos para o estabelecimento de um programa permanente de cooperação cultural no exterior e que resultou na formação das Missões Culturais Brasileiras e na fundação de instituições para dirigir essas ações.

Em 1938, Osvaldo Aranha implantou uma reforma no Ministério das Relações Exteriores de tal forma que a Divisão de Cooperação Internacional passou para o Departamento Diplomático e Consular. Todas as orientações enfatizavam a organização dos dados sobre o Brasil para a sua divulgação no exterior e reafirmavam todos os convênios já assinados nessa área, anteriormente.

Em 11 de novembro desse mesmo ano, através da circular nº 1.260 o governo solicitou às missões diplomáticas no exterior que fizessem um mapeamento das comissões nacionais de cooperação cultural em países da América e de seu

funcionamento para cumprir o que fora recomendado pela II Conferência Geral das Comissões Nacionais de Cooperação Intelectual, ocorrida em 1937, em Paris.⁷⁴

1.3.2 Orientações para o programa pedagógico no exterior

Em 1943, o governo brasileiro definiu as orientações para o Programa Pedagógico no exterior, impulsionado pela possibilidade de atuar conjuntamente com os países da América Latina no projeto de implantação da Universidade Interamericana, no Panamá. Como esse projeto não teve continuidade, por razões já mencionadas, esse programa passou a orientar as atividades culturais do governo no exterior, em especial na América Latina, como teremos a oportunidade de apresentar por meio da documentação referente às atividades do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, no Capítulo 3 do presente trabalho.

O projeto pedagógico do Brasil no exterior não compreendia somente o ensino do idioma português e da literatura brasileira, mas também a difusão de conhecimentos que oferecessem uma visão geral sobre o Brasil, como História, Geografia e Estudos Brasileiros.⁷⁵ O Programa Pedagógico especificava o conteúdo das disciplinas e continha recomendações para que os professores brasileiros tivessem a mesma orientação, unificada de métodos e objetivos. Isso garantiria a continuidade dos cursos diante de presumíveis mudanças de professores.⁷⁶

O programa pedagógico teria a finalidade de difundir a cultura brasileira no exterior criando um ambiente de interesse, simpatia e aproximação entre os povos. As disciplinas não ofereceriam os conteúdos tradicionais ministrados nas escolas brasileiras, mas procurariam transmitir um conteúdo básico, para capacitar

⁷⁴ As missões diplomáticas deveriam levantar as seguintes informações nos países: como era a organização das comissões nacionais; qual a relação com o governo, as autoridades oficiais, as associações culturais e, especialmente, com o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual; que questões interessariam a essas comissões? Fazem intercâmbio com intelectuais, empregam a radiodifusão como recurso propagandístico e educativo? Como trabalham com a imprensa? Realizam intercâmbios entre estudantes e professores? Possuem um estatuto-padrão de funcionamento? Entre outras questões. Ler mais em Circular MRE 1.260. 11/11/1938. Versão Oficial. FUNAG. p. 289.

⁷⁵ AHI-RJ. Memorando 4.790 de 9.7.1943 de Temístocles Graça Aranha, diretor da Divisão de Cooperação Cultural do MRE ao ministro das Relações Exteriores.

⁷⁶ Os professores eram geralmente das universidades brasileiras (Universidade do Brasil, Universidade de São Paulo e Universidade do Paraná) e convidados a desempenhar um trabalho fora do Brasil por cerca de dois anos, ao final dos quais poderiam ser recontratados ou escolher outro país para atuar (Cf. NEPOMUCENO, 2012, p. 111-143).

minimamente os alunos estrangeiros. Seria dada relevância à participação interativa do aluno.

O programa propunha “aulas de debates”, oficinas de criação e, no caso do ensino da língua portuguesa, aulas de conversação com metodologia que facilitasse a orientação dos conteúdos. Na fixação dos aspectos gráficos da língua, deveriam os professores dispensar os modelos prontos e estimular a criatividade. Para as “aulas de debates”, recomendava-se interação absoluta com os discentes de várias formas: trocas de informações, apresentação de resumos de trabalhos, comentários de autores brasileiros ou autores dos países do corpo discente, traduções e versões. Recomendava-se ainda a distribuição periódica de exemplares de livros brasileiros, em forma de empréstimo ou prêmio, com o compromisso de os discentes opinarem sobre o conteúdo. Nesse item havia uma tácita recomendação: os livros deveriam ser contemporâneos, e por contemporâneos não fica claro se se referiam a autores contemporâneos ou às reedições, e os professores deveriam evitar os autores regionalistas, os “plebeístas” ou equivalentes, por apresentarem especificação verbal pouco usada na língua culta, cujo ensino deveria ser priorizado.

As aulas de História deveriam seguir o programa recomendado,⁷⁷ sempre que possível, mas os métodos poderiam variar para que a participação discente fosse garantida, bem como o interesse pelo conteúdo disciplinar. O curso de História era denominado “assistemático”, e poderia ter como estímulo comentários acerca de fatos e eventos que estivessem ocorrendo na vida cotidiana do país. Quanto aos episódios históricos envolvendo países da América Latina, a recomendação era de que deveriam receber, por parte dos professores, um tratamento distanciado, sem enaltecimento das diferenças e dos confrontos que por ventura tenham havido. Ao contrário, seguia a orientação: “O tratamento histórico em que se interpenetrem dois ou mais países deve ser feito no sentido de aproximação cultural”.

A disciplina de Estudos Brasileiros iria reunir todos os temas que ajudassem os alunos estrangeiros a formarem uma ideia a respeito da sociedade brasileira: seus costumes, sua arte, suas músicas, a economia, as cidades “e suas cores”, a educação, o

⁷⁷ Os temas estudados iam do descobrimento do Brasil, passando pelos ciclos econômicos desde a Colônia, invasões estrangeiras, movimentos insurgentes pela Independência, primeiro e segundo Reinados, até a República. AHI-RJ. Memorando do ministro Temístocles da Graça Aranha. 4.790.9.7.43. Anexo III.

pensamento jurídico, o ambiente científico, os transportes e as comunicações, entre outros aspectos que eram a somatória dos estudos históricos e geográficos. Todas as disciplinas deveriam ter suporte em uma vasta e “cultura” bibliografia, ou seja, sem autores “plebeístas” que usassem de linguagem vulgar. As preferências recaíam sobre autores consagrados e reconhecidos como representantes do país de alta linhagem.⁷⁸

Ao ler o programa e debruçarmos sobre a grade de conteúdo, teremos de reconhecer que o método proposto para o trabalho pedagógico dos orientadores era mais avançado que seu conteúdo. Ou seja, havia certo dinamismo metodológico, uma interatividade criativa e recomendações de cumprir o programa dentro das condições reais; mas, em relação aos autores indicados, o Brasil mostrava o peso da tradição culta na Literatura de fins do século XIX. A relação de livros indicados para as disciplinas mencionadas ficavam circunscritos a autores como Varnhagen, Capistrano de Abreu, Silvio Romero, Tobias Barreto, aos parnasianos e os românticos, pouco restando aos chamados contemporâneos, que eram os escritores do modernismo. O que se observa é que a efervescência modernista que tomava conta dos principais centros culturais do Brasil, especificamente em São Paulo, e que havia sido agregada aos projetos de Getúlio Vargas, parece não ter chegado às orientações da Chancelaria Brasileira. Parnasianos, realistas e românticos eram escolas literárias das mais criticadas naquele momento pelos intelectuais modernistas que pensavam em uma produção cultural que valorizasse o espírito pragmático e o progresso. Para os modernistas, essas escolas literárias eram exemplos de ausência de criatividade, pessimismo em relação à nacionalidade, tragédia e morbidez.

Era reservado à Literatura Brasileira, ao lado da História, um lugar de destaque. Ela deveria espelhar o grau de erudição do país. A crítica aos “plebeístas”, de linguagens vulgares e coloquiais, baseava-se na crença dos homens da cultura de décadas anteriores de que a literatura deveria expressar o nível de civilidade e de sobriedade cultural, como se acreditava existir nos centros europeus. A linguagem culta tinha preferência em relação à coloquial, uma vez que comprovaria a preocupação do Brasil em mostrar um capital cultural de alta qualificação. Seriam difundidos como exemplos de intelectuais, literatos e ensaístas Joaquim Nabuco, Mathias Aires, João Francisco Lisboa; os historiadores Francisco Adolfo Varnhagen, Oliveira Lima,

⁷⁸ Idem. Anexo V.

Capistrano de Abreu; os críticos literários Silvio Romero e José Veríssimo; além dos consagrados Rui Barbosa, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Castro Alves e os parnasianos (Olavo Bilac, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira); os românticos (José de Alencar e Gonçalves Dias); os simbolistas (Cruz e Souza, Alphonsus de Guimarães), entre outros. Da recém-fundada escola modernista, os livros em menor quantidade.⁷⁹

A orientação de não acirramento de conflitos entre culturas, no caso específico da disciplina de História, era uma recomendação presente em várias conferências e fazia parte de um projeto de superação de conflitos e de desconhecimento mútuo entre os países, uma nova forma de interpretar a História em benefício de um relacionamento mais tolerante.

As ideias que movem os projetos podem ser como estopins, rápidas, imediatas, mas as mudanças decorrentes desses projetos podem ser lentas e espelhar justamente o contrário do que se quer anunciar. A produção regionalista era o que havia de mais novo na nossa Literatura naquele momento, inspiradora como vimos do nosso modernismo, e documentavam através de suas histórias um atraso em determinadas regiões do país que se queria superar no projeto de modernização da Revolução de 1930.⁸⁰ Daí, talvez, a prioridade em enviar para os centros estrangeiros, as chamadas leituras universalistas que não tinham a preocupação de mostrar em suas páginas as características específicas de um desenvolvimento desequilibrado em regiões do Brasil, com enormes bolsões de pobreza.

1.4 Intelectuais com Getúlio: velhas e novas polêmicas

O governo Getúlio Vargas tinha a complexa tarefa de convencer a opinião interna e a opinião internacional, incluindo seus pares na América Latina, de que era possível conciliar a construção de um Estado moderno com instituições plenas e em funcionamento, com o controle centralizado da sociedade, dos grupos políticos, da imprensa e propaganda, e das políticas econômicas.

A relação de Getúlio com os intelectuais vem sendo estudada há muitos anos por historiadores que têm no acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História

⁷⁹ Idem. Anexo II.

⁸⁰ Eram escritores que estavam começando, mas já possuíam livros publicados nas décadas de 1930 e 1940: *José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Érico Veríssimo*.

Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, o CPDOC, o conjunto de fontes documentais capazes de nos oferecer um quadro bastante amplo sobre as razões que tornaram a relação entre Getúlio Vargas e intelectualidade brasileira uma dualidade imprescindível para se entender esse período histórico.

Fala-se de historiadoras como Helena Bomeny, que analisou os múltiplos poderes de Gustavo Capanema, um dos mais poderosos ministros de Getúlio, a partir de seu próprio acervo documental (2001); Ângela de Castro Gomes, com *Capanema: o ministro e seus ministérios* (2000); Mônica Pimenta Veloso, com *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo* (1987) e *A brasilidade verde-amarela* (1990); *Repensando o Estado Novo*, de Dulci Pandolfi (1999), entre outros.

Em *Constelação Capanema* (2001), a historiadora Helena Bomeny, uma das pesquisadoras que mais se dedicou à análise da documentação do arquivo do Ministro da Educação e Saúde de Vargas, Gustavo Capanema – de 1934 a 1945 –, procura responder como e que perfil de intelectual serviu ou foi rechaçado pelo governo getulista e em que momento, fase ou período de governo. Entender essas relações como somente um mecenato de Estado é não compreender que o projeto de modernização de Vargas possuía vertentes coincidentes com os projetos dos modernistas brasileiros entusiasmados com a criação de novas instituições que democratizassem o acesso às grandes massas, sobretudo as massas urbanas, na aquisição de bens e serviços públicos.

O Estado Novo exerce “um apelo substancial para a intelectualidade brasileira”, afirma Bomeny (2001, p. 17), ao ponto de, em determinados momentos, positivistas tradicionalistas, integralistas, socialistas, católicos e modernistas de várias áreas e matizes estarem trabalhando juntos.

De que intelectuais estaríamos nos referindo? Muitos deles foram acolhidos e atraídos pelas possibilidades de mudanças com a Revolução de 1930. Com o Estado Novo, muitos foram rechaçados, presos e perseguidos, portanto, tem-se que distinguir os diversos grupos ideológicos e entender a importância que tiveram na construção do projeto de nação de Getúlio Vargas.

Para Julien Benda (2003, p. 73), filósofo francês, os intelectuais teriam lugar num patamar quase estratosférico, em um “reino que não é deste Mundo”, refletindo e constituindo o arcabouço moral da humanidade, sem perseguir fins práticos, resultados

imediatos, mas “procurando satisfação no exercício da arte ou da ciência, ou da especulação metafísica, enfim, na aquisição de um bem não temporal (...)” (Id. p. 66).

Contrapondo essa visão, encontram-se vários filósofos, entre os quais destaca-se o filósofo e crítico literário palestino Edward Said (1935-2003), para quem os intelectuais, ao contrário, nascem dentro de uma realidade, possuem as suas tradições, praticam o idioma de sua cultura e têm uma formação circunscrita a determinada territorialidade. Para Said, o intelectual é um indivíduo que tem uma função pública e é dotado por uma vocação de representar, dar corpo e articular determinada mensagem a um (ou por um) público, e para isso ele tem um rosto identificável, um reconhecimento público.

Diferente do distanciamento da vida pública, a que deveriam estar destinados os intelectuais caracterizados por Benda, Said abraçou uma causa pública – a constituição do Estado da Palestina –, articulando e defendendo a criação de um Estado árabe e divulgando suas ideias pelo mundo. O intelectual estava envolto em circunstância e, longe de desqualificá-lo, tomando como exemplo o pensamento de Sartre e sua agitada vida, essas circunstâncias expõem o grau de humanidade, de realidade do intelectual, revelando-o como um indivíduo bem diferente daquele pensado por Benda, de homem infalível, quase divino, que só se digna a pensar os valores universais (BENDA, 2003, p. 28). Enfim, o que Said propõe é olharmos para esses intelectuais reconhecendo a sua condição humana, complexa e paradoxal.

Acompanhando o governo de Getúlio, em seus diversos momentos, diferentes intelectuais estiveram compromissados com seus programas de construção do Estado Moderno, de montagem de políticas de proteção para camadas importantes da sociedade em variados campos, como educação, saúde, trabalho, cultura, artes e arquitetura, administração pública, proteção do patrimônio público etc.

Toda a reestruturação do Estado e a criação de instituições que organizassem os serviços públicos, as demandas da sociedade, explicam a inserção maciça de intelectuais de várias esferas do conhecimento nos programas do governo. Intelectuais muitas vezes de concepções estratégicas diferentes das que orientavam algumas polícias do governo, mas que viam naqueles programas a oportunidade de realização de antigos projetos ou de novas e modernas oportunidades de tornar públicos e duradouros serviços e bens que até então, com a república dos oligarcas, não havia sido possível implantar. Caso bem representativo nesse estudo foi o do poeta paulista, Mario de Andrade, crítico de arte ,

vanguarda do Movimento Modernista de 1922, autor de uma extensa pesquisa etnográfica, por todo o Brasil, de fundamental importância para a cultura brasileira, sob os auspícios do Ministério da Educação.

Muitos intelectuais, pensadores, literatos e artistas estiveram com Getúlio somente por alguns períodos e afastaram-se por não concordarem com as orientações no transcurso do governo. O educador Anísio Teixeira, por exemplo, partidário de uma democratização do sistema de ensino e que promoveu modificações fundamentais, valorizando a pesquisa científica como suporte necessário à Educação, atuou junto com Capanema até 1935, quando discordou dos rumos da política educacional⁸¹ e demitiu-se. O escritor Monteiro Lobato, parte integrante da campanha pelo petróleo, discordou da estratégia de exploração empregada por Getúlio, o que lhe valeu a prisão, em 1941, após a publicação de um livro contra a influência de trustes norte-americanos. Após a prisão, tornou-se ferrenho opositor de Getúlio.

O escritor Graciliano Ramos fez o caminho inverso. Teve uma trajetória independente até 1945, como jornalista e escritor. Em 1936, foi preso pela polícia política de Getúlio, sob a alegação de participar da conspiração do levante de 1935. Escreveu *Memórias no Cárcere* nesse período, registrando suas experiências na prisão. Em 1938, escreveu a Getúlio mostrando indignação por ter sido preso sem processo ou prova que o incriminasse. Não entregou a carta, mas em 1945 foi nomeado por Gustavo Capanema, Ministro de Getúlio, para o cargo de Inspetor Federal do Ensino Secundário do Rio de Janeiro.

O jornalista mineiro, escritor e político Afonso Arinos, irmão de Virgílio de Melo Franco, um dos articuladores da revolução de 1930 e filho (ambos) de Afrânio de Melo Franco - aliado de Getúlio na Revolução de 1930 e primeiro ministro das Relações Exteriores do Governo Provisório - foi um dos autores do Manifesto dos Mineiros, em 1943, contra o Estado Novo. Esse documento daria importante impulso à reação dos intelectuais brasileiros contra Getúlio.⁸² Amigo de infância de Capanema,

⁸¹ Anísio Teixeira afastou-se da educação durante todo o período do Estado Novo, quando o autoritarismo predominou em todas as áreas, mas voltou aos poucos: no governo de Juscelino Kubischek, assumindo a direção da Universidade Nacional de Brasília, UNB, ao lado de Darcy Ribeiro e fazendo parte do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) no governo de Jango Goulart até 1964. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4203>>.

⁸² Afonso Arinos foi punido por Getúlio. Foi aposentado compulsoriamente do Banco do Brasil. Uma tática comum desfechada pelo estadonovista contra desafetos (CAMARGO; TEIXEIRA; MARIANI, 1983).

Afonso Arinos participou da missão cultural brasileira em Montevidéu em cursos ministrados na Universidade da República do Uruguai, e em Buenos Aires, em 1938, 1939 e 1944, junto com demais professores de diversos países da América Latina.⁸³

Com os jornais da época ocorreu o mesmo. Periódicos importantes como *O Estado de São Paulo* e *Diário Carioca*, partidários da Revolução de 1930, sofreram empastelamento e intervenção durante muitos anos a partir de 1932, tendo seus jornalistas presos e alguns exilados do país.

O reconhecido músico brasileiro Heitor Villa Lobos foi convidado por Anísio Teixeira para dirigir a Superintendência Musical e Artística (Sema), num projeto que mesclava o desenvolvimento musical nas escolas do Brasil baseado no tripé educação artística, educação cívica e disciplina. Villa Lobos criou corais orfeônicos composto de 10 a 12 mil pessoas chegando a reger um megacoral de 40 mil integrantes e mil músicos.⁸⁴ Com o Estado Novo, aumentou o prestígio dos grupos orfeônicos. O músico divulgou e introduziu no repertório da sociedade brasileira as temáticas populares na música e os instrumentos considerados “não nobres”, de uso dos musicistas populares.⁸⁵ Escreveu sobre cantos populares e sobre a herança musical dos negros, entre outros temas resultantes de suas pesquisas pelo Brasil. Críticos de Arte Brasileira, entre eles, José Ramos Tinhorão, já se penitenciaram por terem chamado Villa Lobos de músico da Ditadura, ou Portinari de “Pintor do Getúlio”.

O artista gravador Lívio Abramo, trotskista declarado, trabalhou na *Revista S. Paulo*, criada pelo interventor de São Paulo, Armando Sales de Oliveira,⁸⁶ como editor gráfico, fazendo ilustrações e fotomontagens ao mesmo tempo em que trabalhava no *Diário da Noite*. A *Revista S. Paulo* foi fundada em 1936 e era editada por Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia,⁸⁷ duas das principais figuras do Modernismo paulista. Em 1936, Lívio Abramo foi preso pela polícia política de São Paulo, e Cassiano Ricardo, em 1937, assumiu a direção de um dos principais periódicos do Estado Novo, o jornal *A Manhã*, bem como a programação da Rádio Nacional.

⁸³ Afonso Arinos esteve em Montevidéu em 1938 (ARINOS FILHO, 2001, p. 55).

⁸⁴ Evento ocorreu no Estádio Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em 1942.

⁸⁵ Disponível em: <<http://www.cadernoversa.com.br/index.php/post/17>>.

⁸⁶ Armando Sales de Oliveira, paulista, interventor de São Paulo de 1931 a 1935, candidato à presidência da República em 1937, nos momentos que antecedem o Estado Novo. Sales de Oliveira foi o criador da *Revista S. Paulo*.

⁸⁷ Disponível em: <<http://www.fotoplus.com/rico/ricotxt/wrsp.htm#nota9>>.

A classificação do sociólogo baiano Alberto Guerreira Ramos (1915-1982), exemplifica com bastante propriedade, os estilos e concepções de intelectuais que estiveram à frente do projeto de Getúlio Vargas, em muitos momentos de seus governos: o mineiro Francisco Campos destacou-se como o ideólogo da legalização do Estado Novo [e autoritário] de 1937; Gustavo Capanema, detentor de ministérios que hoje seriam o da Educação, Cultura e Saúde, concentrou a arregimentação de intelectuais para atuação em todos esses campos; Lindolfo Collor e Agamenon Cavalcanti que elaboraram a legislação trabalhista e instituíram as organizações sindicais de tal forma a assentar as demandas nessa área; Oliveira Viana e Azevedo Amaral fundamentaram teoricamente a administração centralizadora e autoritária do novo governo.

O próprio Alberto Guerreiro Ramos, que assessorou o presidente Vargas no seu último governo, classificou a participação dos intelectuais por seu grau de compromisso com o projeto do Governo; havia os independentes, como Caio Prado Junior, Nestor Duarte e outros, com publicações questionando o governo Vargas, e havia os intelectuais confrontativos, que, mesmo tendo sido em alguns momentos aliados do governo, ofereceram-lhe oposição, tais como Luís Carlos Prestes, do PCB, Otávio Mangabeira, Aparício Torelly, ou Barão de Itararé, entre outros (RAMOS, 1980 apud BOMENY, 2001, p. 8).

Tais classificações elaboradas pelo sociólogo Guerreiro Ramos nos dão apenas o perfil genérico desses intelectuais e mostram que muitos deles estiveram próximos aos projetos de Getúlio em determinados momentos e distantes ou em franca oposição, em outros. Houve ideólogos do governo Getúlio que estiveram com ele desde a movimentação em São Borja, em 1928, e os que foram atraídos por um projeto modernizador que levaria a um desenvolvimento nacional com mais igualdade social, com maior estabilidade política. Esses provinham especialmente de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Em *A brasilidade verde-amarela*, Mônica Velloso nos mostra como o regionalismo expresso pelos escritores como tendência pré-modernista, surgido na década de 1920, foi incorporado a um imaginário de construção de nação que visava exaltar os valores genuínos como modelo de nacionalismo. Não mais o nacionalismo ligado às características românticas e cientificistas, mas a um nacionalismo baseado na rica tradição cultural das regiões do Brasil. A questão nacional aparece de diferentes

formas no movimento modernista. Em São Paulo, intelectuais e artistas ligados aos movimentos Verde-Amarelo e Anta, aglutinados em torno de Menotti Del Picchia, Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Cândido Mota, pensam o nacional como a valorização dos mitos de fundação e na importância de São Paulo exercer a hegemonia cultural em relação ao restante do Brasil.⁸⁸ Esses intelectuais posicionavam-se contra Getúlio na Revolução de 1932 e, mesmo depois de derrotados, os intelectuais paulistas reafirmavam o espírito bandeirante como herói nacional, “abandonando os ideais separatistas e aderindo ao novo governo”, como nos revela Mônica Velloso (1990).

O mito do bandeirante paulista, forte e desbravador, é transformado por Cassiano Ricardo no protagonista do livro *Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*,⁸⁹ lançado em 1940. Responsável pela ocupação dos grandes vazios territoriais no Centro-Oeste do país e de restabelecer o equilíbrio sob a direção de um líder forte e dotado das qualidades como o bandeirante, personagem que sugeria, aos olhos do autor, semelhanças com as habilidades pessoais do novo presidente e com seus propósitos. Não por coincidência, o título do livro é o mesmo atribuído ao programa de ocupação do interior do país, a partir de 1938, instituído por Getúlio Vargas: “Rumo ao Oeste” e, depois, “Marcha para Oeste”.⁹⁰

Cândido Mota Filho e Menotti Del Picchia, além de Mário de Andrade, ocuparam por um bom tempo cargos públicos no governo de Vargas, os dois primeiros com Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), e Mário de Andrade no Ministério da Educação, comandado por Capanema. Cassiano Ricardo passou a editar o jornal *A Manhã*, órgão oficial do Estado Novo. Para Velloso, “As ideias regionalistas desse grupo de intelectuais vão ser absorvidas pelo regime, que as integra como dimensão constitutiva do projeto nacional” (VELLOSO, 1990, p. 12). Durante a inauguração da Sociedade denominada “Cruzada rumo ao Oeste”, em Goiânia, Vargas resumiu:

⁸⁸ Para Mônica Velloso, a hegemonia de São Paulo era vista pelos intelectuais como necessária para a defesa da nação ameaçada pela “democracia caricata” de Getúlio Vargas (VELLOSO, 1990, p. 9).

⁸⁹ Este livro é um endosso ao projeto de ocupação da região Centro-Oeste do Brasil, elaborado por Getúlio Vargas, e que tinha como objetivo ocupar as terras dessa região, eliminando com os grandes vazios territoriais resultantes de uma política oligárquica que o Estado Novo queria romper. O livro tem 585 páginas com ilustrações do gravador Lívio Abramo.

⁹⁰ CASSIANO, Luiz de Carvalho. *Marcha para o Oeste apontou um itinerário para o Estado Novo*. Disponível em: <<http://doc.brazilia.jor.br/Historia/Marcha-para-Oeste-Cassiano-Ricardo.shtml>>. Acesso em: 17 maio 2015.

(...) o programa “Rumo ao Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo (VARGAS, 1940, p. 31).

A prisão do escritor Monteiro Lobato em 1941, sob a argumentação jurídica de que infringira o artigo 3º do Decreto-Lei nº 431, de 1938, que tratava como crime contra a segurança do Estado e a ordem social a contestação aos poderes públicos, compõe uma narrativa exemplar de como eram conflituosas as relações entre intelectuais e Estado. Escritor já consagrado no meio intelectual, Monteiro Lobato enviou ao presidente Getúlio e a seu ministro do Exército Góes Monteiro uma carta, acusando o Estado brasileiro de obstruir as demandas das empresas nacionais para a exploração do petróleo em detrimento de possível proteção ao truste Standard-Royal Dutch. Considerada injuriosa e acima de tudo ostensiva às leis de Segurança Nacional, a carta de Monteiro Lobato foi motivo suficiente para que o escritor fosse condenado a seis meses de prisão.

Durante seu julgamento, Lobato confirmou suas acusações, concordando que o Conselho Nacional de Petróleo era um instrumento do imperialismo da *Standart Oil* e que o presidente fora displicente por não interferir na situação. Não fosse Monteiro Lobato um intelectual de renome, o desfecho do caso poderia ter sido outro. A defesa se interpôs, dando ênfase à figura de Lobato e ao reconhecimento de suas habilidades intelectuais, reconhecidas, inclusive, além fronteira.

Reconhecia a defesa certa paixão manifesta, mas, por outro lado, “o denunciado fulgurava como uma das maiores expressões da nova mentalidade e de nossa cultura, honrando-a dentro e fora de nossas fronteiras”.⁹¹ “Lobato teria sido levado somente pelas paixões do bem público e da verdade, com seu amor às grandes causas”.⁹²

⁹¹ FREIRE, Hilário; MEDRADO DIAS, Waldemar. A prisão de Monteiro Lobato. *OAB-SP*. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/grandes-causas/a-prisao-de-monteiro-lobato>>. Acesso em 17 maio 2015.

⁹² Cf. sobre a prisão e o processo de julgamento de Lobato em FREIRE, Hilário; MEDRADO DIAS, Waldemar. A prisão de Monteiro Lobato. *OAB-SP*. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/grandes-causas/a-prisao-de-monteiro-lobato>>. Acesso em 17 maio 2015.

A essa altura, a militância de Lobato pela nacionalização do petróleo já havia angariado amplo apoio popular e seu livro *O escândalo do petróleo*, editado em 1936, que já havia vendido 36 mil exemplares. Não havia como negar a popularidade do autor e réu como também uma proximidade, já pública, com o presidente da República. Lobato já o havia alertado, inclusive, por cartas, desde 1935, sobre as dificuldades que teria o presidente para se sobrepor aos interesses das multinacionais e de seus aliados dentro do governo para impedir que o Brasil assumisse o controle do petróleo.⁹³

Ao final de alguns meses de prisão, Lobato foi beneficiado por um indulto presidencial, mas continuou sua campanha. A partir dessa época, “O Petróleo é nosso” uniu em uma só frente políticos conservadores e intelectuais de várias matizes ideológicas contrárias às multinacionais, sobretudo dos militares francamente favoráveis à nacionalização do petróleo.

Do ponto de vista do projeto econômico do Governo Vargas, a campanha do petróleo representa uma passagem paradigmática para entendermos a combinação de interesses que aproximou o governo nacionalista e centralizador de Vargas aos projetos de modernização na vida cultural dos intelectuais brasileiros.

Os projetos de Getúlio para o Brasil coincidiam em muitos pontos com o pensamento dos intelectuais e que, desde o período pós-Primeira Guerra Mundial,

⁹³ Carta de Lobato a Getúlio Vargas:

“São Paulo, 19 de agosto de 1935

Dr. Getúlio Vargas

Rio de Janeiro

Excelentíssimo Senhor:

Conforme previ na última audiência que me foi concedida a 15 do corrente, há alguém interessado em embarçar a ação da Cia Petróleos do Brasil, dificultando a obtenção da autorização para que ela siga seu curso natural, fora das restrições do Decreto nº 20.799, que, em requerimento ao Ministério da Agricultura, foi pedida. E como V. Excia., me autorizou, neste caso, a recorrer diretamente a V. Excia., como guardião que é dos verdadeiros interesses nacionais, sou forçado a lançar mão desse recurso.

Negam-nos a autorização pedida, dificultando, retardando, protelando o necessário decreto. Isso vem impossibilitar a atividade da Cia Petróleos do Brasil. Os homens contratados à custa de tanto sacrifício monetário para procederem em nosso território quatro meses de provas, nada poderão fazer já que a companhia que os contratou não pode fazer contratos de opção nos terrenos a serem examinados. E desse modo terão de regressar para a América do Norte sem que o Brasil se beneficie das vantagens incomensuráveis da série de provas previstas e para as quais a nossa empresa se formou.

Isso constitui um crime imperdoável, além de denunciar de modo esmagador que há gente paga por estrangeiros para que o Brasil não tenha nunca o seu petróleo. Em vez de, pelas funções de seus cargos, esses homens tudo fazerem para que tenhamos petróleo, quanto antes, tudo fazem para que não o tenhamos nunca. O caso é, pois, desses que pede a imediata intervenção de homens que, como V. Excia., só têm em vista os altos interesses do País.

Assim, de acordo com a promessa que V. Excia. me fez, venho denunciar a manobra da sabotagem burocrática e pedir o remédio urgente.

Respeitosamente, subscrevo-me, JB Monteiro Lobato.”

Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/MonteiroLobato/monteirolobato/cartaget.html>>.

moviam as produções literárias e artísticas no Brasil. “Criar a Nação!” Eram essas as palavras de ordem que mobilizavam os intelectuais na perspectiva de romper com o atraso cultural e a dependência gerada pelo passado colonial e oligárquico. O objetivo das produções culturais desse início de século voltava-se para esses propósitos. Esse era o novo papel do intelectual, muito embora, segundo a historiadora Mônica Velloso, os intelectuais brasileiros desde o Império, se autoatribuíram a tarefa de educar o povo, de pensar as instituições, pensar a nação, desenvolver o pensamento cívico.

A organização nacional seria a prioridade para o país, e artistas e literatos deveriam se comprometer incorporando suas habilidades de expressão, atribuindo sentidos e valorizando as tradições culturais do povo brasileiro a esse projeto (VELLOSO, 1990, p. 23). O mito cientificista caía por terra: “Na constituição do projeto do Estado nacional, literatura e política caminham juntas como irmãs siamesas. A arte é definida como o saber mais capaz de aprender o nacional, portanto, o mais apto para conduzir a organização do país” (VELLOSO, 1990, p. 23). O que passava a valer não eram o cientificismo nem o intimismo que movera os artistas românticos, mas a arte comprometida com um projeto de nação que revelasse emoção e necessidade coletivas e necessárias a essa etapa de integração cívica. E São Paulo era o modelo a seguir, pois incorporava o desejo de rompimento do atraso, de urbanização, da criação de instituições, da industrialização etc. Por isso a importância dos intelectuais paulistas no governo de Getúlio, mesmo após a derrota da Revolução de 1932, como já mencionamos.

As disputas que surgiram entre intelectuais brasileiros pela hegemonia cultural entre Nordeste, Rio de Janeiro e São Paulo ocorreram dentro da perspectiva de definição dos principais modelos de nacionalidade. Questões sobre tipos e representações surgiram, mas sempre na perspectiva de exaltação dos valores nacionais.

As várias correntes modernistas se formaram nos anos 1920 e carregaram para as décadas seguintes suas diferenças acerca de quem seriam os atores mais importantes para representar a brasilidade. Divergências à parte, as várias correntes modernistas acreditavam, porém, que somente o Estado teria capacidade de concentrar as ações de transformação do Brasil rural e atrasado para o Brasil moderno e urbanizado. Só ele teria “visão prática e realizadora” para tal fim (VELLOSO, 1990, p. 61).

1.4.1 Contra propaganda do Estado Novo

Em *Multidões em cena. Propaganda política do varguismo e peronismo* (2008), a historiadora Maria Helena Rolim Capelato nos revela como os governos totalitários souberam usufruir dos avanços dos meios de comunicação nas décadas de 1930 e 1940, especialmente o rádio e o cinema, controlando os meios de difusão e produção cultural (CAPELATO, 2008, p. 44). Foi somente a partir de 1937 que a propaganda, veiculada por vários meios, tornou-se a coluna de sustentação de seu governo.

Vargas queria conquistar amplos setores da população e transmitir valores que apontavam para a valorização do papel do Estado como centro das mudanças estruturais do país, como também a justificativa de um líder forte, centralizador, que promoveria a integração das massas dentro de um novo projeto de identidade nacional (CAPELATO, 2008, p. 44).

Por esse motivo, analisa Mônica Veloso, o Estado Novo produziu um farto material que ia desde as biografias do grande líder, escritos políticos, discursos, livros, obras dos ideólogos do regime, revistas literárias e de cultura em geral, até fotos, filmes, cartazes, panfletos, músicas, programas de rádio, entre outras produções (VELLOSO, 1990, p. 45).

Havia campo de trabalho para centenas de intelectuais nas emissoras de rádio, nos jornais e meios de propaganda criados pelo regime, na produção de filmes e documentários, nas gráficas e editoras, como também nos centros educacionais e artísticos. Nas mãos de Gustavo Capanema, o Ministério da Educação e Saúde compreendia até 1939 a Publicidade, Propaganda e Difusão Cultural, incluindo o Instituto Nacional de Cinema. Garantia com isso a centralização ideológica de tudo o que era produzido sobre o regime de Vargas.

Somente a partir de 1939 essas funções ficam sob a responsabilidade do DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda, criado para esse fim específico. Dirigido durante anos por Lourival Fontes, esse órgão teria a função de construir a imagem do presidente e controlar os meios de comunicação cujos ideais não coadunassem com os do Estado Novo. Produziu-se uma enormidade de peças de propaganda e havia controle direto sobre os meios de comunicação. Os jornais, investidos de uma nova função de caráter público, tornaram-se instrumentos da doutrina do Estado Novo e através do artigo 1.222; a liberdade de imprensa dava lugar a uma férrea vigilância do Estado

(VELLOSO, 1990, p. 79). Muitos veículos eram impedidos de circular. “A partir de 1940, 420 jornais e 346 revistas não conseguiram registro no DIP”, segundo levantamento realizado pela historiadora (1990, p. 79). Por certo, veículos dirigidos pela oposição. É o caso de três periódicos, sobre os quais tivemos a oportunidade de analisar, e que circularam clandestinamente durante o Estado Novo. Um deles é a *Revista Seiva*, primeira revista comunista de veiculação restrita ao Estado da Bahia; os outros são os jornais *A Democracia* e *O Republicano*, financiados e editados respectivamente por inimigos de Vargas nas cidades de Rivera, no Uruguai, e em Santana do Livramento, na divisa entre os dois países.

1.4.1.1 A *Revista Seiva* e o PCB da Bahia

Com a derrota do levante civil-militar de 1935, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) passou a atuar fortemente no campo da cultura. Na Bahia, os militantes aglutinaram-se em torno da criação da *Revista Seiva*, em 1938, a primeira revista antifascista que circulou no Brasil, em pleno Estado Novo, no auge da vigência do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) de Getúlio Vargas.⁹⁴

Ora clandestino, ora na reduzida legalidade, o PCB conseguiu, por meio dessa publicação, reunir em torno de seu projeto editorial cerca de 200 articulistas, entre os quais o historiador Leôncio Basbaum, Manoel Bandeira, Murilo Mendes, Oswaldo Aranha, Raul Bopp, o poeta chileno Pablo Neruda, o francês Roman Rolland, o argentino Rodolfo Puiggrós, Rubem Braga, Samuel Wainer, Sergio Milliet, o alemão Thomas Mann, Carlos Drummond de Andrade, Jorge Amado e dezenas de outros que escreviam protegidos por pseudônimos, tais como Carlos Lacerda (Julio Bastos) e o próprio Leôncio Basbaum (Luis Bastos).⁹⁵

Quais teriam sido os objetivos da *Revista Seiva* e por que aceitaram escritores, literatos e políticos não comunistas na sua redação são perguntas cujas respostas nos levam a pensar que, para a direção do PC Brasileiro, a Revista deveria expressar o

⁹⁴ *Seiva* saía às ruas com tiragem de 1.500 exemplares. A primeira fase foi de 1938, ano de sua criação, até julho de 1943, em que editou 18 números. Era trimestral. A partir de 1943, esteve fora das bancas por oito meses. Até 1940 foi impressa em gráficas simpatizantes do PC, e depois em gráfica própria. Era distribuída por todo o Brasil, para bibliotecas e núcleos políticos, e para a América Latina, sem regularidade definida, refletindo com isso a própria situação da trajetória do PC no Brasil (FERREIRA, 2012).

⁹⁵ Cf. FERREIRA, 2012.

pensamento das tendências democráticas do país e a visão antifascista da intelectualidade brasileira. Seria o elemento aglutinador de pensadores não só comunistas, mas também brasileiros democratas e intelectuais de toda a América.

Em *Seiva*, surgiu um dos primeiros manifestos conclamando todos os intelectuais brasileiros a compor uma frente em torno dos objetivos acima mencionados:

Mensagem aos Intelectuais da América

Quando do outro lado do Atlântico o ódio e a discórdia cavam barreiras profundas entre os povos, SEIVA surge com os propósitos de unir a inteligência de toda a América em um largo abraço de amizade e compreensão. A mesma disposição de defender a dignidade do pensamento e a civilização contra a onda avassaladora do barbarismo, solidariza todos os intelectuais honestos do Universo, especialmente os da América, reduto invencível de paz, mas que se levantará como um só homem contra o que ouse desrespeitar o solo de qualquer de uma de suas livres nações.

Para essa tarefa de tornar cada vez mais real a cordialidade entre os povos e resguardar o pensamento humano e dos atentados que contra ele se vão preparando, numa proporção assustadora, urge a união de todos da América para onde se volve a cobiça dos imperialismos expansionistas, união que deve ser começada por seus intelectuais, defensores natos da cultura e do progresso da humanidade.

SEIVA tem, portanto, as suas colunas abertas a todos os escritores interessados da América que simpatizem com essas orientações e queiram contribuir para o estreitamento das nações americanas (...) (FERREIRA, 2012, p. 48).

A historiadora Carine Dalmás, autora da tese sobre os escritores comunistas de Brasil e Chile, aprofundou essa explicação afirmando que a *Revista Seiva* reorganizaria na legalidade as ações do partido que foram interrompidas pela prisão de suas principais lideranças, bem como ampliaria a atuação do Partido no campo democrático atraindo simpatizantes e uma ampla comunidade cultural.

Nesse momento, o Partido Comunista Brasileiro caminhava para a formação de uma Frente Única pela Democracia, admitindo ou defendendo taticamente bandeiras que antes não considerava de teor comunista, como as liberdades civis, direito a voto,

entre outras (DALMÁS, 2012). Nessa fase, e seguindo também a orientação da III Internacional Comunista, acreditavam que um governo disposto a combater os resquícios da economia feudal (ou colonial), desenvolver o capitalismo e a consequente formação de um proletariado forte, este sim, vanguarda de futuros processos revolucionários, esse governo deveria ser apoiado. A III Internacional Comunista defendeu o socialismo em escala mundial para combater o capitalismo, também organizado em escala mundial. Por isso, mesmo com o golpe de 1937, que instaurou o Estado Novo, parte do Partido Comunista sustentou esse propósito.⁹⁶

Seiva circulou de 1938 a 1943, e depois de 1950 a 1952. Em comparação a outros periódicos de resistência de esquerda no Brasil, a revista baiana teve um razoável período de circulação. A maior parte, segundo levantamento da historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, em *A imprensa confiscada pelo Deops – 1924-1954*, não passava do primeiro número.

Seiva atravessou várias fases, que eram resultantes do percurso instável do próprio partido, como já foi mencionado. De 1939 a 1941, apesar da desarticulação do Partido e da perseguição tenaz aos periódicos comunistas e aos seus líderes, *Seiva* permaneceu de pé. Em 1942, com a formação das frentes antifascistas, seus intelectuais posicionaram-se pela formação da Frente Nacional Antifascista com todos os setores que se colocavam contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

Mas as boas possibilidades de *Seiva* estimular ações de políticas de massa duraram pouco. Em 1943, a revista conseguiu uma entrevista exclusiva com o general do Exército brasileiro Manoel Rabello, criticando a condução do governo de Getúlio no momento extremo da Segunda Guerra. Essa entrevista provocou a prisão dos articulistas, uma vez que revelava, por meio de fonte oficial e indiscutível, a pouca determinação dos esforços de guerra do Brasil para aderir aos países aliados.

O fechamento da revista representava naquele momento uma grande cisão que estaria ocorrendo dentro do Partido Comunista. Se a direção da Internacional Comunista

⁹⁶ Teria sido dessa época a formação de uma linha, denominada de ultradireitista, que apoiaria, na década de 1940, o governo Getúlio Vargas (Cf. DALMÁS, 2012). Os comunistas frontalmente opostos do governo sofreram de 1939 a 1942, especificamente, justamente no período de circulação da revista, uma perseguição implacável da polícia política de Getúlio. Esse estudo, no DEOPS de São Paulo, foi realizado pelo historiador Álvaro Gonçalves Antunes Andreuci e por Valéria Garcia de Oliveira em *Cultura amordaçada: intelectuais e músicos sob a vigilância do Deops – Inventário Deops. Módulo VI – Comunistas*. São Paulo: Imesp, 2002.

sugeria, desde 1941, mudança de tática e apoio a Getúlio, as bases partidárias no Brasil entravam em conflito diante das contradições do governo getulista que, apesar de se declarar do lado dos Aliados e da União Soviética, internamente perseguia e prendia seus opositores e empastelava jornais da oposição.

O exemplo de *Seiva*, na Bahia, como estímulo à criação de núcleos antifascistas de massa que se espalharam por todo o Brasil, ficou registrado na História. Depois de fechada, seus colaboradores passaram a escrever em outros jornais, pensando já nos momentos seguintes ao final da Guerra, que terminaria em 1945 e marcaria a deposição de Getúlio Vargas.

A revista teve o cuidado de criar um projeto literário, e a orientação passada para seu corpo editorial era de que o mesmo deveria colaborar para diminuir as fronteiras culturais existentes entre o norte e o sul do país, valorizando os elementos da tradição do nordeste brasileiro e seus novos autores. O propósito era projetar no âmbito nacional a região nordestina conferindo-lhe igual condição no conserto das decisões nacionais.⁹⁷ A história de autores do nordeste, tais como Jorge Amado, está muito ligada à história do PCB e da *Revista Seiva*.

1.4.1.2 Jornal *A Democracia*, em Rivera

Diferente de *Seiva*, o jornal *A Democracia*, criado em 1938 na cidade de Rivera, no Uruguai, objetivou articular um polo de oposição ao governo Vargas, com ramificações no Paraguai e na Argentina, sob a liderança do ex-governador gaúcho Flores da Cunha.

Opositor ao governo de Oscar Fontoura no Rio Grande do Sul, o qual havia sido beneficiado por Vargas na disputa para o governo do Estado, Flores da Cunha iniciou uma campanha de críticas e denúncias de corrupção e má administração pública contra Vargas e Fontoura. Exilado em 1937, após o golpe do Estado Novo, Flores da Cunha foi para o Uruguai e financiou o jornal *A Democracia*, iniciando não só uma campanha pesada contra Getúlio, como também articulações com setores políticos descontentes do

⁹⁷ Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, era tido como o exemplo de escritor a ser seguido, dado que foi um autor que conseguiu mostrar as fronteiras culturais que dividiam o Brasil, o completo isolamento de regiões extensas do país e as condições reais do sertanejo. Também como Euclides da Cunha, Castro Alves, o poeta da Liberdade, era tido como vanguarda do futuro, exemplo a seguir. Ou ainda Lima Barreto, também enaltecido pelos escritores, comunistas e não comunistas. (Cf. DALMÁS, 2012, p. 137).

Paraguai e da Argentina. O jornal procurava destruir o mito criado em torno de Vargas, enaltecendo figuras como Raul Pilla, Lindolfo Collor, Plínio Salgado e Armando Salles de Oliveira, Octávio Mangabeira, entre outros. Todos punidos por Vargas, exilados na Europa ou na Argentina, ou aposentados compulsoriamente, como o ex-chanceler baiano Octávio Mangabeira, docente da Universidade da Bahia.

O alcance desse periódico junto à opinião pública do Brasil, sobretudo no Rio Grande do Sul e na região do Prata, foi tamanho que Vargas tentou silenciar aquela tribuna de oposição enviando para o Uruguai um aliado, também gaúcho, João Batista Luzardo, antigo desafeto de Flores, com demonstrações de um passado truculento e autoritário, para substituir o embaixador Felício.⁹⁸ Ele foi encarregado de vigiar Flores no Uruguai, que estaria articulando uma ofensiva contra o Estado Novo.

Segundo a pesquisadora Adriana Bellintani (2002, p. 19), autora do livro *Conspiração contra o Estado Novo*, Vargas teria conseguido o fechamento do jornal *A Democracia* diante de um acordo com o presidente uruguaio, na época o ditador Gabriel Terra, com o qual Vargas mantinha excelente relacionamento, como veremos no capítulo seguinte. Antes, porém, houve várias tentativas de invasão direta da polícia política do Brasil na sede do jornal, em Rivera.

Segundo a documentação utilizada pela autora, Luzardo encarregou-se de vigiar a atuação de Flores da Cunha, dirigia-se diretamente ao presidente Vargas e intermediava acordos políticos para o fechamento do jornal,⁹⁹ tentativa que se mostrou vitoriosa com a prisão do editor do jornal pela polícia federal uruguaia.

1.4.1.3 Jornal *O Republicano*, no Rio Grande do Sul

Em 1941, em meio à Segunda Guerra e de intensa propaganda democrática por parte dos países aliados, Flores da Cunha produziu um novo jornal, denominado *O*

⁹⁸ João Batista Luzardo (1892-1982) esteve com Vargas desde a campanha à presidência, na qual saiu vitorioso Júlio Prestes, e em seguida, na Revolução de 1930. Foi nomeado para chefe da Polícia Federal, destacando-se na repressão aos movimentos de esquerda (CPDOC). Afonso Arinos Filho ao referir-se a Luzardo, em um episódio pré-revolução de 1930, denominou-o “aquele animal bravio” (ARINOS FILHO, 1983).

⁹⁹ Segundo a autora, “para ausentar-se da capital, Flores necessitaria de um visto da polícia uruguaia, a qual estava atrelada a Luzardo. Assim, o embaixador brasileiro controlou os movimentos de Flores e impediu seu deslocamento para fora dos limites de Montevideu (...)” (BELLINTANI, 2002, p. 66).

Republicano, em Santana do Livramento, cidade brasileira que faz divisa com o Uruguai.

Embora elaborando um projeto editorial bem menos agressivo que o anterior, Flores da Cunha não deixou de representar ameaça ao governo brasileiro, uma vez que pesava sobre ele a denúncia de que havia comercializado armas com países europeus, desde o final dos anos 1930, e que planejava um atentado ao presidente, junto a facções descontentes dos Estados brasileiros. *O Republicano* circulou até 1952, quando foi fechado pela polícia, embora Flores já estivesse no Brasil (BELLINTANI, 2002, p. 67).

O embaixador Batista Luzardo, sobre quem falaremos no capítulo seguinte, serviu o governo de Vargas em Montevideu de 1938 a 1945, e, paralelamente à atividade de polícia de Vargas na vigilância de Flores e de seus aliados e ao mesmo tempo de diplomata, Luzardo exerceu um importante papel no processo de formação de um núcleo cultural do Brasil no Uruguai, a partir da Feira de Livros Brasileiros, em 1939, e da consequente fundação do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, um ano depois. Essa particularidade é no mínimo controversa e revela uma prática entre as ditaduras, no caso entre Vargas e Gabriel Terra, que a historiadora Ana Maria Rodriguez Ayçagüer denominou de “*la diplomacia del anticomunismo*”, tema que analisaremos no próximo capítulo.

1.5 A difusão da cultura do Estado Novo na América Latina: Revista *Letras Brasileñas*

Entre as muitas publicações editadas no período Vargas por intelectuais ligados ao governo, podemos citar uma publicação, em especial, editada em 1936, que circulava no Brasil, países europeus e América Latina e que tinha como objetivos difundir as realizações e o pensamento do novo governo e estabelecer conexões culturais com os países vizinhos. Chamava-se Revista *Letras Brasileñas. Cuadernos de Divulgación en idioma español de Literatura, Artes y Ciencias del Brasil* e reuniu destacados intelectuais das artes, literatura, música, bem como os principais ideólogos do governo Vargas, como Francisco Campos, Gastão Ferreira de Almeida, Oliveira Vianna.

Dirigida pelo jornalista e fotógrafo paulista Eulico Mascarenhas de Queiróz, *Letras Brasileñas* começou a circular em 1936, com 10 mil exemplares distribuídos no Brasil, em países de língua hispânica e na Europa. Deixou de circular por alguns meses

e voltou em 1940, modificando seu título e ampliando sua área de cobertura para além da cultura, em pleno Estado Novo. “*Letras Brasileñas. Revista Brasileira de Intercâmbio Cultural Panamericano. Cadernos de Divulgação em Idioma Espanhol de Literatura, Ciências, Arte, Jurisprudência, Indústria e Comercio do Brasil*”, teve como colaboradores vários poetas e escritores brasileiros, tais como Cecília Meireles, Rubens do Amaral, Menotti Del Picchia, Murilo Mendes, Monteiro Lobato, Dinah Silveira de Queiróz, Luiz da Câmara Cascudo, Adalgisa Nery, Faustino do Nascimento, Paulo Eiró. Mas muitos deles, após 1937 e especificamente em 1940, não participaram mais com as suas contribuições, uma vez que se posicionaram contra os rumos do governo.¹⁰⁰ Caso, por exemplo, de Cecília Meireles que chamou o presidente Vargas de Sr. Ditador.¹⁰¹

A Revista era editada em São Paulo, na Rua Líbero Badaró, 314, 2º andar e em seu relançamento, em 1940, em editorial assinado por Paulo de Campos Moura, escrito em português, fica transparente a adesão do governo Vargas ao Panamericanismo e ao intuito de reforçar os laços culturais e políticos com os países vizinhos. Com o título “Para unir-se e amar-se é preciso conhecer-se”, as palavras iniciais da Revista são para mostrar que o desencanto com a Europa, envolvida na II Guerra, apontava para novas possibilidades de união entre os países americanos:

No momento sinistro em que a humanidade sofre os golpes mais tremendos, sentimos no âmago da alma o palpitar de uma evolução que se processa através de todos os perigos e todas as ameaças. A Europa arde nas piras destruidoras entre chamas cada vez mais inflamadas pelo ódio dos homens.

Inexpressivos são os tratados de paz, efêmeros são os pactos que não se fundam no espírito dos princípios, que identificam ideais, coincidem anseios, e fundem forças, fatores que estruturam a eternidade de uma civilização.

¹⁰⁰ Quando o Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro foi criado em 1940, um ano após a Exposição dos Livros Brasileiros, em 1939, já existiam naquele país dois espaços sociais de encontro e difusão da cultura e das letras brasileiras. O primeiro deles era o Clube Brasileiro, uma instituição social criada, ao que parece, em 1920 por uruguaios e brasileiros que viviam naquelas terras e o segundo era a *Sociedad de los Hombres de Letras del Uruguay* que, segundo noticiário da imprensa local, mantinha vínculos entre os intelectuais da Sociedade de Letras do Brasil. *Confraternidad americana Uruguay-Brasil . La Tribuna Popular, 1933*. Ambas informações que mereceriam novas investigações.

¹⁰¹ Quando Cecília Meireles esteve no Uruguai em 1944 já era muito conhecida não só pelos seus poemas, mas por seus inúmeros artigos que, muito provavelmente, chegaram até o Uruguai através de *Letras Brasileñas*.

A cultura é a base da reciprocidade humana, é o fundamento do progresso, e a causa de glórias.

A presente revista, com o intuito de intensificar o intercâmbio cultural americano, cumprindo um dever de solidariedade e prestando uma homenagem aos povos hispano-americanos, com esse número inaugura uma era de grandes iniciativas que, buscando a simpatia dos irmãos continentais tenta traçar o programa de um contínuo contato intelectual, símbolo da compreensão justa que têm os brasileiros de colaborar na expansão das letras, das ciências e das artes dos povos vizinhos.

(...) O Brasil atualmente passa por uma época violenta de transição e os brasileiros respirando os eflúvios que se desprendem de uma terra fecunda, têm seus cérebros ferventes, ansiosos de produzir uma literatura cada vez mais original.

É preciso, no entretanto (sic), que sejamos compreendidos na alta fidelidade que nos inspira afim de que tenhamos realizado o grande ideal de cooperação cultural interamericana seja uma realidade.¹⁰²

Conclusão do capítulo

Getúlio Vargas concebia a cultura como o braço ideológico da sua política de integração econômica e social¹⁰³ entre as várias regiões do Brasil. Em seu governo houve uma expansão das instituições culturais públicas, em todas as áreas, especialmente na cultura com criação de cursos técnicos e superiores e um aumento vertiginoso da produção editorial. As diferentes áreas artísticas foram regulamentadas, o rádio passou a ser o grande elo nacional.

Em torno de um projeto político nacional, a cultura, controlada com mãos de ferro por homens como Capanema, Ministro da Educação e Saúde, e Lourival Fontes, diretor do DIP, ajudaria a interligar todas as regiões do país. Nesse projeto aglutinaram-

¹⁰² Revista *Letras Brasileñas*. Editorial de Paulo de Campos Moura. 1º abr. 1940.

¹⁰³ Em uma entrevista concedida em Petrópolis, em 1938, Getúlio reafirma seus propósitos de ampliar as fronteiras econômicas e integrar todos “os brasis”, regionais, localistas a um único sistema coerente em que a “circulação de riquezas (...) se faça livre e rapidamente”. Eliminar os privilégios, a história de opulência e as desigualdades regionais formando um só Brasil, forte economicamente e culturalmente. VARGAS. BIB Presidência da Rep. Petrópolis, 1938, p. 164.

se diplomatas, muitos deles também jornalistas e escritores, além de educadores de diferentes matizes ideológicos, artistas, arquitetos, entre outros intelectuais necessários à estruturação de um novo Brasil.

Os intelectuais brasileiros foram determinantes para difundir a imagem de uma Nação moderna e desenvolvimentista e para defender projetos e programas culturais dentro e fora do país. O funcionalismo público foi o grande espaço de atuação dos intelectuais. A eles coube a tarefa de intermediação, ou de tradutores da ideologia nacionalista do governo para as grandes massas populares.

Quando Getúlio Vargas foi entronizado na Academia Brasileira de Letras, em 1943, fato que gerou intensas polêmicas no meio cultural, tentou em seu discurso explicar por que um homem de governo como ele, um militar distante das práticas literárias e intelectuais, estaria sendo agraciado com o maior título a que aspiraria um intelectual. Suas palavras enfatizaram a necessidade de diminuir as distâncias que separaram durante muito tempo competências tão díspares. Referindo-se a tempos passados, afirmou o presidente que:

Naquele remanso de fim de século (...) políticos e administradores caminhavam de um lado e intelectuais do outro, ocupando margens opostas na torrente da vida social. (...) sentiam-se quase que incompatíveis.¹⁰⁴

No espaço consagrado à nata da intelectualidade literária, Vargas demonstrou a necessidade de posicionamento da intelectualidade do país perante o projeto político do Estado. Para ele, a distância entre intelectuais, poetas e escritores, de um lado, e, administradores e políticos, de outro, não teria razão de ser diante das tarefas do interesse único de modernizar e criar as instituições necessárias ao desenvolvimento de uma nação forte e com presença no cenário internacional. Para Getúlio, só a partir da Revolução de 1930 foi possível operar a “simbiose necessária” entre intelectuais e políticos.

Para alguns acadêmicos, como o mineiro Hélio Lobo (1883-1960), diplomata e escritor que ocupou a cadeira de número 13 da Academia Brasileira de Letras, cujo primeiro ocupante fora Taunay, o discurso de Getúlio era mera retórica e escondia a

¹⁰⁴ Discurso de Vargas de Posse da Academia Brasileira de Letras (1943). Discursos Seleccionados do Presidente Getúlio Vargas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; MRE, 2010, p. 9-20.

intenção de adentrar no único espaço cultural que até aquele momento preservava uma relativa independência. Contrapôs-se a Getúlio nesse momento, defendeu o decoro da Academia de Letras e foi mais uma vez punido com a sua dispensa do corpo diplomático.¹⁰⁵ Outros acadêmicos, como o escritor Afrânio Peixoto, nunca mais frequentaram a Academia em protesto pela aceitação de um acadêmico-presidente que nem ao menos escrevia seus discursos (HENRIQUES, 1966, p. 276).

Desde os intelectuais que estiveram com Getúlio Vargas durante as primeiras articulações para a formação da Aliança Liberal, tais como Oliveira Viana, Francisco Campos, João Neves, aos primeiros anos do governo provisório e depois no Estado Novo, muitos passaram a se opor a Vargas, especialmente durante o Estado Novo e mais adiante, na retomada dos pressupostos democráticos inspirados na Segunda Guerra. Em outubro de 1943, intelectuais subscreveram o Manifesto dos Mineiros, mostrando o desencanto com o andamento da direção do chamado “Governo Revolucionário”, bem como a retirada do tradicional apoio mineiro a Vargas: “um povo reduzido ao silêncio e privado da faculdade de pensar e de opinar é um organismo corroído (...)” (HENRIQUES, 1966, p. 154-170).

A maioria dos 40 intelectuais e líderes políticos que assinaram esse manifesto foi punida por Getúlio com exonerações e aposentadorias compulsórias. Como foram os casos de Afonso Arinos de Mello Franco, seu primeiro ministro das Relações Exteriores, ativo nas questões de intercâmbios culturais na América Latina e outras articulações do Brasil na esfera internacional, Affonso Pena Junior, Arthur Bernardes Filho, Milton Campos, Virgílio de Melo Franco, entre outros.

Dois anos mais tarde, foi a vez de os artistas plásticos se posicionarem contra a ditadura de Getúlio. Após a realização do Primeiro Congresso Nacional da categoria, os artistas aderiram aos protestos que marcaram a queda do Estado Novo em outubro de 1945.¹⁰⁶ Em uma declaração pública, eles manifestam solidariedade à carta de princípios votada pelo Primeiro Congresso da Associação Brasileira de Escritores,

¹⁰⁵ A primeira punição de Hélio Lobo se deu quando era ministro do Brasil na Holanda e impediu que fossem enviados armamentos para serem utilizados em 1932, contra São Paulo, o que lhe custou a primeira demissão por ordem de Vargas (HENRIQUES, 1966, p. 276).

¹⁰⁶ Declaração dos Artistas Plásticos (11 de março de 1945). In: BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 527-528.

realizada em 1942, exigindo liberdade de expressão.¹⁰⁷ Pleiteavam os artistas plásticos de todo o Brasil igual liberdade para assegurar a criação e à expressão artística e a abertura do regime político, “com uma presidência e um congresso livremente eleitos, e mais: anistia aos presos políticos e exilados, liberdade de imprensa e liberdade de reunião e associação” (BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 527). Os artistas demonstravam a consciência política sobre a situação de arbítrio e alinhavam-se contra o governo nas denúncias de violência aos estudantes e professores, bem como a morte de cidadãos.¹⁰⁸ O Primeiro Congresso de Escritores Brasileiros e o Congresso dos Artistas Plásticos, marcariam o rompimento irreversível dos intelectuais de visão democrática com o projeto de Getúlio.

Um dos discursos contra a ausência de democracia no governo Vargas foi pronunciado em 1944, pelo escritor e diplomata José Lins do Rego, no Uruguai, como veremos no Capítulo 3.

No âmbito da América Latina, o Brasil fez reformas ministeriais e elaborou uma política cultural pautada na agenda das Conferências Pan-americanas. Para colocar essa política em prática, na América Latina, o governo varguista fortaleceu a articulação entre DIP, ministérios da Educação (e Saúde) e das Relações Exteriores, sob a direção do Itamaraty. As relações culturais com países da região passam a fazer parte de um programa que constará da agenda das relações externas do governo Vargas para a América Latina.

¹⁰⁷ A Associação dos Escritores Brasileiros foi fundada em 1942 e em 1944 organizou seu primeiro congresso, exigindo do governo liberdades democráticas. Foram fundadores dessa Associação alguns intelectuais que estiveram com Getúlio em muitos momentos: Astrogildo Pereira, Graciliano Ramos, Jorge Amado, José Lins do Rego, Sergio Milliet, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Érico Veríssimo, além de outros intelectuais. O manifesto dos escritores brasileiros daria impulso às demais manifestações contrárias ao governo no meio intelectual.

¹⁰⁸ Cf. BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 527-528.

Figura 1 – Puentes tendidos para una mayor vinculación entre Uruguay y Brasil. 5 de junho de 1935.

BIBNA – Uruguai.

Capítulo 2

APROXIMAÇÕES POLÍTICAS E CULTURAIS ENTRE BRASIL E URUGUAI

No plano do desenvolvimento econômico e comercial, Brasil e Uruguai colecionam um repertório de centenas de acordos, convênios, tratados e decretos-leis promulgados pelos dois países desde o século XIX, conforme pesquisas realizadas nos arquivos de Montevideu e do Brasil.

Dois compêndios contendo essa documentação diplomática foram organizados por escritores uruguaios que, particularmente, sugeriram alguns caminhos para o mapeamento desta pesquisa. O primeiro deles, *Legislación Uruguay sobre Brasil* (1825-1976), de autoria de Luis Alberto Musso, 319 páginas, foi publicado pelo Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, em 1978, e tem como base documental o acervo da Assembleia-Geral do Uruguai, órgão onde se concentra a Assembleia Legislativa e o Senado Federal do país.

O segundo é o *Guia de La Documentación Histórica Diplomática sobre el Brasil en los Archivos del Uruguay* (1829-1950), 400 páginas, organizado pelo historiador Oscar Abadie Arcadi (2005), coeditado pela Embaixada do Brasil no Uruguai e pela Universidade da República do Uruguai, em 2005. Esse Guia foi elaborado com a colaboração de vários pesquisadores, por ocasião dos 500 anos de História do Uruguai, e teve como base a documentação depositada em três dos arquivos mais importantes do Uruguai sobre Brasil e Uruguai: o Arquivo Geral da Nação (AGN); o Arquivo Histórico Diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai (AHD-MREU) e o arquivo do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que está depositado no Arquivo Geral da Nação.

O Guia de Documentação Histórica é uma compilação de centenas de informes, decretos, notas e demais documentos diplomáticos celebrados entre os dois países. Todo o material trabalhado foi obtido nas fontes oficiais dos ministérios das relações exteriores, das antigas legações – anteriores à implantação das embaixadas – e dos consulados de ambos os países e teve como objetivo oferecer aos historiadores e demais

pesquisadores dados que pudessem auxiliar nos estudos e na construção de uma história das relações entre os dois países, desde os processos de independência, dos primeiros anos das repúblicas do Uruguai e do Brasil, até metade do século XX. Relações econômicas, políticas e culturais foram estabelecidas por contratos mediados pelos dois governos. Além dos informes sobre os documentos, classificados por ordem cronológica, por assuntos e categorias, a equipe nos indica os acervos depositários dessa documentação, as caixas onde estão armazenados, informando também sobre os inventários que não puderam ser trabalhados pela equipe por restrições e limites dos prazos de entrega do trabalho, e que se encontram à disposição dos pesquisadores. Limites lastimados pelo organizador, que reconhece a ausência de vários períodos importantes das relações históricas entre os dois países, desde os primórdios da conquista, quando o Uruguai constituiu-se em um campo de disputas entre os reinos da Espanha e de Portugal e nos períodos posteriores, entre Brasil e Argentina, durante os conflitos da região Cisplatina.

Aicardi e equipe trabalharam somente com dois arquivos históricos no Uruguai: o *Archivo General de la Nación* e o *Archivo Histórico Diplomático*, do Ministério das Relações Externas do Uruguai. No Brasil, o autor contou com a documentação depositada no Consulado Geral do Uruguai, no Rio de Janeiro. Como se trata de um Guia contendo alguns milhares de documentos elaborados dentro de um marco temporal extenso – 121 anos –, da Independência do Brasil até 1950, fizemos também algumas escolhas que nos pareceram necessárias.

Para a pesquisa no Uruguai, selecionamos do Guia os assuntos de nosso interesse, o período e a indicação das *cajas documentales*, para só depois levantar a documentação extensiva nos arquivos de Montevideu: o arquivo do Ministério da Educação e Cultura depositado no Arquivo Geral da Nação (AGN) e o Arquivo Histórico Diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai (AHD-MREU). Trabalhamos somente em torno do grupo temático pré-selecionado por Aicardi, denominado “Assuntos Culturais, Científicos y Deportivos”, o que facilitou sobremaneira.

Um novo recorte demarcou o limite temporal desta pesquisa, de 1930 a 1945, sem deixar, entretanto, de dar atenção aos primeiros acordos celebrados entre os países, datados da década de 1920, para procurar entender o grau de interesse, nesse âmbito, de um país por seu vizinho, no ambiente das primeiras Conferências Pan-americanas.

Uma nova escolha, dessa vez involuntária, foi em relação ao arquivo trabalhado. Ao final, depois de uma sondagem inicial, optamos por trabalhar somente no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, em Montevideu, por entender que já teria uma quantidade suficiente de material para ser verificado. Com certeza serão bem aproveitados por outros pesquisadores os arquivos do Ministério de Educação e Cultura, depositados no Arquivo Geral da União, como também os acervos documentais do Museu Histórico Nacional e o Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional, que também não puderam ser trabalhados por Aicardi e equipe.

E assim procedemos, por semanas, ao lado do imponente bronze do Barão do Rio Branco, figura emblemática da nossa diplomacia. Somente depois de nos inteirar sobre o episódio da assinatura da Revisão do Tratado de Fronteiras assinado por Brasil e Uruguai, em 1909, pudemos compreender a estima e o respeito que os uruguaios têm por esse personagem da história das relações internacionais do país. A Revisão do Tratado de Fronteiras com o Uruguai, mencionado no capítulo anterior, foi uma retratação pública dos equívocos cometidos pelo Brasil na demarcação dos limites da fronteira, em 14 de outubro de 1851¹⁰⁹, reconhecidos publicamente pelo chanceler brasileiro. Em sua homenagem, foram erigidos vários monumentos não só em Montevideu, mas também em cidades fronteiriças, como Rivera. Na capital uruguaia, Rio Branco é nome de ruas e avenidas, escolas, estação de trem, nome de troféus escolares e de praças públicas.

O uruguaio Luis Alberdi Musso escreveu várias publicações que se referem ao Brasil: *Legislación sobre Brasil* (1825-1976), em 1978; *Bibliografía Uruguaya sobre Brasil*, em 1977; além de *Uruguay-Brasil y sus Medallas*, em 1976;¹¹⁰ os três livros foram editados pelo Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, o ICUB. Segundo consta no

¹⁰⁹ Já mencionamos no capítulo anterior que o Tratado de 1951, assinado pelo Uruguai no Rio de Janeiro, fez parte de um conjunto de convenções firmadas para selar as alianças entre Brasil, Uruguai e Entre Rios contra os governos dos argentinos Rosas e Oribe. As fronteiras do Uruguai, desde que se emancipou do Brasil em 1828, foram definidas mas não regulamentadas claramente, prejudicando o trânsito comercial uruguaio (ESPIELL, 1984, p. 238).

¹¹⁰ Bibliotecário de formação, Musso trabalhou em várias instituições do Uruguai, sendo a principal a Biblioteca no Palácio Legislativo, a qual durante 25 anos organizou. Participou da comissão diretiva da Escola de Biblioteconomia, onde se formou. Foi membro-diretivo do IHGB do Uruguai e demais instituições. Para a organização da bibliografia uruguaia sobre o Brasil, publicado em duas edições, o autor reuniu cerca de 500 fontes bibliográficas e históricas de livros, folhetos, publicações nacionais periódicas, além de autores uruguaios impressos no Brasil. O autor utiliza as siglas RNL e CE, para auxiliar na identificação do documento. **(RNL)** Registro Nacional de Leys, decretos y otros documentos; **(CE)** Diario de sesiones del Consejo del Estado. In MUSSO, Luis Alberto. *Legislación Sobre Brasil*. ICUB, 1978.

Legislación sobre Brasil foram elencados todos os decretos-leis, bem como convênios e tratados dos acervos diplomáticos e legislativos do país referentes às decisões entre Brasil e Uruguai, desde os primórdios da independência uruguaia até 1976, quando foi criada uma comissão interpaíses para analisar as questões das populações nas fronteiras entre Brasil e Uruguai (MUSSO, 1978, p. 239).¹¹¹

Musso recorreu ao Registro Nacional de Leis, do Uruguai, bem como a juristas, estudiosos e colecionadores que disponibilizaram seus arquivos históricos. O repertório catalográfico preparado pelo autor é disposto em ordem cronológica, único critério de classificação, apresentando a vantagem de trazer o enunciado de cada ato institucional. É no livro de Musso que encontramos a primeira convenção assinada conjuntamente por Brasil, Uruguai e Argentina e que marcou o final dos conflitos travados entre Brasil e Uruguai, por sua independência, no episódio conhecido por Guerra da Cisplatina (1825-1828). Denominada de Convenção Preliminar da Paz, o acordo pela independência do Uruguai foi formalizado em 27 de agosto de 1828 e ratificado pelos signatários em 4 de outubro do mesmo ano.¹¹²

Segundo pesquisas de Musso, é celebrado o primeiro convênio de intercâmbio cultural entre Brasil e Uruguai em 1º de agosto de 1921, cujo conteúdo seria alterado em 1928 e em 1930, como veremos mais à frente. E o segundo convênio, em 1923, quando, além dos dois países, Argentina e Paraguai assinaram um acordo para a criação de uma instituição denominada de *Unión Latino-americana de Pedagogía Médica*, cujos fins previam um estudo comparativo da educação médica nas faculdades latino-americanas; o estudo da questão da reciprocidade dos títulos profissionais – como recomendavam as Conferências Pan-americanas – assim como o apoio às reformas e melhorias realizadas nos hospitais públicos (MUSSO, 1978, p. 105).

¹¹¹ MUSSO, 1978. Resolução 1.486, de 11 de novembro de 1976, p. 239.

¹¹² A Inglaterra foi chamada para mediar essa primeira convenção, que ficou definida como *Convención Preliminar de Paz*. Estabelecia: “en nombre de la Santísima e Indivisible Trinidad: el Gobierno de las Provincias Unidas del Rio de la Plata y Su Majestad El Emperador del Brasil, deseando poner término a la guerra, y establecer sobre principios sólidos y duraderos la buena inteligencia, armonía y amistad que deben existir entre Naciones vecinas, llamadas por su intereses a vivir unidas por lazos de alianza perpetua, acordaron por la mediación de Su Majestad Británica ajustar a si una *Convención Preliminar de Paz*, que servirá de base al Tratado Definitivo de la misma que debe celebrarse entre ambas Altas partes contratantes. Artículo 1. Su Majestad el Emperador del Brasil declara la Provincia de Montevideo, llamada hoy Cisplatina, separada del Imperio del Brasil, para que pueda constituir-se en Estado libre e independiente de toda y cualquier nación, bajo la forma de gobierno que juzgare conveniente a sus intereses, necesidades y recursos.” (A *Convenção Preliminar da Paz* (...) é composta de 20 artigos). Cf. MUSSO, 1978, p. 5-10.

Antes de Getúlio Vargas, segundo o levantamento de Musso, somente esses poucos convênios culturais estão registrados, o de 1921 e o de 1923. Em 1928, o chanceler brasileiro Octávio Mangabeira altera substancialmente o Convênio de Intercâmbio Cultural, datado de 1921, propondo que o Uruguai saldasse parte de suas dívidas para com o Brasil custeando o programa de Intercâmbio Cultural. Esse acordo foi celebrado em Montevideu em 22 de outubro de 1928, e através dele o Uruguai reconhece a sua dívida histórica e se dispôs a saldá-la financiando obras que favoreceriam os dois países, como a Ponte Mauá e a construção de duas estradas de ferro: uma ligando a cidade de Rio Branco, no Brasil, com a cidade de *Trinta y Tres*, no Uruguai, e a outra entre a cidade de Paço de Barbosa a Yaguarón. Em relação ao financiamento do Programa Cultural, assim ficou previsto no artigo terceiro da Lei 8.345, promulgada pelo governo uruguaio, no mesmo ano:

El patrimonio mencionado en el artículo 2º letra A [destinação de duzentos mil pesos ouro de um patrimônio para intercâmbio espiritual entre os dois países] es inalienable y se destina a promover anualmente el intercambio de profesores y alumnos o cualquier otro acto de aproximación espiritual entre los dos países. Para ese efecto el Gobierno del Uruguay hará lo necesario para que, semestralmente, la mitad de los intereses del referido patrimonio sea puesta a disposición del Gobierno del Brasil (MUSSO, 1978, p. 116).

O que se deduz ao examinar o catálogo de Musso é que, até o início do século XX, o Uruguai procurou organizar-se enquanto país independente, com todos os custos exigidos para a criação de suas instituições, regulamentação do seu comércio, delimitação das fronteiras, definição de sua moeda, transporte etc.

Nesse período, os tratados e convênios com o Brasil se referem a contratos de dívida pública contraída pelo Uruguai no final dos conflitos com a Argentina; aos convênios que buscam reduzir aos prejuízos de guerra do Uruguai; à regularização da navegação fluvial do país prejudicada pelo tratado de fronteiras com o Brasil; à assinatura de novos empréstimos com o Brasil para cobrir custos de várias ordens, tais como a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (de 1865 a 1870); a questões do comércio exterior; à regulamentação para a exportação de gado e outras mercadorias para o Brasil e vice-versa.

Somente após 1930, com Getúlio Vargas, tanto os convênios culturais como os de ordem comercial e política começam a ter um impulso. Estão registrados cerca de 210 atos internacionais entre os governos brasileiro e uruguaio, de 1930 até 1945, entre os quais destacamos decretos-leis, tratados, convênios, acordos e resoluções, especialmente na área do comércio exterior – taxas alfandegárias, acordos de comércio de compensação –, navegação, trânsitos nas fronteiras (de mercadorias e de populações), acordos financeiros e monetários, acertos de limites entre países, organização das representações diplomáticas, feiras comerciais, intercâmbios culturais.¹¹³

No *Guia de la Documentación Histórica Diplomática*, organizado por Oscar Aicardi, os documentos estão classificados por grupos temáticos, como já dissemos, e não há uma menção, resumo ou ementa desses documentos específicos, somente o título, como ocorre no catálogo de Musso. Os documentos estão em caixas e contêm várias pastas (*carpetas*) e, dentro, maços com dezenas de papéis cada (*legajos*), tornando difícil a avaliação quantitativa sobre um tema de nossa escolha.

Entretanto, pudemos identificar que, de acordo com a divisão temática feita pela equipe de Aicardi, os “Assuntos Culturais, Científicos e Deportivos” já estavam presentes na década de 50 do século XIX, e que “*donaciones de libros y otros objetos e intercambio de publicaciones*” já existiam entre os dois países, como os governos já concediam “becas” a “*viajeros calificados*” e a “*misiones de estudio*”.¹¹⁴

As classificações em geral são, via de regra, problemáticas e geralmente redutoras, e sabemos que elas apenas apontam caminhos de pesquisa. Há itens, por exemplo, em “assuntos administrativos”, “assuntos políticos” ou “consulares”, que, a meu ver, caberiam na categoria “cultural”, e talvez, subtraísse dessa última alguns itens classificados por Aicardi como cultural, como, por exemplo, a nomeação de vigário para exercer função em determinada paróquia da fronteira, ou a permissão de um médico brasileiro para exercer a profissão no Uruguai.

No plano do desenvolvimento cultural, especificamente entre Brasil e Uruguai, são vários os acordos celebrados entre os dois países que se referem aos intercâmbios de

¹¹³ Cf. MUSSO, 1978, p. 1-123.

¹¹⁴ Cf. AICARDI, 2005. Arquivo Geral da Nação. Caixa 137 – 1867, 1868, 1869, 1870, p. 176. Arquivo Legação do Uruguai no Brasil (1852, 1858, 1879) e Legação do Brasil no Uruguai (1857, 1859, 1882, 1905).

livros didáticos, literários e científicos; aos intercâmbios universitários; ao ensino da língua portuguesa; e à cooperação artístico-cultural. Ações que antecederam a criação do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, em 1940, a começar pelo intercâmbio de professores e alunos entre as faculdades do Uruguai e do Brasil, assinado em 1º de agosto de 1921, pelos ministros plenipotenciários Juan Antonio Buero (Uruguai) e Luis Guimarães Filho (Brasil).

Analizamos também o Intercâmbio de Educação assinado pelos presidentes de Brasil e Uruguai, Washington Luis e Luis Campisteguy, em 30 de setembro de 1929, e especialmente, a VII Conferência Pan-americana, realizada em Montevideu em 1933, que dá um impulso à política de cooperação cultural entre os dois países.

Em 1850, as questões que mobilizam os chanceleres de Brasil e Uruguai concentravam-se ao redor dos conflitos de fronteiras, da luta pela hegemonia na região entre Brasil e Argentina, dos reflexos da Grande Guerra,¹¹⁵ de desentendimentos comerciais que envolviam também a Argentina. Entretanto, alguns registros de intercâmbios culturais constam nos arquivos e muitos eram levados a efeito pelos próprios ministros e embaixadores, com pouca formalidade. A chamada Missão Andrés Lamas ao Brasil, em 1850, tratou de assuntos como regulamentação de comércio, definição de fronteiras, extradição de súditos brasileiros, empréstimos, entre outros, inclusive de doação de livros e intercâmbio de publicações.¹¹⁶

A partir da Conferência Pan-americana de 1933, as políticas de cooperação intelectual entre os países, em grande parte centrada até aquele momento em intercâmbios educativos e troca de publicações, adquirem maior complexidade e ampliam-se para novas áreas da cultura. São aprovadas convenções e discutidas resoluções no Uruguai, que tratavam da cooperação bibliográfica interamericana com recomendações para a criação de programas de rádio, da criação de conferências específicas como de Educação, do fortalecimento do Instituto Pan-americano de Geografia e História, da proteção intelectual, proteção do patrimônio público, entre outras questões.

¹¹⁵ Grande Guerra ou Guerra Civil do Uruguai entre Blancos e Colorados (1839-1851).

¹¹⁶ AHD-MREU. CAIXA 1.721. 1850-1851. Pasta 2. Missão de Dr. Andrés Lamas ao Rio de Janeiro, 1850-1851. Arquivo Geral da Nação.

2.1 Intercâmbios culturais com o Uruguai tem início no começo do século XX

Em 1921, Brasil e Uruguai foram dois dos primeiros países na América do Sul a promoverem intercâmbios culturais entre alunos e professores das instituições universitárias dos dois países, quando os presidentes do Brasil, Eptácio Pessoa (1919-1922), e do Uruguai, Baltazar Brum (1919-1923), governavam seus respectivos países. O convênio foi assinado em Montevideú, em 1º de agosto de 1921, pelos ministros plenipotenciários Juan Antonio Buero, do Uruguai, e Luis Guimarães Filho, do Brasil,¹¹⁷ e, diante desse primeiro acordo, os universitários de ambos os países poderiam fazer cursos e ministrar conferências nas universidades e faculdades conveniadas, sobre assuntos que fossem do interesse da região.

De acordo com o artigo quarto do convênio, cada país seria responsável por manter seu bolsista no país vizinho, exceção feita àquele que fosse convidado por um dos países. Os estudantes bolsistas seriam isentos das taxas de inscrições de cursos, em caso de instituições privadas, de matrículas e de exames. Os intercâmbios valeriam para estudantes uruguaios e brasileiros que quisessem completar a sua formação em uma faculdade correspondente no país vizinho, ficando a critério dessas faculdades promover a adaptação desses alunos às normas e a grade curricular específica dos cursos.¹¹⁸

2.1.1 Dívida histórica do Uruguai com o Brasil financia os primeiros intercâmbios culturais

¹¹⁷ AHD-MREU. Doc. 277757; AHI-RJ. Atos Internacionais, Acordo Bilateral Brasil-Uruguai para Intercâmbio de Professores e Alunos, 1921.

¹¹⁸ O convênio em questão seria ratificado pelos dois governos, após o que passaria a vigorar, até que uma das partes mostrasse algum desejo de interromper os acordos. Nota da autora: importante a elucidação de algumas expressões que são cruciais na ritualística dos atos internacionais, termos que serão utilizados ao longo deste capítulo com frequência: depois de assinada determinada convenção pelo representante do país, o documento é encaminhado ao presidente da República, com uma exposição de motivos elaborada, geralmente, pelo ministro das Relações Exteriores. Em seguida, o presidente reencaminha o documento ao Congresso Nacional, que vai avaliá-lo nas comissões competentes. Emitido um parecer, esse documento seguirá para votação, transformando-se em decreto legislativo, em caso de aprovação. Se determinada convenção corresponder a um acordo bilateral, os dois países devem proceder de igual forma. Os atos finais são a troca de instrumentos de ratificação e o encaminhamento para os presidentes das repúblicas em questão onde o documento será promulgado, publicado e incorporado às suas Constituições. No caso das conferências, a União Pan-americana era o órgão responsável por fazer chegar aos países signatários das convenções votadas em assembleias, para que fossem encaminhadas por seus governos. Depois de devidamente ratificadas, os países encaminhariam o documento à União Pan-americana (DAI – Divisão de Atos Internacionais).

Anos depois, Brasil e Uruguai fazem a troca dos instrumentos de ratificações do convênio citado, assinado em 1921, trâmite finalizado somente em 16 de fevereiro de 1928,¹¹⁹ no Uruguai, com a assinatura de um decreto-lei pelo presidente Campisteguy (1927-1931), regulamentando o financiamento do montante necessário à manutenção desse programa. Em comum acordo com o Brasil, o governo Uruguaio determinou que o Banco da República daquele país cobriria os custos referentes à anuidade do programa de intercâmbio, que seriam provenientes de um fundo criado com parte da dívida contraída pelo Uruguai com o Brasil, por ocasião da guerra contra Rosas, da Argentina, em 1851. O acordo celebrado em 17 de fevereiro de 1928 era uma reformulação do que havia sido acordado entre os presidentes Rodrigues Alves e Feliciano Vieira, em 1918, e determinava que, da quantia que fora fixada da dívida do Uruguai, seriam destinados 200 mil pesos-ouro, cujos juros (5%) seriam partilhados igualmente por Brasil e Uruguai para a realização desse programa. Nesse mesmo mês e ano, o Uruguai depositou 200 títulos da dívida pública, a 1000 pesos cada, em uma conta especial no *Banco de la República*, somente para tal fim. Esse fundo – financeiro-cultural – entre Brasil e Uruguai seria denominado *Patrimônio Intercambio Intelectual Uruguay-Brasil* e remetido ao Brasil semestralmente.¹²⁰

¹¹⁹ AHD-MREU. *Registro Nacional de Leys*. República Oriental do Uruguai, 1930; (AHI-Rio de Janeiro. Atos Internacionais, Acordo Bilateral Brasil-Uruguai para Intercâmbio de Universitários, 1929. p. 20. M 4). De acordo com o decreto dos presidentes Washington Luiz e Juan Campsteguy, em 1928, ficou estabelecido que os intercâmbios ocorreriam nos meses de julho a novembro de cada ano; os interessados, oriundos de instituições educacionais, deveriam encaminhar propostas aos ministérios da educação de seus países com as propostas dos estudos a serem realizados; o ordenamento do programa dependeria muito das verbas disponíveis que deveriam ser destinadas por ordem dos presidentes.

¹²⁰ A dívida contraída pelo Uruguai com o Brasil, desde o conflito com a Argentina, em 1952, e em ocasiões específicas ao longo do século XIX, esteve a ponto de ser liquidada em 1918, quando os presidentes Rodrigo Alves, do Brasil, e Feliciano Vieira, do Uruguai, selam um acordo por meio do qual o montante devido deveria ser aplicado para a construção de obras de mútuo benefício nas fronteiras dos países. No artigo primeiro do convênio do “Tratado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai para a fixação e liquidação da dívida do Uruguai ao Brasil”, de 22 de julho de 1918, a dívida fixada estava estipulada em 5 milhões de pesos, moeda nacional uruguaia (§5.000.000), equivalentes a um milhão e sessenta e três mil, oitocentas e vinte e nove libras esterlinas pagáveis da seguinte forma (conforme o XV artigo desse Tratado): parte da dívida seria destinada a construção de um Instituto agrícola na fronteira dos países, beneficiando as populações estudantis dos dois países. Seria uma espécie de escola agrícola com assistência de um corpo pedagógico científico e estruturado para formar técnicos agrícolas. Essa Fundação pedagógica teria a administração compartilhada entre os dois governos. Outra parte da dívida seria revertida em obras, como a construção de uma ponte internacional, e demais serviços que fossem necessários a sua manutenção. AHD-MREU. Documentos diplomáticos. Atitude do Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1918.

Esse tratado foi ratificado anos após, com modificações. Em vez do Instituto Agrícola, Brasil e Uruguai concordaram em criar um Fundo Patrimônio Intercâmbio Cultural, que passa a vigorar a partir de 1930, com Getúlio. A ponte construída é a Ponte Internacional Barão de Mauá (banqueiro e grande estancieiro brasileiro em terras uruguaias), que liga a cidade de Yaguarón, no Uruguai, a Rio Branco, no Brasil.

Octávio Mangabeira, na época ministro das Relações Exteriores, envia a Freitas Valle, encarregado dos negócios do Brasil no Uruguai a recomendação para que esse fundo patrimonial cobrisse também os custos dos intercâmbios de estudantes e professores brasileiros no Uruguai.¹²¹ Portanto, os “intercâmbios espirituais”, como mencionara o chanceler Octávio Mangabeira, eram ungidos por acordos financeiros de renegociação da dívida de guerra do Uruguai para com o Brasil.

Cada país decidiria, anualmente, pelo número de bolsas a serem distribuídas a estudantes, professores e técnicos; essas informações eram trocadas e consentidas pelos dois países para somente depois serem custeadas pelo Fundo Patrimônio Intercâmbio Cultural, abatendo, dessa forma, parte da dívida de guerra do Uruguai. Em 7 de dezembro de 1929, Freitas Valle noticia exultante ao chanceler brasileiro que o governo do Uruguai havia aceito a proposta de regulamentação dos intercâmbios apresentada pelo Brasil e que, a partir de 1º de janeiro de 1930, esse acordo já estaria sendo executado. Hélio Lobo, ministro plenipotenciário do Brasil no Uruguai, sugere que a primeira leva de estudantes uruguaios ao Brasil seja composta por acadêmicos de renome no país, uma espécie de embaixada intelectual, para que o feito do Brasil fosse devidamente reconhecido.¹²²

Em 11 de abril de 1930, Octávio Mangabeira propõe uma nova modificação, determinando a extensão do benefício desse Fundo não só aos intercâmbios, mas também a “(...) quaisquer outros atos e visitas de aproximação espiritual”.¹²³ Amplia-se dessa forma o intercâmbio de estudantes e universitários para modalidades variadas de cooperação cultural (palestras, cursos, exposições, feiras de livros etc.).

Finalmente, em 5, 6 e 7 de junho de 1930, a imprensa noticia com entusiasmo o fechamento do acordo entre o ministro Domínguez (Uruguai) e o embaixador Helio Lobo, pelo Brasil: *El País*, jornal do Partido Colorado; *Diário del Plata* e *El Plata*, dos conservadores; *Bien Público*, periódico semanal católico; *El Imparcial*, independente;

Possui mais de dois quilômetros, foi construída de 1927 a 1930, e teve a colaboração de mais de seis mil trabalhadores. Ler mais sobre a construção da ponte em MATOS, 2008.

¹²¹ AHI-Rio de Janeiro. Ofício de O. Mangabeira a Freitas Valle, 1929.

¹²² AHI-RJ. Atos Internacionais, Acordo Bilateral Brasil-Uruguai para Intercâmbio de Universitários, 1930. Lata 180. Maço 35855.

¹²³ AHI-RJ. Ofício Octávio Mangabeira. 11 abr. 1930.

La Mañana, colorado riverista. Todos exaltavam um novo momento de relacionamento com o Brasil.¹²⁴

2.1.2 Rodó recepciona Missão Cultural Brasileira e faz discurso sobre a solidariedade americana

Encontram-se registros bem pouco detalhados das primeiras atividades de intercâmbio cultural, resultantes de acordo entre governos, antes de 1930. Somente a partir dessa data, quando passou a valer a lei que criou o Fundo Patrimônio de Intercâmbio Cultural entre Brasil e Uruguai, e após as reformas ministeriais promovidas por Getúlio, essas atividades foram mais organizadas, planejadas entre os ministérios e, portanto, mais conhecidas.

Entretanto, uma das primeiras atividades, a visita de uma comissão de jornalistas e universitários brasileiros ao Uruguai, em 24 de setembro de 1909, destacamos por um motivo muito especial. Ao pesquisar as publicações do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, o ICUB, instituição central de nosso trabalho, deparamo-nos com uma publicação sobre a conferência do crítico literário e político José Enrique Etcheverry, proferida em 1950, sobre três discursos parlamentares de José Enrique Rodó acerca do Brasil. Denominada *Rodó y Brasil*, nela Etcheverry tornou públicos, naquela ocasião, os discursos parlamentares do pensador uruguaio (1872-1917) sobre o Brasil e a América Latina, no momento em que *Ariel*, a célebre obra escrita por Rodó, completava 50 anos.

Além de escritor e um dos pensadores latino-americanos mais lidos pelos uruguaios e demais hispano-americanos, Rodó cumpriu três mandatos parlamentares como representante do Partido Colorado na Assembleia Legislativa de Montevideú. Um deles foi proferido justamente na recepção dessa comitiva brasileira, em 1909, na sede do *Ciclo de Prensa*, de Montevideú, do qual era presidente, e, além das boas-vindas à comitiva, Rodó teria ressaltado os bons resultados da Revisão do Tratado de Fronteiras em vias de ser assinado pelos dois países. “*Necesidad de um conocimiento mas profundo de Brasil y hispanoamerica*”; com esse título, o autor da obra *Ariel* abriu seu discurso e atribuiu ao bem-sucedido ato diplomático uma significação “transcendente a ser comemorado”, tal era a importância desse acordo para o Uruguai. Para ele, a

¹²⁴ AHI-RJ. Ofício Helio Lobo. 7 maio 1930.

confluência de interesses entre Brasil e Uruguai revelava um ato de desprendimento que serviria de exemplo de solidariedade ao mundo: “Esse povo americano quer um dia demonstrar ao mundo que o desinteresse e generosidade são extensivos, na prática, às relações internacionais”, foram suas palavras.¹²⁵ Esse primeiro discurso de Rodó foi escrito um mês antes da entrega ao governo do Uruguai do projeto de Tratado de Condomínio de Livre Navegação do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim, pelo Barão do Rio Branco. Para Rodó, uma nova e inédita etapa das relações interestatais se inaugurava com o gesto do Brasil, o que, para ele, marcava um dos quatro fatos de capital importância na História do Brasil: o primeiro seria a proclamação da independência; o segundo seria a libertação dos escravos; o terceiro seria a proclamação da República; e o quarto seria o reconhecimento ou a consagração de um critério internacional fundado no reconhecimento do direito alheio, ato que poderia representar um novo paradigma para construir futuras relações continentais.

2.1.3 Elite intelectual assegura lugar nas primeiras Missões Culturais Brasileiras no Uruguai

Desde 1930, o governo brasileiro já poderia contar com a verba do fundo de Patrimônio Intercâmbio Cultural, mas somente em 20 de agosto do ano seguinte, o embaixador Araújo Jorge, nomeado pelo governo “revolucionário” para atuar no Uruguai, comunicou ao Brasil, de Montevideú que já se encontraria à disposição do programa cultural o valor de 5 mil pesos-ouro correspondentes aos juros do montante de 200 mil pesos-ouro, referentes ao segundo semestre de 1930.

É muito provável que a primeira missão cultural brasileira, financiada pelo Fundo Patrimônio Intercâmbio Cultural Brasil-Uruguai, tenha sido enviada em outubro de 1931 àquele país, portanto, já com Getúlio Vargas no governo. Getúlio foi empossado chefe do Governo Provisório em 3 de novembro de 1930 e, em setembro de 1931, durante discurso pronunciado na Associação Brasileira de Imprensa, citou o Decreto-lei 20.113, de 16 de junho de 1931, assinado pelo Governo Provisório, por meio do qual seria executado o programa anual de intercâmbio “espiritual” com o Uruguai, segundo suas palavras:

¹²⁵ ETCHEVERRY, José Henrique. *Rodó y Brasil*. Montevideú: ICUB, 1950, p. 13.

(...) elaborado à vista de sugestões que, em época própria, forem feitas pelos institutos de ensino e associações de caráter científico ou educativo de ambos os países.

Muito há de concorrer para a aproximação, cada vez maior, entre brasileiros e uruguaios, essa troca anual de visitas de expoentes da cultura e da inteligência dos dois povos irmãos.¹²⁶

A primeira Missão expressou justamente os desejos do novo chefe do governo: era composta por profissionais e intelectuais “notáveis”, jornalistas e docentes de universidades brasileiras. Cada qual na sua competência, os participantes teriam o compromisso de descrever o país visitado, além de desempenhar atividades para as quais se propuseram, como conferências, palestras e visitas oficiais.

Fizeram parte dessa missão o poeta e jornalista, crítico literário Humberto Campos, colaborador do jornal *O Imparcial*;¹²⁷ Rosalina Coelho Lisboa, docente da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, amiga do presidente Vargas, correspondendo-se costumeiramente com ele durante anos, era integralista, anticomunista e lutou pelas causas feministas;¹²⁸ Armanda Álvaro Alberto, criadora da Escola Regional do Merity e primeira presidente da Liga Feminista Brasileira, trabalhou com Anízio Teixeira.¹²⁹

Fez parte também o zoólogo Cândido de Melo Leitão, professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, personagem importante na elaboração das primeiras leis de proteção à natureza com influência direta na Constituição de 1934 e na formulação dos códigos florestal, da caça e pesca e outros. Professor da Escola de Medicina e Veterinária do Rio de Janeiro, Cândido Melo pertenceu à geração que defendeu um

¹²⁶ BIBLIOTECA de Presidência da República. Getúlio Vargas. A Nova Política do Brasil. Discurso pronunciado por ocasião do Primeiro Ano do Governo Provisório, 1931. p. 190-191.

¹²⁷ Humberto Campos era colega de redação de Rui Barbosa e Coelho Neto n’*O Imparcial*.

¹²⁸ Nos arquivos de Osvaldo Aranha, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), há cartas de Rosalina Coelho para o presidente da República, falando de suas impressões sobre o que se noticiava na imprensa sobre o Estado Novo. A amiga do presidente alertava para o perigo de os jornais veicularem, sem muito critério, as notícias do Brasil ao mundo, “desde Uruguai e Argentina”, no período pós-golpe do Estado Novo CPDOC OA cp1937-05.03-pte 2.

Ler mais sobre Rosalina Coelho Lisboa em:

<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364593168_ARQUIVO_VidaeobradeRosalinaCoelhoLisboa.pdf>.

¹²⁹ Ler mais sobre Armanda Álvaro Alberto em:

<<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo06/Jose%20Damiro%20de%20Moraes%20-%20Texto.pdf>>.

projeto nacionalista de proteção à natureza,¹³⁰ a mesma à qual pertenceu a bióloga Bertha Lutz – que teve participação ativa na VII Conferência, em 1933.

Compuseram também essa missão o médico Roquette-Pinto, criador da primeira estação de rádio no Brasil, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, e inspirador do uso do rádio para programas de educação, muito utilizado pelo governo Vargas; além do psiquiatra Hernani Lopes, docente da Universidade do Rio de Janeiro na área de doenças mentais.

Lopes pertenceu ao Instituto Brasileiro da Eugenia bem como à geração que utilizou os preceitos biológicos para pensar em uma nova nacionalidade. Pertenciam a esse mesmo instituto o médico sanitarista e responsável pela escolha dos integrantes dessa missão, Belisário Penna.

Penna era do Conselho de Educação do Estado Brasileiro. Foi dele a orientação para que os membros da missão desempenhassem as suas tarefas com competência: serem observadores do país a ser visitado, em seus vários aspectos; analisarem os problemas de grande interesse público registrando as políticas adotadas pelo governo para solucioná-los; estabelecer “profícuos” entendimentos com a sociedade local, além de proferirem palestras e conferências com as quais haviam se comprometido. Todas essas impressões e atividades deveriam constar de um relatório individual a ser entregue um mês após o retorno.

Segundo o informe enviado do Ministério da Educação e Saúde Pública, assinado por Belisário Penna para o Ministério das Relações Exteriores, cada membro da missão receberia a quantia de 10:000\$000 réis, correspondentes a gastos com a viagem, conforme previsto pelo Decreto 20.113, de 1931. Nesse decreto, o mineiro Francisco Campos, primeiro-ministro da Educação de Getúlio, determinou de quem seriam as competências para a escolha dos membros da missão e para a elaboração do programa cultural a ser desenvolvido no Uruguai. Segundo a sua recomendação, o Ministério da Educação receberia, até 15 de maio de cada ano, as sugestões de nomes enviadas pelos institutos de ensino e pelas associações de caráter científico, artístico ou educativo, bem como um programa cultural a ser desenvolvido no Uruguai. Depois de ouvido o MRE sobre a verba disponível, o Ministério da Educação formularia o

¹³⁰ Ler mais sobre Cândido de Melo Leitão:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000400009>.

programa anual, destinando os meses de julho a novembro como o período mais provável para a execução desse programa.¹³¹

2.1.4 “Augustus” leva os *embajadores de la cultura* do Brasil

Figura 2 –*La Mañana*. Chegada da Missão Cultural Brasileira em Montevidéu. 22 de outubro de 1936.

BIBNA – Uruguai.

Seguindo os mesmos critérios, seguiu para Montevidéu, em 1936, semelhante Missão de “notáveis”. Composta pelo deputado federal e advogado Pedro Calmon, historiador, membro do Instituto Histórico e Geográfico, Brasileiro IHGB, pela deputada paulista Francisca Rodrigues, pelo jurista, escritor e Ministro da Justiça Rodrigo Octavio,¹³² e pelo professor de medicina Aloysio de Castro, a comitiva foi

¹³¹ AHI-Rio de Janeiro. Atos Internacionais. Loc. 542.6 (44).

¹³² Rodrigo Otávio – membro fundador da Academia Brasileira de Letras, ministro do Supremo Tribunal Federal, representante do Brasil em várias conferências Interamericanas, entre elas a Conferência de Consolidação da Paz, em Paris, a Conferência Científica nos EUA, em 1919, além de outras atividades (disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rodrigo_Ot%C3%A1vio>).

recebida com honras oficiais pelo presidente do país, Gabriel Terra, e seu ministro da Instrução Pública, para as saudações de boas-vindas.

Foram chamados pela imprensa de *embajadores brasileños de la cultura*, uma vez que seus integrantes cumpriram um programa extenso de atividades desde o desembarque do Augustus, o navio brasileiro que os conduziu até o porto de Montevideu.

A programação compreendia conferências na Universidade da República e em outros institutos científicos e culturais, visitas às escolas secundárias e industriais e às instituições do Governo, passeios pelas cidades próximas a Montevideu e recepções. Uma das escolas visitadas foi a *Escuela 17 Brasil*, instituição de ensino secundário¹³³ onde tiveram uma movimentada acolhida por parte dos alunos.¹³⁴

Na Universidade da República, o deputado João Calmon proferiu a palestra “História da Civilização Brasileira e suas relações com o Rio da Prata”, e em outra instituição falou sobre “*Las Orígenes de la Cultura Brasileña*”; Aloysio de Castro, médico, falou sobre assuntos de medicina (paralisia e outros) para uma assistência especializada no Hospital Pasteur; Francisca Pereira Rodrigues proferiu uma palestra sobre o programa “Bandeira Paulista de Alfabetização”, da qual era membro fundadora, em escolas de Montevideu. Ao ministro Rodrigo Octávio coube a tarefa de falar para um público de jovens advogados na Faculdade de Direito sobre “Alejandro Guzmán e a Colônia de Sacramento”. Entre os locais visitados, destacaria a visita ao Conselho Nacional de Ensino Secundário, de Montevideu, e a inauguração de placas em homenagem ao Brasil nas ruas da capital e em cidades próximas, como Mercedes. A cobertura da imprensa foi total, até a partida. As notícias: *El Debate* (22 de outubro de 1936): “*Fue cariñosamente recibida en la embajada brasileña*”; *La Tribuna Popular* (22 de outubro de 1936): “*Llegó ayer la embajada cultural brasileña, en la dársena le fué tributado un digno recibimiento. Serán objeto de agasajos*”; *El Pueblo* (23 de outubro de 1936): “*La Embajada Brasileña visitó el Presidente*”; *El Pueblo* (24 de outubro de 1936): “*La Universidad recibe a los visitantes*”; *El Diálogo* (20 de outubro de 1936): “*Mañana arribará la Embajada Cultural Brasileña*”; *El Diálogo* (21 de outubro de

¹³³ A *Escuela 17* foi fundada no século XIX e denominada “Brasil”, em 1927.

¹³⁴ AHI-Rio de Janeiro. Missões Culturais no Uruguai, 1936.

1936): “*Una grata misión cultural son huéspedes de Montevideo (...)*”; *El Pueblo* (30 de outubro de 1936): “*Sobre ‘influencia de la Civilización Brasileña’*” (BIBNA, 1936).

O Jornal *La Mañana*, de 31 de outubro de 1936, publicou a programação dos seis dias restantes da visita da comitiva àquela capital, programação amplamente divulgada aos jornais locais pela embaixada do Brasil naquele país.

Na edição de 23 de outubro, o jornal *El Diálogo* publicou um editorial enaltecendo a presença da comitiva cultural em Montevideo e destacando, entre eles, o médico Aloysio de Castro, que havia, no ano de 1917, recebido o título de professor honorário do primeiro centro de ciências do Uruguai, conferido pelo Conselho da Faculdade de Medicina do país. O editorial relembrava as inúmeras oportunidades em que Aloysio de Castro esteve em Montevideo em missão científica, o que vem confirmar que, antes dos acordos culturais entre governos, os intercâmbios científicos já existiam, muito provavelmente seguindo as orientações das Conferências Pan-americanas. Assim destacava o editorial:

(...) muchas veces hemos oído Aloysio de Castro. El 20 de mayo de 1919, dicta en la Clínica (...), [em Montevideo] una lección magistral sobre la enseñanza clínica y su organización. En 1921, en un nuevo viaje que hace a nuestro país, ocupa la cátedra de la Facultad de Medicina, y nos habla de los ensayos operatorios de rejuvenecimiento orgánico y de la (...). En la floración de la cultura, Aloysio de Castro figura entre las cumbres de su generación en la América. Y en el campo de la medicina ocupa un lugar semejante a de Osvaldo Cruz, a Miguel Couto e a Carlos Chagas (...).

A embaixada cultural seguiu uma intensa programação, aprovada anteriormente pelos dois governos, e permaneceu no país durante 15 dias. O valor destinado a cada um dos membros de comitiva foi de \$3.000 pesos uruguaios, pagos pelo Fundo Patrimônio Cultural Uruguai-Brasil.¹³⁵

Em 1936, a embaixada do Uruguai no Brasil enviou para o ministro das Relações Exteriores do seu país um relatório anual com as atividades entre os dois países. Segundo esse relatório, cerca de 20 universitários, entre professores e estudantes, engenheiros, médicos e outros profissionais uruguaios, foram nominalmente citados

¹³⁵ AHI-Rio de Janeiro. Anexo. Missões Culturais no Uruguai, 1936.

como participantes desses intercâmbios. Todos estavam naquele ano finalizando seus estudos e fazendo especializações nas universidades do Brasil.¹³⁶

Na correspondência do ministro da educação Gustavo Capanema, abrigada no Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas, o CPDOC, há inúmeras menções sobre missões culturais do Brasil no Uruguai e vice-versa, nos anos de 1937, 1943 e 1944. São correspondências entre os ministros da Educação e Saúde do Brasil, e da Instrução Pública, no Uruguai, agradecendo e enaltecendo essas oportunidades de intercâmbio Cultural entre os dois países.¹³⁷

1– Carta a Capanema, em 14 de janeiro de 1944, enviado por Adolfo Folle Juanicó, ministro da Instrução Pública do Uruguai, cumprimentando pela passagem de uma Missão Universitária de jovens profissionais pelo Uruguai. O ministro reafirma a importância daquelas viagens intelectuais de aproximação que estreitam as relações cordiais entre os países, e proporcionam ocasião para férteis trocas de ideias, técnicas e aspirações que beneficiam as duas culturas.

2– Em 14 de setembro de 1945, o ministro da Instrução Pública, Folle Juanicó, agradece pela passagem de mais uma Missão Cultural Brasileira pelas terras uruguaias, composta por Maria Eugênia Scalzo e pelos doutores Cardim e Melo Leitão. Afirma: “*Sus conferencias y los actos motivados por sus visita fueron ocasión propicia para exteriorizar una vez más el afecto que aquí sentimos por la gran nación brasileña, por su cultura y por sus hombres de ciencia, conocimiento al qual han contribuído con el prestigio de su alta jerarquia nuestros estimados huéspedes de hoy*”.

3– Em 1937, Eduardo Victor Haedo, ministro da Instrução Pública do Uruguai, enviou uma carta a Capanema agradecendo a receptividade que teve a Missão Cultural Uruguaia ao Brasil, chefiada pelo próprio ministro, oportunidade em que expressou, em nome dos demais, sua admiração pela obra cultural do governo brasileiro. Afirmou: “*El Capanemismo tiene entre los uruguayos, adeptos entusiastas y vibrantes. Lo hemos visto y admirado en su formidable obra material*

¹³⁶ AHI-MREU. Ofício de 31 de dezembro de 1936. p. 18. Caixa 41.

¹³⁷ CPDOC – Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Capanema. Correspondências de 1937 (Capanema e membros do governo Uruguaio); 9/08/1943 a 14/4/1945. Rolo 3. Fot. 291-294.

y espiritual y deseamos que llegue a culminar, dandole asi lustre a su gran patria. (...) Aguardo las leys y publicaciones y libros prometidos. (...) Gracias en nome de la Missión”.

A modificação do Tratado de Revisão da Dívida do Uruguai, em 1928, destinando parte dela ao pagamento do programa de intercâmbio, bem como a extensão do benefício do Fundo Patrimônio Intercâmbio Cultural para todos os atos culturais que aproximassem os dois países, deu ensejo a que o governo brasileiro – instalado a partir dos anos de 1930 – enviasse para o Uruguai embaixadas de representação político-culturais, de composição diferente dos intercâmbios universitários.

Tinham, sem dúvida, uma dimensão cultural, se avaliarmos a natureza da programação cumprida no Uruguai, a formação acadêmica e as habilidades de cada componente, mas, substancialmente, constituíram-se em embaixadas políticas e propagandísticas dos novos tempos do Brasil com Getúlio. Dela participaram deputados, senadores e ministros, além dos “expoentes da cultura e da inteligência” do meio culto do país, qualidades ressaltadas por Getúlio.

Os trâmites entre os governos, envolvendo entidades culturais e o corpo diplomático dos dois países, além da receptividade orquestrada de setores da sociedade, dos políticos e da imprensa, nos levam a pensar, que naquele momento, de implantação do governo provisório e, na sequência, do governo constitucional, era importante demonstrar interesses americanistas ou “continentalistas” – termo usado por Getúlio –, boa vontade em cumprir os acordos, não só culturais, firmados durante as assembleias interamericanas, e buscar reconhecimento das comunidades internacional e latino-americana. O novo governo deveria demonstrar empenho e competência para estabelecer laços econômicos mais sólidos com os parceiros da América Latina.

2.1.5 Discursos de Getúlio Vargas defendem proximidade cultural no Prata

Vimos, no primeiro capítulo, que a construção de um programa de cooperação cultural na América Latina esteve diretamente ligada às reformas ministeriais ocorridas desde Afrânio de Melo Franco e que foram desencadeadas para atender aos novos compromissos da política externa do país. Novas formas de cooperação comerciais, sem descuidar das tradicionais, e fomento da produção e exportações moveram as políticas

externas comerciais do Brasil com os centros mundiais e com a América Latina a partir de Getúlio (CERVO; BUENO, 2010, p. 238).

Mas isso não era tudo. Havia, de fato, uma circulação de interesses, genericamente chamados de culturais, que em certa medida foram se organizando no ambiente das Conferências e se desenvolvendo, na relação estreita dos interesses de natureza também econômica – e financeira¹³⁸ – e de afinidades diversas. A viagem de Getúlio na Região do Prata, na primeira década de seu governo, parece apontar para isso, bem como as visitas de seus presidentes (do Paraguai, Argentina e Uruguai) ao Brasil. Em cada um dos países visitados, a começar pela Argentina e pelo Uruguai, em 1935, depois Bolívia e Paraguai, em 1941, os atos de assinaturas de convênios das mais variadas categorias vinham acompanhados de uma exaltação dos programas de cooperação cultural regional.

Recebido na Universidade de Buenos Aires, Vargas recordou nomes como Sarmiento e Mitre, reconheceu as raízes semelhantes dos povos americanos e a necessidade de se resolver conflitos pelo consenso. Não basta a troca de mercadorias, enfatizou, referindo-se à importância da cultura:

O esforço das chancelarias em favor de entendimentos políticos e econômicos resultaria quase improfícuo se não houvesse entre os nossos dois países um contínuo intercâmbio espiritual assinalando a identidade do nosso sentir, a analogia dos nossos modos de ver, as afinidades morais e a solidariedade real que entre nós existe. Não basta a troca de produtos: amudando as visitas de mestres e estudantes, de escritores e artistas, fomentaremos essa obra benemérita sem a qual seriam artificiosas as combinações diplomáticas e os planos econômicos.¹³⁹

Em todos os países assinalados, os interesses em resolver questões de ordem econômica, especialmente de construção de ferrovias ou regulamentação de hidrovias para escoamento de novas linhas de produtos comerciais, foram concretizados com a

¹³⁸ A questão da dívida do Uruguai com o Brasil estabeleceu ligações permanentes entre os países.

¹³⁹ BIBLIOTECA da Presidência da República. VARGAS, Getúlio. Viagem ao Prata. DISCURSO na Aula Magna do Colégio Nacional de Buenos Aires, 23 de maio de 1935. A Nova Política do Brasil. p. 59-60.

assinatura de convênios e renovados compromissos do Brasil de estabelecer vínculos com os países da América Latina.¹⁴⁰

Com a instalação do Estado Novo, veremos mais adiante que a estratégia de difusão de uma nova ordem política centralizada em torno do Estado brasileiro daria novo impulso às relações culturais entre os governos.

2.1.6 Acordos bilaterais de cooperação intelectual com o Uruguai, durante a VII Conferência Pan-americana de Montevideú

Em dezembro de 1933, Montevideú foi palco de inúmeras atividades diplomáticas que iriam repercutir nas relações culturais entre Brasil e Uruguai. Paralelo à VII Conferência Pan-americana, que estava se realizando em Montevideú, foram assinados vários outros convênios entre os dois países: o intercâmbio de universitários assinado em 1921, por Eptácio Pessoa e Brum, inspiraria novos ajustes em 21 de dezembro de 1933, e seria confirmado por Getúlio Vargas e Gabriel Terra (1931-1938) anos após.

Nessa mesma oportunidade (1933), os ministros de relações exteriores dos dois países, Alberto Mañe, do Uruguai, e Afrânio de Melo Franco, do Brasil, finalizaram os trâmites diplomáticos para a revisão dos textos de História e Geografia, atendendo às indicações do I Congresso de História Nacional,¹⁴¹ realizado em Montevideú, em 1928, e demais convênios. São eles: Convênio e Protocolo adicional ao Estatuto Jurídico da Fronteira entre o Brasil e o Uruguai; Convênio para o Fomento do Turismo; Convênio sobre feiras de produtos nacionais; Convênio sobre Permuta de Publicações e Convênio de Intercâmbio Artístico.¹⁴²

A revisão de textos históricos, que por certo implicaria a edição de novos livros, receberia um tratamento especial em seus respectivos países, com a eliminação de episódios, comentários e interpretações que despertassem animosidades entre os países

¹⁴⁰ VARGAS. A nova política do Brasil. Discurso O Brasil e a Bolívia, 29 de julho de 1941, p. 37-44; VARGAS. A nova política do Brasil. Discurso O Brasil e o Paraguai. 1º agosto de 1941, 53-59.

¹⁴¹ AHD-MREU. *Tratados y Convenios Internacionales*, 1994. A Revisão da História e Geografia no Uruguai transformou-se na Lei 9.477, de 29 de maio de 1935. p. 108; AHI-Rio de Janeiro. O mesmo documento em português, M29, p. 19.

¹⁴² A 3 de agosto de 1937, o presidente Vargas promulgou o Decreto 1.846, referente aos atos internacionais firmados em Montevideú pelos ministros plenipotenciários em 20 de dezembro de 1933. PRESIDÊNCIA da República do Brasil. Decreto nº 1.846, de 3 de agosto de 1937.

vizinhos. O artigo 1º desse convênio deixa claro: a revisão seria necessária para que fossem expurgados dos textos de História, adotados para o ensino de jovens nos dois países, “(...) tópicos que sirvam para excitar no ânimo desprevenido da juventude a aversão a qualquer povo americano”. Em relação aos livros de Geografia, artigo 2º do convênio, revisões periódicas deveriam ser feitas para atualizar as estatísticas dos países e dar uma noção aproximada da riqueza e da capacidade produtiva dos Estados Americanos.¹⁴³

Na mesma ocasião, os ministros aprovaram a regulamentação do intercâmbio artístico e aproximaria as atividades artísticas dos dois países propondo, ao menos uma vez ao ano, em cada um dos países, uma exposição de belas artes e artes aplicadas, destinada a dar conhecimento das produções artísticas e de alguns ramos da indústria.¹⁴⁴ Segundo o primeiro item do Convênio de Intercâmbio Artístico, a exposição de artes uruguaia que fosse realizada no Brasil seria financiada pelo Círculo de Belas Artes de Montevideu e a exposição brasileira no Uruguai teria o apoio da Escola Nacional de Belas Artes, do Brasil.

O modelo proposto assemelhava-se às antigas feiras internacionais do século XIX, em que os países exibiam suas melhores novidades em vários ramos de atividades. Era, na verdade, uma feira de artes aplicadas, oportunidade em que Brasil e Uruguai apresentavam mostras dos móveis fabricados nos países, produtos de cerâmica para construções, projetos de arquitetura e uma seção especial de publicação de livros, além de objetos de artes plásticas.

Transformou-se em um decreto específico o acordo de troca de publicações, antiga aspiração dos países durante as conferências. Nas bibliotecas nacionais de Brasil e Uruguai, seriam instaladas seções de livros específicos sobre um e outro país, mediante permuta de publicações. Na Biblioteca do Ministério de Relações Exteriores da República do Uruguai também haveria uma seção com livros brasileiros; em contrapartida, no Palácio do Itamaraty do Rio de Janeiro seria também aberta uma seção com publicações de autores uruguaiois. Sem muito critério na definição dos tipos ou categorias de livros, a recomendação de um país para outro limitava-se a indicar

¹⁴³ AHD-MREU. *Tratados y Convenios Internacionales*, 1994. A Revisão da História e Geografia no Uruguai transformou-se na Lei 9.477, de 29 de maio de 1935. p. 109.

¹⁴⁴ AHD-MREU. *Tratados y Convenios Internacionales*, 1994. Convênio de Intercâmbio Artístico. p. 127-129.

generalidades, desde que fossem coleções “de obras capazes de dar a conhecer a ideologia que anima seus homens de estudo e da ciência”,¹⁴⁵ nada mais.¹⁴⁶

2.2 Reunião de países no Uruguai ocorre em clima de golpes e contragolpes

Em dezembro de 1933, a reunião dos representantes dos países americanos para a realização da VII Conferência Pan-americana ocorreu em clima de muita movimentação política no Uruguai. Passados cerca de nove meses do Golpe de Estado no Uruguai, implantado por Gabriel Terra, presidente em exercício desde 1931, o país estava completamente dividido. Os dois grandes partidos tradicionais, Blancos e Colorados, fracionados em subgrupos, não conseguiram resolver suas diferenças iniciadas muitos anos anteriores ao Golpe.

Depois do 31 de março, estiveram com Terra, segundo Nahum, parte do partido Colorado (os antibatllistas) e a maioria do Partido Nacional (ou *blancos*), e na oposição, os *nacionalistas independientes*, os *blancos radicales* e a Agrupación Demócrata Social, de Carlos Quijano, a geração nova do *battlismo*, além de setores da esquerda.

As novas estruturas dos poderes Executivo e Legislativo estavam sendo recompostas dentro desse novo desenho político, onde Terra teve total autoridade para convocar uma Constituinte, para formar uma nova Junta de Governo e um novo Conselho Nacional de Administração. Deputados, dirigentes políticos, conselheiros da oposição foram presos, muitos foram exilados do país e outros ainda se refugiaram nas embaixadas, saindo do país somente quando protegidos.¹⁴⁷

Os jornais brasileiros registraram toda a movimentação, anunciando a censura à imprensa e as prisões efetuadas pelo governo de Gabriel Terra. Lastimavam que a Conferência estivesse para se realizar em clima de grande tensão política, com

¹⁴⁵ AHD-MREU. *Tratados y Convenios Internacionales*, 1994. Acuerdo para el canje de publicaciones. p. 134.

¹⁴⁶ Na mesma oportunidade, os ministros aprovaram a regulamentação de outros convênios, como da Navegação Aérea, convênios de Fixação do Estatuto Jurídico da Fronteira, como também a convenção para o Fomento do Turismo, convenção para Feira de Mostra e Venda de Produtos Nacionais. Em 22 de maio de 1935, dois anos após essas assinaturas, o Senado de Montevidéu aprovou todas as convenções firmadas em 1933 e remeteu para o Brasil, para que este cumprisse os trâmites legais (AHD-MREU. *Tratados y Convenios Internacionales*, 1994, p. 136).

¹⁴⁷ Cf. NAHUM et al., 1998.

manifestações dos opositores contra as medidas restritivas do presidente e rumores de contragolpe.¹⁴⁸

Gabriel Terra (1873-1942) foi eleito presidente do país em 1931 pelo Partido Colorado, e desde o princípio do mandato não se sujeitou às decisões da Agrupación Colorado de Gobierno, órgão formado por diferentes setores do partido que respondia à função de coordenar o cumprimento dos acordos elaborados por ocasião das eleições. A Agrupación tinha autonomia: não se sujeitava nem ao programa do partido, nem ao Conselho Nacional de Administração,¹⁴⁹ o que seria ainda mais grave, este, sim, um órgão governamental, um Colegiado de auxílio ao Executivo criado na gestão de José Batlle y Ordonéz.

No Senado e nas Câmaras, a representação proporcional não dava maioria a Gabriel Terra, paralisando as ações governamentais. Diante dos impasses políticos, com forças políticas que se confrontavam sem acordo, começaram a surgir vozes clamando por *gobierno fuerte*, de inspiração nos governos nazi-fascistas, caracterizados por um centralismo autoritário cujas principais decisões estavam nas mãos do chefe do governo.

Em 31 de março de 1933, argumentando que o Uruguai não poderia esperar por plebiscitos e medidas reformistas lentas, Terra dissolveu as Câmaras e convocou uma Assembleia Constituinte que teria a tarefa urgente de reformar a Constituição em vigor e nomear o presidente da República com mandato entre 19 de junho de 1934 até 19 de junho de 1938.¹⁵⁰

¹⁴⁸ Em 8 de março de 1932, o Ministro Melo Franco solicitou ao presidente do Uruguai o adiamento da VII Conferência, que estava marcada para dezembro daquele ano, alegando problemas econômicos entre as nações, embora os jornais da época dissessem que as atribulações políticas no Uruguai, com prisões e fechamento de jornais, contribuísssem para o pedido de adiamento (AHI 119/05/02 Circular de 08/03/1932. Índice: *VII Conferência Pan-Americana*. Reservado). Não somente lá, parece-nos, pois em São Paulo estava já se prenunciando os movimentos que deflagraram a chamada Revolução de 1932, conflito que mobilizou todo o Brasil.

Rumores de contragolpe: “Foi descoberto um plano revolucionário no Uruguai”, era a manchete do *Jornal do Brasil*. “Estabelecida a Censura à Imprensa”, *Jornal A Noite* (14 set. 1933); “A Situação Política no Uruguai”, *Jornal do Brasil* (17 out. 1933), e outras notícias mais (AHD-MREU. Caixa 34. Pasta D).

¹⁴⁹ José Batlle y Ordonéz, eleito duas vezes presidente da República do Uruguai pelo Partido Colorado (1903-1907; 1911-1915), fez reformas profundas nas instituições políticas do país apoiando a criação de um Colegiado Executivo, composto de representantes dos partidos para tomar decisões junto com o presidente, garantindo a representação da sociedade no governo e evitando o risco de desestabilização do país. O modelo encontrado foi a criação e a aprovação pela Constituição de 1917 de um Conselho Nacional de Administração. Fundador do *Jornal El Día*, o primeiro a ser censurado na ditadura de Gabriel Terra. A tradição de reformas profundas na sociedade e nas estruturas institucionais deixou como herança a corrente denominada *batllista*, dentro do Partido Colorado.

¹⁵⁰ Cf. NAHUM, 2002.

A situação do Uruguai, desde os primeiros sinais de descontentamento das forças políticas, no final da década de 1920 até o Golpe de 31 de março de 1933, surpreendeu os países da região, que o consideravam, até então, depositário de instituições sólidas e democráticas e portador de um desenvolvimento combinado com conquistas sociais. Para os historiadores uruguaios, é corrente a ideia de que no Uruguai:

Nas três primeiras décadas do século XX havia se desenvolvido um efetivo processo de democratização política, modernização social e afirmação institucional, amparado nas vantagens comparativas obtidas por uma economia agropecuária no marco de uma situação internacional favorável. A situação alcançada não teve paralelo na América Latina e, no clima de confiança e relativa prosperidade no que contribuiu os avanços sociais, os progressos materiais e as vitórias desportistas, muitos acreditam estar vivendo na “Suíça da América”, como algum deslumbrado observador estrangeiro nos qualificou (NAHUM et al., 1998, p. 9 – tradução livre).

O país progredia e se destacava dos demais pares da América do Sul, especialmente em consequência da implantação de um sistema de governo baseado no Colegiado, formado por representantes partidários, como já foi mencionado, com raros precedentes na História moderna.

Alguns fatores teriam contribuído para que essa situação mudasse. Segundo apontam os historiadores, o primeiro deles foi a crise de 1929 em Nova York, que desencadearia, especialmente nos países dependentes economicamente do mercado externo e centrados numa política de monocultura agroexportadora, uma desestruturação do sistema econômico. A baixa dos preços das matérias primas, a redução das importações pelos países desenvolvidos, o desemprego, as restrições econômicas e os protecionismos dos países importadores foram alguns dos motivos que provocaram uma interrupção no processo de desenvolvimento no Uruguai. Essa situação semelhante ocorreu também nos demais países da América do Sul. No Uruguai, especialmente, o fim do superávit econômico, aliado à interrupção das conquistas sociais promovidas pelo *batlismo*, e o aumento dos conflitos de interesses agudizaram a crise interna (NAHUM et al., 1998, p. 10).

Na esfera da política nacional, a tendência à adesão aos regimes autoritários, os chamados nacionalismos centralizadores, negava os fundamentos das democracias liberais, e um modelo de governo de Colegiado, com divisão de poder como o implantado no Uruguai, também passava a ser questionado. Afinal, quem detinha de fato o poder? O presidente ou o Conselho Nacional de Administração? A crítica, que aparentemente mais pesava nos ombros do Chefe do Executivo – no caso, Gabriel Terra –, era de que as decisões eram lentas e ineficazes perante a urgência das demandas para superar a crise.

Em relação à estrutura social, as conquistas iniciadas no período Battle y Ordonéz perderam a força em um contexto onde ainda existiam profundas desigualdades sociais, embora os benefícios nessa área tenham alcançado grupos sociais populares urbanos e boa parte da classe média. As reformas *batllistas* e a legislação econômica alcançaram grande faixa da população, mas alguns setores rurais ainda estavam colocados à margem dessas mudanças.

Às conquistas sociais sucederam-se reações dos setores mais conservadores, definidos pelos historiadores como sendo os setores agroexportadores, os grandes comerciantes e industriais, os grupos financeiros e o capital estrangeiro, que se organizaram também em associações, em grupos de vigilância das decisões do Executivo, e confrontaram as decisões e o sistema de Colegiado. O Comitê Nacional de Vigilância Econômica, formado pelas entidades de classe ruralistas e industriais, atuou como grupo de pressão “extrapartidário”, aglutinando as forças descontentes com a situação econômica do país e com o sistema de governo.

O quarto fator para o agravamento da situação no Uruguai, segundo os historiadores, refere-se aos partidos políticos que possuíam uma formação complexa e abrigavam ao menos os mais tradicionais, inúmeras tendências ideológicas, algumas conflitantes entre si. Dentro do Partido Colorado, segundo Nahum, coexistiam os *riveristas* (do General Rivera), conservadores e contrários ao Colegiado; os *tradicionalistas*, também contrários ao reformismo *batllista*; o Partido Radical Colorado, igualmente contrário ao reformismo *batllista* e fortemente arraigado nos setores da burocracia; o Partido Colorado *batllista*, que constituía a maioria e que, para manter-se como facção majoritária, obrigava-se a negociar constantemente; o Grupo *Avançar*, dirigido pelo deputado Julio Grauert, que seria assassinado após o golpe de 31

de março, de tendência socialista. Todos esses subgrupos conviveram em conflito durante ao menos 20 anos.

Por outro lado, o Partido Nacional também era subdividido por tendências ideológicas conflitantes desde os *herreristas* (liderados por Luis Herrera), de base rural, agroexportador, até o setor *doutoral*, contrário aos herreristas, que deteve por tempos a hegemonia do Partido; o radicalismo *blanco*, identificado ao reformismo social; e a *Agrupación Demócrata-Social*, liderada pelo jornalista e deputado Carlos Quijano, que consistia no setor mais avançado do partido. Havia outros partidos, mas as eleições ficavam decididas entre essas duas grandes agremiações partidárias (no total, conseguiam 90% dos votos).

Os marxistas, fossem eles do Partido Comunista, ou do Socialista, embora com presença acentuada na vida política uruguaia, obtinham resultados bastante modestos nas eleições, como demonstra o historiador Carlos Roberto Rangel (RANGEL, 2007, p. 127). Seus eleitores não chegavam a 7% do total. Em suas melhores performances, ocorridas nas eleições de 1932, ano anterior ao golpe, o Partido Comunista obteve 4.838 votos e o Partido Socialista, 1.794, de um total geral de 271.468 votantes.

Para os historiadores, essa fragmentação partidária conspirou contra a possibilidade de se constituir um plano de governo minimamente negociado para atender às várias demandas da sociedade e da situação de uma nova ordem econômica internacional resultante da crise de 1929.

Foi nesse contexto de disputas e poucos acordos quanto às mudanças que deveriam ser tomadas em um país em crise que Gabriel Terra foi eleito presidente pelo Partido Colorado, em 1930, dividido e enfraquecido no quadro exposto anteriormente, de fragmentação partidária que se arrastava há anos. O resultado desse contexto traduziu-se na ausência de compromissos do presidente eleito com sua base partidária, terreno fértil para as pressões adversárias, de grupos políticos e econômicos, que surgiram na defesa de seus interesses.

As ameaças à estabilidade institucional vinham de caminhos diferentes e opostos: dos mais radicais à direita e à esquerda planejavam tomadas de posições, e as forças que sustentavam Terra viram-se convencidas de que o país não poderia seguir sem uma mudança radical na política do país. Em 31 de março de 1931, Gabriel Terra declarou:

Hemos dejado llegar a los últimos extremos la crisis actual sin que un plan de defensa concertado en el seno del Poder Ejecutivo y prestigiado en el Parlamento nos librara de la desvalorización de nuestra moneda, de la desocupación de nuestros trabajadores y del empobrecimiento del comercio y de las industrias nacionales (NAHUM et al., 1998, p. 17).

Dois anos após esse discurso, Terra dissolveu o Conselho Nacional de Administração e o Parlamento, decretando a prisão de conselheiros, parlamentares e dirigentes políticos de oposição.

Iniciava-se no dia 31 de março de 1933 uma nova fase para o Uruguai e o final de um período de cerca de 30 anos, quando vigorou a tradição do respeito à institucionalidade e aos processos de participação democrática. Para se ter uma noção do nível de participação da sociedade civil na política, em 15 anos de Constituição, foram realizados 12 pleitos, não somente para o executivo e o legislativo, mas para os demais órgãos de decisão do governo.

O que os documentos indicam é que a ditadura de Terra não criou distanciamentos diante dos demais governos latino-americanos, muito embora as notícias de prisões de opositores e mortes de políticos *batllistas*, além da censura aos jornais e às manifestações civis, estivessem estampadas quase todos os dias em jornais, especialmente da Argentina e do Brasil.

Os jornais locais foram fechados, muitos censurados durante todo o período que se seguiu ao golpe. O correspondente do *Jornal do Brasil* em Montevideu noticiou em março, dias antes do golpe, o fechamento dos principais jornais da capital uruguaia: os tradicionais *El Día*, *El Ideal* e *El País*;¹⁵¹ os serviços telegráficos e telefônicos estariam igualmente censurados.

Dois meses antes da realização da Conferência Pan-americana em Montevideu, os jornais do Brasil anunciavam o risco de um contragolpe para derrubar Terra. Uma das notícias, veiculadas pelo *Jornal do Brasil*, em 15 de setembro de 1933, intitulada “Uma Visita em Família – Três jornalistas na A.B.I.”,¹⁵² dava conta de que os jornalistas uruguaios Enrique Rodriguez Fabregat, do jornal *La Calle*, e Luiz Batlle

¹⁵¹ O jornal *El Día* era órgão da tendência *batllista* do Partido Colorado. *El País*, dos nacionalistas independentes do Partido Blanco. *El Ideal*, de tendência também *batllista*.

¹⁵² AHD- MREU. Caixa 3. Pasta “D”. *Jornal O Radical*. 15 de setembro de 1933. s/p; s/a.

Berres, ex-deputado e jornalista do *El Día*, além de César Batlle Pacheco, também jornalista do *El Día*, exilados políticos no Brasil, foram recebidos pela Associação Brasileira de Imprensa que os acolheu com muita atenção, sem contudo tomar um posicionamento sobre o que estava se sucedendo naquele país.

Alguns dias antes, o Ministério das Relações Exteriores do Uruguai comunicou-se com a sua Embaixada na cidade do Rio de Janeiro, solicitando que as autoridades brasileiras impedissem esses mesmos jornalistas de desembarcar em terras brasileiras e que fossem “internados” se por ventura conseguissem chegar até o Rio de Janeiro. A visita dos jornalistas à A.B.I. e a demais jornais cariocas, mesmo que não tenham surtido um efeito internacional de pressão contra o golpe, foram, sem dúvida, um instrumento utilizado pelos jornalistas para se protegerem da prisão.

Com o título “A Última Revolução no Uruguai – o manifesto dos *batllistas* e a visita de um ex-parlamentar exilado”, o jornal carioca *A Noite* analisou a situação do Uruguai e noticiou a visita dos mesmos jornalistas em sua redação. Denunciava o noticiário que, no Uruguai, enquanto os principais líderes políticos e de movimentos sociais estavam exilados do país, uma nova Assembleia Nacional Constituinte “terrorista” já havia sido convocada e estava promovendo mudanças importantes no país sem a participação ampla da sociedade, sob o comando do ditador Gabriel Terra.¹⁵³

Na oportunidade, os jornalistas entregaram aos editores do jornal o manifesto assinado pelas lideranças do Partido Colorado, reunidas em Convenção partidária, denunciando as arbitrariedades de Terra e declarando que o ato de violenta repressão ocorrida em 25 de junho de 1933, dia de uma grande manifestação ocorrida próximo a Montevideú, havia sido um atentado aos princípios democráticos já conquistados pelo país, e que a sociedade nacional não poderia ser cúmplice da afronta que foi imposta à República, aos seus cidadãos e à comunidade internacional.¹⁵⁴

Um mês após esse episódio, uma nova tragédia ira agravar ainda mais a situação da política do Uruguai. Em 26 de outubro de 1933, o jornal carioca *O País*, de Alfredo Neves, noticiou a morte de um líder oposicionista uruguaio, o socialista e ex-

¹⁵³ Em 12 de junho de 1933, Terra convocou eleições para integrar a Convenção Constituinte. Segundo a historiadora Ana Maria Rodríguez Ayçaguer, o resultado deu maioria esmagadora dos terroristas, 80.563; riveristas (aliados de Terra), 24.088; colorados radicais, 11.595; comunistas, 7.950, com grande abstenção dos *batllistas*, nacionalistas independentes e socialistas (RODRIGUEZ AYÇAGUER, 1996, p. 152).

¹⁵⁴ AHD- MREU. CAIXA 34. PASTA “D”, 1933. Jornal *A Noite*, de 13 de setembro de 1933. s/p.

parlamentar do Partido Colorado Julio Grauert, devido a ferimentos com arma de fogo disparada por policiais governistas. Ele e demais ex-parlamentares, cassados pelo golpe, haviam participado de um comício em uma cidade vizinha de Montevideu e foram atingidos mortalmente.¹⁵⁵

Esse incidente causou uma comoção geral, com greve decretada por estudantes de direito e manifestações de rua, o que motivou novas medidas repressivas do governo, como a suspensão do direito de reunião no País.¹⁵⁶ A notícia foi dada em primeira página, ao lado de outra, sobre um possível adiamento da VII Conferência Pan-americana em consequência da situação turbulenta no país anfitrião. A informação trazia uma entrevista com o ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Mello Franco, posicionando-se contra o adiamento e defendendo a ideia de que os países deveriam enfrentar a situação e desempenhar os compromissos já assumidos com a realização do encontro.¹⁵⁷ Dentre as tragédias ocorridas, a morte do ex-presidente uruguaio Baltasar Brum (1919-1923) também provocou impacto. Em 31 de março de 1933, dia do golpe, o Ministério das Relações Exteriores do Uruguai¹⁵⁸ comunicou oficialmente ao Brasil a morte do líder político e membro do Colegiado executivo de Terra, declarada na época como suicídio.

No dia 5 de dezembro de 1933, na presença de delegados de quase a totalidade dos países das Américas, instalou-se em Montevideu a VII Conferência Pan-americana. Entretanto, paralelamente a esse grande evento, as diplomacias dos dois países continuavam a lidar com as consequências do regime de exceção no Uruguai. A troca de correspondência entre o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai e a chancelaria do Brasil demonstrava que o ditador Gabriel Terra contou com o Brasil para deter opositores ao regime, sobretudo aqueles mais expressivos que estavam deixando o país.¹⁵⁹ Terra solicitou a prisão dos opositores e a atenta vigilância das fronteiras.

¹⁵⁵ AHD-MREU. *Jornal do Brasil*, 17 out. 1933. *O Globo*, 17 out. 1933. Caixa 3, Pasta “D”.

¹⁵⁶ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Hemeroteca memoria/bn/br. *O País*, 27 out. 1933. Capa. s/a.

¹⁵⁷ Na verdade, o Brasil não poderia tomar outra atitude, uma vez que a Conferência de Montevideu já havia sido adiada uma vez – de dezembro de 1932 para dezembro de 1933 – por sugestão do próprio Brasil.

¹⁵⁸ AHD- MREU. Caixa 3. Pasta D. Confidencial, 1933.

¹⁵⁹ **Correspondências diplomáticas entre governos.**

1. (De Montevideu para diplomacia brasileira no Rio de Janeiro)

Gobierno tiene nuevas noticias actividades subversivas frontera Brasil. Ruégue ese gobierno amigo impartir órdenes disolver grupos e impedir reuniones destinadas alterar orden Uruguay asi como alejar frontera elementos perturbadores. Conteste de urgencia. Diplomacia. M. 11.02.1933

2. Resposta do Embaixador Maurício Nabuco, do Brasil ao Uruguai.

Tomás Barreta, membro do Conselho Nacional da Administração, opositor a Terra, foi perseguido pela polícia política brasileira desde Santana do Livramento até Uruguaiana, por solicitação do Uruguai, após seu pedido de asilo político ser negado pela Argentina.¹⁶⁰ Barreta ficou no Brasil até 1942 e aqui articulou um movimento contra Terra, em 1935.

Luis Batlle Berres, jornalista, líder oposicionista colorado e diretor do Jornal *El País*, fechado por Terra, também ficou exilado no Brasil permanecendo durante cinco anos, de 1933 a 1938. Batlle Berres, sobrinho do presidente Luis Batlle y Ordonéz, voltou ao Uruguai para ser o vice-presidente de Barreta e, após a sua morte, foi empossado como o 28º presidente do Uruguai.

A VII Conferência Pan-americana de Montevideú transcorreu nesse ambiente de sobressaltos com notícias que davam conta de novas prisões de opositores, de censura em todos os jornais e fechamento dos mais combativos,¹⁶¹ ameaças de contragolpe com mobilizações das centrais sindicais, de parte do exército¹⁶² e da sociedade civil – tais

À sua Excelência Senhor

Dionísio Ramos Montero

Enviado Extraordinário ao Ministro Plenipotenciário da República Oriental do Uruguai

(...)

Apraz-me em resposta comunicar-lhe que por solicitação deste Ministério, as autoridades administrativas do Rio Grande do Sul, às quais, nesta data, são transmitidas aquelas informações mais minuciosas, já tomaram enérgicas providências a fim de serem dispersados os grupos de uruguaios que, em território brasileiro, possam exercer qualquer atividade subversiva contra o seu país. Aproveito a oportunidade para renovar os protestos de alta consideração, com que me subscrevo,

Sua Excelência

Maurício Nabuco

Brasil, 22 de fev. 1933.

3.Telegrama Confidencial da Embaixada do Uruguai no Brasil ao governo Uruguio com informações obtidas com auxílio do Consulado do Uruguai no Sul e de fazendeiros gaúchos.

No telegrama o diplomata revela os nomes e localidades onde estão se articulando os revoltosos uruguaios: Poncho Verde, Santana do Livramento e Don Pedrito, todos municípios na fronteira.

Eles estariam se organizando para entrar no Uruguai utilizando, inclusive, armamentos e munições da Revolução de 32, em São Paulo, obtidas no 19º Batalhão Auxiliar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. AHD-MREU. Caixa 34. PASTA F.

¹⁶⁰ Tomás Berreta conseguiu permanecer no Brasil, exilado em Porto Alegre, e só voltou em 1942, para ajudar na nova carta Constitucional de 1942, no período de transição. Foi eleito o 27º presidente da República do Uruguai aos 72 anos.

¹⁶¹ Todos os jornais de esquerda e de tendência liberal-democrática deixaram de circular, uma vez que as gráficas se recusavam a imprimi-los com medo de sofrerem represálias do governo. O *Acción*, de Carlos Quijano, jornalista e pensador do qual falaremos mais adiante, ficou três meses sem circular, mas foi substituído por dois outros periódicos clandestinos, *Rebelión* e *El Combate*. Cf. Rangel, p. 139.

¹⁶² O General Menezes, Chefe do Estado Maior do Exército Uruguio, estava exilado no Chile e, de lá, tentou comandar um contragolpe que resultou frustrado, uma vez que Terra prendeu seus aliados militares.

como as manifestadas pela Federação dos Universitários de Montevideu;¹⁶³ além de notícias denunciando novas fugas para Argentina e Brasil.¹⁶⁴

Ao pronunciar o discurso de abertura dos trabalhos da Conferência, o presidente-anfitrião Gabriel Terra não deixou transparecer o clima de guerra civil do país, ao contrário, desenhou uma situação de pretensa harmonia e estabilidade política. Ao saudar os presentes, o presidente transmitiu votos de esperanças de que os delegados cumprissem com as suas funções de discutirem as questões mais prementes dos países, especialmente as questões econômicas e financeiras da América Latina naquele início de década e os esforços de superação de conflitos sociais e de construção da paz. Entretanto, o cerne de seu discurso foi a defesa clara dos “Tratados Recíprocos”, um instrumento eficiente, a seu ver, para que os países americanos, diante da crise econômica, superassem o espírito de isolamento comercial e promovessem facilidades alfandegárias recíprocas, como o rebaixamento de taxas aduaneiras, para amparar, facilitar e prover a colocação no mercado do excesso de produção dos países.¹⁶⁵

2.3 A VII Conferência Pan-americana redimensiona as ações culturais

Sob a presidência de Justin Barau, delegado do Haiti, e da presença da maioria dos países da América representados por seus delegados,¹⁶⁶ a Comissão destinada a encaminhar as discussões sobre a cooperação intelectual entre os países decidiu em comum acordo dividir-se em quatro subcomissões, que concentrariam as discussões nos grandes eixos temáticos, assinalados no sexto capítulo do Programa da VII Conferência Internacional Americana.

A primeira delas teve como pauta a proteção interamericana de propriedade intelectual; a segunda subcomissão tratou do intercâmbio de informações entre os países, do fomento das bibliografias nacionais e de uma bibliografia continental; a

¹⁶³ O dia 31 de março de 1931 e dias subsequentes marcaram intensos protestos de estudantes e professores que entraram em greve ocupando as universidades, só saindo pela força truculenta da polícia de Terra. Cf. Rangel, p. 140.

¹⁶⁴ Alguns jornais do Uruguai, especialmente o *El País*, não só foram censurados como deixaram de ir às bancas durante muitos meses, criando uma lacuna no registro da história desse período.

¹⁶⁵ AHD-MREU. Discursos presidenciais. Gabriel Terra. Abertura da VII Conferência Pan-americana em Montevideu, 1933.

O deputado José Guillermo Antuña, do Uruguai e Alfonso Reyes, do México, intelectuais e políticos, também pronunciaram-se na abertura. (REIS, 2013,67).

¹⁶⁶ Honduras, EUA, El Salvador, República Dominicana, Haiti, Argentina, Venezuela, Uruguai, Paraguai, México, Panamá, Bolívia, Guatemala, Brasil, Equador, Nicarágua, Colômbia, Chile, Peru e Cuba.

terceira subcomissão teve a função de informar sobre os resultados do Congresso de Educadores, realizado em Havana, em 1930; e, a quarta comissão discutiu as questões ligadas à conservação e à propriedade nacional dos monumentos históricos e arqueológicos, importantes para a formação da história americana.¹⁶⁷

2.3.1 Direito à propriedade intelectual

As resoluções pertinentes ao primeiro eixo temático, propriedade intelectual, foram resultado de um acordo mínimo a que chegaram os representantes. Foram muitos os projetos apresentados pelas delegações dos países sobre esse tema¹⁶⁸ que, somados a outros, de convenções anteriores,¹⁶⁹ constituíram um complicador para que as delegações chegassem a um acordo. Tendo em vista os diferentes posicionamentos e propostas das delegações, e pensando em conseguir a aprovação de um projeto mínimo entre os países que regulamentasse essa matéria de forma adequada a todos os interesses, resolveu-se adotar o princípio da unificação mundial das leis de proteção à propriedade intelectual.

Esse princípio foi apresentado pelo Brasil, em 1929, na Convenção de Roma em forma de moção, e serviu, em Montevideu, de referencial para a discussão do direito à propriedade intelectual baseado nos resultados obtidos também na Convenção de Havana.¹⁷⁰

Dessa forma, e considerando que alguns princípios gerais poderiam ser aceitos como normas reconhecidas universalmente e que expressavam, sobretudo, o pensamento de união dos países na VII Conferência Internacional Americana, resolveu-se pela criação de uma comissão composta de cinco membros que seriam designados pelos países que sediaram as Convenções sobre a matéria. Essa comissão de especialistas seria acrescida de mais um membro, designado pela VII Conferência Internacional Americana. Teria a função de reunir o maior número de material possível

¹⁶⁷ AHD-MREU. Atas da Primeira e Segunda Sessão da VI Comissão da VII Conferência Pan-americana, 5 e 6 de dezembro de 1933. Montevideu, p. 90-91.

¹⁶⁸ Cf. Idem, p. 115-119. As delegações que apresentaram projetos de resolução para a questão da propriedade intelectual foram: Argentina, Chile, Estados Unidos e Uruguai.

¹⁶⁹ As questões relativas à propriedade intelectual, em suas várias formas, já haviam sido discutidas em convenções desde 1886, em Berna. Em seguida, em Montevideu, em 1889. Também no Rio de Janeiro, em 1906; Buenos Aires, em 1910; Havana, em 1923; e a de Roma, realizada em 1929. Cf. Idem, p. 116.

¹⁷⁰ AHD-MREU. Atas da Primeira e Segunda Sessão da VI Comissão da VII Conferência Pan-americana, 5 e 6 de dezembro de 1933. Montevideu.

relativo ao tema, solicitando dos países americanos todos antecedentes referentes à legislação sobre a propriedade intelectual (legislação específica, jurisprudência etc.), para auxiliar na elaboração de um anteprojeto que procurasse conciliar as propostas de Montevideu com os preceitos já estabelecidos pelas Convenções de Roma e de Berna.

Esse primeiro artigo não impediu, entretanto, que a VI Comissão de Cooperação Intelectual prosseguisse com as discussões sobre o tema e aprovasse inúmeras propostas de resoluções. A nova comissão sugerida deveria reunir-se em 1934 e suas resoluções encaminhadas para o órgão consultivo (e executivo) das Conferências, que era a União Pan-americana, com sede em Washington, para que os demais países fossem informados. Destacamos alguns critérios gerais sobre direito à propriedade intelectual em torno dos quais todos, ou quase todos os países concordaram:¹⁷¹

- O reconhecimento e proteção dos direitos de propriedade literária e artística pelos Estados Americanos, em conformidade com sua legislação interna e mediante os acordos internacionais que venham a celebrar.
- O direito do autor e de seus sucessores a faculdade exclusiva de dispor sobre a sua produção artística e literária, de publicá-la, de traduzi-la, ou de autorizar a sua tradução e de reproduzi-la, total ou parcialmente.
- O direito exclusivo dos autores de obras das obras literárias e artísticas de reproduzi-las, autorizando sua adaptação para a produção cinematográfica.
- O direito dos autores de obras literárias e musicais de permitir que suas obras sejam adaptadas a instrumentos que sirvam para reproduzi-las mecanicamente.
- As traduções autorizadas são protegidas como obras originais e os tradutores não poderão opor-se à publicação de outras traduções que foram feitas licitamente.
- Considerar-se-á como país de origem de uma obra o primeiro local onde for publicada essa obra.

¹⁷¹ Estranhamente, a Delegação dos Estados Unidos deixou registrado que, apesar de aprovar as moções apresentadas na Comissão de Cultura, não teria recebido instruções para lidar com alguns pontos e se absteram de votar.

- Sem prejuízo aos regulamentos internos dos países, podem-se publicar discursos pronunciados em Assembleias deliberantes, em Tribunais de Justiça, em reuniões públicas ou culturais, assim como fragmentos de publicações literárias e científicas, sempre que se faça constar o nome do autor e de seus editores.
- As reproduções de fragmentos das obras literárias destinadas ao Ensino ficam isentas da obrigatoriedade e do reconhecimento de propriedade intelectual.
- Mesmo que o autor libere a publicação de uma obra de sua autoria, ele continua valendo-se do direito de propriedade caso queira se opor a toda deformação ou outra forma de modificação que prejudique a sua autoria.
- Os governos devem ficar atentos para impedir que circulem obras sem que tenham sido autorizadas por autoridade competente na área de propriedade intelectual.
- A duração da proteção de uma obra será regulamentada pela legislação do país que reivindica tal proteção.¹⁷²

2.3.2 Formação de uma biblioteca continental

Foi destinada à segunda subcomissão de Cultura boa parte dos trabalhos discutidos e aprovados pelo conjunto de países da Conferência, nesse âmbito. Essa comissão foi responsável por recomendar a formação de uma biblioteca continental e a organização de bibliotecas em cada país americano; de sugerir e padronizar a coleta de material bibliográfico entre os países, além de recomendar que os governos estimulassem uma nova relação com a imprensa de seus países e garantissem que os informes sobre a América não ficassem marginalizados de seus noticiários.

Antes da aprovação do projeto, ficou claro, por meio de discussões, que o caráter de obrigatoriedade das resoluções deveria ser substituído por “recomendações, sugestões e indicações” para a maioria de seus itens. Antes da aprovação do conjunto das propostas, discutia-se a respeito da liberdade de imprensa e de quanto seria

¹⁷² Cf. AHD-MREU. Atas da Primeira e Segunda Sessão da VI Comissão da VII Conferência Pan-americana, 5 e 6 de dezembro de 1933. p. 97.

inapropriado que os governos obrigassem a imprensa de seus países a introduzirem com mais frequência em seus noticiários informações sobre os países americanos. Discutidos com destaque,¹⁷³ os dois artigos que tratavam desse assunto receberam reformulações, especialmente dos delegados do Chile, Benjamin Choen, e do diplomata Alfonso Reyes, do México, e perderam o seu caráter inicial de obrigatório, ficando assim definidos:¹⁷⁴

1º Que se recomende à Imprensa e às Agencias de Informações que dediquem maior interesse e espaço às informações relativas às Nações da América;

2º Que se deem publicidade frequente aos artigos e crônicas originais reproduzidas de outros diários e que dão a conhecer sobre a situação política, econômica, comercial, científica e literária de outras Repúblicas.

O levantamento bibliográfico existente nos países, a sua coleta em um órgão central da União Americana, bem como a compilação das informações desse material de forma a que todos pudessem usufruir das informações, fizeram parte de um extenso projeto apresentado pela Comissão de Cultura, discutido e aprovado por todos os presentes. Destacaria algumas recomendações: os países deveriam mapear as suas bibliotecas, indicando quais os tipos de acervos existentes; deveriam listar seus livros, publicações em geral, coleções e catalogá-los, conforme as experiências de outros países com mais tradição; os manuscritos históricos e inventários também deveriam ser mapeados e listados. No item dois, recomendava-se ao Conselho Diretivo da União Pan-americana que preparasse uma bibliografia com os principais livros dos países publicados em todos os idiomas da América.

No item três, tratou-se de responsabilizar a Comissão Interamericana de Bibliografia e as Comissões Nacionais que trabalham nessa área de criar uma catalogação uniforme para preparar a unificação de um índice único de todas as bibliotecas da América. O item quatro sugeriu que houvesse um intercâmbio de livros dos legisladores e de entidades encarregadas em aplicar e regulamentar as leis dos países. Outra recomendação da Comissão de Cultura refere-se à catalogação dos livros,

¹⁷³ Cf. AHD-MREU. Atas da VII Conferência Pan-americana. VI Comissão [de Cultura]. Tema Bibliografia americana; Intercâmbio de Informações. p. 98. Luis Fernan Cisneros, delegado do Peru, alertou para os riscos de uma intervenção dos governos nos procedimentos da imprensa. “*La libertad de prensa no debe suscitar ninguna intervencion*”, razão pela qual ele indicava que a moção pudesse ser alterada e reduzida a uma simples visita aos órgãos de imprensa e agências de notícias que monopolizam o noticiário.

¹⁷⁴ AHD-MREU. Atas da VII Conferência Pan-americana. VI Comissão [de Cultura]. p. 98.

também padronizada e completa para facilitar o conhecimento dos acervos. Essas bibliotecas passariam a estar cadastradas de forma centralizada com todas as informações possíveis de sua riqueza bibliográfica. A União Pan-americana organizaria um serviço especial de cadastro de todas as bibliotecas e repositórios de acervos e informações, públicos e privados, que seriam colocados à disposição para estudo de pesquisadores da América. O artigo 14 do projeto de resolução propunha a realização de intercâmbio entre bibliotecas. Sugeria:

(...) a intensificação das relações diretas pré-estabelecidas entre as bibliotecas e os bibliotecários da América, para a troca de informações e de obras e em matéria de aquisição de livros destinados a complementar as coleções das mesmas.¹⁷⁵

A sugestão era de que a Biblioteca da União Pan-americana atuasse como centro coordenador desse trabalho que só se completaria, segundo o texto do projeto, com a estreita colaboração entre bibliotecas de países interessados. A comunicação entre as bibliotecas seria por meio de um Boletim produzido pela União Pan-americana.

Enfim, mesmo considerando que as resoluções aprovadas teriam complicadores, no ato da implantação, algumas medidas de isenção de taxas foram votadas, e sugeriu-se que os países fossem trabalhando conforme suas possibilidades, com ajuda, inclusive, de instituições privadas.

Estranhamente, os Estados Unidos mais uma vez se abstiveram de votar um dos projetos da Comissão de Cultura, alegando a impossibilidade de avaliar corretamente as questões dado o exíguo prazo destinado a tal fim.¹⁷⁶ O que é, no mínimo, incompatível com a posição de preeminência exercida pelo país em todo o processo de articulação desses encontros internacionais, desde seu início.

Como bem observou Tereza Spyer (DULCI, 2013, p. 23-24), as Conferências eram reuniões que contavam com a presença de diplomatas e funcionários dos ministérios das relações exteriores dos países, desde a organização até a consecução final, e tinham como centro dessa articulação a União Pan-americana,¹⁷⁷ com sede em

¹⁷⁵ AHD-MREU. Atas da VII Conferência Pan-americana. VI Comissão [de Cultura]. p. 100.

¹⁷⁶ AHD-MREU. Atas da VII Conferência Pan-americana. VI Comissão [de Cultura], p. 101. O projeto não aprovado pela Delegação dos EUA referia-se à isenção de impostos aduaneiros de circulação (ou venda) de livros, diários, periódicos ou revistas editadas em qualquer país signatário.

¹⁷⁷ A União Pan-americana era uma espécie de secretaria executiva das Conferências e que inspirou a formação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948. “Além da União Pan-Americana,

Washington e presidida por um norte-americano. Esse órgão criado para auxiliar os encontros internacionais centralizava as informações e o encaminhamento das resoluções, além de organizar a pauta de discussões desses grandes fóruns. Até para o público distante dessa área, era patente o papel centralizador dos EUA nas Conferências.¹⁷⁸ Daí o estranhamento diante da posição da delegação norte-americana sob a alegação de “falta de instruções para votar”, “falta de tempo para refletir” ou “desconhecimento do assunto”. Argumento discutível, no mínimo, uma vez que os EUA dominavam todo o processo e as agendas das conferências.

2.3.3 A Cooperação intelectual ampliada e estendida a todos os países

A VII Conferência Pan-americana reiterou resoluções importantes que pautariam os principais acordos e convenções entre os países nas décadas seguintes. Adotou a Convenção sobre os direitos e deveres dos Estados, que reafirmou o princípio de que os países são juridicamente iguais, com deveres e direitos iguais, e que nenhum país poderia intervir em assuntos pertinentes a outro país. A Convenção recomendava fortemente o diálogo para resolver divergências entre as nações.¹⁷⁹

No âmbito da cultura, a Terceira Subcomissão, encarregada de apresentar as resoluções discutidas durante o Congresso de Educadores, em Havana, em 1930, para que fossem reiteradas pelo conjunto de países presentes em Montevideú, apresentou

estabeleceu-se gradualmente um conjunto de instituições para facilitar a cooperação em áreas específicas. Ao longo dos anos, e com vários nomes, as seguintes instituições foram formadas e iniciaram tarefas importantes: a Organização Pan-Americana da Saúde (1902), que depois se tornou o escritório regional da futura Organização Mundial da Saúde; a Comissão Jurídica Interamericana (1906); o Instituto Interamericano da Criança (1927); a Comissão Interamericana de Mulheres (1928); o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1928); o Instituto Indigenista Interamericano (1940); o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (1942); e a Junta Interamericana de Defesa (1942), entre outras instituições. Web site OEA disponível em: <http://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp>. Muito importante para esse estudo, como veremos neste capítulo, foi a formação do Instituto Pan-americano de Cooperação Intelectual, durante o Congresso de Educadores, em Havana, em 1930, e depois de 1933, a organização do Departamento de Intercâmbio Técnico Científico.

¹⁷⁸ O jornal carioca *O País* publicou em 27 de outubro: “A União Pan-americana de Washington já regulamentou o funcionamento da Conferência Pan-americana de Montevideú que se realizará nos primeiros dias de dezembro (...)” (27 out. 1933. Capa. Arquivo da Biblioteca Nacional – digital). Há uma nota na p. 97 sobre as resoluções aprovadas pela VI Comissão de Cultura dando conta de que os EUA não votaram sobre a questão da propriedade intelectual. AHD-MREU. Atas da VII Conferência Pan-americana. VI Comissão [de Cultura], p. 97.

¹⁷⁹ Idem, p. 101-103.

uma carta de princípios reveladora do sentido de igualdade de direitos e oportunidades entre as nações.¹⁸⁰

Los esfuerzos en el sentido de promover y estrechar los lazos de colaboración intelectual en los países de este continente, de modo que las ventajas culturales y los perfeccionamientos técnicos regionales tengan amplio aprovechamiento general, constituirán una de las expresiones más evidentes de solidaridad y de latas instituciones civilizadoras entre las naciones de América.

Es concepto hoy universal de la organización del trabajo humano, en sus diversos aspectos, deberá obedecer a principios técnicos y a orientaciones científicos capaces de dignificar y valorizar, aquel trabajo haciéndolo más productivos. El grado de cultura y de civilización de un pueblo está supeditado a su capacidad creadora de los dominios de la inteligencia, y por eso mismo es de las indagaciones científicas que surgen las directrices del progreso y es en ellas que se fundamenta, por encima de todo, la riqueza Económica de las Naciones. Cumple además señalar que el perfeccionismo técnico y el grado de desarrollo científico presenta múltiples variantes en los diversos países del continente siendo por ellas que se debe regular el intercambio de cooperación intelectual.¹⁸¹

Essas declarações deixam evidenciado que a noção de cooperação intelectual não se restringia somente ao desenvolvimento de instrumentos de cultura, como a formação de bibliotecas, a proteção ao patrimônio histórico e arqueológico, ou tão somente aos intercâmbios literários, artísticos etc. A colaboração intelectual entre os países teria como principal orientação o desenvolvimento técnico-científico necessário à produção de riquezas e efetivo progresso das nações. Sair de estágios atrasados de desenvolvimento – leia-se da pobreza – e atingir patamares de civilidade econômica – leia-se riqueza – parece ter norteado grande parte dos trabalhos apresentados por diplomatas e técnicos tanto no Congresso de Educadores, ocorrido em Havana, como nas discussões da Comissão de Cultura da Conferência de Montevideú.

Esa cooperación tendrá gran influencia en el progreso de los países americanos y deberá hacerse efectiva en encuestas realizadas por

¹⁸⁰ Idem, p. 101-103.

¹⁸¹ AHD-MREU. Atas da VII Conferência Pan-americana. VI Comissão [de Cultura], p. 102.

*especialistas y técnicos sobre cuestiones que puedan interesar a determinado grupo de Naciones, en la organización de misiones científicas de estudio y de observación, en la divulgación de inventos y conocimientos sancionados por la experiencia en el desarrollo del espíritu de colaboración de especialistas en asuntos que más interesen en la economía y a la riqueza de los diversos países, etc, etc.*¹⁸²

Coube ao diplomata brasileiro Carlos Chagas Filho a presidência dessa subcomissão, bem como a sugestão, aprovada por todos, de que se modificasse o título Cooperação Intelectual¹⁸³ para “Intercâmbio técnico-científico na América”. Sendo assim, os domínios originais dessa cooperação seriam ampliados, abarcando não somente os aspectos de natureza *puramente intelectuais*, mas também os de caráter social e econômico.

Foram 13 as resoluções indicadas para aprovação: destacaríamos as que se referem especificamente aos intercâmbios de professores, estudantes e pesquisadores entre os países da América. Os proponentes aprovaram um modelo de intercâmbio para elevar o nível cultural dos países e atender ao aperfeiçoamento das atividades humana no continente e que consistia em permitir a realização de cursos técnicos, viagens de estudo, formação de grupos de pesquisas de interesse nas nações, como exposto a seguir:

*(...) se organicen periódicamente, de acuerdo con reglamentación posterior, viajes de estudios en los cuales tomarán parte grupos de técnicos con el fin especial de adquirir conocimientos y de recoger observaciones que benefician a los respectivos países en el perfeccionamiento y sistematización de sus actividades económicas.*¹⁸⁴

Deveria ser criado um Departamento de Intercâmbio Técnico-científico da União Pan-americana que seria responsável por atender às solicitações de cursos técnicos feitas por países associados, para o aperfeiçoamento profissional e técnico, destinados a atender a ramos de atividades de maior interesse nacional. Esses interesses

¹⁸² AHD-MREU. Atas da VII Conferência Pan-americana. VI Comissão [de Cultura], p. 102.

¹⁸³ No programa da VII Conferência, constava no capítulo VII da pauta de discussões o título Cooperação Intelectual.

¹⁸⁴ AHD-MREU. Atas da VII Conferência Pan-americana. VI Comissão [de Cultura], p. 103.

estariam concentrados, especialmente, nas atividades agrárias comuns à maioria dos países da região.

O Departamento seria encarregado de coordenar, orientar e sistematizar os esforços dos países, os quais deveriam também se organizar em torno de Comitês Nacionais “que atuariam de acordo com o Departamento Técnico-científico da União Pan-americana”:

*(...) la organización de los Comités Nacionales será organizada de acuerdo con instrucciones combinadas entre los Ministerios de Relaciones Exteriores y de Instrucción de cada país.*¹⁸⁵

Outra forma de organização das atividades culturais foi a formação de um Instituto Interamericano de Investigações Científicas, cuja regulamentação deveria ser ainda discutida por técnicos e países interessados, convocados pela União Pan-americana, em Washington:¹⁸⁶

*(...) una vez que sean conseguidos los recursos necesarios a tal fin [às atividades de intercâmbio], que se organice un Instituto Interamericano de Investigaciones Científicas, destinado a fundamentar el perfeccionamiento del método técnico, y concentrar la valorización máxima del esfuerzo humano, además de coordinar capacidades y energías internacionales, viendo de aprovechar en la defensa económicas de las Naciones los recursos soberanos de la ciencia.*¹⁸⁷

2.3.4 Conservação de monumentos históricos e peças arqueológicas

Para contribuir com as discussões desse tema, foram fundamentais as Delegações do México, da Guatemala e do Peru, países que se adiantavam nas experiências de explorações arqueológicas e estimulavam os demais países a intensificar a cooperação por meio de institutos e da participação de investigadores. Discutiu-se a ampliação do conceito de “monumento Americano”, até então restrito à cultura pré-colombiana e colonial, para atribuí-lo também às propriedades históricas, consideradas

¹⁸⁵ AHD-MREU. Atas da VII Conferência Pan-americana. VI Comissão [de Cultura]. Artigo VI. p. 103.

¹⁸⁶ Em 1936, a União Pan-americana divulgou um relatório aos países da América expondo as razões que levaram ao não atendimento dessa proposta, como veremos mais adiante.

¹⁸⁷ AHD-MREU. Atas da VII Conferência Pan-americana. VI Comissão [de Cultura]. Artigo XII. p. 103.

igualmente como tesouros históricos, vinculados às guerras de independência ou demais eventos históricos dos países.

A bióloga brasileira Bertha Lutz¹⁸⁸ teve uma participação especial nessa subcomissão, propondo que se incluíssem também entre os tesouros nacionais as riquezas naturais com mesmo direito à preservação pelos governos. Muito provavelmente, uma das primeiras tentativas de inserir na agenda internacional da América a importância das discussões sobre a defesa do meio ambiente.¹⁸⁹

A proposta da bióloga foi aceita e contemplada no texto do projeto de resolução aprovado pela subcomissão e encaminhado aos demais participantes. Recomendava-se:

*(...) a los Gobiernos de Américas, que consideren como monumentos inmuebles, dignos de protección internacionales para ser prácticos su conservación y respecto, no sólo los arqueológicos e históricos, pre-colombianos y coloniales, sino también: [...] Las riquezas naturales de gran interés científico indispensables para el estudio de la Flora y la Geología y también de positivo interés artístico.*¹⁹⁰

2.3.5 Reescrever a história da América

A Comissão de Cultura colocou na pauta de discussões a proposta de criação de um Instituto de Ensino de História das Repúblicas Americanas, tema pendente da Conferência de Lima. O princípio central dessa iniciativa era eliminar dos manuais de ensino as interpretações tendenciosas de fatos históricos que prejudicassem o bom relacionamento e o espírito de cooperação entre os países da América. Esse Instituto, com sede em Buenos Aires, teria como propósitos:

(...) combater o desconhecimento dos países da região, estimulando o ensino da história de todos os países nas escolas americanas; dedicar atenção especial a história da Espanha, Portugal, Grã Bretanha e França e outros países europeus relacionando-as com a história da América; Observar que as publicações não contenham erros que já

¹⁸⁸ Bertha Lutz era filha de Adolfo Lutz e conhecia a importância das matas tropicais. Como feminista, participou da formação de várias entidades pela participação das mulheres. Foi vice-presidente da Sociedade Pan-americana. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/biografias/bertha/>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

¹⁸⁹ AHD-MREU. Atas da VII Conferência Pan-americana. VI Comissão [de Cultura]. p. 104.

¹⁹⁰ Idem, Artigo 1º, p. 105 (sobre riquezas naturais, iniciativa Bertha Lutz).

haja sido refutados pela crítica de outros países; diminuir o “espírito bélico” nos manuais de história sem se esquecer de estudar a cultura dos povos e as heranças culturais adquiridas no contato com outras nações; eliminar as comparações entre personalidades históricas, os conceitos ofensivos e deprimentes sobre outros países; evitar juízos de valores depreciativos onde haja embates vencidos e vencedores. Uma última recomendação é que os países não deveriam julgar ou falsear fatos e relatos de guerras ou batalhas cujos resultados tenham sido prejudiciais a um dos lados.¹⁹¹

2.4 União Pan-americana coordena encaminhamentos da VII Conferência

Para esse item, tomamos como fonte documental principal o Relatório da União Pan-americana, órgão administrativo das Conferências, publicado em 1937, sobre o cumprimento das resoluções aprovadas na VII Conferência de Montevideu, em 1933, e na Conferência da Paz, realizada em 1936, em Buenos Aires.¹⁹² Embora o relatório apresente resultado dos dois eventos internacionais, deteremo-nos na análise da VII Conferência, por entender que, muito embora no transcurso da Conferência da Paz de Buenos Aires tenha sido discutido e aprovado um conjunto de medidas de fortalecimento cultural entre os países da região, ela se deu em outro contexto histórico. Seus objetivos centraram-se nas possibilidades de ocorrência de um conflito mundial e atendeu aos objetivos de Roosevelt de bloquear as políticas de proximidade entre os países latino-americanos com a Alemanha e a Itália, e reafirmar os pactos de apoio mútuo em caso de conflito.

A União Pan-americana secretariava, como já mencionamos, os encaminhamentos das Conferências Pan-americanas. Em 30 de junho de 1937, foi encaminhado ao Conselho Diretor da União Panamericana, a UPA, o relatório final com as medidas que seriam adotadas diante das resoluções, convenções, protocolos aprovados, e tratados firmados durante a VII Conferência Pan-americana de

¹⁹¹ AHD-MREU. Atas da VII Conferência Pan-americana. VI Comissão [de Cultura]. p. 107.

¹⁹² AHD-MREU. Série sobre Congressos y Conferencias, nº 21. Unión Panamericana. Washington, D.C. *Medidas adoptadas por la Unión Panamericana en cumplimiento de las Convenciones Subscritas y Resoluciones Aprobadas por la Séptima Conferencia Internacional Americana y la Conferencia Interamericana de Consolidación de la Paz.*

Montevideu, bem como na Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, realizada em Buenos Aires, em 1936.

Segundo a lei orgânica dessas instituições, caberia à UPA encaminhar para os países americanos todos os projetos aprovados para garantir que fossem ratificados pelas autoridades da cada país. Era sua função executar e facilitar as resoluções adotadas, além de armazenar, arquivar as decisões governamentais dos países para ciência de todos os outros participantes.

Segundo registrado no citado relatório, foram aprovados em Montevideu seis Convenções, um Protocolo e 99 Resoluções, e, em Buenos Aires, em 1936, foram firmados dois Tratados, oito Convenções, um protocolo e 62 Resoluções e Recomendações. Muitos dos projetos aprovados tanto no Uruguai como na Argentina solicitaram os préstimos da UPA para efetivar e coordenar as ações decorrentes das decisões. O relatório dizia respeito a vários temas: direito internacional e organização da paz; problemas econômicos e sociais e cooperação intelectual, além de assuntos diversos e o relatório sobre os países que ratificaram tratados e Convenções.

Destacamos alguns pontos desse relatório para exemplificar o tipo de encaminhamento que era dado pelas oficinas da UPA aos projetos aprovados pelas comissões e subcomissões das conferências e assembleias internacionais realizadas com os países americanos. No item “Intercâmbios artísticos e cooperação artístico e cultural”,¹⁹³ o relatório divulgava:

La resolución sobre Intercambio Artístico, adoptada en Montevideo, que recomienda la celebración de exposiciones de arte en relación con las futuras conferencias internacionales americanas y de exposiciones que circulen por los países de América, pide a la Unión Panamericana que organice una exposición, lo más comprensiva posible, de obras de escultores y pintores americanos, y después de exhibirla en Washington la haga circular por todos los países de América.

Al considerar lo que era procedente en este caso, el Consejo Directivo tomó en cuenta diversos problemas que surgen, tales como el costo de transportes y seguros, la selección del lugar en que se celebre la

¹⁹³ AHD-MREU. Série sobre Congressos y Conferências, nº 21. Intercâmbios artísticos; Cooperação artística y Cultural, p. 18-19.

exposición, y el traslado de la colección a los diversos países. El Consejo autorizó a la Oficina de Cooperación Intelectual de la Unión Panamericana a dirigirse a los Museos y Sociedades de Arte en las Republicas Americanas a fin de determinar la manera más eficaz de cumplir esta resolución. La Oficina ha enviado ejemplares de esta resolución, así como de la que establece la exención de impuestos a la producción literaria, a las escuelas y sociedades de arte y a los museos del continente.

Hasta la fecha no ha sido posible formular ningún plan para semejante exposición pero la Oficina ha cooperado activamente con organismos particulares para planear y llevar a cabo exposiciones interamericanas en pequeña escala. La Oficina ha coleccionado también numerosas fotografías de obras de artistas latinoamericanas que presta constantemente a escuelas, bibliotecas, etc.

Consta no relatório a informação de que o governo de Peru, país que sediaria o encontro internacional seguinte, teria provavelmente uma exposição artística, como sugerida pela Conferência da Paz, na VIII Conferência de Lima, em 1938. Divulgava ainda o relatório um arquivo de instituições artísticas e culturais existente nos diferentes países-membros da União e vários encaminhamentos dados às propostas aprovadas nas conferências. Em relação às investigações arqueológicas na América; em relação às decisões sobre a formação de uma única bibliografia sobre a América; sobre as condições sociais e econômicas dos trabalhadores intelectuais; sobre os projetos de se criar instrumentos de radio difusão acessíveis a todos os países do continente; sobre as conferências interamericanas de Educação; sobre as Comissões Nacionais de Cooperação Intelectuais; sobre a comissão interamericana de Propriedade Intelectual; sobre o ensino da disciplina Moral e Cívica nas escolas do Continente; sobre o Instituto Pan-americano de Geografia e História; sobre o intercâmbio Técnico e Científico e a proposta de se organizar um Instituto de Investigações Científicas; sobre o Tratado de Proteção de Instituições Artísticas e Científicas e Proteção dos Monumentos Históricos.

Desperta curiosidade o fato de um dos itens do relatório da União Panamericana referir-se às condições econômicas e sociais dos intelectuais, questão levantada em 1933, durante a VII Conferência, em Montevideu, pelo escritor e delegado do México

Alfonso Reys.¹⁹⁴ Naquela oportunidade, ele encaminhou uma proposta, depois aprovada pelos países presentes, recomendando aos governos americanos que fizessem um levantamento para conhecer as condições sociais e econômicas dos trabalhadores intelectuais dos diversos ramos de atividades – artístico, científico e literário. O escritor diplomata justificou a preocupação, afirmando que os intelectuais estariam quase sempre à margem das atividades econômicas rentáveis e que estariam, portanto, fora da proteção da legislação social. Sugeriu que os dados recolhidos entre os países fossem encaminhados a uma entidade a ser criada, o Instituto Interamericano de Trabalho, ou, caso fosse necessário, à oitava conferência, para que fossem adotadas medidas de proteção ao trabalho intelectual.¹⁹⁵

2.5 A visita de Getúlio ao Uruguai, em 1935: feriado nacional, atentado à bala, festas militares, bailes populares

A visita de Getúlio a Montevideu, logo após os dias em que passou na Argentina, foi uma retribuição da visita do presidente Terra, no ano anterior, ao Brasil. Vargas chegou dia 31 de maio e permaneceu em Montevideu até 5 de junho.

Essa visita foi marcada por um sobressalto passageiro, que foi o atentado à bala sofrido pelo presidente Terra, quando estava ao lado de Vargas na corrida do Grande Prêmio Uruguai, no Hipódromo de Morón. Apesar desse incidente, que afastou apenas por algumas horas o presidente Terra das festividades organizadas para a visita de Vargas, os dois mandatários cumpriram uma extensa programação social e política.¹⁹⁶ O cruzeiro que levava Vargas, denominado “São Paulo”, foi acompanhado

¹⁹⁴ AHD-MREU. Atas da VII Conferência Pan-americana. Resoluções. p. 140.

Alfonso Reys (1889-1959), poeta e escritor mexicano. Era também embaixador do México e delegado representante do país nas Conferências. Alfonso Reys foi embaixador no Brasil nos anos de 1930 e manteve contato com Manuel Bandeira, Lacerda e Cecília Meireles, entre outros intelectuais.

¹⁹⁵ Em 21 de dezembro de 1943, Getúlio participou da inauguração do Serviço de Assistência ao Trabalhador Intelectual, em São Paulo, que reuniu estudantes, escritores, jornalistas e demais intelectuais. Getúlio apoiava a iniciativa da entidade, especialmente para abrigar os profissionais que se encontravam marginalizados: “Todas as atividades produtivas representam um coeficiente econômico útil à sociedade. Deve-lhe corresponder, portanto, retribuição equitativa, capaz de assegurar existência condigna a quem a exerce com proficiência”, expressou o presidente. BIBLIOTECA da Presidência da República. VARGAS, Getúlio. Discurso proferido por Getúlio Vargas na inauguração do Serviço de Assistência ao Trabalhador Intelectual, no DEIP de São Paulo. 21 de dezembro de 1943.

¹⁹⁶ Telegrama do presidente Vargas, número 955, ao presidente interino Antonio Carlos, comunicando o acidente em Morón:

2 de junho de 1935. Palácio presidencial em Montevideu.

de três outros navios de menor dimensão: o “Bahia” e o “Rio Grande do Sul”, além do “Siqueira Campos”, que levava os membros da Escola Militar do Realengo e a Escola Naval do Rio de Janeiro. Dois outros navios de turistas brasileiros atracaram no porto de Montevideú, o “Almirante Jaceguay” e “D. Pedro II”, contribuindo para movimentar o cenário festivo da cidade.

No início da tarde de 30 de maio, antes de o presidente chegar a Montevideú, pousou no aeroporto da Escola de Aviação Militar da capital a frota de 12 aviões militares brasileiros que faziam a escolta de Vargas desde a Argentina. Alguns deles fizeram manobras acrobáticas no ar, causando grande entusiasmo por parte do público presente, segundo registrado nos jornais locais. A frota brasileira foi acompanhada desde o aeroporto de Buenos Aires por aviões uruguaios.¹⁹⁷

Montevideú parou para receber Vargas. As manchetes dos jornais mobilizavam a população: *Bienvenidos Hermanos de Sangre!* A Comissão Nacional para as Homenagens à Vargas, formada por pessoas de alto escalão do governo, fez publicar a programação completa da visita do presidente, o Hino Nacional Brasileiro e exortou a população a participar dos festejos.¹⁹⁸ Pelo Decreto-lei 9.475, foram declarados feriados os dias da visita presidencial e seu nome foi emplacado na estação ferroviária Treinta y Três-Rio Branco, que passou a denominar-se, a partir de 27 de maio daquele ano, Presidente Doutor Getúlio Vargas. O Correio Nacional Uruguaio aderiu também às homenagens e estampou selos comemorativos à visita presidencial.

Na comitiva do presidente, políticos, jornalistas, artistas (como a pianista Guiomar Novaes, que se apresentou no banquete oferecido por Vargas às autoridades uruguaias) e militares das três armas. Além das instituições visitadas, como o Legislativo e o Judiciário, e encontros com as associações de empresários e de comerciantes, Vargas cumpriu um programa social no Golf Club, *Escuela Brasil*,

Comunico ilustre amigo hoje no Hipódromo Uruguaio, presidente Gabriel Terra foi alvejado com um tiro que o atingiu levemente. Assisti operação no Hospital MANS, onde foi extraída a bala e acompanhei-o até a sua residência. Estado satisfatório. Cordiais saudações, Getúlio Vargas (AHD-MREU, Caixa 38, 1935).

2. Telegrama número 956, de Lucillo Bueno, embaixador brasileiro no Uruguai, ao presidente interino Antonio Carlos, dando conta da proeza de um comissário brasileiro, chamado Serafim Braga, que teria sido o responsável por deter o indivíduo que disparou contra o presidente Terra (AHD-MREU, Caixa 38, 1935).

¹⁹⁷ AHD-MREU. A chegada dos aviadores-militares a Montevideú. *A Manhã*. 31 maio 1935. Caixa 38, 1935.

¹⁹⁸ BIBNA. *La Tribuna Popular*, terça-feira, 30 maio 1935. Caixa 38. p. 2.

apresentações musicais especiais para a comitiva no Auditório Nacional del Sodre, Baile das Escolas Militares do Brasil, jantares, banquetes oferecidos por pessoas ilustres, entrevista com jornalistas, desfiles militares, apresentação de bandas marciais, carreatas, enfim, até homenagens a Rio Branco, feita aos pés do monumento erigido como reconhecimento da Revisão do Tratado de Fronteiras, atraíram multidões. As atividades foram programadas não só com o presidente, mas também com os agrupamentos da sua comitiva (imprensa, militares, acompanhantes oficiais).¹⁹⁹

Às vésperas de “rasgar”, pela segunda vez, a Constituição do Brasil²⁰⁰ e de criar seu próprio império das leis, Vargas visitou a Suprema Corte da Justiça do Uruguai e foi efusivamente saudado pelos ministros uruguaios. Foi recebido por Juan Aguirre y Gonzalez, que, em nome da comunidade jurídica, enalteceu as qualidades dos homens públicos, chefes de Estado do Brasil, que respeitam as suas leis e que sempre se pautaram pela conduta de governos dentro dos postulados do Direito Internacional, qualidade essa, segundo o ministro, que consagrou o Brasil como o “paladino da América”.²⁰¹

Vargas, por sua vez, respondeu à efusiva homenagem ao Brasil fazendo um discurso em defesa da legalidade jurídica como base para a preservação de boas relações internacionais. Para ilustrar a relevância que demonstrava ter com as instituições jurídicas, Vargas citou Rui Barbosa e a frase que o distinguiu ao creditar – como base da democracia e do equilíbrio social – a “religião do Direito”. Foi um discurso confirmatório de solidariedade e de comemoração aos fins dos tempos remotos de disputas hegemônicas na região: “Em mais de um século de existência política independente, nunca nos destacamos, na sociedade internacional pelo poderio militar: um princípio mais alto e mais duradouro garantia as nossas conquistas liberais e

¹⁹⁹ Idem, p. 11.

²⁰⁰ A primeira delas foi a de 1891, a primeira Constituição Republicana, que foi substituída pela de 1934, elaborada pelos constituintes de Getúlio pós-anos 1930, que instituiu o voto universal e secreto, o voto da mulher, o salário mínimo etc.; a segunda Constituição rasgada por Getúlio foi essa, a de 1934, e deu lugar à de 1937, a constituinte do Estado Novo, ou a Polaca, ou a Fascista, como muitos conhecem, que regulamentou o mandato presidencial para seis anos, acabou com as eleições para governadores de Estado ou “presidentes” de Estado, como eram denominados (Getúlio escolheria esses governadores). Getúlio governou sob (ou acima de) três Constituições: de 1891, de 1934 e de 1937 (substituída pela de 1946, considerada a mais democrática das Constituições pós-Segunda Guerra).

²⁰¹ BIBNA. *La Mañana*, 1º jun. 1935. p. 4.

assegurava a nossa existência política *o prestígio do direito da lei*”, afirmou Getúlio aos juristas.²⁰²

Recebido na Assembleia Legislativa do Uruguai por deputados que recentemente haviam votado a nova Constituinte *terrista* de 31 de março, Getúlio debulhou-se em elogios de respeito às realizações dos parlamentares, chamando a atenção para a condição de ex-parlamentar, deputado representante do Rio Grande do Sul. *La Mañana* de sábado, 1º de junho, o discurso de Vargas aparece em manchete “*El presidente del Brasil fue recibido solemnemente por la Asamblea General*”. Destacamos um trecho:

*(...) desde que recibí mi primero mandato popular, aprendí a justipreciar las delicadas funciones de las corporaciones legislativas, pues en ellas que el pueblo, con sus orientaciones ancestrales, con sus pasiones de momento, con su patriotismo exaltado, se hace representar y oír para la defensa de sus libertades amenazadas y de derechos en peligro. Comprendéis porqué me siento particularmente honrado con la excepcional manifestación que me acabas de tributar.*²⁰³

E falando sobre a receptividade do Uruguai à comitiva brasileira e o que isso representava para o Brasil, não escondeu seu entusiasmo e gratidão:

(...) el espectáculo que ahora presencio ente deslumbrado y conmovido, de la consagración pública y solemne por los órganos representativos de la soberanía nacional, de esta hermosa obra de perfeccionamiento moral en las relaciones uruguayas-brasileñas, a que se vienen empañando con una tenacidad inquebrantable los mas conspicuos hombres de Estado de uno y otro país desde los primeros días de emancipación política.

(...) Pido a vosotros que anunciéis a vuestros mandantes, al pueblo, cuya voluntad estas encargado de hacer efectiva (...) que Brasil e su

²⁰² BIBNA-Uruguai. *La Mañana*, 1º jun. 1935. p. 5.

BIBLIOTECA da Presidência da República. VARGAS. Discursos. A Nova Política do Brasil. “Na Suprema Corte da Justiça”. p. 99-104.

²⁰³ BIBNA-Uruguai. *La Mañana*. 1º jun. 1935. p. 5; BIBLIOTECA da Presidência da República. Getúlio Vargas. A Sessão Solene no Palácio do Congresso. 1º de junho de 1935. p. 93-98.

*Gobierno reafirman ante el Congreso su fe inquebrantable en la indestructible solidaridad de nuestras dos patrias.*²⁰⁴

Aos uruguaiois, interessava-lhes também mostrar à comitiva brasileira novas e desconhecidas facetas do governo Terra, que pós-golpe de 1930, havia provocado na imprensa estrangeira, sobretudo do Brasil e Argentina, notícias reveladoras dos desmandos políticos. Foi reservado aos jornalistas brasileiros que acompanhavam Getúlio atividades especiais organizadas pela Comissão Nacional de Turismo e Imprensa. Oportunidades em que os jornalistas uruguaiois e argentinos (alguns presentes desde a visita de Getúlio à Argentina, dias antes) saudaram os jornalistas chefiados por Elmano Cardim²⁰⁵ e contaram histórias, algumas da época em que Campos Sales (4º presidente do Brasil de 1898 a 1902) e os poetas Olavo Bilac e Álvarez de Azevedo estiveram em Buenos Aires.

A visita do presidente Vargas e sua comitiva teve uma repercussão nunca vista. Todos os jornais acompanharam o dia a dia do presidente visitante no Uruguai, divulgando seus discursos, detalhes das visitas oficiais, mapas com itinerários por onde passaria o presidente, manifestações de apreço de populares etc. As principais avenidas ficaram completamente tomadas por cidadãos que queriam conhecer Getúlio Vargas e, mesmo após o acidente em Moroñas, os ânimos da comitiva e dos anfitriões não se arrefeceram, e receberam ainda mais destaque das mídias locais.

A estadia do presidente foi marcada por vários atos de simpatia por parte dos uruguaiois, com acolhidas afetivas, como o caso da *Escuela Brasil*, onde centenas de crianças fizeram um corredor de bandeiras, debaixo das quais passou o presidente, e por “atos de bravura”, como foi o caso dos marinheiros brasileiros Rogberg, Padé e Tammaro, do couraçado “São Paulo”, que se jogaram nas águas do mar para acudir uma jovem que havia caído durante a movimentação de público na chegada da comitiva brasileira. Este ato mereceu uma carta de elogios da Liga Marítima do Uruguai ao comandante da Esquadra brasileira e uma cerimônia para a entrega especial de medalhas aos heróis marinheiros. Igualmente pitoresco foi o caso de proeza do comissário

²⁰⁴ BIBNA. *La Mañana*. 1º jun. 1935. p. 5.

²⁰⁵ Elmano Cardim chefiou a delegação de jornalistas brasileiros que acompanhou Getúlio desde a Argentina até o Uruguai. Ele era redator-chefe do Jornal do Commercio (CPDOC).

brasileiro, Serafim Braga, que teria sido o responsável pela detenção do indivíduo que disparou contra o presidente Terra.²⁰⁶

Tudo era motivo para notícias, fotos... e júbilo!²⁰⁷

As festividades ocorreram em todas as partes da cidade, e realizaram-se durante cinco dias, de 30 de maio a 5 de junho: a Comissão de Festejos Populares promoveu inúmeras festas e, à noite, de todos os bairros da capital havia um festival de fogos de artifício e carros enfeitados com bandeiras do Brasil; na região do Prado, foi inaugurado o Museu Manoel Blanes, grande pintor uruguaio, com a presença de Vargas, autoridades e artistas da cidade; no Parque Rodó, o maior da cidade, foram distribuídas às crianças, estudantes de escolas públicas, “*bandeiritas y galletitas*”; nos bairros de Larrañaga e Rivera houve gincana para as crianças com entregas de prêmios.

Igualmente divulgado pela imprensa foi o passeio de trem que Vargas fez com a sua comitiva e convidados do presidente Terra a uma estância em Cerro Colorado, distante alguns quilômetros de Montevideu. Vale destacar. Em cada estação que o trem presidencial passava, centenas de alunos saudavam os presidentes com bandeirinhas do Brasil e “*cuando el tren reiniciava la marcha los pequenos alumnos arrojaron sobre los vagones una verdadera lluvia de flores*”.²⁰⁸

A visita de Getúlio a Cerro Colorado mereceria uma atenção destacada, caso este estudo trabalhasse o viés biográfico do estadista, pois cremos ter sido o momento em que Vargas sentiu-se reconhecido e identificado subjetivamente com o uruguaio dos pampas, podendo se expressar sem a formalidade dos discursos.

Penetrar na paisagem, acompanhar as reses no pasto, plantar mudas de árvores, comer a comida *criolla*, conversar com os homens simples da lida rural, tudo isso talvez o tenha distanciado, mesmo que por alguns momentos apenas, das funções de estadista. Mas foram situações criadas, tudo impecavelmente planejado pela Comissão de Recepção ao *grande hermano del Norte*. Gabriel Terra soube transformar as festividades para a acolhida do presidente do Brasil em uma inteligente oportunidade de reaproximação de seu próprio governo com a sociedade uruguaia. A criação de uma Comissão de Festejos Populares nos induz a pensar que a ordem era levar o povo às

²⁰⁶ Telegrama de Lucillo Braga ao Brasil em 2 de junho. AHD-MREU. Caixa 38, 1935.

²⁰⁷ BIBNA-Uruguai. *La Mañana*, 5 jun. 1935. *El gesto valiente de los marinos brasileños*.

²⁰⁸ *La Mañana*, 2 de junho de 1935.

ruas e reaproximá-lo do governo, por meio dos festejos a Vargas. Praças esportivas foram inauguradas nos bairros e bandas marciais militares acompanhavam os festejos. Até o exército brasileiro prestou a sua homenagem ao líder da Independência do Uruguai, general José Artigas, na *Plaza de la Independencia*, para deleite dos *blandangues*.²⁰⁹

Enfim, Montevideu se transformou em um grande canteiro de atividades festivas, inaugurações de obras e políticas de conagração. Houve, inclusive, bailes populares nas praças públicas que a Comissão de Festejos Populares organizou. Os noticiários anunciavam: “(...) *en la Teja* (onde estava programado um baile) *intervendrá animadamente en estos festejos populares en adhesión al Brasil*”.²¹⁰

Em 2 de junho, Vargas foi ainda recebido por associações das categorias econômicas mais representativas das atividades industriais e financeiras do país, na sede do *Banco de la República*. Depois de ser saudado, o presidente do Brasil confirmou seu desejo, como Chefe da Nação, de que os setores produtivos dos dois países aprofundassem suas relações econômicas para benefício de ambos. Afirmou:

Não é de agora que o Brasil e Uruguai, através de uma história em que se entrelaçam tantos interesses recíprocos, têm buscado e encontrado fórmulas destinadas a conciliar a necessidade de seu comércio, e fomentar a troca de seus produtos, a estimular o seu intercâmbio mercantil. É-me grato recordar agora (...) que se ajustou dentro de um largo espírito liberal e de inteligente colaboração, o Tratado de Comércio, firmado no Rio de Janeiro, cujos benefícios já podemos apreciar e que tem concorrido eficazmente para facilitar as correntes mercantis e estimular a riqueza e bem estar dos nossos dois países.²¹¹

O discurso de Vargas nesse momento não é um discurso de Chefe de Governo, mas de líder político de uma região, que almejava para o Brasil. Superar dificuldades comuns e “assentar a paz social numa distribuição mais justa das riquezas entre todos os

²⁰⁹ *Cuerpo de Blandangues* ao qual pertenceu o General Artigas. Os *blandangues* formavam uma milícia de homens de coragem em defesa da Nação. Havia os *blandangues* de Buenos Aires, Santa Fé e de Montevideu, no século XIX.

²¹⁰ *La Mañana*. 2 de junho de 1935.

²¹¹ BIBLIOTECA da Presidência da República. Getúlio Vargas. A recepção dos representantes do comércio, indústria e finanças. p. 105-110.

que creem e produzem com o capital e com o trabalho e em suprimir as estéreis lutas de classes sociais e as mesquinhas competições partidárias” foram suas palavras.²¹²

Palavras afetuosas, saudações fraternas, poesias e demonstrações de uma forte identidade entre uruguaios e brasileiros, de *lazos de sangre*! Demonstrações de respeito recíproco. Discursos epidícticos, elogios fartos. Foram assim as manifestações oficiais, os discursos, proferidos de ambos os lados, em todas as ocasiões.

A viagem de Getúlio Vargas aos países do Prata, primeiro para a Argentina (25 a 31 de maio de 1935) e, em seguida, ao Uruguai (31 de maio a 5 de junho de 1935) trouxe muitos benefícios à sua imagem como estadista e reverteu em tratativas diplomáticas em vários campos de atividades.²¹³

Poucos dias antes de Getúlio chegar ao Uruguai, mais precisamente em 29 de maio, foram ratificados pelo congresso daquele país os acordos assinados em 20 de dezembro de 1933, pelos ministros Macedo Soares e Mañe, já mencionados no item 2.1.6 deste capítulo. Essas mesmas convenções foram ratificadas no Brasil e promulgadas por Getúlio em 3 de agosto de 1937, com o Decreto-lei nº 1.846.

Conforme nos aponta o levantamento de Luis Alberto Musso em *Legislación sobre Brasil* (1978), após essa visita alguns produtos do Brasil entraram no Uruguai sem taxas aduaneiras, tais como as frutas frescas (com exceção das laranjas, tangerinas e bananas), o amendoim e o pinho; a venda de gado ao Brasil seria facilitada, quando realizada por via marítima; as duas fronteiras alocariam efetivos do Exército para combaterem juntas o contrabando; o Uruguai poderia exportar ao Brasil mercadorias de fabricação nacional financiadas a pesos uruguaios, se fosse utilizada a via marítima; seria regulamentada a comercialização da madeira entre os dois países; Rivera, na fronteira, foi declarada cidade de zona de interesse para área de turismo; foram regulamentados os certificados de procedência de mercadorias de ambos os lados e foi

²¹² BIBLIOTECA da Presidência da República. Getúlio Vargas. A recepção dos representantes do comércio, indústria e finanças. p. 110.

²¹³ Na Argentina, o Brasil conseguiu compor uma comissão somente de ministros de relações internacionais, para exercer a mediação de um acordo de paz entre Paraguai e Bolívia na Guerra do Chaco, que se confirmou, na sequência, muito positivo. O conflito não era uma questão que interessasse aos Estados Unidos nem à Liga das Nações. Por intermédio de Afrânio de Melo Franco, chanceler do Brasil, e Saavedra Lamas, da Argentina, uma comissão de ministros de vários países reuniu-se em Buenos Aires, para intervir na solução do conflito. Em 12 de junho de 1935 foi assinado em Buenos Aires um protocolo sobre a Convocação de uma Conferência de Paz, entre Bolívia e Paraguai (CERVO; BUENO, 2002, p. 245).

estabelecido, em comum acordo, a fixação de cotas para exportação de trigo e farinha para o Brasil.

Em toda a década de 1930, até o período pré-Segunda Guerra, o Uruguai – assim como o Brasil – também procurou implementar políticas econômicas para enfrentar as consequências da crise de 1929, abrindo novos mercados e implementando políticas de incentivo à industrialização para compensar a queda da produção agropecuária. Em 1935, segundo os historiadores uruguaios (NAHUM et al., 1988), foram implementadas várias facilidades às empresas que se instalassem no Uruguai, franquias de funcionamento para as que realizassem reformas ou ampliações de suas instalações (NAHUM et al., 1988, p. 60) e, paralelo a isso, foram detidos os avanços da legislação social conquistada nos governos *battlistas*. Essa perversa combinação, incentivo do Estado e quebra dos ganhos sociais, produziu um ritmo de crescimento no período de 1936 a 1938, com um quadro diversificado de produtos industrializados. Nesse período, as taxas de crescimento da indústria subiram consideravelmente para 12,7%, deixando bem para trás o crescimento de 3,3% registrado de 1930 a 1936.

O quanto esses acordos com Brasil ajudaram a equilibrar a situação econômica do Uruguai é uma avaliação que exigiria a entrada em outro campo de estudo. Mas, no âmbito dos intercâmbios culturais, avaliamos que, com a aproximação de ambos os presidentes, desde a Conferência de 1933, houve um avanço de propostas que culminaram na fundação do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, em 1940.

Do ponto de vista político, ambos os presidentes se beneficiaram. O jornalista uruguaio Armênio Jouvin, correspondente do *La Tribuna Popular*, no Brasil, enviou para sua sede uma matéria sobre as repercussões no Brasil da visita oficial de Vargas. A manchete “*El Viaje del Presidente Vargas*”, subtítulo “*informa del avión nuestro corresponsal en Río de Janeiro*” revelava o grande impacto que provocara nos brasileiros a grandiosa receptividade dos uruguaios à comitiva presidencial.

Para o jornalista, a repercussão dessa viagem revelaria ao Brasil a liderança e o prestígio do presidente na América Latina (o jornalista também se referia a viagem à Argentina), que iria sensibilizar, inclusive, a oposição varguista:

En el Brasil, como en otros países, donde la politiquera busca difamar todo los actos de los gobernantes que non le son adeptos ya se nota una corriente pesada entre de oposición (...). El Dr. Vargas, cuando después de ese viaje, encontrará a sus hermanos, inclusive los

*discordantes de su gobierno de brazos abiertos, para recibirlos, bendiciendo los beneficios que el mismo prodigalizará al Brasil con esa salutar visita a los países del Plata. El Uruguai, en sus homenajes al Brasil (...) ensanchó aún más la grande simpatía que nos une y que ya se hizo inexpugnable.*²¹⁴

2.5.1 Diplomacia anticomunista aproxima Gabriel Terra e Getúlio Vargas

Em 1934, um ano antes de ir ao Uruguai, Vargas recebeu no Brasil o presidente Gabriel Terra, recém-eleito presidente após um longo período de ditadura do qual ele próprio foi o artífice principal. Iniciava-se um período de grande aproximação econômica do Brasil com o Uruguai, conciliada pela redução da taxa aduaneira, em 1931, além de muitos acordos assinados em 1933, por Mañe e Melo Franco, como vimos no item sobre os acordos bilaterais assinados durante a VII Conferência (2.1.6). Em suas palavras de acolhimento, Vargas articulava um discurso fraterno, ressaltando as proximidades geográficas e culturais dos países:

O exemplo de nossas fronteiras geográficas, onde as cidades brasileiras se articulam com as uruguaias confundindo-se e interpenetrando-se, vale pelo mais belo e generoso símbolo de concórdia e deveria servir de paradigma às relações entre os demais Estados limítrofes. Nossos marcos divisórios separam territórios, mas não apartam os corações nem afastam, por nenhum dissídio, os laços vizinhos, que do Quaraim ao Jaguarão, constituem uma única família, dedicada inteiramente aos labores do campo.

Afeitos aos mistérios da vida rural, uruguaios e brasileiros educaram-se na disciplina do trabalho varonil, formando essa legião de criadores e agricultores que, nas herdades e nas estâncias natais, prepara o advento de uma nova humanidade, a América.²¹⁵

Na visita de Getúlio ao Uruguai, em dezembro de 1935, os discursos não diferiram muito. Embora a proximidade de fronteiras facilitasse as interações entre as

²¹⁴ *La Tribuna Popular*. Armênio Jouvin. *El Viaje del Presidente Vargas*.

²¹⁵ BIBLIOTECA da Presidência da República. Getúlio Vargas. Discurso de Saudação ao Presidente Gabriel Terra em banquete oferecido pelo governo brasileiro no Itamaraty em 18 de agosto de 1934. Volume 3, p. 273-277; FUNAG. Brasília. Discursos Seleccionados do Presidente Getúlio Vargas. p. 49.

sociedades locais dentro das mais variáveis perspectivas, algumas outras convergências são importantes de serem observadas.²¹⁶

Entre os anos 1930 e 1940, Brasil e Uruguai sofriam, cada um a seu modo, as consequências da crise de 1929. Adotaram sistemas de governo semelhantes – centralizadores e autoritários – em franco desrespeito ao sistema de representação partidária, ao poder Legislativo e à Sociedade Civil. Em ambos os países, as Constituições foram *rasgadas* e deram lugar a outras, ambas aprovadas em 1934, e elaboradas por constituintes *terristas* e *getulistas*, eleitas sob uma nova ordem, cada qual em seus países.

As histórias não são as mesmas, como diferentes foram as estratégias políticas adotadas por Brasil e Uruguai. Mas um dos resultados convergentes das reações provocadas em cada país foi a adoção de medidas de repressão semelhantes, segundo se observa na documentação diplomática, e de proteção entre os governos contra seus opositores, de troca de informações não somente entre as polícias políticas, mas também entre as chancelarias, para impedir, cercear, vigiar e até mesmo prender ou extraditar políticos e intelectuais que opunham resistência a tais situações.

Combate aos subversivos, segundo a historiadora Ana Maria Rodriguez Ayçaguer (2008, p. 101), foi um dos cinco pontos que resumiu a agenda bilateral, estritamente política, de Brasil e Uruguai na metade dos anos 1930.

O primeiro deles foi a “ajuda” solicitada pelo Uruguai ao Brasil para impedir que opositores a Terra deflagrassem a chamada “Revolução de Paso Morlán”. Solicitava que o Brasil não deixasse passar pela fronteira homens e armas e que prendesse os revolucionários. O segundo ponto da agenda, na verdade, eram arranjos na política de fronteiras entre Brasil e Uruguai, que com sucesso já havia sido positivamente acordado entre os países. A viagem de Vargas ao Uruguai, entre final de maio e começo de junho de 1935, é o terceiro ponto da agenda. Fica demonstrada nessa oportunidade uma sintonia em torno de alguns projetos políticos. O quarto ponto da agenda política foi a

²¹⁶ Segundo o historiador Carlos Rangel, as convergências políticas entre os dois países são frequentes e têm raízes políticas e não geográficas. Segundo levantamento desse autor, podemos destacar algumas dessas convergências: antes da Revolução de 1930, militares pertencentes ao movimento dos “tenentistas” se articularam nas capitais de Montevideú e Buenos Aires para ajudar na articulação do golpe; em 1932, gaúchos e paulistas montaram comitês revolucionários no Uruguai contra Getúlio e Flores da Cunha; em 1937/1938 foi a vez do ex-interventor Flores da Cunha exilar-se em Montevideú e se articular com nacionalistas *blancos* uruguaios pela deposição de Getúlio – os mesmos nacionalistas que estiveram em fuga no Rio Grande do Sul em 1930, articulando contra Terra.

posição do Brasil para participar da Comissão Neutra, na Argentina, de mediação entre Bolívia e Paraguai na Guerra do Chaco (1932-1935).

O Brasil convidou o Uruguai para participar dessa comissão, o que demonstrava um sinal de nítida sincronia política com o país sobre o conflito. E o quinto ponto é justamente o combate à subversão, que implicou não mais em meras recomendações ou prisões eventuais no cenário das fronteiras, mas o rompimento das relações diplomáticas entre o Uruguai e a Rússia, por recomendação – leia-se pressão – do governo brasileiro.

A explicação para isso foi a argumentação, pouco convincente, de que a Legação Russa no Uruguai estaria ajudando na organização da Aliança Nacional Libertadora no levante de 1935. Pressionado, Terra rompeu as relações diplomáticas com a Rússia em dezembro desse mesmo ano, muito embora os setores econômicos do Uruguai, especialmente os que sustentaram o golpe de março de 1933, mantivessem excelentes laços comerciais com os soviéticos. Interessava aos agroexportadores uruguaios tão somente a venda da carne, do couro e da gordura, especialmente naquele momento de crise mundial, em que os usuais compradores estavam sem divisas para o comércio de importações (RODRIGUEZ AYÇAGUER, 2008, p. 104).

Dos países da América Latina, o Uruguai foi o primeiro a reconhecer o governo comunista russo, em 1926. Há muito mantinha bom relacionamento comercial com aquele país, uma vez que, desde o período de Battle y Ordonez, no início do século XX, funcionava no Uruguai uma representação diplomática da Rússia (RODRIGUEZ AYÇAGUER, 2008, p. 106).

Muito embora Gabriel Terra tivesse muito mais afinidades políticas com os fascistas italianos e procurasse mantê-los próximos ao seu governo, isso não impediu que o Partido Comunista atuasse livremente no país desde seu surgimento, em 1921. Muito menos teria criado empecilhos para que a Legação Soviética trabalhasse em Montevideu, levando para lá, inclusive, empresas soviéticas. Além da representação diplomática, os comunistas mantinham em Montevideu o *Secretariado Sudamericano de la Internacional Comunista*, que funcionara até 1930, na vizinha Argentina.²¹⁷

²¹⁷ Em 6 de dezembro de 1930, houve um golpe de Estado na Argentina e a derrubada do presidente Hipólito Yrigoyen, da União Cívica Radical.

Entretanto, Terra tinha uma histórica relação de compromissos com o Brasil e estava disposto a agir contra a representação soviética se fosse comprovado envolvimento do governo soviético com os levantes anunciados no Brasil, via Montevidéu. Havia um antecedente que foi o caso da Sociedade Russa Ucraniana de Porto Alegre, fechada por Getúlio Vargas, sob a alegação de exercer atividades subversivas apoiadas, ou instruídas militarmente, pelo *Secretariado Sudamericano de la Internacional Comunista* ou pela Legação Soviética de Montevidéu.

Depois foi a informação, não comprovada, de que cerca de 100 mil dólares teriam vindo da Rússia para Montevidéu, destinados a cobrir os levantes no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Chile. Lucillo Bueno era o embaixador brasileiro no Uruguai e teve um protagonismo no desencadear desses acontecimentos. Ele era o mediador entre ambos os governos e com os militares daquele país, além de se mostrar o mais ardoroso defensor da criação de uma coordenação antissubversiva supranacional, para fazer frente à organização mundial dos comunistas.

Diante de muitas pressões do Brasil, e de uma campanha ostensiva da imprensa brasileira contra a possível complacência do Uruguai com os subversivos, Terra rompeu relações com a Rússia em 27 de dezembro de 1935 sem, contudo, apresentar à comunidade internacional provas consistentes do envolvimento da Legação Soviética com os levantes comunistas no Brasil. A ausência dessas provas trouxe sérias implicações nas semanas posteriores ao ocorrido e embaraços internacionais, especialmente para o Brasil, o mais ardoroso defensor do rompimento do Uruguai com a Rússia. O fato é que a apresentação das provas seria uma atribuição do Itamaraty, uma vez que fora ele o responsável pelas denúncias.²¹⁸

²¹⁸ Em depoimento concedido, em 1988, à equipe do Documentário sobre Getúlio Vargas, realizado por Eduardo Escorel (35 – *O Assalto ao Poder*, DVD, Tatu Filmes, 1988), Prestes admitiu ter recebido dinheiro para comprar armas, nos anos 1930, do futuro presidente Vargas, como parte da articulação da Revolução de 1930. Como o Partido Comunista (PC) brasileiro tivesse discordado das propostas “revolucionárias” de Getúlio, Prestes teria ficado com o dinheiro e enviado para o *Secretariado Sudamericano de la Internacional Comunista*, cuja sede estava em vias de ser fechada pelo governo argentino naquele mesmo ano. O documentário mostra também militantes do PC brasileiro solicitando dinheiro para os episódios de 1935 no Brasil ao governo russo. Além dessas declarações, Prestes ainda afirmou que o *Secretariado* do PC, que tinha sede em Montevidéu até 1935, foi transferido para o Brasil, onde a situação de grande movimentação e insurgência das oposições a Getúlio estava intensificando-se. Claro está que essas declarações, embora contundentes, pois foram gravadas pelo próprio Prestes, são indícios de provas que merecem e podem ser mais bem averiguadas, mas, por certo, representam indícios muito valiosos do que o Itamaraty tentou oferecer como provas no episódio do Uruguai (Prestes: lutas e autocríticas. In: MORAIS; VIANA, 1982, p. 49. Nesse livro, Prestes diz claramente que o dinheiro

As pressões espalharam-se e vinham desde os Estados Unidos, que também passam a exigir a comprovação do envolvimento do governo russo nos levantes do Brasil, pretexto que reforçaria suas críticas ao governo dos Sovietes.

Em 27 de dezembro, após uma campanha orquestrada entre a diplomacia brasileira e a imprensa varguista, os embaixadores russos entregaram seus passaportes ao representante soviético Alexander Minkin. Segundo Rodriguez Ayçaguer, “a decisão do governo Terra contou com o apoio dos órgãos de imprensa situacionista e foi duramente criticada pela oposição”. Para a historiadora, a “diplomacia do anticomunismo”, que desde o início dos anos 1930 criticava o liberalismo do Uruguai por permitir o livre trânsito dos comunistas naquele país, havia, finalmente, triunfado (RODRIGUEZ AYÇAGUER, 2008, p. 120).

Amplamente divulgado entre os países americanos como um ato de solidariedade a um país agredido, o rompimento com a Rússia foi enfatizado pelo embaixador Bueno como sendo a assinatura de um verdadeiro tratado de defesa com um país fraterno.

Raul Jacob, historiador uruguaio, oferece-nos uma interpretação complementar que leva em consideração a movimentação dos centros econômicos mundiais por posições hegemônicas no mercado internacional. O que o historiador sugere é que havia mais interesses envolvidos no episódio Uruguai-Rússia do que uma questão regional. Não só o Brasil pressionava, mas a Itália, cuja comunidade é extremamente relevante no Uruguai, também tinha interesses nesse rompimento (JACOB, 1985, p. 115). No plano político, a posição dos comunistas reunidos na III Internacional, em dezembro de 1935, acendeu o sinal de alerta no mundo capitalista, especialmente onde predominavam as ditaduras. As decisões da III Internacional Comunista orientavam suas seções no exterior a estabelecer alianças com as forças democráticas dos países, formando frentes únicas ou populares (JACOB, 1985, p. 114).

Com participação ativa, mas pouca representação nos parlamentos, os PCs poderiam, a partir da nova estratégia do comunismo, crescer e exercer papéis mais incisivos na política mundial. Era preciso, pois, fazer um cerco geral a esse

recebido por Vargas, em 1929/1930, cerca de 800 contos de réis, foi usado para comprar armas nos levantes de 1935).

crescimento,²¹⁹ e na América Latina a “diplomacia do anticomunismo” atuou, em momentos específicos, dentro dos corredores diplomáticos de forma silenciosa, sem alarde, mas incisiva. Tudo pela “solidariedade e defesa comuns e pela livre democracia dos países americanos”.²²⁰

Por iniciativa dos jornais getulistas *Diário Carioca* e *A Noite*, e de uma entusiasta divulgação da imprensa brasileira getulista, o Uruguai foi efusivamente homenageado no Brasil, na pessoa do seu embaixador, pelo rompimento com a União Soviética. Mais de duzentas mil pessoas reuniram-se na noite de 12 de janeiro de 1936, na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, para saudar essa atitude do Uruguai. Presentes nesse ato, embaixadores dos dois países e autoridades do governo.²²¹ Esse foi um dos muitos atos espetaculares de Getúlio, para demonstrar ao mundo seu poder de influência na região e seu posicionamento anticomunista.

A década de 1930 foi palco de muitos episódios sociais e políticos de grande alcance para os dois países. Golpes e tentativas de contragolpes de Estado, “revoluções”, insurreições; recrudescimentos de setores de direita (fascistas no Uruguai, integralistas no Brasil); formação de frentes democráticas e populares contra as ditaduras, atuação dos partidos internacionalistas de esquerda; movimentações de massa nas ruas, expansão dos meios de comunicação como fator de mobilização; entre outros fenômenos.

Em muitos episódios, já citados nos itens anteriores, mostramos a “solidariedade e defesa comuns” entre as polícias políticas e as chancelarias dos dois países. Citamos a proteção do governo de Vargas a Terra nas fronteiras entre os dois países, pós-golpe de 31 de março de 1933; a solicitação de Terra para que o Brasil “internasse” os jornalistas que saíram do Uruguai após o golpe; o cerceamento da polícia política de Montevideu e a vigilância das atividades de Flores da Cunha no Uruguai, a pedido do Brasil; por fim, a articulação diplomática do Brasil concorrendo para a ruptura das relações entre Uruguai e Rússia.

²¹⁹ Vide o envolvimento mundial de forças democráticas e antidemocráticas na Guerra Civil espanhola. Em 1936, Uruguai retirou da Espanha sua representação diplomática, sob a alegação de que duas cidadãs uruguaias haviam sido mortas durante os conflitos (JACOB, 1985, p. 115).

²²⁰ Frase proferida pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, Macedo Soares, ao cumprimentar o governo uruguaio após o rompimento das relações diplomáticas com a Rússia (RODRIGUEZ AYÇAGUER, 2008).

²²¹ AHD-MREU-Relatório da Embaixada do Uruguai no Rio de Janeiro ao MRE de seu país, 1936. Caixa 41.

2.5.2 Diplomacia inglesa cria também Instituto Cultural no Uruguai

A criação de institutos culturais não foi atribuição exclusiva do Brasil na América Latina. Monica Lessa, da UFRJ, revela-nos em suas pesquisas sobre a dimensão cultural nos estudos das relações internacionais (LESSA E GONÇALVES, 2007); SUPPO e LESSA, 2012) que a França foi um dos primeiros países que estabeleceu programas de cooperação cultural como estratégia de aproximação dos interesses do Estado.

No Uruguai, a pesquisa da historiadora Ana Maria Rodriguez Ayçaguer, da Universidade de la Republica, aponta que, em 1934, a Inglaterra enviou ao Uruguai o embaixador da rainha, Sir Eugen Millington-Drake, para chefiar a embaixada daquele país. Suas ações tiveram como objetivo o fortalecimento dos laços comerciais com aquele país, melhora da autoimagem inglesa arranhada pelas políticas expansionistas e colonialistas da Inglaterra no mundo, além de lançar uma propaganda ofensiva contra os regimes nazi-fascistas, que rondavam o Cone Sul com estratégias comerciais. Foi desenvolvido um programa para oito anos com a utilização de materiais produzidos pelo *British Council*, e desenvolvido naquele país para difundir a cultura e os valores britânicos (RODRIGUEZ AYÇAGUER, 2006). Os ingleses criaram o Instituto Cultural Anglo-Uruguaio, que foi um ativo núcleo difusor das pretensões inglesas aglutinando as pessoas ilustres da sociedade uruguaia, empresários e proprietários de terras, além de políticos conservadores, apoiadores do Golpe de 1933 e interessados em novos acordos comerciais com a Inglaterra, limitados, até então, pelas políticas *batllistas*.

O programa cultural inglês desencadeou uma ofensiva contra a imagem negativa que uruguaio tinham da Inglaterra, bem como atuou, durante as primeiras movimentações que resultariam na deflagração do conflito mundial de 1938, contra a atração que os governos nazi-fascistas exerciam em setores significativos da sociedade uruguaia (RODRIGUEZ AYÇAGUER, 2006, p. 8). Na realidade, para Rodríguez Ayçaguer, a Inglaterra pensava no Uruguai como possibilidade de transformá-la numa base militar sul-americana, caso o país britânico entrasse em guerra.

Millington-Drake foi acolhido pelo ditador-presidente Gabriel Terra e, ao retornar ao seu país, deixou fortalecidos os vínculos culturais, comerciais e políticos com o Uruguai. Para a historiadora, ao analisar os resultados dessas estratégias e a

recepção que tiveram no seio da sociedade e do meio político-empresarial do Uruguai, os ingleses tiveram êxito.²²²

2.6 Exposição de livros brasileiros em Montevideu: origem do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro

Já vimos no começo deste capítulo, ao mencionarmos os catálogos de atos institucionais entre os governos de Uruguai e Brasil, de Musso e Aicardi, que a troca de publicações é registrada desde os anos 50 do século XIX. Aparece como: “*donaciones de libros y otros objetos e intercambio de publicaciones*”, e que essa prática se seguiu por décadas, especialmente após as recomendações das conferências interamericanas. Conhecer a cultura, o pensamento e as práticas de governos dos países vizinhos (legislação, constituições, funcionamento de instituições, sistema educativo etc.) era condição essencial para fortalecer os propósitos e implantar políticas de cooperação entre países das Américas.

Durante a visita de Getúlio ao Uruguai, em 1935, vimos uma nota, publicada na página 5 do Jornal *La Mañana*, de 1º de junho de 1935; uma propaganda destacada com o título “*Homenaje intelectual al Brasil*” e subtítulo “*exposición de libros brasileños y uruguayos, encuadernaciones artísticas y novedosas en cuero y madera*”. Nas linhas abaixo: “*Maravillosos volúmenes. Librería MAXIMINO GARCÍA. Sarandí (rua), 477. Frente al correo*”. Esse “anúncio” sinalizava, a nosso ver, a existência de comercialização de livros brasileiros no Uruguai.²²³

Em agosto de 1932, o Uruguai remeteu ao Brasil publicações para fazer parte da Biblioteca do Salão de Leitura da Confederação Universitária Brasileira: *Boletín de Estadística; Uruguay em Pavimentación; Mejoria y Balance del Banco de la República Oriental del Uruguay; Síntesis Estadísticas; El Uruguay como país agropecuario; ejemplares de El Uruguay*.²²⁴

A partir de Getúlio, e mais especificamente com a criação do Instituto Nacional do Livro, em 1937, essa prática, além de intensificar-se, verticalizou-se, pois passou a

²²² Ler mais sobre esse tema em RODRIGUÉZ AYÇAGUER, 2006.

²²³ BIBNA-Uruguai. Visita de Getúlio Vargas. *La Mañana*, 1º jun. 1935. p. 5.

²²⁴ AHD-MREU. Caixa 34. Of. 343/933. Material Bibliográfico brasileiro enviado ao Uruguai. 23 de agosto de 1933.

fazer parte da estratégia nacionalista de edificação de uma nação com atributos de grande civilização. Com o Uruguai, particularmente, a troca de livros praticada como vimos desde tempos remotos substituiu as publicações de categorias genéricas, muitas de cunho estritamente técnico, por publicações que expressavam, em grande parte, o pensamento da “élite” intelectual do país e que vão fazer parte de um projeto editorial do Estado Novo.²²⁵

A partir de 1937, com a criação do Instituto Nacional do Livro, INL, grandes obras de autores brasileiros, consideradas de interesse público, foram editadas ou reeditadas e passaram a fazer parte dos acervos destinados aos intercâmbios culturais entre Brasil e países da América Latina. A Feira do Livro Brasileiro em Montevideu, em 1939, que culminou no processo de implantação do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, beneficiou-se dessa revolução editorial promovida pelo Estado Novo, que uniu de um lado as ações de difusão das produções intelectuais brasileiras do Instituto Nacional do Livro, e, de outro, os projetos editoriais da Biblioteca Pedagógica Brasileira, cuja direção tinha à frente o educador Fernando de Azevedo. A Nação culta de que Getúlio falava não poderia prescindir de bons livros e de bons leitores.

Dirigido por Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, o INL propunha-se, além de editar os grandes autores brasileiros, a criar centros de leitura e bibliotecas em todo o território nacional, bem como organizar as feiras de livros, realizadas fora do Brasil. A partir do INL, criaram-se várias editoras, dentre elas a Companhia Editora Nacional, a Editora José Olympio, e outras com o mesmo objetivo: o de valorizar as obras documentais e literárias de autores, especialmente os nacionais, de reconhecimento público.

A edição da Coleção Brasileira, publicada pela Companhia Editora Nacional e concebida pelo escritor Fernando Azevedo e por Octales Marcondes Ferreira – diretor da Editora Nacional – consiste em um exemplo modelar do projeto editorial do Estado

²²⁵ Em 1933, o embaixador J. C. Blanco encaminhou ao diretor da Biblioteca do MRE do Uruguai toda a bibliografia apresentada durante o Congresso de Geografia ocorrido à época no Rio de Janeiro. As categorias de publicações trocadas entre as bibliotecas do Uruguai e Brasil eram as mais variadas: constituições nacionais, legislação, código rural, literatura, regulamento de administração militar, anais de congresso, mapas, anuários estatísticos, dados sobre a Educação dos países, turísticos, sobre a imprensa (número de revistas e periódicos). Em agosto de 1932 o Uruguai remete ao Brasil publicações para fazer parte da Biblioteca do Salão de Leitura da Confederação Universitária Brasileira: *Boletín de Estadística; Uruguay em Pavimentación; Mejoria y Balance del Banco de la República O. del Uruguay; Síntesis Estadística; El Uruguay como país agropecuario; exemplares de El Uruguay*”. AHD-MREU. Caixa 34, 23 ago. 1933. Of. 343/933.

Novo. Composta por 387 volumes, a coleção possui publicações de várias áreas do conhecimento e envolveu a contribuição de autores, também estrangeiros, sobre vários aspectos da vida nacional. Uma biblioteca completa dentro de uma só coleção. Para Eliana de Freitas, historiadora e pesquisadora da Coleção Brasileira:

A coleção Brasileira pretendeu disponibilizar para um público amplo, de maneira enciclopédica, reedições de obras raras, clássicos esgotados, traduções de obras estrangeiras sobre assuntos brasileiros, novos trabalhos sobre o Brasil na forma de ensaios sobre a sua formação histórica e social, estudos de vultos da história brasileira e de problemas nacionais – geográficos, etnológicos, políticos, econômicos, militares, etc. – de forma a ser, segundo a palavra dos seus editores “a maior e mais completa biblioteca de estudos nacionais” (DUTRA, 2006, p. 2).

A Coleção reúne temas dos autores mais significativos e consagrados, tais como Roquette-Pinto, Alberto Torres, Visconde de Taunay, Evaristo da Silva, Josué de Castro, Manoel Bonfim, Sud Mennucci, Câmara Cascudo, sendo que centenas de outros intelectuais juntaram-se a esse projeto, reforçando uma argumentação já mencionada nesse estudo, de confluência de interesses entre os principais intelectuais do Brasil e os propósitos culturais de Getúlio Vargas.²²⁶

Conforme nos revela Eliane de Freitas Dutra, Capanema seguia um projeto não somente de doação de livros, como também de realização de exposições e feiras de livros. As ações do Instituto Nacional do Livro objetivavam ampliar a circulação de ideias, sobretudo para o enriquecimento das bibliotecas já existentes no Brasil e no estrangeiro, além de aumentar o conhecimento sobre o Brasil através de autores nacionais cujas obras refletem a nossa cultura e valorizam as iniciativas brasileiras na cooperação internacional (DUTRA, 2006, p. 5).

O ministro cumpria, como ficou demonstrado, os compromissos assumidos pelo governo brasileiro na VII Conferência Pan-americana de Montevideu, em 1933, quando

²²⁶ A internet nos oferece hoje o privilégio do acesso a todas essas publicações e as que foram sendo acrescentadas ao número inicial de 387 livros. Nessa Coleção, destacaríamos dois livros sobre MAUÁ-Irineu Evangelista de Souza, personagem muito importante para o Brasil nas questões que envolveram a Região do Prata. Um deles, escrito por Alberto de Faria, lançado em 1926 e relançado pela Brasileira, e o segundo, escrito por Lídia Besouchet, em 1943, sobre as correspondências de Mauá com lideranças da Argentina e Uruguai. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/26/Maua>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

os chanceleres dos dois países, Alberto Mañe, do Uruguai, e Afrânio de Melo Franco, do Brasil, finalizaram os trâmites diplomáticos sobre a política de cooperação intelectual entre os países, em pleno vigor àquela altura. Fica evidente que Capanema dirigiu esse programa, depois de Francisco Campos, primeiro-ministro da Educação de Vargas, cujos desdobramentos, no caso específico do Uruguai, dariam origem a um programa permanente de intercâmbio cultural com aquele país. Como já mencionamos, era atribuição do Ministério da Educação executar os programas das Missões Culturais desde os anos 1930, em uma relação direta com o Ministério das Relações Exteriores.²²⁷

Inaugurada na presença do presidente uruguaio, Alfredo Baldomir, e do embaixador brasileiro Batista Luzardo (DUTRA, 2012, p. 9), a Feira de Livros de Montevideú expôs 4 mil exemplares de livros os mais variados, que contou, segundo Freitas, com a chancela da Academia Brasileira de Letras, escritores uruguaios, argentinos e brasileiros. Após esse evento, os livros brasileiros foram doados ao governo do Uruguai que, no ano seguinte fundou o Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro.

Naquele mesmo ano, o chanceler uruguaio Alberto Guani veio em visita oficial ao Rio de Janeiro para a abertura da Exposição de Livros uruguaios e lançamento da pedra fundamental para a fundação do um Instituto Brasileiro-Uruguaio, com funções paralelas ao Instituto do Uruguai. Acompanharam o ministro Guani o embaixador Juan Carlos Blanco, Alberto Zum Felde, escritor argentino-uruguaio, e uma comitiva de intelectuais, políticos e militares (AMARILLA, 2006). A mostra de livros uruguaios foi apresentada na inauguração como “expressão de repertório nacional da literatura e da história uruguaia” e possuía exemplares de livros do diplomata e historiador Andrés Lamas, os poetas Magarinos Cervantes; Juan Zorilhos de San Martin, Bauzá de Maria e Acevedo, além do escritor Javier de Viana, Florencio Sanchez, Rodó, Delmira Augustini, Juana de Ibarburu, dentre outros (DUTRA, 2012, p. 17).

O catálogo da Exposição dos Livros Brasileiros em Montevideú, editado pelo Ministério de Capanema,²²⁸ listava autores, títulos, editoras e preços e dividia-se em cinco seções distintas: a primeira, de Literatura (ensaios, biografias, contos, críticas,

²²⁷ AHI-Rio de Janeiro. Cf. Ofício de Francisco Campos sobre a regulamentação das Missões Culturais Brasileiras, 1930.

²²⁸ CPDOC – Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Capanema. Exposição de Livros Brasileiros no Uruguai. 019.9.655 B823c, Partes 1 e 2.

poesia, romance, teatro e viagens); Literaturas Clássicas e Estrangeiras traduzidas; Literatura Popular, Nacional e Estrangeira traduzidas; Literatura Infantil, Nacional e Estrangeira, traduzida e adaptada; Dicionários, Enciclopédias, Glossários e Vocabulários.

Ilustravam essa primeira seção autores de várias gerações e escolas literárias. Desde a “geração dos 70”,²²⁹ do século XIX, até modernistas, embora em menor quantidade: Gonçalves Dias, Afonso Arinos, Afrânio Peixoto, Alberto de Oliveira, Azevedo Amaral, Aluísio de Azevedo, Alcântara Machado, Alceu de Amoroso Lima, Carlos Maul, Cassiano Ricardo, Castro Alves, Humberto de Campos, João Neves, Joaquim Nabuco, José de Alencar, José Lins do Rego, Josué de Castro, Machado de Assis, Mario de Andrade, Manuel Bandeira, Menotti Del Picchia, Monteiro Lobato, Mucio Leão, Olavo Bilac, Olegário Mariano, Oswald de Andrade, Pedro Calmon, Paulo Setúbal, Ronald de Carvalho, Roquete-Pinto, Rubem Braga, Tristão de Athayde, Vicente de Carvalho, Vinicius de Moraes, Viriato Correia, Visconde de Taunay, Cecília Meireles e Érico Veríssimo, dentre outros (CPDOC. Arquivo GC. Parte 1).

A segunda seção, de Ciências, continha livros sobre Direito, Medicina, Educação e diversos (Direito: Moniz Sodré, Afrânio Peixoto, Amaral Gurgel, Oliveira Viana, Oscar Freire; Medicina: Miguel Couto, Afrânio Peixoto, entre outros; Educação: Anísio Teixeira, Arthur Ramos, Fernando Azevedo, Lourenço Filho, entre outros). A terceira seção, de Livros Didáticos era composta por livros destinados ao Ensino Primário, Secundário, Ensino Profissional e de Música (Educação: Cecília Meireles, Olavo Bilac, Pedro Calmon, José Veríssimo, entre outros) (CPDOC. Arquivo GC. Parte 1).

A quarta seção era destinada aos livros de Estudos Brasileiros e concentrava os autores de maior reconhecimento em suas áreas: Hermes Lima, Afonso Arinos de Mello Franco, Joaquim Nabuco, Luiz Câmara Cascudo, Afonso de E. Taunay, Roquette-Pinto, Gilberto Freyre, Euclides da Cunha, Fernando Azevedo, Luiz Viana Filho, Nina Rodrigues, Olavo Dantas, Oliveira Vianna, Sergio Buarque de Hollanda, Sylvio

²²⁹ A Geração de 1870, como denomina Roberto Ventura no seu *Estilo Tropical. História Cultural e Polêmicas Literárias do Brasil* (1991, p. 9-11), representava os homens cultos do país, que pertenceram ou ao IHGB (1838) ou à Academia Brasileira de Letras (1897). São eles Silvio Romero, José Veríssimo, Araripe Junior e Capistrano de Abreu, Lima Barreto, entre outros. Esses homens encaravam a Literatura como um termômetro de civilidade. A “Geração de 70”, como é conhecida, rompeu as amarras do pensamento religioso em benefício do pensamento laico.

Romero, Visconde de Taunay, entre outros. Nessa seção pode-se destacar as publicações: a Coleção Brasilianas, com 125 volumes, e A Nova Política do Brasil, em 5 volumes, de autoria do presidente Vargas (CPDOC. Arquivo GC. Parte 2).

A quinta seção aos Livros Especiais. Nessa seção concentravam-se as publicações das instituições do governo brasileiro: publicações dos ministérios da Agricultura, Educação e Saúde, da Guerra, do Interior e Justiça, da Marinha, publicações do Departamento de Cultura de São Paulo, da Academia Brasileira de Letras. As últimas páginas eram destinadas à divulgação dos endereços das editoras que haviam contribuído nesse projeto, apresentando suas publicações: Editora José Olympio, Editora Civilização Brasileira S/A; Editora Melhoramentos, Livraria do Globo, entre outras (CPDOC. Arquivo GC. Parte 2).

Com exceção dos Livros Especiais, relatórios, legislação, tratados, biografias de vultos da história do Brasil, os demais vinham acompanhados dos preços equivalentes. Dos Especiais, somente o Ministério da Educação e Saúde e o Ministério do Interior e Justiça disponibilizaram alguns livros para a venda. A Editora Companhia Nacional publicou muitos títulos, como todos os de Menotti del Picchia e de Monteiro Lobato, mas dividiu com as editoras particulares boa parte das publicações. Mesmo dos livros didáticos, utilizados nas escolas públicas, muitos foram impressos em editoras da iniciativa privada.

A Academia Brasileira de Letras apresentou um conjunto de livros, editados sem artesanalmente pelo Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, com capa de madeira em imbuia e madeira Aribá vermelha: “Obras completas”, de Gregório de Matos Guerra; “Cartas avulsas”, dos padres jesuítas; “Oswaldo Cruz”, de José Carlos de Macedo Soares, entre outros (CPDOC. Arquivo GC. Parte 2).

Coube ao gaúcho Batista Luzardo, à época embaixador no Uruguai, a responsabilidade pela organização desse evento, que, ao final, mereceu por parte da imprensa do Brasil e do Uruguai grande destaque e reconhecimento. Batista Luzardo não era um intelectual, nem possuía perfil de diplomata de carreira. Pelo contrário, em um de seus escritos, Osvaldo Aranha havia falado da sua truculência, de suas habilidades de resolver coisas práticas. Vimos como ele foi importante para Getúlio Vargas no Uruguai, em 1937, para impedir que as oposições à ditadura se reorganizassem em torno de Flores, que estava exilado em Montevideu.

A edição de relançamento da Revista *Letras Brasileñas*, publicação estadonovista, da qual falamos no Capítulo 1, em 1º de abril de 1940, trouxe a notícia da exposição de livros no Uruguai dando destaque para a importância da difusão do pensamento brasileiro através de seus autores. Em língua espanhola, a revista transcreveu o discurso de abertura do evento proferido pelo embaixador Batista Luzardo, que, de certa forma, resume o pensamento do governo e da administração Capanema sobre a importância dos livros como demonstrativos de nação civilizada:

Na exposição que agora inauguramos, pequena se tivermos em conta o número de volumes, mas expressiva como realidade de cultura e continuidade de espírito, encontrareis um Brasil autônomo e soberano, generoso e fecundo em seu pensamento, criador e divulgador, agregário em suas alianças de paz e de solidariedade com todos os povos do mundo e em particular com seus irmãos da América dedicado e concentrado na obra profunda de enriquecer o patrimônio de suas ideias e de elevar os princípios que sustentam sua soberania.

Do descobrimento à colonização, da colônia à emancipação política, e dentro do ciclo evolutivo, Monarquia ontem e República hoje, todo o Brasil está aqui, na síntese de quatro mil volumes selecionados, nos quais expressam as angústias e as esperanças de seus filhos, seu gênio criador e sua capacidade de assimilação, a obra construtiva de um passado de glórias, a absoluta confiança em seu honroso presente de realizações, e a fé com que encara seu futuro. Em uma paráfrase atribuída a Jorge D.²³⁰ posso afirmar que o destino do Brasil está integrado ao destino do Livro Brasileiro. Um livro não é somente uma ferramenta da verdadeira cultura: é a essência mesma do pensamento do povo do qual é originário e expressão de autonomia moral e de absoluta e rígida soberania. Conjuntamente com a rádio e a cinematografia, forma o triângulo ideal da Civilização. É o livro, o amigo de todos os dias e o companheiro de todas as horas.²³¹

Batista Luzardo não era bem um homem das Letras como aparentou ser apesar de receber aplausos por suas iniciativas culturais no Uruguai que culminaram na criação do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro. Conhecido pelos argentinos como *Hombre de*

²³⁰ Sobrenome simplificado por escrita ilegível no original.

²³¹ LUZARDO, Batista. A Exposição de Livros Brasileiros. *Revista Letras Brasileñas*, 1º abr. 1940. p. 7. (Tradução livre.)

la Guerra e pelos gaúchos de *maragato*, pela sua participação no grupo de revoltosos de 1923 contra as eleições de Borges de Medeiros, Batista Luzardo tem uma trajetória, no mínimo paradoxal: de “maragato” a embaixador.

Luzardo compôs o comando revolucionário de Getúlio para arregimentar as forças militares para a insurreição de 1930, partindo de sua liderança - investida pelos militares envolvidos- a o passo determinante para o levante que conduziria Getúlio ao poder. Flores da Cunha também participava da Aliança Liberal e por alguns anos, Flores da Cunha e Luzardo estiveram afinados em torno de Getúlio Vargas. Ao chegar ao poder, em novembro de 1930, Luzardo assume a chefia da polícia do Distrito Federal e Flores da Cunha é empossado como interventor do Rio Grande do Sul, indispondo-se contra Getúlio no Estado Novo e as orientações antifederalistas do governo.²³² Luzardo ficou dois anos na chefia da polícia federal deixando seu lugar para Felinto Muller. Sob a direção de Luzardo e da colaboração de médicos baianos herdeiros de Nina Rodrigues, iniciou-se uma grande reforma que pretendeu implantar nas polícias de todo o Brasil, para garantir a eficiência no combate ao crime, métodos cientificistas baseados na identificação de certo conjunto de genes e na caracterização dos fenótipos dos chamados perfis de violência. Luzardo era o homem certo para desarticular a oposição ao presidente, seja atuando contra jornais opositores a Getúlio Vargas ou decidindo nos conflitos regionais sulistas, como ocorreu várias vezes em cidades do Rio Grande do Sul, até 1937. Mostrou-se igualmente eficiente na desarticulação dos jornais *A Democracia*, no Uruguai, e *O Republicano*, na fronteira com Brasil, de Flores da Cunha. A partir da queda de Flores no Rio Grande do Sul, Luzardo e o irmão de Vargas articularam a divisão do poder no Estado entre aqueles que haviam capitulado perante o Estado Novo (Cf. CORTÉS, 2007, 155-158).

Conclusão do capítulo

Neste capítulo, trabalhamos com dois compêndios de atos institucionais assinados por Uruguai e Brasil, que contêm dezenas de decretos-leis, protocolos, tratados e convênios que foram elaborados por dois uruguaios com a ajuda do Brasil: Alberto Musso e Oscar A. Aicardi. Vimos que algumas ações de intercâmbio cultural

²³² Cf. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas, 1939.10.13. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>.

entre Brasil e Uruguai tiveram início ainda no século XIX e que as primeiras missões culturais brasileiras naquele país foram financiadas pelo Patrimônio Intercâmbio Intelectual, um fundo (uruguaio) obtido pelos juros da dívida pública contraída pelo Uruguai em antigos tratados com o Brasil.

Analizamos como a VII Conferência Pan-americana realizada em Montevideú, em 1933, e a visita de Getúlio Vargas à Região do Prata (Argentina e Uruguai), em 1935, reforçaram os vínculos políticos entre Vargas e Terra e aumentam as possibilidades de cooperação cultural.

Por último, foi analisada a Feira de Livros Brasileiros realizada no Uruguai em 1939, cujo desdobramento é a fundação do Instituto Cultural Brasileiro, em 1940, sobre o qual trataremos no próximo capítulo.

O cuidado em enviar para fora do país um acervo bibliográfico dos mais ilustres intelectuais, reconhecidos por suas contribuições na formação do pensamento da nacionalidade brasileira, teria o sentido de mostrar ao mundo, via intelectuais, o estágio de desenvolvimento cultural e, sobretudo, em torno de alguns autores, mostrar a formação de um novo Brasil com Getúlio. O chamamento de *Letras Brasileñas* (1936) – *Veamos las ideas, los hombres y los libros relativos a las Leys e ao Derecho en el Estado Nuevo, en que el Brasil fija las bases de una vida orgánica* – é a energia que mobiliza os intercâmbios culturais naquele momento.

Capítulo 3

O INSTITUTO CULTURAL URUGUAIO-BRASILEIRO: SINTONIA CULTURAL ENTRE BRASIL E URUGUAI

Nesse capítulo fazemos um mapeamento e análise dos programas culturais desenvolvidos pelo Instituto no período recortado pela pesquisa (1930-1945), desde a implantação dos primeiros cursos de português à ampliação das propostas didáticas que incluíram o de Fonética, História, Geografia, Estudos Culturais e Música brasileira, até as atividades culturais permanentes, abertas a participação de instituições de ensino e da sociedade uruguaia.

Procedemos à análise de algumas conferências realizadas nos primeiros anos de funcionamento do ICUB, de publicações produzidas pelo Instituto e revelo os critérios que serviram de base para a formação da Biblioteca do Instituto, centro de todas as atividades culturais. Procuro mostrar que o programa de cooperação cultural do governo brasileiro no Uruguai designou homens ilustres e com competências reconhecidas em suas áreas de atuação para fomentar iniciativas de cooperação permanente naquele país, programa pioneiro e considerado modelar para experiências que se seguiram nos países da América Latina. A Missão Cultural Brasileira no Uruguai recebeu apoio incontestado de políticos e da comunidade intelectual do país. Não só dos representantes de governo (deputados, presidentes e ex-presidentes que faziam parte das comissões diretivas do Instituto), mas de intelectuais, cientistas, escritores, jornalistas, poetas e artistas, além de educadores e estudantes, que construíram um sólido espaço de convivência, conhecimento, interação de culturas e idiomas, e solidariedade.

3.1 A fundação do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro: dos livros à concretização de um projeto modelar para a América Latina.

O mais antigo Instituto Cultural criado pelo Brasil na América Latina surge no contexto em que o governo Vargas empenha-se em explicar à sociedade brasileira e à opinião pública internacional as razões que, a seu ver, justificaram a tomada radical do poder em 1937. Muitos de seus inúmeros pronunciamentos, no início da década de 40, apontam para isso. O “golpe liberador”, como denominou Vargas, fora necessário para

corrigir distorções ditas liberais da Constituição de 34, e colocar o país no caminho do desenvolvimento econômico sob as rédeas seguras do Estado. Desenvolvimento que ocorreria no contexto de uma organização política e institucional centralizada, e com garantias de que o processo das reformas sociais teria continuidade. Paralelo a essa preocupação Vargas procurava em seus discursos mostrar que os 10 anos de seu governo, desde a Revolução de 30 até os três primeiros anos do Estado Novo, haviam servido “incondicionalmente aos altos e supremos interesses da nacionalidade” e que as conquistas sociais, especialmente as trabalhistas, haviam conseguido equilibrar as forças produtivas fundamentais no desenvolvimento do país.²³³ Mas, ponderava o presidente, a reação aos princípios da “revolução” vindo de setores retrógrados da sociedade não satisfeitos com as mudanças, aliada aos interesses particularizados de partidos e agrupamentos sociais e políticos constituíram-se, após a Constituição de 34, em impedimento para que os compromissos dos líderes reformistas fossem cumpridos. Além de que, o próprio texto jurídico da Constituição permitia, segundo a interpretação do presidente, a manutenção de alguns privilégios econômico-financeiros a alguns setores e o surgimento de “ideologias exóticas”.²³⁴ E como consequência essa “inadaptabilidade” constitucional, o “golpe liberador” surge, segundo o presidente, como uma “imposição das forças vivas do país”²³⁵ sem o qual a democracia política, seria apenas um valor retórico caso não se conjugasse com “a recuperação econômica, o saneamento financeiro e a ordenação social e cultural”. A guerra contra o federalismo, contra todos os localismos políticos e administrativos e contra as “ideologias exóticas” – à direita, com os integralistas, e à esquerda, com os comunistas – estava em pleno curso.²³⁶ E os resultados políticos e administrativos durante esse período eram postos

²³³ VARGAS, Getúlio. Discurso pronunciado em 11 de novembro de 1940. p. 406. BIBLIOTECA Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Perfis Parlamentares, 2011.

ARAÚJO, Maria Celina de (Org.). Coordenação de Biblioteca. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>.

²³⁴ Vargas refere-se às ferramentas jurídicas, presentes na Constituição de 34, que poupavam as grandes empresas prestadoras de serviço ao Estado de taxas de impostos. Idem, p. 414.

²³⁵ Idem, p. 414.

²³⁶ A partir da promulgação da Lei de Segurança Nacional nº 38, de 4 de abril de 1935, criada como justificativa para desencadear uma ofensiva contra os comunistas e solução para o caos social resultante de uma constituição considerada liberal, permissiva, pelos conservadores, Getúlio inicia a prática de perseguição sistemática aos seus opositores. Para Nelson Verneck Sodré nesse início de implantação do Estado Novo, “prendiam-se pessoas que não tinham a ver com coisa nenhuma” (SODRÉ, 2003). As cadeias viviam lotadas. O Estado de Guerra, regime de exceção, dava poderes ao presidente de prender parlamentares acabando com a imunidade parlamentar. O comunismo passa a ser o inimigo número 1 da família brasileira. Já mereceu bastante atenção da parte de historiadores a articulação de um plano falso de investida armada comunista com atentados, destruição de cidades, denominado Plano Cohen. Aproveitando-se desse alarme geral, o presidente Getúlio Vargas pressionou o Legislativo a conceder-lhe

em evidência em todas as oportunidades onde o público estivesse presente ou tivesse acesso: nas inaugurações de obras, nas visitas às instituições, nos pronunciamentos oficiais aos brasileiros, nas festas e comemorações, em programas de rádio, em publicação de livros e edição de farto material de propaganda, etc.²³⁷ O DIP centralizou a divulgação dos feitos do Estado Novo, mas também da propagação do pensamento de seus principais ideólogos.

Era preciso convencer a opinião nacional e internacional, incluindo os países vizinhos, que ditadura e desenvolvimento eram variáveis de uma mesma perspectiva política de modernização nacional. Há uma bibliografia extensa sobre a importância do

o direito à decretação do Estado de Sítio. O Plano Cohen foi divulgado por todos os meios para atemorizar a população, inclusive através da Revista Seiva, edição de São Paulo. Em sua edição de 1936, a Revista transcreve uma matéria do Jornal O Estado de São Paulo para reforçar a existência de uma articulação do Komintern russo. Sabe-se que o Plano Cohen fora formulado pelos Integralistas que o fizeram para estimular exercícios militares trabalhando com a hipótese de uma invasão russa no país.

²³⁷ No discurso para trabalhadores e empresários de São Paulo, no Aeroporto Santos Dumont, em 11 de novembro de 1940 (BIBLIOTECA Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Perfis Parlamentares, 2011. ARAÚJO, Maria Celina de (Org.). Brasília: Coordenação de Biblioteca. Discurso para Trabalhadores e Empresários em São Paulo (loc. Vargas, 1940, 2011, p. 411), o presidente elencou os resultados positivos desde a tomada do poder, em 1930: a dívida pública, que estivera em torno de 260 milhões de libras esterlinas, chegava em 1940 a 248 milhões; a produção de ouro já havia atingido 10 mil quilos naquele ano, 43 toneladas de ouro, enquanto que, em 1933, registrara-se somente 324 quilogramas; a rede ferroviária (32 mil até 1930) fora acrescida de 3 mil quilômetros; e nas rodovias, os 113 mil quilômetros atingiram a casa dos 226 mil; a rede de radiocomunicação pública passara de 80 para 120 postos e as emissoras de rádio particulares saltaram de 5 para 64 emissoras. E assim seguia o balanço do presidente. Discorreu ainda sobre o aparelhamento dos portos; o aumento dos serviços postais com inauguração de dezenas de agências; o combate à seca do Nordeste; o aumento – em hectares – da implantação dos modernos sistemas de irrigações em áreas agrícolas; o aumento do acesso de estudantes às escolas públicas – de 2 milhões até 1930 a 4 milhões; novas escolas públicas em todo o país – de 177 colégios para 657; a criação da Universidade do Brasil como padrão para outras universidades; o aumento do ensino técnico-profissionalizante, a implantação de novas cátedras nas universidades além dos institutos e cursos superiores de trabalho; as conquistas na área sanitária com combate a epidemias e o aumento da verba destinada à saúde pública; e, fundamentalmente, as conquistas nas áreas trabalhistas e de previdência social, que marcaram profundamente o perfil do governo Getúlio: a definição das oito horas de jornada de trabalho, a proteção da trabalhadora mulher e do menor de 18 anos, o reconhecimento dos dissídios coletivos, a criação da Justiça de Trabalho, a política de habitação para os trabalhadores, a política de educação para trabalhadores com escolas de fábricas, enfim, os dez anos do governo de Getúlio Vargas foram exaustivamente divulgados por todos os meios de que o Estado dispunha. De 1937, mais especificamente de 1939, data de criação do Departamento Nacional de Propaganda (DNP), até o ano de 1945.

Ver demais discursos:

BIBLIOTECA Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Perfis Parlamentares, 2011. ARAÚJO, Maria Celina de (Org.). Brasília: Coordenação de Biblioteca, p. 390.

Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/perfil-parlamentar-de-getulio-vargas>>.

8/5/1939. VARGAS, Getúlio. Discurso na Reinstalação do Conselho de Comércio Exterior RJ.

10/11/1940. VARGAS, Getúlio. Discurso no Ministério da Guerra-RJ (loc. Vargas, 1940, 2011, p. 406).

31/12/1940. VARGAS, Getúlio. Discurso para as Forças Armadas no Automóvel Clube-RJ (loc. Vargas, 1940, 2011, p. 428).

1º/5/1941. VARGAS, Getúlio. Discurso para os Trabalhadores no Estádio Vasco da Gama-RJ (loc. Vargas, 1941, 2011, p. 434).

DIP para o cumprimento desse propósito e a relação entre a Imprensa e o governo Vargas, motivo pelo qual não reproduziremos essa discussão no presente estudo. Mas na análise da Revista *Letras Brasileñas*, periódico que circulou por toda a América Latina, e nas páginas da Revista *Seiva*, na sua edição paulista,²³⁸ destaca-se o empenho do governo, de convencimento e de identificação dos opositores do regime, daqueles que buscavam impedir a realização e seus propósitos.

Na relação com os países vizinhos a cultura assume um dinâmico papel de condutor da visão de um novo Brasil e a bibliografia sobre todos os temas que diziam respeito à condução de um país – que se almejava moderno – deveria ser difundida. José Veríssimo afirmou que não haveria nação sem literatura, uma vez que ela representaria a expressão do pensamento e dos sentimentos de um povo (VERÍSSIMO, 1979, p. 43. In PEREIRA, 2009). Na verdade, havia uma extensão, um prolongamento da política de convencimento dos novos ajustes políticos levada dentro do Brasil para os países vizinhos.

Em *Libros, Hombres, ideales del Estado Nuevo*, editorial da revista *Letras Brasileñas*, fica evidente a importância dos livros no governo Getúlio, especialmente a partir do Estado Novo.

*El nuevo sistema de poder en el Brasil se asienta en un moderno sistema de legislación y copiosa literatura relativa a la política social e económica que sirve de base a la organización del nuevo Estado concebido por el sr. Presidente de la República, Dr. Getulio Vargas.*²³⁹

Letras Brasileñas disponibilizava uma extensa bibliografia que revelava as bases ideológicas do novo Estado brasileiro. Já mencionamos parte da bibliografia indicada em editorias específicas da Revista. No topo das leituras mais indicadas estava *A Nova Política do Brasil*, escrita em 1938 pelo próprio presidente, com todos os seus artigos e

²³⁸ Já nos referimos, no Capítulo 1, item 1.4.1.1, sobre o papel desempenhado pela *Revista Seiva*, editada pelo Partido Comunista na Bahia, em 1938. A *Revista Seiva*, edição de São Paulo, criada a partir de 1935, circulava também em todo o território nacional e, em nossas primeiras análises, possui um projeto editorial diferente da *Seiva* da Bahia. Esse periódico abriga opositores, detratores e defensores do governo Vargas, inclusive o próprio Vargas. Cf. REVISTA SEIVA, Edição de São Paulo, 1935. Hemeroteca IEB-USP.

²³⁹ Revista *Letras Brasileñas*, n. 1, 2ª época. São Paulo. Editada pela Toda a América Sociedade Comercial Limitada, 1940. Acervo família Cipriano Vitreira.

discursos produzidos até então. *A Nova Política do Brasil* foi publicado pela editora José Olympio em cinco volumes.²⁴⁰

Em relação à política externa, Vargas enfatizou em 1942, na III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, o empenho que todos deveriam ter para “(...) Levar as pátrias americanas a criarem formas novas e estáveis de convivência, sem excluir ou matar peculiaridades e tradições, é um ideal que merece os nossos sacrifícios presentes e futuros”.²⁴¹

A criação de institutos culturais na América Latina, primeiro no Uruguai e na sequência na Argentina e no Paraguai, nos anos quarenta, representa uma nova fase das relações culturais entre o Brasil e as demais nações, bem diferente dos primeiros intercâmbios do século XIX e começo do XX, quando as ações culturais envolviam (e beneficiavam) grupos reduzidos, seletos indivíduos. Para isso, o Brasil já possuía uma estrutura de governo mais organizada, com ministérios capazes de desenvolver políticas culturais de maior extensão e perenidade, que atingisse um número maior de pessoas. O programa cultural desenvolvido no Uruguai, foi considerado um programa modelar para as ações culturais semelhantes realizadas naquela mesma década em demais países da América Latina (Argentina e Paraguai).

3.1.1 Primeiras atividades do ICUB: conferências, cursos, publicações e intercâmbios

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ VARGAS, Getúlio. Discurso na III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, 15/01/1942. BIBLIOTECA Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Perfis Parlamentares, 2011. ARAÚJO, Maria Celina de (Org.). Brasília: Coordenação de Biblioteca.

Figura 3 – Salão de Conferências do ICUB, 1940-1943. Acervo Família Vitreira.

No dia 21 de agosto de 1940, na presença de diplomatas, representantes do governo uruguaio, jornalistas, universitários e demais intelectuais da cidade de Montevidéu, reunidos na sede do Ministério de Instrução Pública e Previdência Social, foram plantadas as bases do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro destinado “*a fomentar por los mejores medios posibles el acercamiento espiritual del Uruguay y del Brasil*”.²⁴² O primeiro passo, diríamos determinante, já havia sido dado para tal realização: a doação do Brasil ao governo do Uruguai das publicações que compuseram a mostra de livros brasileiros – em torno de 3 mil exemplares –, realizada em novembro de 1939 e que consistiria, segundo Zeballos, o primeiro patrimônio do Instituto e em um elo de ligação permanente entre os leitores e escritores do Uruguai e Brasil.

Esse acervo daria início à biblioteca de livros brasileiros, hoje com 10 mil volumes, que foi a base do programa pedagógico iniciado alguns meses após sua criação.

Estiveram prestigiando o evento, além das autoridades governamentais, representados pelo embaixador brasileiro no Uruguai, Batista Luzardo, e por Luiz Alberto Zeballos, representando o Ministro de Instrução Pública do Uruguai, representantes do meio acadêmico, alguns como o inspetor de Ensino Público, José Pereira Rodriguez – que seria um dos primeiros presidentes do Instituto. Também estavam presentes arquitetos, professores, escritores e o historiador Juan E. Pivel Devoto. Formou-se uma comissão encarregada de fazer os estatutos da nova entidade,

²⁴² ZEBALLOS, Luis Alberto, diplomata uruguaio. Acta n. 1. Fundación del Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño, 21 de maio de 1940. TRES AÑOS (...). AH-ICUB.

que esteve composta pelo jurista uruguaio Eduardo J. Couture, pelo embaixador Osvaldo Furst, pelos escritores uruguaio José Pereira Rodríguez, Mariano Carballo Pou, Agustín Ruano Fournier e Murillo Pessoa.

O Instituto deveria constituir-se em torno de um programa pedagógico, inicialmente, em torno da criação de cátedras de História da Civilização e da Literatura Brasileira e de Geografia e Economia Política do Brasil, e seus custos deveriam ser pagos da mesma maneira que foram pagas as primeiras ações da Missão Cultural Brasileira, a partir de 1930, por meio de um fundo financeiro formado por 5% da renda obtida pelos títulos da dívida pública contraída pelo Uruguai ao Brasil, o qual já mencionamos em detalhes no Capítulo 2, item 2.1.1.²⁴³

No dia seguinte foi realizada uma nova cerimônia, dessa vez para empossar o primeiro presidente do Instituto, Dr. Eduardo J. Couture, no Salão de Atos Públicos da Universidade da República, local que revela a significação que teria para os dois países a constituição de um espaço de inter-relação cultural permanente. A começar pelo primeiro presidente, jurista reconhecido no meio latino-americano, com destaque na área do Direito Civil.²⁴⁴

Em seu discurso, Couture revela o compromisso de estabelecer interações que aproximem a cultura uruguaia da cultura brasileira e a busca das raízes humanas comuns, “*la razón viva de su destino*”. E a cultura a que ele se refere não é a cultura produto unicamente do saber acadêmico, tampouco a cultura que não guarde uma identidade americana. Entretanto,

Una cultura no es un producto universitario, de clases selectas en el orden de la ilustración, de finas destilaciones del pensamiento. No es producto de las ciudades sino de la tierra. Su raíz es telúrica y silenciosa. Viene de los jugos vivos de la naturaleza y se expresa en las reacciones naturales del hombre que vive junto a ella, sin artificiales intermediarios. (...)

Las Universidades, en una maravillosa ordenación de esfuerzos han podido extraer e las infinitas células vivas de lo telúrico, la sabiduría

²⁴³ Acta n. 1, *Fundación del Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño*, 1940. TRES AÑOS (...) p. 8. AH-ICUB.

²⁴⁴ É de sua autoria o Projeto de Código de Processo Civil para a República do Uruguai, Lei nº 10.418, de 11 de março de 1943, aceito e adotado como modelo em vários países do continente.

y la civilización. En un labor verdaderamente asombrosa, han recogido esa cultura, la han depurado de sus substancias inferiores, le han metodizado y recogido en libros y en múltiples experiencias científicas, la han aplicado a los fines superiores de la existencia humana. Pero su labor, debe recordarse una vez más, no es tanto de creación como de recreación de la cultura. (...)

Brasil es, en los actuales momentos, una expresión viva en este aspecto esencial de la cultura. Sus universidades han entendido que si desean hallar la razón de ser de sí mismas, no pueden seguir reproduciendo las fórmulas que les legara el Imperio, magnífico y esplendoroso como expresión intelectual, pero europeizante y falsificado como realidad americana.²⁴⁵

Ditas essas palavras, Couture reafirmou os propósitos do Instituto de fazer chegar até a sociedade uruguaia a cultura do povo brasileiro usando os recursos por ele oferecidos: a biblioteca, os cursos pedagógicos e as atividades de intercâmbio constante entre professores, intelectuais e demais interessados no Brasil:

Nos proponemos hacer pública a la Biblioteca que es propiedad del Instituto y que le fuera asignada por las autoridades que prestigiaron aquella admirable expresión de trabajo y de pensamiento que fue la exposición del Libro Brasileño en Uruguay.

Nos proponemos organizar cursos estables de literatura del Brasil, a cargo de reputados profesores brasileños y uruguayos.

Nos proponemos hacer llegar hasta los hombres que en nuestro país ejercen la enseñanza, los más valiosos medios de información y de conocimiento de la realidad brasileña: viajes, revistas, libros, contacto personal con los hombres a quienes en el país hermano, quema la misma pasión de la cultura y agosta el mismo sacrificio por difundirla.²⁴⁶

²⁴⁵ Acta n. 2. Discurso de posse do primeiro presidente do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, o uruguaio Eduardo J. Couture, no Salão de Atos Oficiais da Universidade da República, em 22 de agosto de 1940, p. 12-13. TRES AÑOS (...). AH-ICUB. A primeira diretoria do I Cub ficou assim constituída: Eduardo Couture (presidente); Decio Martins Coimbra (vice-presidente); Mariano Carballo Pou (secretário-geral); José Pereira Rodríguez (secretário de atas) e Victor Pomes (bibliotecário). AH-ICUB.

²⁴⁶ Idem, p. 13.

Se os propósitos do Instituto previam ações de conformidade com a cultura uruguaia, qual deveria ser, por conseguinte, a contribuição do Uruguai, segundo seu presidente? Para Couture, o orgulho de país independente e consciente de sua força e individualidade se sobressairiam frente aos recursos culturais mensuráveis, que poderiam parecer desproporcionais, comparados aos recursos que o Brasil poderia disponibilizar. O Uruguai ofereceria como parte de seu compromisso “espiritual” nessa empresa “*algo imponderável y sutil*”, que teria a ver com o modo de ser e de pensar uruguaios: com as suas conquistas históricas, com o sentido de nacionalidade, com as suas firmes ideias sobre justiça social, com um patrimônio cultural resultado das conquistas da cidadania uruguaia e da elaboração de seus pensadores:

Largas luchas civiles hicieron nacer los campos el sentido de la igualdad entre todos los orientales; el hombre de la tierra ha sentido surgir, como elevado sobre los surcos mismos que él trabaja, el sentido de su destino como uruguayo, sin necesidad alguna de formar parte de colectividades políticas más poderosas y deslumbrantes; claros espíritus universitarios tomaron ese instinto de la libertad e de la autodeterminación, para fundar él doctrinas políticas y sociales de las que podemos sentirnos orgullosos.

*El arte, la literatura y la ciencia son, en ese pequeño país, una expresión honda y sufrida sobre la realidad misma del hombre. Como una colmena de obreros diligentes y humildes, el Uruguay ha dado en lo que lleva vivido, mucho más do que había de esperar de sus fuerzas.*²⁴⁷

Certamente não seria uma *canje desproporcional*: além do aporte financeiro (do Fundo Patrimônio de Cooperação Cultural), difícil de valorar nos dias de hoje, mas por certo determinante nesse empreendimento, o Uruguai entraria com uma poderosa e reconhecida herança dos homens da cultura, da política e do pensamento do país, atuantes e influentes no espaço latino-americano, naquele início de século que, direta ou indiretamente, consistiu em um patrimônio cultural incorporado por aquele instituto.

Referimo-nos, entre muitos, a um elenco de pensadores como José Enrique Rodó (1871-1917), notável entre os notáveis pelos seus escritos em vasta literatura de apelo à juventude, em defesa de um desenvolvimento humanista; ao escritor Carlos Vaz

²⁴⁷ Idem, AH-ICUB, p. 14-15.

Ferreira (1872-1958); ao historiador Alberto Zum Felde; à escritora e pintora Delmira Agustini (1886-1914); aos artistas plásticos e filósofos Joaquín Torres García (1874-1949) e Pedro Figari (1861-1938), Juan Blanes (1830-1901) e *ao ballismo*, que foi um prolongamento da tradição de reformas e conquistas sociais, herdadas do presidente do Uruguai desde o começo do século, *José Batlle y Ordonéz* (1856-1929).

Ficou definido o estatuto do ICUB e o primeiro compromisso era instalar uma sede própria; conservar e facilitar o uso público das coleções de livros doados pelos governos do Uruguai e do Brasil; estimular a realização de ações intelectuais para conhecimento recíprocos das Letras, das Artes e das Ciências dos países; manter cursos oficialmente reconhecidos de idioma português, literatura brasileira, história e geografia econômica do Brasil; empenhar-se para que fossem incorporados à grade do ensino público semelhantes cursos; servir de elo entre as personalidades uruguaias e brasileiras, estabelecer estudos de legislação comparada entre os cursos jurídicos de ambos os países; apoiar iniciativas que estivessem de acordo com os objetivos anunciados; fomentar a propagação dos livros de um país ao outro e facilitar os trâmites postais, comerciais, exonerando taxas; além de outras determinações.²⁴⁸

Em 4 de fevereiro de 1941, o primeiro compromisso foi cumprido: instalou-se a sede própria do Instituto Brasil em um dos andares do chamado Palácio Brasil, uma antiga construção na Avenida 18 de Julho, adquirida pelo Clube Brasileiro,²⁴⁹ e em 29

²⁴⁸ Tres Años de Intercambio Cultural Uruguayo-Brasileño, 1940-1943. Memoria de la Comisión Directiva del Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño. AH-ICUB, 1943. p. 20.

²⁴⁹ O Clube Brasileiro foi criado em 1920, por brasileiros que viviam no Uruguai, e o prédio onde se instalou foi adquirido com a ajuda do embaixador brasileiro Batista Luzardo e com um grande empresário do país, Tufic Aclé. Funcionava nesse mesmo prédio a Sociedade de Beneficência Brasileira, a embaixada e o consulado brasileiros, bem como o Instituto Cultural Uruguai-Brasileiro, este último a partir de 1941 (Revista *Clube Brasileiro*, 90 anos, 2010, s/p). O Palácio Brasil situa-se próximo ao centro histórico de Montevidéu, ao lado do Palácio Salvo e do Palácio Estevez, na Avenida 18 de Julio. Como muitas construções antigas de Montevidéu que se transformaram em verdadeiros condomínios comerciais, o Palácio Brasil também abriga vários comércios.

Segundo o jornalista Luis Roux, do jornal *El Observador*, de Montevidéu: “Entre los años 1940 e 1960, el lugar vivió sus épocas de esplendor, cuando el glamour era obligatorio en las fiestas del club. (...) en sus fastuosos salones hay buena parte de la historia de las relaciones entre Brasil y Uruguay durante décadas” (*El Observador*, 1998, p. 3-4).

O edifício foi construído por Arturo Heber Jackson e o projeto e direção estiveram a cargo do arquiteto francês Camille Gardelle. Foi construído de 1919 a 1922.

Naquele mesmo prédio, um casarão do começo do século, estavam abrigados o consulado e a embaixada do Brasil no Uruguai, os escritórios da Câmara de Comércio Uruguai-Brasil e o Instituto do Café. Houve tempo em que o ICUB ocupava dois pisos. No térreo, onde hoje são empresas comerciais, existia o teatro à moda antiga, com tertúlias, galerias e palco, *foyer*, uma cúpula de *vitreaux*.

Mas é uma das histórias que ainda podem ser contadas sobre Brasil e Uruguai, se houver boa vontade de seus atuais administradores em abrir seus arquivos e mostrar o que sobrou de um estranho incêndio que ocorreu no primeiro andar do Palácio, em 1983, e queimou muita coisa. Há muitos anos os escritórios

de outubro do mesmo ano o ICUB conseguiu seu registro como instituição jurídica. A partir dessas datas tiveram início, propriamente, as atividades do ICUB, que instalou-se em um conjunto formado por uma grande sala destinada à biblioteca, mesas de leitura, salas de alunos e professores, além de dependências que serviriam para oficinas de encadernação, arquivos e publicações.

Movimentado desde as primeiras horas, o instituto promovia aulas de português e literatura e prestava informações solicitadas de muitas partes do país; nele, “*se organizan actos y se cumplen reuniones de comisiones, asociados y alumnos y visitantes periódicos de paso por nuestra capital*”.²⁵⁰

A biblioteca, com seus 3.100 volumes, despertou interesse na sociedade. Segundo o levantamento apresentado no relatório trienal da Comissão, chegam a quase triplicar as consultas de livros de um ano para outro. Segundo levantamentos apresentados aos associados, com o aumento do número de livros e a implantação dos cursos pedagógicos, como veremos adiante, a circulação de livros intensificou-se e ocorria mesmo durante o período de férias. Ficou assim distribuído o uso da biblioteca, entre empréstimos e consultas de livros: em 1941, 651 volumes; em 1942, 1.523 volumes; e até outubro de 1943, 5.220 volumes.²⁵¹ Mas isso foi só o começo!

Um trabalho de propaganda intensa foi iniciado pelo ICUB, por meio de notas, impressos e telefonemas diretos aos ministérios públicos, a outros institutos semelhantes ao ICUB, às editoras, livreiros e personalidades do Uruguai e do Brasil que tivessem interesse em ajudar esse trabalho cultural. Em pouco tempo, o ICUB recebia de todos os lugares livros, folhetos, revistas, memórias científicas, entre outras publicações, dos ministérios (Saúde e Educação, Agricultura), do Itamaraty, do Instituto Nacional do Livro, de livrarias do Rio de Janeiro (A Noite) e de Porto Alegre (O Globo). Colecionadores particulares do Uruguai também começaram a fazer doações, além da Biblioteca Nacional e da Comissão Nacional de Cultura de Montevideú. A biblioteca passou a ser utilizada pela sociedade e não mais somente pela comunidade de alunos, professores e pessoas que circulavam com alguma função determinada no ICUB.

diplomáticos (embaixada e consulado) que funcionavam no Palácio Brasil já estão instalados em outros lugares, e as festas promovidas pela embaixada também não se realizam mais naquele local. O embaixador do Brasil tem um cargo honorário, mas não toma mais parte dessa entidade.

²⁵⁰ Memoria de la Comisión Directiva del Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño. TRES AÑOS (...). AH-ICUB, 1943. p. 21.

²⁵¹ Idem, ibidem.

Ampliou-se, dessa forma, a extensão dos serviços culturais do Instituto, que foram acrescidos sobremaneira, com a realização de concertos, conferências e exposições.

Os cursos começariam somente alguns meses após o registro jurídico do ICUB, mas as atividades culturais tiveram início já no mesmo mês de fundação, inaugurando uma trajetória intensiva que permeou toda a década de 1940.²⁵²

Quanto à situação financeira do Instituto, pode-se inferir, com base nos balancetes da entidade,²⁵³ que nos primeiros anos a entidade teve o apoio muito presente do Clube Brasileiro, na pessoa de seu presidente, Tufic Aclé, e de voluntários que compuseram sua primeira diretoria. Há um período intermediário em que comissão e funcionários administraram e, após 1943, a administração-geral passou a ser exercida pelo poeta e escritor uruguaio Cipriano Santiago Vitureira (1907-1977), sobre quem recairia boa parte das realizações de cooperação e intercâmbio cultural entre as comunidades de intelectuais brasileiros e uruguaios, como veremos no Capítulo 3.

São mencionados os empresários e as entidades que ajudaram na implantação do Instituto e, durante os primeiros meses, no primeiro balanço oficial apresentado aos sócios: Tufic Aclé (Clube Brasileiro) e Eduardo Couture (Comissão Diretiva); Sorocabana Soc.Resp. Ltda.; Instituto Nacional do Mate; Câmara de Comércio Uruguaio-Brasileira.

Quanto aos custos, o relatório contabiliza os aluguéis referentes às instalações do Instituto, como dívidas ao Clube Brasileiro, que haviam sido pagas parcialmente, ficando algumas parcelas restantes, somente liquidadas graças à contribuição do Departamento Nacional do Café, no Rio de Janeiro. A organização inicial do Instituto exigiu esforços financeiros extras e, pelo que consta no balancete da Instituição, o governo brasileiro teria se responsabilizado somente pelos custos dos professores e do diretor pedagógico, pois as necessidades de instalação, de compra de móveis e de infraestrutura foram custeadas por particulares, como já mencionamos.

As entradas provenientes das mensalidades dos associados eram pequenas, não alcançavam 10% dos custos. Ao final de três anos, já estavam circulando dezenas de

²⁵² Na realidade, a dinâmica cultural do Instituto seguiu por décadas, até os dias de hoje, apesar de significativas modificações que alteraram em parte os propósitos iniciais e a estrutura jurídica da entidade. Processos de mudanças que vieram ao longo de muitas administrações e muitas transformações da política cultural do Brasil em relação à América Latina.

²⁵³ Idem, p. 32-36. AH-ICUB.

peessoas, entre uruguaiois e brasileiros: membros ativos (comissão diretiva, alunos, conferencistas e professores) e a comunidade cultural no país, que aos poucos foi se agregando às atividades.

3.1.2 Villa-Lobos e Gilberto Freyre confirmam a força do novo instituto cultural

Mesmo sem ter ainda sede própria, o Instituto promoveu duas conferências, em 22 de agosto de 1940 e 25 de setembro do mesmo ano, que foram ministradas por dois integrantes da Missão Cultural Brasileira no Uruguai: o historiador e ensaísta gaúcho Moisés M. Vellinho e o jornalista mineiro, ministro do Tribunal de Contas da União (nomeado por Getúlio Vargas) e membro da Academia Brasileira de Letras, Ivan Monteiro de Barros Lins.

Vellinho apresentou um “Panorama da Literatura Brasileira contemporânea”, no salão de Atos da *Universidad de la República do Uruguay* e, no mesmo local, o ministro-acadêmico apresentou a sua tese, defendida por ocasião da posse da cadeira nº 1 da Academia de Letras, sobre o dramaturgo espanhol “Lope de Vega e o significado de sua obra”. Em agosto desse mesmo ano, realizou-se ainda o que foi denominado *Gran Exposición de San Pablo*.

Esses primeiros anos de atividades seriam marcados pela presença do maestro Heitor Villa-Lobos (Héctor, para os uruguaiois), em outubro de 1940, para uma apresentação musical e uma conferência nos salões da Universidade da República, oportunidade em que discorreu sobre o tema que mobilizava sua atenção naquele momento: o projeto de educação musical, implantado desde 1932 na rede de ensino pública federal, por determinação do governo Vargas.

O programa pedagógico que dava nome à conferência denominava-se “*La música al servicio de la educación cívico-social*”. Difundida por meio dos jornais locais e pelas emissoras de rádio, com respaldo do Departamento Cultural da cidade de Montevideu, a visita de Villa-Lobos mostrou as possibilidades de trabalho do ICUB e a sua aceitação no meio cultural da cidade.²⁵⁴ Villa-Lobos pertenceu à geração de músicos eruditos-modernos, tais como Camargo Guarnieri e Francisco Mignone, entre outros,

²⁵⁴ Por sua aceitação queremos dizer a de Villa-Lobos, cujas obras são até hoje reproduzidas por grupos musicais no Uruguai e também a do ICUB, que mostrou sua força logo de início, mobilizando um dos principais músicos da geração modernista.

que revalorizaram a cultura musical popular, incorporando o folclore rural e o cancionário popular às suas composições. Villa-Lobos teria um papel preponderante na nova concepção de educação musical, pós-reforma de Francisco Campos, o primeiro-ministro da Educação de Getúlio Vargas, especialmente na implantação dos corais orfeônicos nas escolas públicas, cujo forte conteúdo de caráter nacionalista na música era parte da estratégia de “renovação moral e cívica das massas através da música nacional” (PARADA, 2008, p. 176).

Desde 1932 no cargo de secretário de Educação Musical e Artística e responsável pela implantação do programa de cantos orfeônicos nas escolas públicas, Villa-Lobos viajou por inúmeras cidades difundindo os ideais de educação musical no Brasil como meio de transferência dos valores nacionais, reforçando valores de desenvolvimento de habilidades artísticas individuais e de solidariedade coletiva:

O canto coletivo, com seu poder de socialização, predispõe e indivíduo a perder no momento necessário a noção egoísta da individualidade excessiva, integrando-o na comunidade, valorizando no seu espírito a idéia da necessidade de renúncia e da disciplina ante os imperativos da coletividade social, favorecendo, em suma, essa noção de solidariedade humana, que requer da criatura uma participação anônima na construção das grandes nacionalidades. (...) O canto orfeônico é uma das mais altas cristalizações e o verdadeiro apanágio da música, porque, com seu enorme poder de coesão, criando um poderoso organismo coletivo, ele integra o indivíduo no patrimônio social da Pátria (VILLA-LOBOS, 1940 apud RIBEIRO, 1987, p. 87-88).

Essa seria a primeira das muitas vezes que Villa-Lobos se apresentaria no Uruguai. Ele chegaria à cidade alguns meses após ter sido criado o Instituto Interamericano de Musicologia, por iniciativa do alemão naturalizado uruguaio Francisco Kurt Lange. Em 1940, o músico Francisco Kurt Lange já atuava no Uruguai como membro do SODRE,²⁵⁵ instituição musical e radiofônica recém criada no Uruguai. Para o historiador Loque Arcanjo (2011, p. 140-215), estudioso de Villa-

²⁵⁵ Serviço Social de Rádio e Difusão Elétrica (Sodre) – instituição fundada em 1929, parceira do ICUB em diversas oportunidades.

Lobos, dado o caráter nacionalista de seu trabalho musical, Curt Lange²⁵⁶ teria tido a iniciativa de levar Villa-Lobos ao Uruguai, onde havia recém-inaugurado o Instituto Interamericano de Musicologia.

Nessa mesma oportunidade, Villa-Lobos apresentou-se nos palcos do SODRE para mostrar à sociedade uruguaia peças de sua autoria, de 1910 e 1920, e de compositores brasileiros. Por certo a comunidade musical do Uruguai já tinha conhecimento dos grandes concertos do maestro, e do trabalho que ele desenvolvia na formação de grupos orfeônicos nas principais capitais, às vezes com a presença de 20, 30 mil cantores vindos das escolas públicas. Toda a imprensa uruguaia saudou a apresentação do músico brasileiro como a mais alta expressão da nacionalidade brasileira.

Consagrado como compositor e como político responsável por uma nova visão da educação musical, pela opinião pública e especializada de Montevideu, Villa-Lobos foi contemplado, por diversas vezes, nas programações realizadas pelo Instituto. Com frequência, em parceria com entidades e instituições musicais do país, surgiram, como veremos adiante, grupos musicais do Brasil e mesmo do Uruguai, apresentando-se em Montevideu para a execução da obra de Villa-Lobos, patrocinados pelo ICUB.

No ano seguinte, 1941, já com sede própria, o ICUB realizou, a partir de abril, novas conferências, concertos musicais e mostras de arte com membros da Missão

²⁵⁶ O músico alemão Franz Curt Lange, depois Francisco Kurt Lange, ao se naturalizar uruguaio, foi o artífice do movimento musical denominado “americanismo musical”, que visava a integração musical e musicológica do continente americano (ARCANJO, 2011) e que no Uruguai, quando se radicou no período entre guerras, foi um campo fértil de desenvolvimento. Segundo Arcanjo (2011), um dos propósitos de Lange era criar instituições musicais, bibliotecas e discotecas que preservassem o rico acervo musical e musicológico das Américas, bem como publicações para registro e informações necessárias. Segundo suas pesquisas, o americanismo musical de Curt Lange alinhava-se às recomendações pan-americanistas, tendo ele sido, inclusive, um dos coordenadores da I Conferência de Relações Interamericanas no campo da música, em 1939. No Uruguai, esteve à frente da criação do Instituto Interamericano de Musicologia, em 1940, por recomendação da VIII Conferência Interamericana de Nova York e da I Conferência de Washington, da qual ele foi figura central (ARCANJO, 2011, p. 126). Curt Lange teria sido o responsável pela apresentação de Villa-Lobos no meio cultural norte-americano, diga-se pan-americano, do qual, a partir de 1945, Villa-Lobos seria grande frequentador. A ida de Villa-Lobos a Montevideu facilitou por certo a aproximação entre ele e Curt Lange, que por diversas vezes confrontaram-se diante do nacionalismo de Villa-Lobos e do americanismo de Lange. Para concretizar o seu projeto integracionista na música, seguindo a linha pan-americanista, Lange encontrou resistência em Villa-Lobos, no Brasil, que até 1944 recusou-se a se apresentar nos EUA. Somente a partir dessa data, Villa-Lobos começaria a contribuir dentro da concepção de integração musical nas Américas (ARCANJO, 2011, p. 140-215).

Brasileira, além dos artistas e de intelectuais uruguaios, que se incorporaram ao projeto da Instituição.

As atividades que marcaram a história do ICUB nesse ano foram a inauguração da sede própria do Instituto, no sexto andar do Palácio Brasil, na principal avenida de Montevideu, a 18 de Julho, nº 994, onde se encontra até hoje, além da inauguração da Biblioteca de Livros Brasileiros (5 de maio) e a visita do antropólogo pernambucano, Gilberto Freyre, para a conferência “Panorama atual da Cultura Brasileira”, em 29 de dezembro.

Para a inauguração das atividades culturais do Instituto, em 4 de fevereiro de 1941, o escritor, jornalista e diplomata Ribeiro Couto, juntamente com o presidente do ICUB, Eduardo Couture, deram as boas-vindas a todos, procedendo ao ato de abertura da biblioteca.

Em 4 de abril, para falar de Olavo Bilac, o poeta da *Via Láctea*, das *Sarças de Fogo* e da “Alma Inquieta”, o secretário do ICUB, jornalista-editor urguiaio da revista *Arte y Cultura*, José Pereira Rodríguez, foi convidado para uma conferência sobre o autor parnasiano. Autor de vários livros, entre os quais *Nuevo sentido da poesia gauchesca*, Pereira Rodríguez analisou os principais livros de Bilac, dando destaque para poesias e as relações com pessoas influentes de seu tempo, tais como Artur de Azevedo, Machado de Assis etc. Familiarizado com o autor e com escritores brasileiros, especialmente do Sul e do Sudeste, Rodríguez percorreu toda a obra de Bilac, desde *Panóplias*, o primeiro livro de poesias do autor, destacando de cada publicação algumas poesias para confirmar o que o Brasil já sabia sobre a natureza do autor e da sua popularidade romântica. Aristocratas, exóticos e humildes poderiam, segundo Rodríguez, frequentar e se identificar com as poesias de Bilac. E num misto de crítica literária e criatividade, também parnasiana, escreveu o conferencista analisando a última publicação do poeta:

Bilac acepta su destino; pero hay en el atardecer de sus días, ya aureolados por la inmortalidad, la “saudade” de las horas que pasaron en la plenitud del amor insatisfecho. Así confiesa en un magnífico terceto:

Lloro en este comienzo de vejez

Mártir de hipocrisía o de virtud

Los besos que no di por timidez (RODRÍGUEZ, 1943, p. 15).

No mês de maio, houve a inauguração da biblioteca (dia 5), e no final do mês o arquiteto uruguaio Jean Giuria foi chamado a fazer uma conferência sobre “A Arquitetura Religiosa de Minas Gerais”, com várias projeções de *slides*. “Viajante infatigável”, como era conhecido, o arquiteto uruguaio fez vários ensaios sobre arquitetura do Brasil, da Bolívia e de outros países.

Em junho, a musicista maranhense Maria de Lourdes Argolo, mais conhecida como Dilú Mello, violinista premiada dentro e fora do país, apresentou-se ao público uruguaio com o *Concierto de Ilustracion Cultural Folklorica – Cantos del Brasil*. Cantora assídua da Rádio Nacional, encantou o Brasil de Getúlio com as suas composições regionais, tais como “Fiz a cama na Varanda”, “Meu Cariri” e outras cem composições. Viajou por toda a América Latina (Uruguai, Argentina, Chile e outros) com a sua sanfona, mostrando as expressões musicais regionais de um Brasil pouco conhecido.

Em julho do mesmo ano, o ex-senador e ex-ministro da Educação de *José Batlle y Ordonez*, Enrique Rodríguez Fabregat, participou como conferencista em três encontros no ICUB, discorrendo sobre temas de seu interesse como político e intelectual uruguaio: *La unión da América por el espíritu (cultura autónoma y Universalidades Americanas)*; *Río Amazonas*, além de *Caminos y Ciudades de América*.

Fabregat, além de ministro de Estado, foi deputado e jornalista do *El Día*. Exilou-se no Brasil durante o golpe de Estado de Gabriel Terra e teve seu mandato de deputado cassado pela ditadura.

De setembro até dezembro de 1940, o ICUB promoveu uma variedade de encontros: o médico uruguaio Mariano Carballo Pou fez, em 17 de outubro, um relato de suas viagens em terras brasileiras intitulado *Reseña de um viaje al Brasil*, com projeções de *slides*.²⁵⁷ Já em 29 de outubro, o médico Américo Dentone discorreu sobre o *Aspecto económico del poder naval*, em 29 de outubro, no mesmo mês em que o Uruguai recebia uma Missão Cultural Brasileira integrada pelos brasileiros Rocha Lima, Carneiro Leão e por Jayme de Barros Gómes. Este último proferiu várias palestras sobre “A Política do Brasil na América Latina”, nos dias 4, 5 e 6 de dezembro desse mesmo

²⁵⁷ TRES AÑOS (...), ICUB, p. 23.

ano.²⁵⁸ O mesmo conferencista apresentou, ainda, nos salões do Clube Brasileiro, duas pesquisas de sua autoria sobre *La Poesía Brasileña*.

Com a inauguração e as atividades realizadas em parceria com o ICUB, o Clube Brasileiro passou a fazer parte da agenda social da cidade de Montevidéu. O Instituto encerraria as atividades de 1941 com um evento que mobilizaria parte significativa da sociedade montevideana, convidando para uma conferência o antropólogo Gilberto Freyre (1900-1987),²⁵⁹ que estava de passagem pelos países do Cone Sul, com a esposa.

Autor de clássicos como *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1935), o antropólogo pernambucano movimentou a comunidade de intelectuais pelas polêmicas que despertavam sua interpretação sobre a formação do Brasil, sobre as questões sociais, hábitos e costumes dos grupos sociais no Brasil colonial.²⁶⁰ Denominada *A Propósito da Política Cultural do Brasil na América*, sua conferência seria publicada na íntegra pelo ICUB naquele ano e, em 1943, seria transformada em um dos capítulos de sua obra *Problemas Brasileiros de Antropologia*, publicada pela Editora da Casa do Estudante do Brasil e depois pela José Olympio. A viagem a Montevidéu era parte de uma visita de observação de Freyre aos países do Cone Sul. Vários artigos foram produzidos durante esse percurso e publicados em jornais para os quais Freyre colaborava.²⁶¹

Seguindo o texto apresentado, Freyre fala sobre os desafios que os novos pesquisadores brasileiros enfrentavam para fazer uma nova interpretação sobre a formação do país. Parecia justificar, em parte, as controvérsias que envolviam seus escritos sobre a sociedade brasileira. Para ele, os novos intérpretes da formação brasileira eram desbravadores, uma vez que possuíam

²⁵⁸ Idem, p. 24.

²⁵⁹ Idem.

²⁶⁰ O historiador Edson Nery da Fonseca, bibliotecário e professor universitário reuniu em 2003, textos importantes de Freyre, tais como *Americanidade e Latinidade da América Latina* e os textos que ele teria escrito e publicado sobre as suas impressões de viagem ao Cone Sul. Viagem, como classificou o autor, de lua de mel e de estudos, “pois ele nunca separou o viver do escrever” (FONSECA, 2014, p. 8).

Se nos aproximarmos da documentação diplomática desse período, veremos que essa viagem fez parte de uma estratégia do governo brasileiro de enviar Gilberto Freyre para esses países da América (Uruguai, Paraguai e Argentina) com o objetivo de o autor fornecer subsídios para a elaboração de um plano de intercâmbio cultural naqueles países. Ver: Arquivo Gustavo Capanema, correspondências. Loc. CPDOC. GC. Série b. Freyre, G. MF, rolo 3, p. 393-436.

²⁶¹ No Paraguai, para onde seguiu após Montevidéu, o antropólogo utilizou o mesmo ensaio para proferir um discurso de agradecimento, em fevereiro de 1942 (FONSECA apud FREYRE, 2003, p. 35).

a preocupação pela história e os problemas do povo, em geral, e não apenas com a dinastia de classe, em particular; a preocupação pelo que sendo cotidiano é também característico, e não apenas o que é excepcional, pelo heroico, pelo extraordinário; o interesse pela História social, econômica e de cultura do Brasil e da América, e não apenas pelo passado político e militar da nação (...) (FREYRE, 1943 apud FONSECA, 2003, p. 36).

Apresentou seu ensaio como expressão de humanismo, americanismo, brasileirismo científico, pela coragem de reagir contra a ideia de desvalorização da natureza, do clima do homem dos trópicos, do ameríndio, do negro, do mestiço, do americano, enfim, de todo o determinismo que rondou o pensamento do final do século. Ideias e valores, segundo ele, passados aos nossos bacharéis e “doutores ingênuos” como modelos de pensamento. Desvalorizações da capacidade do homem dos trópicos em nome da ciência

a serviço de um arianismo pouco científico e principalmente pluto-político, interessado em dar sabor de ciência a quanta conclusão precipitada que se proclama desde o século VIII sobre a incapacidade dos povos tropicais, de cor e de sangue misturado, para a civilização moderna – a que só estariam aptos os povos brancos, e, por acidente, os capitalistas, mecanizados e donos do carvão e do petróleo do mundo (FREYRE, 1943 apud FONSECA, 2003, p. 37).

Freyre discorreu a respeito de um movimento brasileiro de humanismo científico que iria reunir em breve, no Rio de Janeiro, pesquisadores de toda a América Latina para um congresso de estudos ameríndios, que teria como objetivo articular pesquisas e preocupações da América inteira com o Brasil. Enfatizando que tal reunião iria mobilizar “(...) energias e valores, hoje dispersos, de todos os povos indo-americanos. E quem diz povos indo-americanos diz, em linguagem sociológica, a América por assim dizer total” (Idem. p. 39).

Seria a continuidade do Congresso Indigenista Interamericano, celebrado em Pátzcuaro, México, em 1940, e deveria resultar na elaboração de uma nova política cultural, não somente para o Brasil, mas também para os demais países da América.

Dentre as muitas reflexões de Freyre, os conceitos de americanidade, interamericanidade, expansionismo foram enfatizados complementando-se e

alinhavando um discurso político de construção de uma identidade ameríndia dos povos americanos.

A americanidade não é decerto um fenômeno ou uma condição biológica: sangue ou raça. Nem puramente geográfica. Longe de nós qualquer ideia de determinismo étnico ou geográfico. Qualquer mística ou religiosidade exclusivamente telúrica ou de raça. Não é preciso ter sangue ameríndio, falar guarani ou saber tupi para ser americano. Nem o simples fato de o indivíduo nascer na América fá-lo americano. Como fenômeno ecológico e condição sociológica, como um perfil novo da cultura no mundo, é que tanto a americanidade é tanto mais profunda onde assenta sobre a maior assimilação pelo americano não diremos de sangue, ou só de sangue, mas de valores morais e materiais do indígena integrado na natureza americana. Não de valores cenográficos (...), mas de valores vivos e criadores, capazes de desentranhar em novas realizações ou manifestações de vida e cultura pela combinação com os valores de outras origens. Valores íntimos e às vezes subterrâneos que, entretanto, esclarecem quando descobertos, esse mistério social às vezes tão sutil que é a individualidade cultural e psicológica de um povo, sua personalidade, seu caráter, sua potencialidade, seu élan, sua resistência a toda espécie de colonialismo ou imperialismo que pretenda descaracterizá-lo (FREYRE, 1943 apud FONSECA, 2003, p. 38-39).

O que Freyre quer mostrar é que a raiz ameríndia, traços particulares presentes no caráter, na subjetividade, na cultura do americano, confere aos povos da América, especialmente os que mais assimilaram os valores indígenas, maior autenticidade à sua condição de americanos. Ou seja, são mais americanos estes do que aqueles cuja civilização europeia repousa sobre o extermínio, a negação ou a desmoralização de valores indígenas (FREYRE, 1943 apud FONSECA, 2003, p. 40).

Enfatiza ainda o antropólogo que o elemento indígena, tenha sido ele bem ou mal aproveitado pelo colonizador europeu, às vezes quase exterminado, era a base das sociedades americanas cujas fronteiras nacionais “perdem suas cores mais vivas para empalidecerem em traços de caracterização apenas regional de zonas de maior ou menor influência europeia e africanas” (FREYRE, 1943 apud FONSECA, 2003, p. 41). Essa

consciência deveria ser levada em conta para o futuro das relações interamericanas, consagrada pela política e pelo direito evitando conflitos ou guerras civis.

Freyre previa mudanças no cenário mundial após o final da guerra, que atingiriam a América Latina. Para ele, novas formas de expansionismo, econômico e cultural, poderiam resultar das vitórias militares alcançadas e como consequência poderia surgir uma política de rígida uniformidade cultural de continentes inteiros sob a dominação dos povos vencedores. Restaria, então, segundo ele, aos povos americanos “opor-se, resistir unidos e conscientes da necessidade de defender valores comuns” e a diversidade, também presente na cultura dos povos (FREYRE, 1943 apud FONSECA, 2003, p. 44).

O sociólogo finaliza afirmando que, no Brasil, país cujo presidente unia sua visão política à visão sociológica, pensadores e pesquisadores brasileiros já haviam revisto as posições do passado, e vencido o “complexo de inferioridade do mestiço e do clima tropical” (FREYRE, 1943 apud FONSECA, 2003, p. 45). Acreditava que Getúlio Vargas teria todas as condições para liderar uma política cultural interamericana, pós-guerra, que fosse uma combinação da valorização da unidade e da diversidade da cultura do povo americano.

Finalizou sua conferência salientando que deveria fazer parte das preocupações do cidadão americano deixar de pensar dentro da ótica estreita do nacionalismo e do “rasteiro continentalismo político” e pensar em atingir um patamar de “inteligência articulada com um amplo americanismo cultural”, criador de novos valores, com deveres de lealdade recíproca baseada em interesses e destinos comuns (Idem, 1943 apud FONSECA, 2003, p. 41, 46).

Gilberto Freyre era capaz de “desagradar a si mesmo, pela plena liberdade de espírito”, como diria Fonseca (2003, p. 8), despertando polêmicas anteriores às suas posições políticas do final dos anos de 1940, quando ele alinhou-se com os conservadores da UDN e apoiou as saídas políticas mais esdrúxulas para os impasses do país (como o Golpe de 1964). Iberista, hispanotropicologia, lusotropicologia, “complexo de mestiçagem” são algumas de suas controversas expressões, a maior delas, sem dúvida, quanto ao conceito de “democracia racial”, que tantas consequências nefastas trouxe, durante décadas, para a compreensão e a identificação da real situação de desigualdade e injustiça a que sempre esteve submetida a população negra do país.

Longe de analisar a obra do antropólogo pernambucano, pretendemos trazer à luz o fato real que foi a ida do autor ao ICUB; embora já estivesse envolvido em polêmicas provocadas por suas posições intelectuais, apresentava-se como referência dos estudos sociológicos do Brasil. Procuramos demonstrar no detalhamento da conferência por ele proferida que, nos anos de 1940, conceitos como diversidade cultural, imperialismo cultural, fronteiras culturais, estreiteza nacionalista, e outros mais, eram articulados por ele para construir um discurso contra a homogeneização da cultura e de defesa da identidade americana, cujo substrato principal, comum a todos os povos da América, seriam as raízes ameríndias.

3.1.3 Inauguração do programa pedagógico. Conferências e visita de Di Cavalcanti

Em 1942, o Instituto preparava-se para inaugurar seus cursos pedagógicos. O governo brasileiro enviou para o Uruguai sua equipe pedagógica para elaborar esses cursos, formada pelo pedagogo Antonio Houaiss, por Ruth Marques Salles, Albino Peixoto, além de outros que mencionaremos mais adiante. Enquanto isso, novas atividades mobilizavam a atenção da sociedade uruguaia e da imprensa local. Nesse mesmo ano, realizaram-se vários encontros entre uruguaios e brasileiros, alguns vindos do Rio Grande do Sul, estado brasileiro que manteve uma intensa proximidade com o ICUB, desde a sua fundação.

Na sequência: em 25 de março, palestra do uruguaio Eduardo Couture sobre a temática “Brasil, país do Futuro”, de Stefan Zweig; em 25 de maio, discurso de despedida de José Pereira Rodríguez em homenagem ao diplomata Osvaldo Furst; em 20 de julho, o médico brasileiro Manoel Dias de Abreu desenvolveu o tema “*La ciencia al servicio del Panamericanismo*”; em 31 de julho, o diplomata Álvaro Teixeira Soares discorreu sobre “Modernas Tendências Literárias do Brasil”; em 6 de agosto, o ensaísta gaúcho Manoelito D’Ornellas, apresentou “*El cisne blanco del simbolismo, Alceu Wamosy, en el paisaje simbolista del Sur*”; discurso do Ministro de Instrução Pública, Cyro Giambruno, do embaixador Batista Luzardo e de Eduardo Couture, presidente do ICUB, além do prof. Albino Peixoto; em 10 de setembro, no Clube Brasileiro, Salvador Massón: “*Perfiles históricos de la Evolución Industrial Brasileña*”, com ilustrações; 17 e 18 de outubro, na sede do Instituto Cultural e no *Subterráneo de Exposiciones*, na avenida 18 de Julho, recepção à Embaixada Estudantil Brasileira integrada pelos alunos que haviam se beneficiado com bolsas universitárias: Amely Bocater e Daso de Oliveira

Coimbra acompanhados pelos professores Mello E. Souza e Carlos Portella; 30 de outubro, no Clube Brasileiro, o militar brasileiro José Aguiar: “*Evocación del Barón del Rio Branco*”. Comemoração de um fato histórico que é a conquista das águas do Rio Yaguarón pelo cruzeiro *Uruguay*, comandado pelo conferencista que era contra-almirante da Marinha brasileira; em 12 de novembro, no Clube Brasileiro, Juan Pou y Orfila: “*Un brasileño ilustre, el Dr. Aloysio de Castro, grande amigo del Uruguay*” (ORFILA, 1944); 24 de novembro, na sala da empresa General Eletric, na Avenida 18 de Julio, um festival de filmes brasileiros: “*Cine Brasileño. Pasaje de cintas ilustrativas para el alumnado del Instituto*”; em 3 de dezembro, no Salão de Atos da Universidade da República, houve o Grande Ato de Encerramento dos Cursos de 1942 e a homenagem ao Prof. Albino Peixoto, diretor pedagógico do ICUB. Houve discursos, recitais poéticos, corais e músicos, organizados pela Associação de Alunos Uruguaios (ACEBU); nos dias 5 e 6 de dezembro, na Cidade de Minas (Departamento de Lavalleja), houve uma homenagem ao Barão de Rio Branco. Vários atos por ocasião da inauguração do monumento erigido para celebrar o apreço dos uruguaios para com Rio Branco, denominado “*Canciller de la Paz de América*”, na Praça que leva seu nome; em 7 de dezembro, no Clube Brasileiro, Luiz Camillo de Oliveira Neto, dirigente da Casa Rui Barbosa no Rio de Janeiro, falou sobre a Biblioteca do Itamaraty, com ilustrações; em 11 de dezembro, no Clube Brasileiro, o cientista e diplomata Carlos Chagas Filho falou sobre os “Aspectos e Vultos da Ciência Brasileira”. com ilustrações; em 14 de dezembro, no Clube Brasileiro, o escritor, membro da Sociedade de Geografia Brasileira e da Academia Carioca de Letras, João Batista de Mello e Souza, desenvolveu o tema: “*El Rio Parahiba y su Historia*”, com ilustrações.

Desse relato de atividades, poderíamos destacar alguns pontos importantes: um deles é a chegada do professor Albino Peixoto ao Uruguai, para dirigir as atividades pedagógicas. Albino Peixoto foi recepcionado no Salão de Atos da Universidade da República, em 21 de agosto, mesma data em que os Programas de Cursos de Ensino de Português e de Literatura Brasileira estavam sendo inaugurados. Para termos uma ideia do que isso significava naquele momento para os dois países, estiveram presentes ao evento autoridades do governo uruaio e da diplomacia brasileira: Cyro Giambruno, Ministro de Instrução Pública, embaixador Batista Luzardo, Eduardo Couture, presidente do ICUB, entre outros.

Albino Peixoto era docente no Colégio de Friburgo, filiado ao pensamento de renovação na educação, movimento desencadeado no cenário da Revolução de 1930 por educadores signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Esse manifesto tinha à frente homens como Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Cecília Meireles, Roquete-Pinto, entre muitos outros, que viram a possibilidade, logo no início do governo de Vargas, de interferir na política educacional com vistas a democratizar o ensino de qualidade, público e gratuito no Brasil, bem como valorizar a educação como uma ferramenta de cidadania.

Para se entender a importância de Albino Peixoto na direção desse programa pedagógico no Uruguai e pensarmos a relação estreita que ele estabelecia com as diretrizes do governo Vargas, e com um compromisso de renovação na Educação, valemo-nos das reflexões do educador Dermeval Saviani a respeito. Em seu livro *O Legado Educacional do Século XX no Brasil*, Saviani afirmou que o Manifesto dos Pioneiros da Nova Escola apresentava-se como um instrumento político de um grupo de educadores que, desde os anos de 1920, vinham refletindo sobre a educação do país e que vislumbrara, com a instalação do novo governo de Getúlio Vargas, a possibilidade de interferir, dirigir, influenciar nas novas políticas educacionais do país.

O ensejo para isso se manifestou por ocasião da IV Conferência Nacional de Educação realizada em dezembro de 1931, quando Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, presente na abertura dos trabalhos ao lado de Francisco Campos, que se encontrava à testa do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, solicitou aos presentes que colaborassem na definição da política educacional do novo governo (SAVIANI, 2004, p. 34 apud CAMURRA; TERUYA, 2008).

Peixoto dirigiu a equipe pedagógica no Uruguai de 1942 a 1952, ampliando os cursos, estimulando a formação de grupos culturais (de música, teatro etc.), e grupos de alunos e professores, abrindo o espaço do Instituto para a sociedade uruguaia. Após sua permanência naquele país, Peixoto dirigiu-se ao Paraguai, onde coordenou as atividades da Missão Cultural Brasileira, naquele país. Desenvolveu durante 10 anos um programa pedagógico-cultural semelhante ao do Uruguai (NEPOMUCENO, 2012, p. 135-141).

Outro fato de bastante repercussão na imprensa no ano de 1942 foi a presença de uma das maiores expressões do modernismo brasileiro nas artes plásticas, o artista

Emiliano Di Cavalcanti, para duas mostras em Montevideu: 3 de novembro, no Subterrâneo de Exposições da Comissão de Cultura de Montevideu, teve lugar a “Mostra Di Cavalcanti”: *Ultimos aspectos de la Pintura Brasileña*; e outra mostra paralela no tradicional Salón Moretti. Não foi a única vez que Di Cavalcanti esteve no Uruguai.²⁶²

As matrículas dos cursos foram concorridas e tiveram de ser encerradas dez dias após a sua abertura (de 5 a 15 de agosto), para acomodar tantos interessados. Com uma aula inaugural, com a presença do Ministro de Estado da Instrução Pública e do Embaixador do Brasil, o presidente do ICUB, Pereira Rodríguez, e seu mais novo colaborador, Albino Peixoto deram as boas-vindas aos alunos apresentando um quadro informativo de funcionamento dos cursos (disciplinas, duração, sistemas de avaliação etc.) e o que significava para os propósitos de interação entre os países a concretização dos cursos pedagógicos.

Os cursos seriam destinados à preparação de professores de Língua Portuguesa e de Literatura Brasileira, pois havia naquele momento uma expectativa de que as disciplinas fossem incorporadas à rede de ensino público uruguaio. Explicou-se a divisão adotada entre alunos do curso de Iniciação e do curso de Aperfeiçoamento. Todos seriam diplomados pela Divisão de Cooperação Intelectual do Itamaraty, cujo ministro era Themistocles Graça Aranha, um diplomata que teve um papel relevante nas negociações do Brasil com o governo uruguaio, para que o país adotasse o ensino da Língua Portuguesa em suas escolas. Apresentados os professores, Ruth Marques Salles e Antonio Houaiss e o novo diretor pedagógico Albino Peixoto, Couture explicou sobre o sistema de funcionamento do Instituto, de uso ampliado da biblioteca, os materiais que seriam utilizados (livros da biblioteca e apostilas elaborada pelos professores), a estrutura do prédio com salas e oficinas de trabalho, capazes de atender, “sem tropeços”, a 24 grupos de alunos.

Para o semestre de agosto a novembro daquele ano (1942), seriam atendidos nove grupos de alunos, divididos em sete de Iniciação e dois de Aperfeiçoamento. Ao todo, seriam 380 alunos a participar do que eles denominaram de “*curso de ensayo: enseñanza del idioma portugués y literatura brasileña*”.

²⁶² Em 1955, o ICUB e a Comissão Nacional de Bellas Artes levaram ao Uruguai mais uma mostra de Di Cavalcanti. Catálogo publicado posteriormente pelo ICUB.

No ano seguinte, esse número triplicou, atingindo a capacidade máxima de atendimento das instalações do ICUB, com a ampliação de dois cursos: de Geografia Econômica e um Curso Intensivo para preparação de professores. Nesse ano (1943), formaram-se 21 grupos para os cursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, sendo 19 de Iniciação e dois de Aperfeiçoamento; além de um grupo para o curso de Geografia e dois grupos com aulas diárias e múltiplas (de maio de 1943 a fevereiro de 1944) para o Curso Intensivo. Total de 24 grupos com 1.080 alunos matriculados regularmente.

Para assistir às conferências do ano, registraram-se 360 pessoas, uruguaios na sua grande maioria. Outra inovação no ano de 1943 foram os chamados *Cursos de Verano*. Normalmente, a duração dos cursos era de três meses (de 15 de dezembro a 15 de fevereiro) e funcionava como uma nova modalidade de aperfeiçoamento do idioma, para quem já possuísse conhecimentos. No primeiro ano de funcionamento inscreveram-se 80 alunos uruguaios, que receberam aulas de Fonética, Gramática Brasileira, Literatura, Metodologia e Didática.

Para os cursos intensivos de preparação para professores do idioma português poderiam se inscrever aqueles que já tivessem contato com a língua, praticando ao menos o idioma usual, e aqueles que exercessem o ensino de algum idioma na rede oficial de ensino. Seriam inscritos e avaliados preliminarmente com exercícios escritos e orais e teriam que ser brasileiros, uruguaios ou de nacionalidade portuguesa, além de possuir residência estabelecida pelas leis oficiais.

Em 1943, o Instituto diplomava seus primeiros professores de idioma português juntamente com a Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, em número de 32 alunos (4 homens e 28 mulheres) e preparava-se para iniciar o ano letivo de 1944 com uma grade curricular ampliada, fruto de uma experiência de dois anos junto ao público interessado e uma equipe técnica pedagógica constituída por Antonio Houaiss, Ruth Marques Salles, Dalton Boechat e Walter Wey, dirigidos por Albino Peixoto.

Em 1944, o Instituto manteve os Cursos Regulares (1º, 2º e 3º graus); os Cursos de Formação de Professores; os Cursos Especiais de Literatura Brasileira, de História da Música Brasileira, Geografia Econômica do Brasil, História do Brasil, Latim e Crítica Literária. Os cursos regulares se destinavam ao ensino do português, sendo que o 3º

grau seria somente para os alunos que concluíssem o curso de aperfeiçoamento em 1943.

O Curso de Formação de Professores do Idioma Português teria maiores exigências, uma vez que a expectativa de esses professores servirem o governo uruguaio era grande. Os interessados teriam que ter formação acadêmica mínima.

A gaúcha Julieta Vitureira, aluna egressa da primeira turma de português, sobre quem falaremos em breve, secretariou durante 52 anos o ICUB, além de ministrar a disciplina de Latim. Em uma de suas últimas entrevistas ao jornal *El Observador*, em 1998, em Montevideu, ela afirmou que a procura para o aprendizado do Português era muito grande, desde as primeiras propagandas dos cursos. Afirmou: (...) *en 1940 el Instituto hizo un llamado a quienes tuvieron interés en aprender portugués. Esperábamos 30 personas y se presentaron 300.*²⁶³

A primeira avaliação da equipe pedagógica sobre o aproveitamento dos alunos nos cursos e sobre a repercussão dos mesmos perante a comunidade cultural do Uruguai era de que:

(...) *el pueblo uruguayo está preparado para recibir con amor la enseñanza extraoficial y oficial de los cursos en cuestión. Su voluntaria aportación lo demuestra. Segundo, que la enseñanza del idioma portugués en las aulas universitarias es ahora, superada la etapa de auténtica revelación popular, reconocida la necesidad y la oportunidad de su implantación, un problema de política cultural y de organización técnica, según lo definiera el Presidente de esa Comisión, en el reciente de iniciación de los cursos.*²⁶⁴

No mesmo relatório, a comissão diretiva acreditava que as condições estavam dadas para que se chegasse à implantação definitiva dos cursos de Português nas escolas da rede oficial de ensino:

²⁶³ *El Observador*, 11 out. 1998. p. 5.

²⁶⁴ Tres años de Intercambio Cultural Uruguayo-Brasileño. 1940-1943. *Memoria de la Comisión Directiva del Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño*. Montevideu: ICUB, 1940-1943. p. 1-35.

Todos os cursos tinham ao final de cada módulo uma avaliação que compreendia exames escritos e orais. O índice de reprovação nos cursos de iniciação não era pequeno (média de 43%), e a dificuldade maior era na escrita, cuja reprovação chegou a 15% contra 10% de reprovação nos exames orais. Nos cursos de aperfeiçoamento, o índice de aproveitamento era maior. Houve uma média de 32% de reprovação, sendo que, nesse nível, a dificuldade maior dos alunos, apontada pelo índice de reprovação, era na oralidade (Idem, p. 28).

(...) *Y respecto a la oportuna publicidad de la opinión de nuestra Asociación, en relación con la implantación oficial de la enseñanza del Idioma Portugués en los liceos, ha sido dicha la palabra necesaria, acordó con las inspiraciones de la institución, en el mencionado acto.*²⁶⁵

3.1.4 Cecília Meireles emociona e cria vínculos. A visita da poeta brasileira a Montevideu, em 1944

*A tus palabras antiguas
Las dejé todas, déjelas
Al lado de mis cantigas
Dibujadas en la arena*²⁶⁶

As índias já eram poetas. Falavam com o deus do amor e conversavam com a lua. (...) depois vieram os negros escravizados e fizeram a poesia total, cantada, dançada, rezada (Cf. MEIRELES, 1944).

Essas foram as primeiras ideias desenvolvidas por Cecília Meireles sobre a história da poesia brasileira, em junho de 1944, ano em que o ICUB recebeu a consagrada poeta na capital uruguaia e promoveu atividades com a sua participação.

Cecília Meireles permaneceu vários dias em Montevideu e proferiu duas palestras sobre a poesia e os poetas brasileiros, além de ter conversado informalmente com grupos de intelectuais que a acompanharam e com senhoras uruguaias, em um encontro social no Clube Brasileiro. Na primeira delas, proferida na Universidade da República, dia 20 de junho, Cecília Meireles discorreu sobre o tema “Lirismo Popular Brasileiro” e, no dia 23, proferiu uma segunda palestra no Clube Brasileiro, a convite do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, oportunidade em que falou sobre a geração modernista dos poetas brasileiros: “Poetas Brasileiros Contemporâneos”.

²⁶⁵ Idem, p. 30.

²⁶⁶ Estrofe nº 1 de *Modiña*, da série de poemas de Cecília Meireles, escrita em 1942, e declamada por uma das alunas do ICUB, Elvira Maria, no momento que antecedeu a palestra “Poetas Brasileiros Contemporâneos” proferida pela autora, em Montevideu. Jornal *El País*, 26 jun. 1944.

O Jornal *El País* informou, como os demais periódicos da capital uruguaia, a conferência proferida pela poeta Cecília Meireles, no Clube Brasileiro, com os comentários e impressões do jornalista, em diversos trechos.

Antes de referir-se à geração de poetas contemporâneos, com os quais demonstrou familiaridade, Cecília Meireles estimulou um percurso literário, retrospectivo, cuja finalidade era mostrar a origem dos nossos poetas, desde os primeiros habitantes nas terras brasileiras. Falou sobre a poesia dos indígenas, poetas originários, e satíricos, pois (...) *comparaban a sus compañeras con las lindas serpientes que se dibujan por el suelo jade y coral*". Em seguida, falou sobre a poesia completa dos negros escravizados, uma junção da poesia cantada, dançada e rezada.²⁶⁷ Discorreu sobre a multiplicidade de técnicas poéticas e de temas da poesia colonial, sobre a ligação com a natureza por onde "*los pensamientos y los sentimientos navegaron mientras Portugal y Brasil*". Depois de passar pelo romantismo e pelo parnasianismo, onde os poetas, de tanto viajarem em pensamento ou geograficamente pela Europa, modificaram a paisagem real e criaram um ambiente lírico ideal,

fue la grande época de Samain, Verlaine, Baudelaire, de jardines con surtidores, de balaustradas de mármol; todo se hizo leve, ideal, aéreo: no hubo más mujeres, hubo damas de castillos y colombinas; no más hombres, hubo príncipes, pajes, arlequines y pierrots; no hubo más aire, hubo voluntas de cigarro o de perfume oriental; no hubo más nada de las cosas positivas de la tierra: hubo sombras, cenizas, neblina, el mundo se apagó, vivió de ojos cerrados, abstractamente (El País, 1944).

Em seguida, Cecília Meireles passou a apresentar a poesia de sua própria geração. Falou sobre os poetas rebeldes que se rebelaram contra as influências estrangeiras e deixaram a liberdade entrar pelos versos e estrofes afora:

A tal respecto, recordó que vino, al fin, otra raza de poetas rebeldes y menos angélicos que los románticos, y agregó, de inmediato, que, muy instruidos en poesía, ellos se dispusieron a reformarla definitivamente. Manifestó, después, que esos poetas renunciaron a todas las influencias extranjeras, y que despreciaron todas las

²⁶⁷ Jornal *El País*, 24 jun. 1944. Conferencias – Sobre “Poetas Brasileños Contemporáneos” dio una conferencia Cecília Meireles.

conquistas del verso culto – y, más que eso, del lenguaje culto; y estableció, por otra parte, que la perfección no tuvo ninguna posibilidad de éxito, para esa horda renovadora, que pidió escandalosamente a la vida, la vida, con todas sus imperfecciones, muy imperfectas. Descubrió, luego, ante el público, la interioridad destructora de la forma poética que el movimiento modernista asumió en Brasil; hizo ver, además, que, entonces, se desdeñaron las normas del verso, el ritmo, la rima; mostró, también, cómo una profunda aura de libertad de expresión entró por las estrofas; y sostuvo, a la vez, que se deseó “llegar al punto central, íntimo, de la obra de arte sin tránsito por lo que es invención estética y delicia formal”. Todavía, afirmó que, en relación con el Brasil, la geografía, la etnografía y la historia entraron a fecundar la creación poética, el alma de ese tiempo; comentó, por lo tanto, esos tres aspectos fundamentales de época tan poderosa en la literatura y la poética brasileñas; aludió, asimismo, a la revolución modernista, allá por 1920; y, en ese sentido, aseguró, a continuación, que ella fue la primera floración total de un sentido nacional de Brasil, la conciencia de un pueblo con sus heroísmos, sus tres razas, y sus economías, y que, de ella, participaron los mayores nombres de las letras de entonces. Por fin, insistió sobre el carácter particularísimo del modernismo poético brasileño – “El programa revolucionario llegó a ser establecido con minucia: en el dominio sentimental, permitió el lirismo a la manera de los trovadores populares: un amor inmediato, sin perplejidades metafísicas; en el plano verbal, se consintió el lujo de las palabras africanas o amerindias, que eran música y secreto: ingonos, banzos, ganzás, atabaques, tiépirangas, pussangas (...).²⁶⁸

Ao final de sua conferência, ainda segundo *El País*, Cecília Meireles discorreu sobre os escritores, poetas e contistas que estariam, naquele momento, marcando o perfil dos intelectuais da geração literária contemporânea brasileira. Falou sobre as muitas habilidades artísticas de Mario de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Jorge de Lima, Ribeiro Couto e outros:

(...) Cecília Meireles se refirió, escuetamente a los valores más representativos de la misma, informando sobre el período de

²⁶⁸ Idem.

decantación en que algunos quedaron rezagados y otros fueron dejando asomar, por dentro de sus actitudes de relación, la mejor obra actual, y leyendo numerosos y escogidos trozos poéticos. Entre esos valores más representativos, citó, entonces, a Manuel Bandeira – de poderosa personalidad y desgarrado lirismo; a Mario de Andrade – musicólogo, crítico, creador de vocabularios, multánime, fuerte, y, aún, hoy, con una posición directriz muy apreciable – poeta cuyos versos estaban impregnados de leyenda popular y gracia folklórica, y, otros, “con musica propia”; a Ribeiro Couto, “penumbrista”; y a Jorge de Lima, el autor de la conocida “Essa nega Fulo”. Y, para concluir, estudió a Carlos Drummond de Andrade – exponente de un escepticismo que llegaba a una desnudez árida –, y a los jóvenes Oswaldino Marques – creador verdadero –, y Cabral de Melo Neto, espiritualísimo y de difícil sentido irreal (El País, 26 jun. 1944).²⁶⁹

A passagem de Cecília Meireles por Montevideu inspiraria por muito tempo críticos, escritores e jornalistas uruguaios a escreverem sobre as produções poéticas e sobre os principais movimentos de transformação da Literatura Brasileira. A poeta passou a se corresponder com escritores uruguaios, como Esther de Cáceres e Gastón Figueira e Cipriano S. Vitúreia, e ser objeto central de publicações literárias. O ICUB inaugurou a sua Colección Literária com *La Poesía de Cecília Meireles. Memoria casi angustia en su voz y en su ausencia*, livro escrito por Cipriano S. Vitúreia (1965), e, do mesmo autor, um estudo de três poetas brasileiros *Manuel Bandeira. Cecília Meireles. Carlos Drummond de Andrade. Tres edades en la poesia brasileña actual*.²⁷⁰ Publicações sobre as quais falaremos no próximo item.

3.1.4.1 Encontro de poetas

²⁶⁹ Disponível em: <<https://quotaction.wordpress.com/2010/09/08/resumo-de-conferencia-de-Cecilia-meireles-em-montevideo-22-06-1944-autores-brasileiros-contemporaneos/>>.

²⁷⁰ VITUREIRA (1952). ACEBU – Associação Cultural Estudantil Brasil-Uruguai.

Figura 4 – Livros sobre a poesia de Cecília Meireles escritos por Cipriano Vitureira (ICUB).

Decorrente do dinamismo demonstrado pelo ICUB, tanto no desenvolvimento das atividades culturais como em relação ao aumento de procura por cursos, o Instituto intensificou o trabalho de intercâmbio de livros entre os dois países, a versão de livros para o espanhol e a tradução de publicações em língua espanhola para o português. Poderíamos dizer que, em torno dos livros, fossem eles para uso pedagógico ou não, criou-se um grande campo de interesses também por parte dos autores uruguaios da época, que perceberam naquele espaço uma oportunidade de desenvolver suas pesquisas sobre a produção literária do Brasil. Essa foi outra modalidade de participação, movida pela independência cultural de escritores e por visões que buscavam inserir a literatura do Brasil dentro de um projeto estético político da América Latina. Falamos dos escritores uruguaios Cipriano S. Vitureira e Gastón Figueira.

Vitureira era um intelectual, escritor e poeta antes mesmo de iniciar suas atividades no ICUB. Esteve à frente da administração do Instituto desde os momentos inaugurais, em 1941, e lá permaneceu até 1977, quando veio a falecer. Sua participação está registrada desde os primeiros balanços, as primeiras atas, os primeiros encontros culturais, os primeiros cursos oferecidos pelo Instituto. Mas não era um burocrata. É atribuída a sua capacidade de articulação entre o Instituto e o meio cultural, grande parte das realizações daquela instituição, bem como a sua visão de intelectual comprometido socialmente com o papel que aquela instituição poderia desempenhar nas políticas de cooperação dos dois países.

Cipriano Vitureira já trilhava os caminhos da literatura e da arte, tendo publicado vários livros de poesia e prosa e ganho prêmios como crítico de arte (Prêmio de Honra do Concurso Municipal de Críticas) pelo trabalho que desempenhou no 1º Salão Municipal de Artes Plásticas, em 1940.²⁷¹ Seu primeiro livro enquanto membro do ICUB foi trabalhar a obra gráfica do artista Adolfo Pastor, artista uruguaio que ilustrou e criou logotipos para as publicações do ICUB (*El Dibujo de Adolfo Pastor*, 1943); *El Aire Unanime*, 1943, livro de poesias; e *Oceano*, 1943, com o qual ganhou o prêmio municipal de Instrução Pública. Vitureira inaugurou a Coleção Literária “América Joven”, patrocinada pelo ICUB, escrevendo sobre *La Poesía de Cecília Meireles. Estudios y Antología* (VITUREIRA, 1965).

O escritor havia acompanhado Cecília Meireles durante seu itinerário cultural em Montevidéu, em 1944, e escrevera artigos nos jornais sobre essa passagem, mas somente publicou sua pesquisa sobre a obra de Cecília Meireles em 1965, 25 anos após a fundação do ICUB, quando apresentou uma conferência nas IX Jornadas Internacionales de Poesia. Com o título: *Cecília Meireles: memoria casi angustia en su voz y en su ausencia*, Vitureira fez a versão em espanhol de quase todas as poesias do livro. Inicialmente, ele rememora a passagem da escritora em Montevidéu, como um acontecimento que teria marcado a visão de muitos que estavam, naquele momento, se aventurando nas trilhas da poesia.

Confieso que me unía a Cecília Meireles una lámina ancha de cariño, que era a la vez emotiva solicitud ante su fortaleza íntima y ante su absoluta tristeza fundamental, de la que tenía cierto pudor en sus ojos, tristeza que se posaba apenas en su extraña y dulcísima sonrisa sobreviviente. La conocimos y tratamos en el Palacio Brasil de ésta, hace aproximadamente veinte años, primero cerca, como hermana; después como conferencista lúcida. Alta, limpia, esbelta, con cierto tono aceituna que la hacía particularmente hermosa; el perfil fino, angélico; la palabra segura y enérgica no exenta la cordialidad. En su disertación, cumplida de pie, fue más visible esa compañía y correspondencia que había entre su mirada, y su sonrisa.

²⁷¹ Publicações anteriores a 1941, ano em que passou a colaborar como administrador e mediador cultural no ICUB. Poesia: *La Siesga del Musgo*, 1927; *Libro de Pausas*, 1934; *El Libro de Susana*, 1940. Prosa: *Arte Simples*, 1937; *1º Salão de Artes Plásticas (AIAPE)*, 1940; *El Exemplo de Antonio Machado*, 1940 (poeta espanhol).

Nos habló entonces de la poesía brasileña de nuestro tiempo. Justa y ordenada, fuerte y sutil, quienes la escuchamos sólo supimos quererla, además de admirarla. Y a todos – digámoslo desde ya y con clara emoción – Cecília nos llevaba consigo.

Quizás se poblaba de humanidad sensible. Porque su medida de universalidad – la que veremos enorme en su verbo – esa hondura de soledad que la destinó, desde antes de nacer, al oscuro conocimiento y frecuentación de la muerte y de su totalidad incógnita pero actuante o verdadera (...) tenía necesidad inmediata, para equilibrarse, de la ternura de la vida en todas sus dimensiones.

Canción, Cantares, Angustia, Memorias, Pastoril, Mar Absoluto, Vaga Música, todas as séries poéticas de Cecília eram interpretadas por um outro poeta e crítico, para quem as classificações da crítica literária do Brasil sobre a obra de Cecília Meireles pouco acrescentavam à grandeza de seu trabalho. Neossimbolista, parnasiana ou modernista eram terminologias que em nada facilitariam o entendimento da poesia de Cecília Meireles.

Ler Vitureira falando de Cecília Meireles é testemunhar um encontro de poetas, permeado por simbologias e construções imagéticas, comuns ao universo lírico dos dois poetas. São incontáveis os textos de crítica que Vitureira escreveu e publicou em diários e revistas brasileiras e uruguaias, sobre Cecília Meireles e demais escritores, como também sobre as mostras de artes plásticas realizadas sob o patrocínio do ICUB: mostras dos gravadores brasileiros, Osvald Goeldi e Iberê Camargo; artistas contemporâneos brasileiros e tantas outras além de livros de artistas e escritores, que ajudou a resenhar ou a verter para o espanhol. Em 1952, escreveu *Sentido humanista de la Pintura Brasileña Contemporánea; Manuel Bandeira, C. Meireles y C. Drummond de Andrade, tres edades en la poesia brasileña actual*, 1952; *La Poesía de Jorge de Lima*, 1963.

Esteve ao lado dos principais visitantes brasileiros, mantendo, mesmo após a partida deles do Uruguai, contatos que avançaram no tempo e se transformaram em um fluxo de correspondências, lócus de interações que se seguiram por anos, por exemplo, com Portinari, Manuel Bandeira, Cecília Meireles e Graciliano Ramos.

Em 1947 e 1949 escreveu vários textos sobre a arte de Portinari. O pintor havia se auto exilado no Uruguai em 1947, após as eleições no Brasil, e durante o tempo que

lá ficou, cerca de um ano, onde fez exposições, conferências e produziu duas de suas obras principais desse período, *Mulher e Criança* (1948) e a *Primeira Missa* (de 1948). No ano em que chegou, proferiu uma palestra denominada A Arte Social, tema que estabelece a relação entre a sua pintura e a militância política.²⁷² A tela *A Primeira Missa* foi exposta no Teatro Solis, em Montevidéu, numa mostra promovida pela Comissão de Belas-Artes do Uruguai, em 1947.²⁷³ Participou de uma mostra coletiva em Montevidéu de 35 litografias brasileiras. Voltou em julho de 1948 ao Brasil. Em 1949, Cipriano Santiago Vitureira lançou o livro *Portinari en Montevideo*, patrocinada pela Comisión Nacional de Bellas-Artes, em setembro de 1947, além de ter sido o curador da mostra individual de Portinari de *Monotipos y Dibujos*, na Galeria Este, em *Punta del Este*, em março de 1949.

3.1.4.2 Cipriano Vitureira: dirigente e articulador do ICUB. Compromisso com uma América Latina unida e solidária

Cipriano Vitureira ocupava a posição privilegiada de secretário (administrativo e cultural) do ICUB, além de pertencer à Associação de Intelectuais, Artistas, Jornalistas e Escritores do Uruguai (AIAPE), uma entidade civil cujo tema era *pela defesa da cultura* e que reunia, segundo Santiago Vitureira,²⁷⁴ seu filho, um núcleo de intelectuais “*de izquierda, antigolpistas, antifascistas, antifranquistas, socialistas, cristianos, comunistas*”, entre outras tendências do campo socialista.

A sua visão de integração cultural ia além da troca de bens simbólicos representativos de cada nacionalidade, mas era algo que tinha a ver com o *acercamiento* profundo das tradições, das origens, do pensamento entre os povos. Em 1945, quando foi lançada no Uruguai e na Argentina uma revista em homenagem ao centenário de Rio Branco, Cipriano assinou um artigo sobre *El Intercambio Cultural entre Uruguay y Brasil*,²⁷⁵ expondo sua visão sobre o trabalho já realizado naquele instituto de cultura. Afirma, primeiramente, acreditar na cultura, não exatamente :

²⁷² Em Buenos Aires, expôs suas pinturas no Salão Peuser, em 1947, e foi aclamado em um momento especial na Argentina, quando Perón iniciava seu primeiro mandato presidencial. Novamente, reafirmou A Arte Social no centro de Estudantes de Bellas-Artes, nesse mesmo ano.

²⁷³ A Mostra de 1947 de Portinari teve na abertura o presidente da República, Luis Batlle Berres.

²⁷⁴ ENTREVISTA de Santiago Vitureira, filho de Cipriano Vitureira, à autora, nov./dez. 2013.

²⁷⁵ VITUREIRA, Cipriano. *El Intercambio Cultural entre Uruguay y Brasil*. Revista *El Barón de Rio Branco. Figura Continental 1845-1945*. Montevidéu: Editora Toda América, 1945, p. 4-5.

en un sentido limitado – suma de conocimientos, títulos universitarios, obra expresiva, etc. – no en la cultura ‘reconocida’, objetiva, cristalizada diríamos, cuyos méritos no se disminuyen si se relaciona con la cultura madre, con la cultura base, con la buena tierra de la cultura que está en el alma humana y es en verdad una armonía entre la conciencia y la vida, entre la pureza de espíritu y la prueba severa de la existencia. Solo precisamente cuando aquella cultura de expresión – arte, ciencia, industria, etc. – se halla consubstanciada íntimamente con esa fundamental que pasa por los pueblos, aún por los que se hallan en aparente estado de ignorancia, solo entonces aquella cultura los es realmente porque refleje eternas formas y apetencias del hombre absoluto, del hombre importante en la sencillez de sus leys, en la claridad de sus sueños”.

(...) El acercar los pueblos tan distintos y complementários culturalmente, es sin duda ir preparando el hombre del futuro, la seguridad de una armonía mayor y de una paz definitiva como la que Rio Branco mediera sobre el continente y que Rodó soltara como una paloma desde su ternura.

Vitureira fez um balanço geral das atividades do ICUB mostrando que não somente os cursos já tinham deixado saldos muito positivos (3.500 alunos e 68 professores aptos a ensinar o Português), como também as conferências com intelectuais uruguaio e brasileiros, intercâmbios universitários, recepções as missões culturais do Brasil, recitais e demais atividades de extrema qualidade, além de uma biblioteca em crescente formação, tudo indicaria que esse espaço de trocas e convivências já havia sido criado:

(...) esa sombra viviente que se agita con simpática permanencia, con imperiosa curiosidad en los pasillos y en las aulas del Instituto es la sombra de un cuerpo, mayor y luminoso de una esperanza, amplia y delicada, todo eso que hemos definido como auspiciosamente feliz, como realidad íntima desconocida pero valedera, pero la hermandad humana de esos dos pueblos intensos y tiernos todavía, en medio de la zozobra de los días de prueba que vivimos.(VITUREIRA, 1945).

Em 1956, no catálogo da mostra Pintura Brasileira Contemporânea, realizada pelo ICUB juntamente com a Comissão Nacional de Belas-Artes e Sociedade Amigos da Arte, de Montevideu, Vitureira fez nova retrospectiva das atividades do ICUB desde

a sua fundação: os cursos haviam-se ampliado com novas modalidades temáticas como Música e Folclore Brasileiro e os cursos de Português e Literatura, História e Geografia já estavam solidificados, além dos cursos de Conversação e de Verão, que continuavam a ser ministrados regularmente. As concessões de bolsas para os intercâmbios universitários e entre intelectuais prosseguiram, as associações de alunos dos cursos do ICUB e professores formados pela instituição (ACEBU e AUPI) continuavam à frente de muitas atividades, inclusive na participação de congressos internacionais (Música e Folclore), e o ICUB já possuía uma produção própria de livros, folhetos, catálogos, conferências, resultado de uma mobilização de esforços intelectuais entre as comunidades culturais do Uruguai e Brasil. Para os intercâmbios, o destino preferencial dos uruguaios era o Estado do Rio Grande do Sul, pela proximidade geográfica e cultural. Criou-se o Club de Música do ICUB, cujos componentes desenvolviam temas e composições brasileiras e movimentavam uma intensa agenda na cidade.

Figura 5 – Catálogo da Mostra de Portinari em Montevidéu, 1947. ICUB.

Sobre as mostras de arte realizadas até os anos de 1950 pelo ICUB, Vitureira destacou apenas as de maior repercussão, sendo três de Cândido Portinari, duas de Di Cavalcanti, individuais dos artistas gravadores Osvaldo Goeldi, de Lívio Abramo, de Aldemir Martins, Fayga Ostrower, Ligia Pape e Marcelo Grasmann, esculturas de Mario Cravo; exposição de fotografias das obras de Aleijadinho, além de mostras de artistas uruguaios (Maria Freire e José Costigliolo, e acervo do Ateneu), que o ICUB organizava no local e no Brasil, em várias capitais, com o apoio da embaixada brasileira.²⁷⁶

²⁷⁶ Não somente os técnicos e os conferencistas circulavam por outros países da Região do Prata, como também os artistas com suas mostras de arte. Segundo os trabalhos de Raquel Paz dos Santos (2012)

Como crítico literário e de arte, Cipriano Vitureira foi responsável pelas conferências que normalmente ocorriam na abertura das mostras, escrevendo, inclusive, os textos para catálogos e resenhas para a imprensa. Naquele ano em especial, Vitureira registrou a ocorrência de 16 eventos culturais abertos à participação pública: seis conferências literárias, cinco de ciências, uma de música e quatro exposições (uma nacional e três brasileiras), todas com ampla divulgação na imprensa local.

3.1.4.3 Gastón Figueira e os poetas brasileiros contemporâneos

O uruguaio Gastón Figueira (1905-1999) foi um dos escritores pioneiros dos estudos literários brasileiros no Uruguai. Tem livros escritos desde 1921, mas passou à margem da chamada Geração 45, um núcleo de literatos do qual participaram Juan Carlos Onetti, Mario Benedetti e outros. Nem por isso deixou de produzir. Seu interesse pelo Brasil o aproximou do ICUB e de escritores brasileiros com os quais manteve contato constante. Verteu para o espanhol produções de vários autores brasileiros, tais como os poetas Cecília Meireles, Murillo Araújo e Jorge de Lima, entre outros. À lista de ensaios, resenhas e livros sobre a Literatura Brasileira somam-se às conferências realizadas no ICUB, em várias oportunidades sobre temas específicos. Citamos algumas conferências: *Nuevas Expresiones de la Poesia del Brasil*, publicada pelo ICUB em 1950, livro em que o autor faz uma distinção entre o que exatamente significa o modernismo na literatura do Uruguai e Brasil;²⁷⁷ a conferência sobre *Poesia Folklórica Brasileña* coincide com a época em que o sociólogo brasileiro Paulo de Carvalho Neto estava indo para o Uruguai, onde desenvolveu um intenso trabalho de pesquisa sobre folclore uruguaio. Muito provavelmente houve contato entre eles, pois o espaço de circulação, o ICUB, era comum aos dois. Suas pesquisas sobre esse tema buscavam localizar a poesia nas cantigas folclóricas, regionalistas e para tal procurou entender os universos étnicos e regionalistas do Brasil: *canciones de cuna, rondas de niños, cantares religiosos, cantares del folklore negro, cantares humorísticos*, entre outros. A conferência foi publicada pelo ICUB em 1959. Em suas viagens pela América Latina, Cecília Meireles nunca escondeu sua preferência pelos uruguaios. Dizia: os uruguaios herdaram o sangue português, por isso são mais líricos, e os argentinos, a dramaticidade

sobre a Argentina e minha própria pesquisa no Paraguai (2012), muitos dos artistas que estiveram no Uruguai expuseram seus trabalhos também na Argentina e no Paraguai.

²⁷⁷ FIGUEIRA, Gastón. *Nuevas expresiones de la poesia del Brasil*. Montevideu: ICUB, 1950.

do espanhol. Eles podem ser cortesões, mas não ternos.²⁷⁸ Correspondia-se constantemente com Cipriano Vitureira, de quem já falamos, e com Gastón Figueira. Sobre ele, Cecília Meireles afirma:

Gaston Figueira é muito conhecido no Brasil, e muito estimado, porque tem traduzido com carinho inúmeros poetas brasileiros, e até prepara edições resumidas de alguns para uma Editora dos Estados Unidos. Isso de um lado, intelectual e interesseiro. Pelo lado desinteressado, Gastón Figueira é um poeta para quem a poesia parece ter uma finalidade moral de compreensão e solidariedade humana (MEIRELES, 1998, p. 110).

Gastón Figueira publicou diversos outros livros sobre o Brasil e autores brasileiros: *Ciudad de Ágata y de Sol*, Rio de Janeiro (1956); *Donde canta el sabiá. Ensayos literarios brasileños*, ICUB, 1966; *Estrellamar (carta carioca a Schahrazada)*, 1958 (inclui quatro livros do autor), entre outros.

3.1.5 José Lins do Rego: um diplomata a serviço da palavra corajosa

Em sua visita ao Uruguai e à Argentina, em 1944, em missão oficial, o escritor e diplomata paraibano José Lins do Rego foi escolhido para ser o representante da Missão Cultural Brasileira junto à comunidade de intelectuais daqueles países.

O autor de *Bangüê*, *Menino do Engenho*, *Doidinho* e de dezenas de outros títulos proferiu três conferências sobre a Literatura Brasileira, mas não falou de sua própria obra. Discorreu sobre as tendências do Romance Brasileiro e, nos dias posteriores, dedicou-se a analisar as obras de Raúl Pompéia e de Machado de Assis.

²⁷⁸ MEIRELES APUD SILVA, 2009, p.138.

Figura 6 – José Lins do Rego (de óculos à direita) e a Missão Cultural Brasileira em Montevidéu, 1944.

Da esquerda para a direita, diplomata uruguaio Eguy Velasco.

Entretanto, talvez levado pelos últimos acontecimentos no Brasil, quando a Associação dos Escritores Brasileiros, à qual pertencia,²⁷⁹ estava se articulando contra a falta de liberdade de expressão imposta pelo governo, José Lins do Rego, ao se apresentar para a comunidade cultural dos dois países, deu ênfase especial à necessidade de os intelectuais refletirem sobre a função da Literatura e assumirem compromissos sociais. Bem anterior àquele momento, Lins do Rego já havia expressado essa preocupação ao escrever *O dever do Homem das Letras* (1935) e *Por que escreves?* (1941) (BRAGA-PINTO, 2005), juntando-se ao coro de outros escritores brasileiros também preocupados com a circulação de suas ideias. Essa visão o tornava um diplomata diferenciado, independente nas palavras e ao mesmo tempo cuidadoso no seu ofício intelectual de escrever.

Transcrita no livro *Conferências no Prata*, publicado em 1946, pela Casa do Estudante do Brasil,²⁸⁰ o discurso de abertura das conferências revela um escritor posicionado contra o fascismo e contra os intelectuais que de alguma forma, quer por

²⁷⁹ A Associação dos Escritores Brasileiros criada por Jorge Amado, Sergio Buarque de Holanda, Astrogildo Pereira, além de José Lins do Rego, Mario e Oswald de Andrade, Érico Veríssimo entre demais escritores, foi fundada em 1942. Os escritores estavam se preparando para o primeiro congresso da categoria, o que ocorreu em 1945, mas em 1944, a associação estava em plena campanha, nos principais centros políticos do país, para aumentar o número de adesão a um ato que seria eminentemente de oposição a Vargas. Em janeiro de 1945, os escritores lançam um manifesto contra Vargas que vai contribuir para a derrocada do regime em outubro desse mesmo ano.

²⁸⁰ A editora publicou as conferências proferidas por Lins do Rego.

cumplicidade, quer por omissão ou neutralidade, contribuíram para a circulação da ideologia fascista na América Latina.²⁸¹

Dirigiu-se aos seus pares latino-americanos com a visível intenção de atingir (também) os intelectuais do Brasil. Fez uma crítica contundente à incoerência dos discursos oficialistas do governo Vargas de aparente compromisso com as aspirações democráticas no contexto do cenário mundial, em contraposição ao autoritarismo vigente no país.

As *Conferências no Prata*, transcritas dois anos mais tarde, no Brasil, revelavam a mesma paixão, que, por certo, levava o escritor a proferi-lo, pessoalmente, em 1944, para uruguaios e argentinos.

Quero publicar aqui no Brasil, esse meu discurso, aqui onde temos calado tanto, onde o medo é o nosso conselheiro maior. Não há homem mais espantado do que o intelectual brasileiro. Falei para argentinos, num período de incerteza de sua história, num instante em que pesa sobre a inteligência da terra de Sarmiento, uma ameaça. Os homens de lá me compreenderam.

Eis o que lhes disse: os argentinos disseram que a hora não é de dormir, mas de velar, de cuidar dos restos de vida que sobraram. Nós, os homens donos da palavra, temos tido medo de tudo, até de nossas sombras. (...) Medo de falar, medo da palavra, que é o nosso instrumento, e muito mais medo ainda de fantasmas que nos dominaram. Por que esta covardia, este fugir das batalhas, esse recolher-se nos ateliês e às catacumbas, às teorias e aos formalismos, quando o mundo mais precisava de nossa presença, do nosso estar com as ideias, com os fatos?

²⁸¹ Em que contexto se deu esse pronunciamento? Depois de um longo período de “neutralidade” dos países da América Latina em relação à Segunda Guerra Mundial, alguns motivos, sobre os quais não estão contidos nesse estudo, levam o Brasil a romper as relações com os países do Eixo, em 1942. Argentina só se posicionaria contra o fascismo em 1945, quando a guerra já estava chegando ao fim e praticamente ganha pelos Aliados, e, no Uruguai, o episódio do *Admiral Graf Spee*, um couraçado de guerra alemão ultramoderno, ameaçado pelos ingleses no estuário do Prata e protegido pelo governo nos portos uruguaios, desencadearia uma pressão mundial pelo posicionamento do Uruguai na Guerra. Essa situação embaraçosa, ainda não completamente definida, formava o ambiente delicado, mas extremamente propício para a conferência de Lins do Rego. O autor misturava num mesmo caldeirão explosivo as questões da guerra, os nacionalismos, o fascismo, os intelectuais, o medo e a covardia. Voltemos ao texto.

Não tivemos a coragem das palavras, ficávamos escravos da palavra. Em vez de artistas, em vez de vivermos conforme as imposições da nossa vocação (nos) transformávamos em espectadores dos nossos próprios poemas, dos nossos próprios dramas. Éramos aduladores da glória num mundo que carecia de nossa ação, num mundo que se deixava vencer e dominar pelos verdugos, monstros que gritavam em nome de Deus, em nome da pátria e da família. Então inventávamos a Torre de marfim para o refúgio da nossa vergonha. Torre de marfim, porque não tínhamos coragem de enfrentar o cárcere, as masmorras onde Cervantes escreveu Dom Quixote. Torre de marfim por que queríamos um lugar onde nos escondêssemos da ira.

A literatura não era mais que uma acomodação; não era mais a maior dignidade do homem: era apenas a sua submissão à força desencadeada.

E tudo isso deu no que deu.

E por culpa nossa, e por crime de todos nós. Existe Hitler por que nós permitimos que ele existisse. (...) nossa palavra seria tomada de nosso domínio para o serviço degradante das tiranas. O fascismo tomou conta da palavra e fez da palavra o flagelo do mundo. E assim criou um nacionalismo que é uma paranoia, um delírio de grandeza; uma pátria que é um presídio; um Deus que é um castigo. A palavra, germe da sabedoria, ficou somente veneno dos demagogos. Nós os escritores tínhamos perdido o uso da palavra? (...) quereis reabilitar as letras, o homem da ciência. Sois o contrario da torre de marfim, sois uma oficina, um campo de batalha.

Nós do Brasil temos tido também as nossas torres de marfim, os nossos ausentes das dores do mundo. Como se as bombas respeitassem as torres invioláveis (...).

É aqui, nesta hora (...) que eu vos convoco (...) artistas, homens da ciência, para um compromisso, que sinto que é sagrado;

que eu vos convoco para a luta pela liberdade de pensar, no mundo inteiro.

Meus senhores: vamos salvar a palavra! (REGO, 1946, p. 7-14).²⁸²

De todas as conferências ou discursos de cooperação cultural entre Brasil e Uruguai a que tivemos acesso neste trabalho, esse é o que se destaca por se contrapor às aspirações governistas de desenvolvimento nacionalista, aos discursos uníssonos, corporativos e reducionistas de outros diplomatas que defendiam a realização do projeto nacional de Getúlio Vargas, na certeza de que ele representava, na sua totalidade, uma sociedade que se apresentava com profundas desigualdades e baseada em conflitos de interesses.²⁸³

Como bem analisa o historiador Corsi ficam evidenciadas, nas práticas do Estado Novo, que as posturas paternalistas e as reformas sociais do governo Vargas não modificaram, na essência, o projeto governista, que no seu conteúdo, manteve a exclusão e o autoritarismo (CORSI, 2007, p. 248).

3.1.6 Publicações do ICUB

A política de publicações do ICUB teve o propósito de intermediar produções culturais ampliando o acervo da Biblioteca com produções literárias atualizadas, de ambos os países. Criaram-se coleções específicas para registrar: as conferências, textos brasileiros traduzidos e uruguaios vertidos para o português, materiais didáticos produzidos pelo ICUB, impressões de viagem, biografias, efemérides, relatórios do ICUB.

Para os cadernos culturais foi feito um concurso de desenhos para decidir sobre o logotipo da série, para o qual concorreram 60 artistas da cidade. Como afirmado na Introdução deste trabalho, o material coletado sobre as ações diretas entre Brasil e

²⁸² Conferências no Prata é uma publicação brasileira de 1946. No discurso inicial, proferido antes das conferências, José Lins do Rego refere-se especificamente aos argentinos. É possível que esse mesmo discurso tenha sido proferido no Uruguai, por onde ele permaneceu também alguns dias com a Missão Cultural Brasileira. Averiguando a documentação do ICUB encontro que as publicações das conferências foram interrompidas de 1944 a 1949. Duas conferências foram publicadas em 1944, e a de José Lins do Rego não está entre elas. Sobre o autor, o escritor uruguaio Emir Rodríguez Monegal apresentou um trabalho no ICUB, em 1950 (que foi publicado em dezembro de 1952) denominado *José Lins do Rego y algunos problemas de la novela brasileña*.

²⁸³ Faço uso das reflexões de Francisco L. CORSI sobre o Estado Novo, para quem não existe um projeto coletivo de desenvolvimento nacional, mas um projeto específico dirigido à Nação, mas elaborado por um determinado segmento político da sociedade (2007, p. 248).

Uruguai no campo da cooperação cultural foi coletado quase que totalmente na sede do ICUB, que disponibilizou o que existia em seu acervo.²⁸⁴

Duas importantes publicações são as *Actas* (1 e 2), de junho de 1943, sobre os “*Tres años de Intercambio Cultural entre Uruguay y Brasil*”. Estão aí registrados os primeiros movimentos do Instituto: sua mudança definitiva para o Palácio Brasil, a implantação dos cursos, o movimento de caixa, os planos pedagógicos, o movimento de palestras e primeiras conferências, apresentações musicais, relação da bibliografia uruguaia incorporada ao Instituto, as novas doações vindas do Brasil, os principais discursos. Na *Acta 1* estão registrados os movimentos de 1940, 1941 e 1942, e na *Acta 2* estão registrados os movimentos de 1943.

Em novembro de 1943, o ICUB deu início às publicações das conferências, apresentando o estudo desenvolvido pelo ensaísta uruguaio José Pereira Rodríguez sobre a *La Poesia de Olavo Bilac*.²⁸⁵ Membro fundador do ICUB, Pereira Rodríguez era presidente da Federação Uruguaia de Professores de Ensino Secundário do Uruguai. Outra publicação foi a do ministro do Tribunal de Contas do governo Getúlio Vargas, o médico mineiro Ivan Lins, que fez uma conferência sobre “Lope de Vega e o Significado de sua Obra”.²⁸⁶ Em fevereiro de 1944, o uruguaio Juan Pou Orfila desenvolveu o tema *Un brasileño ilustre, el Prof. Aloysio de Castro, Gran Amigo del Uruguay*.²⁸⁷ No mesmo ano foi a vez de o diplomata brasileiro Álvaro Teixeira Soares falar sobre “As Modernas Tendências da Literatura Brasileira” (sobre quem destacaremos no item 3.3).²⁸⁸ Todas as conferências publicadas pelo ICUB.

Além da publicação das conferências, o ICUB elaborou seu próprio material para os primeiros cursos de Português. Alguns eram impressos em gráficas locais, mas em sua maioria foram elaborados e impressos no Instituto.

²⁸⁴ Nota da autora: Devo informar que, por uma infeliz decisão de uma funcionária da embaixada brasileira que ocupou um cargo de direção no ICUB por algum tempo, muito material definido segundo seu critério como “velho e inútil” foi descartado, como lixo. Há, portanto, lacunas na documentação obtida que procuramos suprir com depoimentos dos atuais funcionários e do ex-presidente do ICUB, professor Severino Cunha Farias. Cito como alguns dos principais documentos desaparecidos os primeiros programas elaborados para os cursos pedagógicos pelo filólogo Antonio Houaiss. Eles teriam sido as primeiras peças, os primeiros textos que deram suporte aos cursos (entrevista com o ex-presidente do ICUB, Prof. Severino Farias, 12/2013; 11/2013).

²⁸⁵ Publicações do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, n. 2.

²⁸⁶ Idem, n. 3.

²⁸⁷ Idem, n. 4.

²⁸⁸ Idem, n. 5.

Figura 7 – Publicações do ICUB: boletins, folhetos, livros, catálogos e cartazes. ICUB, 2012.

Seguem as séries publicadas pelo Instituto e uma avaliação dos Boletins Informativos, que se constituíram em espaço de registro do pensamento de políticos e intelectuais-escretores uruguaios e brasileiros.

Série Didática: Cadernos Impressos: Novembro de 1939. *Exposición del Libro Brasileño*. Texto bilíngue (português-espanhol). Esse catálogo pode ter sido impresso pelo governo uruguaio, pois ainda não existia o Instituto, mas consta como a publicação nº 1 do Instituto; Julho de 1945. *Caderno Escolar nº 1. Cuentos, Teatro, Poesía*; Julho de 1945. *Caderno Escolar nº 2. “Deus lhe Pague”, teatro de Juracy Camargo*; 1950. Primeiro Caderno de Gramática e Antologia. Porto Alegre. ICUB/Ed. Livraria Globo. Porto Alegre. p. 217; 1951. Segundo Caderno de Gramática. 2ª fase. p. 264; 1950. *Gramática y ejercicios para el uso del Curso Básico*.

Figura 8 – Primeiras publicações pedagógicas elaboradas por Antonio Houaiss e Dalton Boechat, 1941-1943. ICUB.

Série Didática: Material Mimeografado: Julho de 1947. Primeiro Caderno de Gramática. p. 49; Setembro de 1948. Segundo Caderno de Gramática. p. 115; Julho de 1949. Segundo Caderno de Gramática. 2ª edição. p. 96; 1953. Exercícios de Revisão (1ª e 2ª partes). Dalton Boechat; 1954. Caderno de Gramática (1ª parte). Dalton Boechat; 1955. Cadernos de Gramática. 2ª edição. Dalton Boechat; 1955. Antologia, para uso dos alunos de 1º Grau; 1956. Sete (7) Catálogos referentes a Programas Musicais no ICUB.

Série Literária e Artística: 1947. *Gilberto Freyre y la sociología brasileña*. COUTURE, Eduardo J. Montevideu. AUPI; 1947. *Centenario de Nacimiento del poeta Antonio de Castro Alves (1847-1947)*. Prólogo de Afranio Peixoto. Mimeografado. Programa da Semana de Castro Alves; Outubro de 1945. Mostra Coletiva de “20 Artistas Brasileiros”. Catálogo Ilustrado. Curadoria Marques Rebelo. ICUB e Comissão de Cultura de Montevideu. 52 p.; 1945. *Aspectos Culturales de São Paulo*. WEY, Walter. ICUB – Escritório. Comercial do Governo do Brasil. 24 p.; Julho de 1947. *Poesia Brasileira Contemporânea. Antología y Crítica*. Estudo e Tradução do escritor uruguaio Gastón Figueira; 1947. *Sentido Humanista de la Pintura Brasileña*

Contemporânea. Montevideu. VITUREIRA, S. Cipriano. AUI; 1947. *Poesía brasileña contemporânea (1920-1946)*. *Crítica y antología*. FIGUEIRA, GASTÓN. ICUB. p. 136; 1947. *Antología Poética (1923-1945)*. Selección y traducción de Gastón Figueira. Montevideu. Gaceta Comercial, 1847. 35 p.; Outubro de 1948. Antonio Francisco Lisboa, O Aleijadinho. *Cuadernos de Difusión y Homenaje*. 8 p.; 1949. Portinari em Montevideo, Alfaro. VITUREIRA, S. Cipriano. 86 p.; s/d. *Manual da Literatura Brasileira*. WEY, Walter. ICUB, 286 p.

Material cultural-literário em mimeógrafo: *Agosto de 1947. Cartilla Castro Alves. Estudios, poesías y traducciones, realizados con motivo de ler. Centenario de nacimiento de Castro Alves.*

Série Periódicos e Revistas. Os Boletins Informativos: Nº 1 – Setembro de 1946. Boletim do Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño; Nº 2 – Dezembro de 1946. Boletim do Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño. *Dedicado al Barón de Rio Branco*. 16 p.; Nº 3 – Agosto de 1948. Boletim do Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño. *Dedicado a La Semana Castro Alves*. 16 p.

Série Conferências²⁸⁹: *Vida y Obra de Antonio Cardoso Fontes*. ALMEIDA Pintos, Rodolfo. ICUB. p. 22; Novembro de 1950. *Un Brasileño Ilustre, el Profesor Henrique da Rocha Lima*. POU, Mariano Carballo. ICUB. p. 16.

3.1.7 Boletim Informativo do ICUB: espaço de encontro entre políticos e intelectuais uruguaios e brasileiros

Com a simples denominação de “Boletim”, o ICUB passou a lançar anualmente, a partir de 1946, um informativo, sem periodicidade definida, com informações sobre o funcionamento dos cursos, da biblioteca, novos livros adquiridos, novas conferências, visitas e uma seção literária assinada por vários poetas, brasileiros e uruguaios, e críticos literários.

²⁸⁹ Antes da publicação da *Poesia de Olavo Bilac*, de José Pereira Rodriguez, em 1943, e do grupo transcrito no parágrafo correspondente, foram realizadas várias conferências, como mencionado no item 3.1.1, mas não as encontramos publicadas. Podem ter sido publicadas, mesmo que em mimeógrafo, e descartadas anos mais tarde pela tal funcionária a quem já nos referimos. Pode ser também que houve uma seleção de conferências ministradas para publicação posterior. Nossa percepção é de que foram “sumidas”, uma vez que muito provavelmente as conferências proferidas por Cecília Meireles, Gilberto Freyre, Villa-Lobos e José Lins do Rego teriam lugar assegurado na escolha das publicações.

A elaboração dessa publicação reunia o corpo docente e discente do Instituto que faziam a tradução ou a versão dos textos e as pesquisas necessárias. Possuía um *status* de revista, apesar do pequeno número de páginas, pois era impresso e diagramado em gráfica. Dividido por seções editoriais, o Boletim proporcionou a criação de um espaço onde os diplomatas, dirigentes do Instituto, intelectuais do Brasil e Uruguai, estudantes, artistas e professores tinham oportunidade de expressão.

Composto em 16 páginas, trazia como matéria de capa as efemérides do calendário brasileiro ou a biografia laudatória de alguma personalidade de destaque do Brasil. As matérias de capa eram sugeridas pela Divisão Cultural do Itamaraty e os editoriais ficavam sob a responsabilidade dos embaixadores. Mesmo sob essas condições, a de ser um veículo de propaganda do Brasil entre os uruguaios, eram garantidas as trocas culturais entre os representantes dos países e intelectuais dos dois países, além dos estudantes e professores.

A primeira edição circulou no dia 7 de setembro de 1946 e trazia na capa a reprodução da pintura de Pedro Américo, *O Grito do Ipiranga*, e uma pequena apresentação do embaixador Manoel Pio Corrêa (1918-2013), referindo-se ao término da II Guerra Mundial e a fé “em um destino de paz e de liberdade para as Américas, alicerçada pela inquebrantável aliança das Nações Americanas (...)”.

Escrevem na primeira edição: José Roberto de Macedo Soares (embaixador do Brasil no Uruguai), Juan Antonio Buero (ex-ministro das relações exteriores do Uruguai e presidente do ICUB na época), Cecília Meireles, José Pereira Rodríguez (uruguaio, dirigente do ICUB), o poeta brasileiro Olegário Mariano, Yolanda Vettori, Modesto de Abreu, Attilio Milani e Carlos Rubens, professores do ICUB.²⁹⁰

Na página dedicada aos artistas plásticos eram comentadas as obras dos pintores brasileiros Portinari (*Mulher Chorando*), Santa Rosa (*O Homem de Cuica*) e do uruguaio Adolfo Pastor (*Retrato de Pintor*). Textos e poesias comentadas de autores de ambos os países eram igualmente publicados, tais como *Único Poema* de autoria de María Eugenia Vaz Ferreira (1875-1924), professora da Universidade de Mulheres de Montevideú, autora de *La Isla de los Cânticos* e irmã do filósofo uruguaio Carlos Vaz Ferreira; *O Sertanejo*, de Euclides da Cunha (1869-1909), apresentado e comentado

²⁹⁰ Boletim do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro. Montevideú, ano I, n. 1, set. 1946. AH-ICUB.

pelo uruguaio Victor Pomés Filho; *Soledad*, fragmento do texto escrito por Eduardo Acevedo Diaz (1851-1921), em 1921, entre outros.

Contista, historiador, jornalista e político, Acevedo é considerado um dos primeiros romancistas uruguaio. Suas obras falam da epopeia da independência uruguaia. Marcou uma geração de literatos ativistas do começo do século, da qual fez parte José Enrique Rodó. Seu texto foi traduzido por professoras egressas do ICUB (Ercília Nunes e M. Estela Iglesias).

A página seis dedicava-se à poesia do brasileiro Olegario Mariano (1889-1958),²⁹¹ comentada e traduzida por José Pereira Rodríguez, e trazia um artigo interpretativo sobre o pensamento do escritor brasileiro Jackson de Figueiredo, denominado *Mensagem de Jackson Figueiredo*, escrito pelo uruguaio Victor Pomés Filho e traduzido para o português por Miguel A. Scordamaglia, também aluno do ICUB.

Na página de artes plásticas, o destaque foi para os artistas Adolfo Pastor (desenhista, pintor, poeta e contista uruguaio) e para o brasileiro Santa Rosa. Santa Rosa foi destacado como artista plástico e como crítico de arte e diretor de teatro.

As demais seções do Boletim traziam artigos sobre as poesias de Catulo da Paixão Cearense, por Yolanda Vettori (professora do ICUB), a prosa de Machado de Assis, por Attilio Milano; História da Pintura do Brasil, por Carlos Rubens; e uma seção de colaboração dos alunos. Nesse número, a aluna uruguaia Maria Amália Borges comenta a peça de teatro *Deus lhe Pague*, de Juracy Camargo (1898-1976).

O mesmo Boletim trazia ainda todas as atividades culturais desenvolvidas pelo ICUB naquele início de ano (1946): palestras, homenagens e apresentações musicais (Manoelito Ornellas sobre Frederico Garcia Lorca; homenagem ao poeta Catulo da Paixão Cearense; apresentação do grupo SOGIPA de músicos e dançarinos do Rio Grande do Sul; recepção às autoridades brasileiras – ministros e embaixadores; conferência de Zum Felde, poeta uruguaio sobre *Uma imagem do Brasil através de sua Literatura*; posse do presidente de honra do Instituto, ministro das relações exteriores do

²⁹¹ *El entierro de la Cigarra* operava a inquietante sensação de universalidade lírica: *Las hormigas llevabanla... llovía... ¡Era el fin...! Triste otoño ceniciento! Cerca, una fuente, en suave movimiento. Cantigas de agua trémula, tejía. Cuando la conocí, ella tenía en la voz triste, un doloroso acento. Fue la cigarra de mayor talento. Que más cantaba en la feligresía. Pasa el cortejo entre la fronda amiga... ¡Qué tristeza en las hojas! ¡Qué tristeza! ¡Qué alegría en los hojos de la hormiga! (...)* (Boletim Informativo nº 1, set. 1946).

Uruguai, Eduardo Rodríguez Larreta; recepção da comitiva de estudantes universitários brasileiros do programa de intercâmbio Universitário). Divulgaram-se também os recitais de piano com apresentação do coro de alunos e os concertos especiais com apresentação de sopranos e de poesias declamadas por alunos e professores do ICUB.

A publicação acima descrita é uma síntese das interações de todos os interesses que envolveram as atividades do ICUB, considerado o lócus de sociabilidade entre os interesses culturais existentes naquele período.

Se pudéssemos classificar a ordem desses interesses, diríamos que o interesse primeiro deveria atender às pretensões de proximidades entre os dois países, manifestas sob várias formas por seus presidentes, embaixadores e principais representantes.

Isso é facilmente verificável quando desenhamos o mapa da cooperação das personalidades políticas de expressão em torno do Instituto. Personalidades tais como o ex-presidente Juan José Amézaga (1943-1947), membro da diretoria do ICUB; Juan Antonio Buero, ex-ministro das relações exteriores do Uruguai e diretor presidente do ICUB em 1946; José Enrique Etcheverry, colaborador do ICUB e que chegou a ser ministro da Justiça do Uruguai; Luis Batlle Berres, membro da diretoria do ICUB, político, jornalista, 29º presidente do Uruguai (1947-1951); Óscar Secco Ellauri, ministro da Educação e Cultura (1948); Rodolfo Almeida Pintos, secretário de Estado do Ministério da Instrução Pública e Previdência Social; José Guilherme Melchior, embaixador em Montevideu e colaborador do ICUB; Mario Pimentel Brandão, diplomata e conferencista do ICUB; José Pereira Rodríguez, membro fundador do ICUB, presidente da Federação Uruguaia de Professores de Ensino Secundário; Enrique Rodríguez Fabregat, deputado, senador e ministro da Instrução Pública do presidente Batlle y Ordonéz. Conferencista do ICUB que escreveu sobre *“La unión de América por el espíritu (Cultura Autónoma y Universidades americanas)”*. Todos sempre muito presentes, assumindo, inclusive, o compromisso de cargos diretivos voluntários.

Havia também os interesses dos atores culturais envolvidos direta e indiretamente no Instituto, pelo conhecimento das expressões culturais e artísticas de ambos os países, e que naquele espaço específico foram traduzidos nas infindáveis atividades de cooperação desenvolvidas e patrocinadas pelo Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro. Atividades que criaram, ao longo de décadas, uma rede de sociabilidade, uma confluência cultural voltada não somente em torno do idioma, mas também da cultura em suas variadas dimensões.

3.1.8 Orientações Capanema: criar bibliotecas que elevem o espírito e difundam os valores nas nações amigas

A biblioteca do Instituto passou a receber com regularidade doações de livros de autores uruguaio e fez parte, por muito tempo, do circuito obrigatório de difusão da produção local. Dela faziam parte autores como Eduardo Acevedo, Juan Pivel Devoto, Caledonio Nin y Silva e demais historiadores; poetas e contistas como Horácio Quiroga, E. Cuneo, Gastón Figueira, Cipriano S. Vitoreira; políticos e demais pensadores atuantes no Uruguai como José Serrato, José Antuña, Fabregat, José Enrique Etcheverry, Alfredo Baldomir, Juan José de Amézaga, Luis Batlle Berres, os dois primeiros ex-presidentes e o último, presidente em 1947, autores conhecidos da sociedade uruguaia.

Todos esses autores compunham o acervo nobre da biblioteca, quer fossem com seus livros ou com demais publicações mais simples (de artigos e conferências). Constavam também na bibliografia uruguaia artigos médicos, pedagógicos, jurídicos, administrativos, de agronomia e de demais interesses da vida pública e empresarial do Uruguai. Os institutos de pesquisa ou de serviços do país compartilhavam suas descobertas: Institutos de Estudios Superiores, Institutos Nacionales, Institutos Penales, Instituto Uruguayo-Argentino, Instituto Agropecuário do Uruguay, e outros mais.

Uma análise bem preliminar das publicações disponibilizadas para formar a biblioteca do ICUB – e devemos lembrar sobre o acervo de livros doados pelo Brasil após a Exposição de Livros Brasileiros de 1939 – poderia nos revelar que as razões que moveram essa empreitada cultural foram o interesse de dar a conhecer expressões mais significativas da nossa tradição culta, por isso a presença dos escritores acadêmicos,²⁹² bem como as produções bibliográficas contemporâneas que explicassem o pujante desenvolvimento do país, sob a direção do presidente Vargas. Daí, por exemplo, inúmeros exemplares de compêndios científicos, estatísticas, relatórios ministeriais, estatutos, códigos, projetos de leis, estudos de áreas específicas da Constituição, entre

²⁹² Como pudemos constatar na relação de publicações da Exposição dos Livros Brasileiros doada ao governo do Uruguai pelo Brasil, e que serviu de base para a fundação do ICUB. Item 2.6: Exposição de Livros Brasileiros em Montevideu (...).

outros textos técnicos e administrativos, que demonstravam as mudanças que estavam sendo operadas no Brasil.²⁹³

Havia também publicações sobre o Estado Novo e de discursos impressos dos ministros do Brasil, tais como: “A Democracia e o Estado Nacional. Trabalhadores do Brasil”, ambos de Alexandre Marcondes Filho; “O Estado Novo e a sua Doutrina”, conferências realizadas em 1943, no Instituto Nacional de Ciência Política do Rio de Janeiro; “A Doutrina do Estado Novo deve ser o Evangelho do Patriota”; e demais conferências de Viriato Vargas, tais como: “Efeitos da Democracia em diversas fases da vida humana”, “A bondade dos brasileiros transforma o Brasil e paraíso das vítimas de Hitler”; “Democracia, teimoso cacoete”; etc. *O Rio Grande do Sul em função do Brasil*, de Raimundo de Monte Arraes; *A Constituição do Estado Novo*, de Carlos Xavier.²⁹⁴

Seguindo as orientações da reforma Capanema (1942-1951) para a formação de bibliotecas, o perfil da biblioteca do ICUB seguia a linha tradicional de promover o conhecimento universal, apesar do especial destaque à sessão didática e à literatura sobre o pensamento político do Brasil. As recomendações de Capanema eram as de que não poderiam ser utilizadas nas bibliotecas publicações que atentassem, “de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional”. E mais:

- que contivesse, “de modo expressivo ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação”;
- que envolvesse “qualquer ofensa ao chefe da nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais”;
- que desprezasse ou obscurecesse “as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras que se bateram ou se sacrificaram pela pátria”;
- que despertasse ou alimentasse a “oposição e a luta entre classes sociais”;

²⁹³ Desde os anos de 1930, era corriqueira a troca de livros técnicos e/ou administrativos, além de Literatura. Para a realização do Salão de Revistas e Jornais promovido pela Confederação Universitária Brasileira, no Rio de Janeiro, foi solicitado à embaixada do Uruguai no Brasil exemplares de publicações. Em resposta, o secretário diplomático do Uruguai no Brasil enviou para esse Salão revistas com estatísticas comerciais, *Uruguay en Construcción*, anuário de estatística agrícola, etc, o que atesta uma curiosidade, entre os países, com as atividades de gestão pública e científicas (AHD-MREU, Ofício da Confederação Universitária Brasileira, 13 nov. 1930).

²⁹⁴ AH-ICUB. Movimento Bibliográfico de 1943. Relatório ICUB. p. 25-34. Boletim Informativo do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro. Referências Complementares da Memória de 31 de março de 1943 (nº 1 das publicações).

– que encerrasse “qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira” (Cf. BICUDO, 1942, p. 119-120).

Destacamos ainda duas recomendações de Capanema, particularmente importantes para a formação do acervo de livros do ICUB, que foram inspiradas em algumas decisões das Conferências Pan-americanas para a formação de bibliotecas americanas nacionais. Referimo-nos às recomendações que tratam da proibição de uma bibliografia que inspirasse o “sentimento de superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país, com relação ao das demais regiões” ou que incitasse “ódio contra as raças e as nações estrangeiras” (BICUDO, 1942, 119-120). Recomendações que estabelecem semelhanças com o que foi aprovado pelos países na Conferência de Montevideú, em 1933.²⁹⁵

A importância da biblioteca para o ICUB já foi mencionada. Sua doação foi sempre lembrada como sendo o marco de um momento de grande proximidade entre os países e de implantação de um programa, cuja base patrimonial era justamente o acervo de 3 mil livros brasileiros.

Em 1944, foi aprovada pelos membros da Comissão Diretiva a regulamentação para o uso da biblioteca, que remontava o estilo tradicional com *estanterías de vidrio*, acessível somente aos funcionários autorizados.

Cada livro seria registrado em três fichas: por título, por autor e por tema e não poderia ser manipulado pelo público leitor. Além das fichas, haveria catálogos especiais para cada gênero, colocados em ordem alfabética por autor, esses, sim, de fácil manejo. Haveria também um fichário de leitores relacionado com o intercâmbio e o desenvolvimento de cada ação cultural empreendida. Além do exposto, outros itens regulamentariam a leitura na sala da biblioteca, a retirada dos livros, as punições para os atrasos, a conservação dos livros etc.

²⁹⁵ A Conferência aprova a criação de um instituto para o Ensino da História das Repúblicas Americanas, cujos fins em seus parágrafos terceiro, quinto e sexto estabeleciam: 3º- tratar de que os manuais de História não contenham erros que hajam sido refutados pela crítica de todos os países. (...) 5º- eliminar dos textos as comparações dos personagens históricos, nacionais e estrangeiros, e os comentários e conceitos ofensivos e deprimentes para outros países; 6º - evitar que o relato das vitórias alcançadas sobre outras nações possa servir de motivos para rebaixar o conceito moral dos países vencidos (VIII Conferência Pan-americana, 1933, Montevideú. P. 107 – AHD-MREU).

A biblioteca era o local de trocas pedagógicas e de encontro da comunidade interessada na cultura do Brasil. Daí o apreço e as sanções pesadas para quem desrespeitasse as disposições para o uso dos livros. Havia casos até de expulsão do quadro de sócios, se o leitor devolvesse com atraso e se recusasse a pagar as multas devidas.²⁹⁶ Em 1943, o movimento da biblioteca, segundo a edição do Boletim Informativo de junho de 1944, ficou assim registrado:

Leitores em Sala (no recinto da biblioteca): 3.960 leitores

Empréstimos comuns: 2.056

Empréstimos de textos aos alunos (sócios e não sócios): 563

Livros utilizados no total: 6.579

Dados comparativos de livros utilizados nos anos anteriores:

1941: 651 volumes

1942: 1.523 volumes

1943: 6.579 volumes

Decidiu-se por dois tipos de sócios da Biblioteca: o sócio ativo, aquele que participava das atividades do ICUB e poderia retirar os livros, categoria na qual se inseriam os amigos do Instituto; e os sócios alunos, que pagariam uma cota mensal mínima. Havia ainda os sócios honorários, os fundadores e os primeiros contribuintes.

Em pouco tempo o acervo da Biblioteca do ICUB ampliou-se com novos materiais de divulgação sobre a cultura brasileira ao ponto de se formar uma hemeroteca, uma discoteca e uma cinemateca, disponíveis às escolas locais e regionais, a artistas, intelectuais e instituições.

3.1.9 Organização dos docentes e alunos garantem a participação da sociedade

Em decorrência do dinamismo demonstrado pelo ICUB em promover atividades pedagógicas e culturais, criaram-se, logo nos primeiros anos, associações de frequentadores dos cursos e de programas de intercâmbios. Desde 1945, a Associação

²⁹⁶ Cf. *Boletín Informativo do Instituto Uruguayo-Brasileño*. In. *Publicaciones* n.4 do ICUB, jan./fev. 1944, p. 27-30. AH-ICUB.

Uruguaia de Professores de Idioma Português (AUIP) desempenhava um trabalho de fortalecimento de um núcleo profissional emergente no Uruguai, bem como desempenhava atribuições culturais previstas em seus estatutos.

Propunham-se a criar uma biblioteca para facilitar a aproximação entre professores brasileiros e uruguaios; organizar ciclos de palestras e aulas a cargo de intelectuais, de preferência uruguaios; organizar em centros de cultura, clubes e associações cursos rápidos de língua portuguesa e literatura brasileira – tais como os realizados pelos professores da associação na Escola Pan-americana de Extensão Cultural e na Associação Cristã de Moços de Montevidéu; publicar as conferências e palestras para ampliar a difusão dos estudos brasileiros.

Prontificavam-se também a complementar o trabalho cultural realizado pelo ICUB, ajudando no convencimento para que o idioma português passasse a ser uma política educacional adotada pelas escolas de Montevidéu. O Boletim Informativo do ICUB de setembro de 1946 noticiava que Angélica L. de Muñoz, integrante da AUIP, encontrava-se no Rio de Janeiro fazendo uso de uma bolsa de intercâmbio de professores, CEDIDA pelo Ministério das Relações Exteriores, para aperfeiçoamento do idioma português.²⁹⁷

A Associação Cultural Estudantil Brasil-Uruguai (ACEBU), também criada na década de 1940, organizava cursos de férias, fazia as festas anuais de formatura, organizava grupos de teatro e de música de forma a complementar as atividades do ICUB, e também viagens ao Brasil. Os cursinhos de férias eram dirigidos aos próprios alunos do Instituto, além dos visitantes, e tinham a função de proceder à revisão do conteúdo das aulas ministrado durante o semestre, o popular “reforço” escolar. A associação funcionava como os antigos grêmios estudantis, com sala própria e com autonomia para elaborar atividades.

Um dos programas dirigidos pelos estudantes era o Intercâmbio Estudantil Brasil-Uruguai (IEBU), e foi de enorme importância a participação de alunos para dinamizar o programa de cooperação entre universidades e instituições de ensino que continuaram a ocorrer.²⁹⁸ Nesse mesmo ano, a ACEBU havia recebido comitivas de

²⁹⁷ *Boletim Informativo do ICUB*, n. 1, set. 1946. p. 14.

²⁹⁸ *Idem*, p. 14.

estudantes em Montevideu vindos de Porto Alegre e de Pelotas, de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Recife.²⁹⁹

3.2 Missão Graça Aranha: expandir a política cultural do governo Vargas na América Latina. A polêmica em torno da implantação do ensino do Português nas escolas do Uruguai

O ensino dos idiomas falados na América era uma antiga aspiração das Conferências Pan-americanas, que em diversas oportunidades fizeram várias recomendações com vistas a eliminar empecilhos próprios de idiomas diferentes e facilitar os intercâmbios entre os países. Podemos destacar alguns antecedentes.

Na Conferência de 1928, em Havana, foi aprovada resolução sobre a criação do Instituto Interamericano de Cooperação Intelectual. O seu 6º artigo prevê a criação de cátedras de estudos históricos nacionais, de português, inglês, francês e espanhol e suas respectivas produções literárias, nas universidades dos países signatários. Em 25 de maio de 1936, ocorreu nas dependências da Universidade da República, sob o patrocínio do Liceu Paysandú, a 1ª Conferência Pró-Cultura Americana. Um dos pontos analisados foi a implantação do ensino do espanhol, do português e do inglês em todas as universidades da América,³⁰⁰ propositura apresentada por representantes do Centro Universitário de Relações Internacionais do Uruguai. O objetivo era claro: facilitar o intercâmbio científico, artístico e literário entre todos os países do Continente.

Como resultado dessa Conferência, a Argentina criou cursos livres de Português e Literatura Brasileira (Decreto-Lei de 9 de junho de 1936)³⁰¹ e, dois anos depois, promoveu novas mudanças, dando um caráter definitivo a esse programa cultural.

Em ofício encaminhado para ao embaixador Osvaldo Aranha pelo Consulado do Brasil de Paysandú, em 1938, o cônsul Pires de Oliveira informava que o Ministério da Instrução Pública da Argentina havia transformado os cursos livres de Português e de Literatura Brasileira em funcionamento no Instituto Nacional do Professorado Secundário para cursos de preparação para o professorado, de acordo com o Decreto-

²⁹⁹ Idem, p. 15.

³⁰⁰ Ofício n. 12.900, 14 set. 1938. AHI-Rio de Janeiro. Loc. 142.6.

³⁰¹ *El Diálogo*. 1938, s/p; s/autoria. Complemento do Ofício n. 12.900, 14 set. 1938. AHI-Rio de Janeiro. Loc. 142.6.

Lei de 9 de junho de 1936. No decreto promulgado em 1938, o Ministério argentino daria caráter permanente aos cursos.

O jornal uruguaio *El Diálogo*, fonte de informação do consulado brasileiro, saudava a iniciativa como sendo uma medida que facilitaria o fluxo intelectual, literário entre Brasil e Argentina, “(...) *ya que podrá difundirse en el país la producción del Brasil, de excepcional significado en ciencias, artes y letras, cultivada por valores representativos da América*”.³⁰²

Em 1943, quando os ministros de Educação dos países se reuniram na 1ª Conferência dos Ministros de Educação da América Latina, para a criação da Universidade Interamericana, no Panamá, um dos pontos da agenda era justamente a criação de facilidades para o entendimento entre os povos com a adoção do ensino dos idiomas nacionais nos países. Uma das contribuições do Brasil foi de que a Língua Portuguesa deveria ser inserida na grade curricular nas instituições de ensino nacionais de nível secundário “de todo o hemisfério”,³⁰³ e que junto a outros estudos correlatos (Geografia, História, Literatura) poderia ficar a cargo da instrução do Brasil.

Para Themístocles da Graça Aranha, ministro chefe do Departamento Intelectual do Itamaraty a difusão da Língua Portuguesa em países da América Latina era uma condição fundamental para facilitar a expansão da política cultural do governo nessa região. Para ele, o idioma português marcava a personalidade do Brasil no continente.

Aprovada a proposta do Brasil, não somente em relação ao português, como também para os outros idiomas da América,³⁰⁴ Graça Aranha iniciou sua viagem aos países do Cone Sul para proceder aos acertos com os governos nacionais e iniciar esse empreendimento cultural. Devemos lembrar que uma circular datada de setembro desse mesmo ano, de autoria da Divisão Cultural do Itamaraty, demonstrava que o Brasil já havia elaborado um projeto minucioso sobre todos os pontos que pudessem fazer parte de um programa de intercâmbio cultural-pedagógico, de inspiração nos acordos

³⁰² Idem.

³⁰³ AHI-Rio de Janeiro. Memorando de Graça Aranha para o Secretário do MRE sobre a 1ª Conferência de Ministros da Educação no Panamá. 16 set. 1943.

³⁰⁴ AHI, 1ª Conferência dos Ministros da Educação, no Panamá. Artigo X, p. 8.

internacionais entre os países latino-americanos, mas com detalhamento e especificidades da cultura brasileira.³⁰⁵

No Uruguai, a viagem do ministro transcorrida de 15 a 20 de dezembro de 1943 teve grande repercussão na imprensa, uma vez que coincidiu com o término do ano letivo do Instituto Cultural,³⁰⁶ considerado a grande novidade do meio em Montevideu. O noticiário registrava a recepção dos professores do ICUB ao Ministro e, especialmente, o encontro do mesmo com o presidente Juan José Amézaga (1943-1947). Juntamente com o encarregado pelos negócios do Brasil no Uruguai, Ministro Décio Coimbra e o responsável pelos programas culturais no Uruguai, José P. Heguy Velazco, além dos ministros das Relações Exteriores do Uruguai e da Instrução Pública, Graça Aranha assinou um acordo de intenções por meio do qual o governo uruguaio comprometia-se a fazer cumprir o que estava disposto no Decreto-Lei n. 10.300, de 16 de dezembro de 1942,³⁰⁷ que determinava a incorporação do ensino da língua portuguesa nas escolas públicas.

O decreto-lei tinha uma cláusula de obrigatoriedade do ensino do idioma português nas escolas da rede pública de ensino no Uruguai, mas enquanto essa cláusula não entrasse em vigor (ou não fosse regulamentada), o governo do Uruguai poderia contar com professores brasileiros enviados ao Uruguai para ensinar a língua portuguesa no Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, como de fato ocorreu.³⁰⁸

Levando-se em conta as dificuldades de implantação do idioma nas escolas, estimava-se que a obrigatoriedade não poderia se dar antes do ano de 1944. Até lá, o ensino da língua seria ministrado nos institutos educativos como disciplina facultativa e com a assistência dos professores formados pelo ICUB, sem custos para o governo uruguaio. Após esse período de adaptação, os professores uruguaio formados pelo Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, o ICUB, deveriam ser convocados para dar aulas

³⁰⁵ AHI-Rio de Janeiro. Memorando Graça Aranha para o Secretário do MRE sobre a 1ª Conferência de Ministros da Educação no Panamá. 16 set. 1943.

³⁰⁶ *La Tribuna Popular. La visita del Ministro Graça Aranha. Diretor da Divisão de Cooperação Intelectual; La Mañana*, 20 dez. 1943. *Ministro brasileiro recebido pelo presidente Amézaga*. BIBNA-Biblioteca Nacional do Uruguai.

³⁰⁷ LEGISLACIÓN sobre Brasil. MUSSO, 1978. Loc. (RNL) Registro Nacional de Leys, decretos y otros documentos, de Montevideu; (CE) Diário de sesiones del Consejo del Estado.

³⁰⁸ AHI-Rio de Janeiro. Acordo de Cooperação Cultural com Uruguai. 17 dez. 1943 (sobre o ensino do idioma Português nas escolas do Uruguai).

de português nas escolas. O governo brasileiro ofereceria os livros didáticos, adaptados e previamente aprovados pelas autoridades competentes do Uruguai.³⁰⁹

Graça Aranha conseguiu ampliar e reforçar as ações de cooperação cultural com o Uruguai, reafirmando compromissos anteriores entre os dois países de prosseguir com as trocas de livros, as traduções de autores de interesses dos países, tendo a consideração de observar que a seleção bibliográfica feita, por ambos os países, deveria levar em conta *el espíritu de evolución de cada país, a fin de que quede evidenciada su personalidad intelectual*. Essas coleções seriam distribuídas gratuitamente para os órgãos de interesses do país e depois vendidas com preços reduzidos ao público.³¹⁰

Para facilitar o interesse entre intelectuais dos dois países, seria estimulada a concessão de bolsas de estudos para que os interessados, fossem eles da área universitária ou da intelectualidade, conhecessem em um sistema de reciprocidade as culturas dos países. O estímulo se daria também quanto aos intercâmbios culturais, conforme sempre praticado entre os países. Comprometiam-se ainda, a facilitar a entrada de livros nos países.

Entre as visitas oficiais, o chefe da Divisão Intelectual do Itamaraty assistiu o encerramento dos primeiros cursos pedagógicos no Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, na sede do Club Brasileiro. Estavam presentes autoridades do governo uruguaio e o presidente do ICUB, o jurista uruguaio Eduardo Couture. Nessa cerimônia, a ACEBU, formada após a fundação do Instituto, apresentou um programa musical desenvolvido por músicos locais. Graça Aranha passou os diplomas aos alunos do Curso de Aperfeiçoamento e Professorado, destacando a ação do ICUB para a fecunda obra de interação cultural entre Brasil e Uruguai “como aporte construtivo para a causa da unidade americana”.³¹¹

Após a visita de Graça Aranha ao Uruguai, instalou-se a polêmica quanto à cláusula da obrigatoriedade, registrada fartamente nos periódicos locais e nas circulares internas do Instituto. O Jornal *El Tiempo*, de 27 de junho de 1944, em editorial defendeu que a melhor maneira de manter, de forma permanente, as relações cordiais entre os países era o intercâmbio intelectual. Acrescentou que o ensino do idioma espanhol no Brasil e do português no ciclo de ensino médio do Uruguai facilitaria a proximidade

³⁰⁹ Idem, artigo 1-a, p. 1.

³¹⁰ Idem, artigo 2, p. 2.

³¹¹ Ministro brasileiro recebido pelo presidente Amézaga. *La Mañana*, 20 dez. 1943.

entre os dois países. O jornal lastimava que o governo uruguaio não tivesse colocado em prática esse acordo interpaises.

Segundo o noticiário, o presidente anterior, Alfredo Baldomir (1938-1942), apesar de defender esse programa cultural, regulamentando, inclusive, o decreto-lei que instituía o ensino do português e de ter inaugurado “simbolicamente”³¹² esse programa,

*(...) se revela ahora que prácticamente en nuestros liceos no se cumple todavía la referida disposición legal, aun cuando existen ya profesores que tomarían acá las clases y cuando un gran número de alumnos habrían anotado para asistir las mismas.*³¹³

O mesmo editorial salienta que a implantação do idioma português nas escolas uruguaias atenderia a um acordo de reciprocidade e de intercâmbios intelectuais dos mais proveitosos, como também do ponto de vista comercial traria muitos benefícios aos meios editorial, científico e comercial. O Brasil, segundo esse ponto de vista, estaria desenvolvendo atividades em várias áreas, necessárias no intercâmbio de conhecimento.

Não era essa uma opinião unânime na sociedade uruguaia. Alguns meses antes, dezenas de professores divulgaram um manifesto na imprensa da capital colocando-se contrários à obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa nos liceus do país, alegando que as dificuldades do próprio idioma e o número excessivo de filhos de imigrantes com sérias dificuldades de comunicação constituiriam um empecilho para a adoção de mais um idioma no ensino público. Segundo os signatários, cerca de 150 professores da rede, essa medida, se adotada pelo governo uruguaio,

aumentaría considerablemente las dificultades con que ya se lucha, para conseguir que los alumnos aprendan a hablar y escribir con corrección nuestra propia lengua. Los profesores del idioma español deben combatir vicios del lenguaje propio del ambiente, y esta lucha se haría tanto más difícil dada la similitud señalada entre o portugués y el español.

Además (...) a nuestras aulas concurre un elevado número de extranjeros o hijos de extranjeros que sólo tienen oportunidad de aprender bien nuestro idioma en las instituciones de enseñanza; y para estos alumnos, la confusión sería aún mayor, puesto que,

³¹² *El Tiempo*, 27 jun. 1944

³¹³ *Idem.*

carentes de una sólida base, propia de la lengua vernácula, el español pasaría a ser uno más de los idiomas estudiados y mal comprendidos.

O documento expressava uma visão dos professores locais de que a amizade do Uruguai com o Brasil não necessitaria desse tipo de estímulo e que a obrigatoriedade do ensino de português nada agregaria ao carinho e à admiração que *los uruguayos profesan al gran hermano del norte*. Ao final, os professores sugeriram que o ensino do português, considerado uma língua regional, não teria grande alcance internacional quer do ponto de vista cultural ou econômico, portanto, desnecessário se fazia a sua introdução nas escolas do país:

*En el ambiente mundial (...) se simplifica día a día el problema de los idiomas convencionalmente considerados como internacionales. Se trata, en la actualidad, de facilitar el estudio, de aquellos idiomas que reúnen las condiciones siguientes: la de ser la lengua materna de grandes colectividades; la de estar muy extendido sobre la superficie de la tierra y a de ser de utilidad cultura y comercial.*³¹⁴

O programa foi executado parcialmente, dando origem a um extenso programa de ensino do Português através do ICUB, que ampliou sua atuação, abrindo filiais pelo interior do Uruguai com o intuito de formar professores da língua. Essa cláusula, entretanto, a da obrigatoriedade, segundo levantamento realizado nos arquivos de Montevideú, não se efetivou.

O ministro Graça Aranha dirigiu uma intensa campanha pela implantação do ensino do Português nas escolas e pela ampliação dos programas culturais não somente no Uruguai, mas também no Paraguai e Argentina.

Pelo que pudemos concluir diante de consultas à professora Laura Masell, da Cátedra da Universidade da República, e ao Conselho de Educação Secundária, Básica e Superior de Montevideú, o idioma português não foi introduzido com a cláusula de obrigatoriedade na rede de ensino do Uruguai. Algumas escolas incorporaram o ensino do Português como disciplina de caráter facultativo, à exceção da *Escuela Brasil*,

³¹⁴ Jornal *El País*, 8 maio 1943. s/autoria; s/p.

instituição pública do 1º ciclo, fundada em 1927, que até hoje possui curso regular de português.³¹⁵

O escritor Walter Wey, diretor pedagógico do Instituto de 1952 a 1962, autor do livro *O Intercâmbio Cultural entre Brasil e Uruguai em 1952*, ao discursar no encerramento de um dos cursos do Instituto, mostrou alguns dados sobre a frequência de alunos nos cursos de português e o número de professores aptos para exercer o ensino do português nas escolas uruguaias. Desde o início do programa pedagógico, 10.271 estudantes uruguaios completaram seus cursos de português e literatura brasileira (uma média de cerca de mil por ano: 500 por semestre) e 63 professores, com cursos universitários, já possuíam conhecimentos suficientes para ministrar cursos de português. O diploma era conferido pela Divisão Cultural do Itamaraty e era concedido mediante o rigor de exames “à altura do nível universitário do Brasil”, como afirmou Walter Wey (1952, p. 18). Suas palavras revelam, porém, que, àquela altura, nove anos após a celebração do acordo relativo ao ensino do português nas escolas públicas do Uruguai, somente parte desse acordo havia sido cumprido, no que se referia à preparação dos professores pelo ICUB. Assim se expressou:

Um dia, porém, que esperamos não estar muito longe, quando forem chamados para cumprir o acordo de reciprocidade no estudo de nossos idiomas pátrios, que o Brasil o faz desde 1941, poderão nesse instante, dar com orgulho, mostras da eficiência de uma das melhores utilidades do Instituto. E o Uruguai poderá estar certo de que contará com uma equipe excepcional de professores de nosso idioma (WEY, 1952, p. 14).

A visita de Temistocles Graça Aranha ao Paraguai e ao Uruguai em 1943 é ilustrativa para demonstrar que outros países estavam disputando os espaços da Cultura na América Latina, cada qual se prontificando a promover políticas de cooperação cultural ligadas às estruturas dos Estados. Em ofício endereçado em 27 de dezembro daquele ano ao ministro das Relações Internacionais, o chefe da Divisão de Cooperação Intelectual fez um relato dessa disputa alegando que não somente o Brasil, mas também os americanos estavam disputando a primazia na área do ensino superior. Assim se

³¹⁵ Pesquisando os arquivos do Conselho de Educação Secundária, Básica e Superior a partir de 1941, em Montevidéu, não encontramos na planilha de disciplinas dos cursos do segundo ciclo o ensino da língua portuguesa. Faziam parte da grade de alguns cursos (cátedra Ciências Econômicas) os idiomas inglês (em quase todos), francês e italiano.

expressou Graça Aranha: “a Universidade de Assunção é o ponto básico para assentar o nosso prestígio cultural no Paraguai. É necessário, segundo penso, financiar a construção dessa Universidade”.³¹⁶

Na verdade a construção da Universidade era parte do projeto brasileiro que elaborou propostas de ajudar na reforma do Ensino, semelhantes às que estariam ocorrendo no Brasil. Mais adiante, ele relata que os EUA e a Argentina apresentaram o mesmo projeto, mas os paraguaios já haviam se comprometido com o Brasil, restando, assim, para os americanos a implantação dos cursos técnicos profissionalizantes. Reclamava o diplomata que os EUA haviam conquistado os peruanos apresentando as mesmas propostas do Brasil, na área de educação.³¹⁷ Para os paraguaios, a preferência era dos brasileiros, que tinham um “jeito” não impositivo de lidar com as questões da educação, além de respeitarem mais as características do paraguaio.

A realização de cursos para o setor agrícola no Paraguai também estava sendo disputada pelo Brasil e pelos EUA.³¹⁸ O resultado imediato das negociações de Graça Aranha foi o envio para o Paraguai do educador paulista Lourenço Filho, um dos pioneiros da Escola Nova, intelectual atuante no processo de reforma³¹⁹ do ensino do governo de Getúlio Vargas.³²⁰

³¹⁶ Ofício Confidencial. Viagem do ministro Temistocles Graça Aranha no Prata (Uruguai, Argentina e Paraguai). 27 dez. 1943. AHI-Rio de Janeiro. Loc. 542.6 (43).

³¹⁷ Em 10 de janeiro de 1944, o historiador Guy de Hollanda enviou um ofício a Graça Aranha relatando a continuidade do acordo entre os EUA e o governo do Peru. Os EUA dariam a sua colaboração na área de reforma do ensino por meio do SCIE (Serviço Cooperativo Interamericano de Educação), que funcionaria como órgão de assistência técnica junto ao Ministério da Educação. O Peru contribuiria com 60 mil dólares e os EUA, com 130 mil dólares, valendo por três anos. Além do controle do funcionamento de toda a educação do País, segundo Hollanda, o SCIE poderia realizar pesquisas e implantação de projetos na área de educação infantil básica, de alfabetização, de instrução sanitária nas escolas, e fornecimento de material didático (Ofício Confidencial de Guy de Hollanda do Paraguai ao Ministro Osvaldo Aranha. AHI-Rio de Janeiro. Loc. 430.1(43).

³¹⁸ Ler mais sobre em Nepomuceno, 2013, p. 11-143.

³¹⁹ Lourenço Filho foi diretor do Ministério da Educação e Saúde, primeiro com Francisco Campos e depois junto a Capanema. Organizou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) e dirigiu-o de 1938 a 1946. Organizou cursos em universidades latino-americanas, e em 1944 colaborou na reforma do ensino do Paraguai. Em 1949, organizou e dirigiu o Seminário Interamericano de Alfabetização de Adultos, durante o qual recebeu o título de “*maestro de las Américas*”. Lourenço Filho, Anízio Teixeira e Fernando de Azevedo fazem parte de uma geração que coordenou as principais reformas do ensino no Brasil, durante e pós-Getúlio (Lourenço Filho. Coleção Educadores. Fundação Joaquim Nabuco, 2011. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>).

Lourenço Filho é o exemplo de intelectual que esteve com Getúlio Vargas pelas oportunidades que o governo lhe ofereceu de liderar o processo de reforma do ensino. Foi muito criticado, mas ficou à frente das reformas, inclusive após a queda de Getúlio. Na documentação que obtivemos para o mestrado, constam muitos ofícios sobre a participação direta de Lourenço Filho, não como um burocrata do Ministério da Educação, ocupante de cargos de direção, mas como educador, autor de um projeto muito claro de preparação de professores e jovens estudantes, e uma ação intensa na área de psicologia da

Na Argentina, Graça Aranha cumpriu uma intensa jornada cultural a começar pelas escolas públicas onde havia cursos “brasileiros”³²¹ e pode comprovar, segundo seu relato, o vivo interesse de alunos e professores pela cultura do Brasil. “Mais de mil alunos da Escola normal cantaram o hino brasileiro, em Rosário”, afirmou. Graça Aranha esteve com o Ministro de Instrução Pública, em Buenos Aires, que se interessou em promover na capital portenha os mesmos cursos ministrados em Rosário.³²²

Enfim, fica demonstrado que a viagem do Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Brasil à região do Prata trouxe excelentes resultados ao Brasil. O intercâmbio cultural e as ações de caráter permanente do Brasil na área de cultura nos países visitados pelo ministro tiveram continuidade nas décadas posteriores, como procuro demonstrar na atual pesquisa sobre o trabalho da Missão Cultural no Uruguai e como tive oportunidade de fazê-lo no meu Mestrado. Desses acordos, estabelecidos pelos governos do Brasil e países assinalados, resultou a criação de Faculdades, colégios de ensino básico e médio com direção de professores brasileiros, centros de estudos, Institutos Culturais, cursos do idioma Português, de Literatura e de cultura Brasileira, publicação e troca de livros entre os países de várias áreas- desde Ciências, administração, artes, etc.-, intercâmbios universitários e técnicos, e demais atividades. Vale destacar o compromisso do Brasil em colaborar também com a reforma de ensino nesses países, especialmente no Paraguai. Na Argentina, as ações culturais do Brasil estenderam-se por cidades como Tucumán e Rosário, esta última onde foi criado um Centro de Estudos Brasileiros no mesmo período que as Missões Culturais iniciaram os

educação no Brasil. Há programas de trabalho no Paraguai e despachos com o ministro Osvaldo Aranha (Ofício de Lourenço Filho ao Ministro Capanema, repassando as indicações do Ministério das Relações Exteriores sobre os convênios firmados com Paraguai. AHI-Rio de Janeiro, 28 ago. 1941. Loc. 542.6(43)). Ler mais sobre seu trabalho no endereço eletrônico acima mencionado.

³²⁰ Intercâmbio Cultural do Brasil com o Continente, 22 out. 1943. AHI-Rio de Janeiro. 542.6(43)(41)(44).

³²¹ Cursos brasileiros seriam os cursos da língua portuguesa, que estariam sendo cancelados por motivo de falta de verba e por falta de professores qualificados. Graça Aranha recebeu uma comissão de alunos argentinos pedindo para que ele intercedesse junto ao poder público para que os cursos não acabassem e que fossem acrescidos de cursos de Literatura Brasileira. Segundo seu relato, ao falar com o ministro de Instrução Pública da Argentina, após esse encontro, esse problema teria sido resolvido (Ofício de 22 out. 1943. AHI-Rio de Janeiro. Loc. 542.5(43)).

³²² O Brasil mantinha vários convênios culturais também com a Argentina, desde a ida do presidente Vargas àquele país (1935), até o convênio de intercâmbio universitário. Outros convênios com a Argentina foram gerados durante essa visita e finalizados posteriormente, tais como a Revisão dos Livros de História: no Brasil, Getúlio nomeou uma comissão de notáveis para apresentar as resoluções para a Revisão dos Textos de História e Geografia, diante da convenção prestes a ser assinada entre Brasil e Argentina. AHI- Rio de Janeiro. Loc. p. 4, M14.

trabalhos em Buenos Aires.³²³ A atuação de Lourenço Filho, como um dos ideólogos da Escola Nova,³²⁴ no campo do Ensino, no Paraguai, teve repercussão nos demais países da América Latina. Segundo Graça Aranha, houve solicitações para a ampliação dos cursos de Lourenço Filho na Bolívia, no Peru, na Venezuela, na Colômbia, no Uruguai e na Argentina, através das universidades.

Ao voltar do Paraguai, onde havia estado para discutir a sua colaboração na reforma de ensino daquele país, Lourenço Filho dirigiu-se aos seus superiores elogiando o espírito de solidariedade do presidente Vargas e mostrando-se orgulhoso de estar fazendo parte desse programa:

Devo exprimir também o meu reconhecimento pela atenção que, à missão de que fui incumbido, dispensou esta Divisão [de Cooperação Intelectual], cuja obra desenvolvida ano sentido da elevação da cultura brasileira no estrangeiro, tão de perto pude agora sentir. É de esperar que esta obra, realmente patriótica, mais e mais se possa desenvolver, tanto ela influi para um melhor entendimento sobre o Brasil e as demais repúblicas americanas, servindo assim as tradições do país, e a superior política de fraternidade continental do Presidente Vargas, firmemente desenvolvidas pelo chanceler Osvaldo Aranha.³²⁵

3.3. Governo Vargas: terreno fértil para o desenvolvimento da Literatura

Dois anos antes de Cecília Meireles, o diplomata Álvaro Teixeira Soares,³²⁶ membro da chancelaria brasileira em Montevideu, escritor e crítico literário, fez parte

³²³ Intercâmbio Cultural do Brasil com o Continente. 22 out. 1943. AHI-Rio de Janeiro. 542.6(43)(41)(44). p. 1-3.

³²⁴ Lourenço Filho foi um dos principais signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932). O manifesto defendia a escola pública e gratuita para todos e com qualidade. Defendia novas metodologias de ensino e com o alcance social que pudesse ter a educação. Foi um movimento que, no Brasil, iniciou-se no Rio de Janeiro por intelectuais da monta de Lourenço Filho, Fernando Azevedo, Cecília Meireles e outros, cuja discussão e implantação deram-se no contexto de mudanças promovido pela “revolução” de 1930 e seguiram-se por muitos anos, pós-Getúlio, com trabalhos dirigidos pelos educadores (Cf. CAMURRA; TERUYA, 2008).

³²⁵ Relatório de Lourenço Filho sobre viagem ao Paraguai. 26 mar. 1943. AHI-Rio de Janeiro. 510.6(43).

³²⁶ Em 1940, Teixeira Soares era o Primeiro Secretário da Embaixada do Brasil em Montevideu. Já havia escrito vários livros, entre os quais: *Noite de Caliban* (1923); *Vida dramática, ensaio de sociologia* (1929); *Fatores históricos da unidade brasileira* (1935); *Mágica* (1935); *Imagens de Machado de Assis* (1936); *Machado de Assis e o seu tempo* (1939); *O pessimismo de Machado de Assis* (1939); *Walt Whitman, poeta e profeta* (1939); *Roteiro de uma viagem* (sociologia e economia dos países latino-americanos) (1942); *Das origens do Pan-americanismo à União Pan-americana* (1940); *A mensagem de Graça Aranha* (1941), entre outros.

dos conferencistas do ICUB apresentando suas expectativas sobre *As Modernas Tendências da Literatura Brasileira*. A conferência teve lugar no salão de atos do ICUB, em 31 de julho de 1942, e suas primeiras palavras revelam a importância que o governo brasileiro conferia à literatura, como uma dos principais caminhos para mostrar ao mundo a verdadeira dimensão das mudanças que estavam se processando no país.

Álvaro Teixeira Soares possuía dois predicativos que vamos encontrar, com frequência, entre os colaboradores da chancelaria brasileira no ICUB. Como homem do governo, ele possuía a visão e as orientações políticas da diplomacia para estabelecer aproximações entre os países, via interação cultural; e, como escritor e ensaísta, tinha consciência das afinidades da literatura com a realidade política e social do país.

Para Teixeira Soares, poderia significar também o registro do cotidiano simples de uma época, seus costumes, o pensamento de seus cidadãos. Iniciou sua conferência afirmando que

(...) o que justamente acontece é que, se pretendermos conhecer o movimento, os costumes, o espírito em suma de determinada época, vamos aos romancistas, dramaturgos, poetas, historiadores e pensadores que a descreveram e interpretaram. São eles, digamos assim, os melhores fotógrafos de seu tempo. Então compreendemos o valor da criação literária (SOARES, 1942, p. 5).

Para Teixeira Soares, os movimentos de renovação literária do Brasil precederam aos movimentos de renovações políticas ou estiveram muito conjugados. Foi assim com a Independência e as aspirações do Romantismo; com o movimento de renovação crítica, filosófica e jurídica da Escola de Recife, que precipitou a campanha da abolição da escravatura, ou com a campanha de renovação estética do Brasil, de 1922, chamado Modernismo, que antecedeu o movimento político de 1930 (SOARES, 1942, p. 6).

Para o diplomata, havia uma grande afinidade entre os propósitos dos escritores e artistas do período que antecedeu ao movimento de 1930, de recuperação dos valores da brasilidade e abandono dos padrões europeístas, com as aspirações nacionalistas da revolução proposta por Getúlio Vargas.

Em 1930 explodiu o movimento revolucionário que encerrou o período chamado de Primeira República, proclamada em 1889. A obra de renovação política, econômica e social do governo do presidente

Getúlio Vargas vem adquirindo de ano para ano, proporções cada vez mais vastas, abrangendo a economia, a política, as relações entre capital e trabalho, a reorganização do Exército e da Marinha, a industrialização em grande escala, a renovação do sistema rodoviário e ferroviário, o ensino primário e secundário. E tão vasta é essa obra que somente o tempo nos poderá dizer da verdadeira grandeza das suas perspectivas. Seja como for, por detrás desse formidável trabalho de reconstrução – da mesma forma que ocorre com a construção de uma mole ciclópica – está surgindo um Brasil completamente novo, com imensas dimensões políticas e espirituais (SOARES, 1942, p. 9).

Há, nessas duas esferas, Literatura e Política, segundo se pode depreender de suas análises, uma dose coincidente de pioneirismo – “árido, corajoso e belo” – de superar as velhas estruturas, que na Literatura são marcadas pelos paradigmas europeus:

Ora, a imitação não permite o pioneirismo. Vive da tarefa de curto fôlego. (...) Nem mesmo obriga o escritor a embrenhar-se pelo interior como fizera Euclides da Cunha para sentir e escrever “Os Sertões” (SOARES, 1942, p. 8).

Por volta de 1920, segundo Soares, coexistiam duas imagens do país:

uma [Pátria] constituída por um Brasil do litoral, voltado para os modelos europeus e outra, a do Brasil do Interior, com o seu cenário imenso e variado, os seus tropeiros, violeiros, sertanejos, gaúchos e cantadores, Brasil prodigioso de história, de folclore, música, costumes, energias recônditas (SOARES, 1942, p. 7).

Na conclusão subentendida de Soares, a junção das fronteiras culturais do Brasil, que significavam também fronteiras sociais e econômicas, como já havia dito o presidente do Brasil, seria a motivação explícita dos modernistas brasileiros consonante com o pioneirismo de Getúlio Vargas. Daí a sintonia com os intelectuais modernistas.

São inúmeros os nomes de autores que se firmam no cenário varguista, mas o autor preocupa-se em definir as principais tendências que compõem o mapa da Literatura Contemporânea, para onde “confluem numerosos afluentes”. Para ele, a primeira grande tendência corresponde à formulação de um ideal de disciplina católica, abrangendo todos os campos da experiência estética ou pedagógica, programa de Fé e de Cultura, chefiado por Tristão de Athaíde, herdeiro dos grandes escritores católicos como Jackson de Figueiredo e outros. A segunda tendência é a da renovação política,

de que é centro a revista “Cultura Política” mantida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. (...) Congrega um grupo de ensaístas, sociólogos e comentadores que acompanham com interesse não só a grande obra política e econômica do Governo Getúlio Vargas, mas também procuram tirar do passado lições que expliquem o presente e constituam o ponto de partida de novas orientações. “Cultura Política” é hoje um centro muito importante de estudos brasileiros do mais subido valor (SOARES, 1942, p. 10).

A terceira corrente da Literatura Brasileira que ele denominou de “introspecção das realidades sociológicas brasileiras” revelaria o estudo da terra e do homem dentro de um espírito de renovação e revisão do que anteriormente se escrevera. Teria como fundamentos a criação e a observação, ampliando estudos realizados por Couto de Magalhães, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, e que incluiria demais estudos que discutem as relações sociais e econômicas das principais regiões do país, correntes a que pertenceram Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Carneiro Leão, Roberto Simonsen e Roquete-Pinto.³²⁷

Podemos afirmar que as conferências pronunciadas por membros da chancelaria do governo no Uruguai representavam uma afirmação da visão do governo sobre determinados assuntos e a ligação entre a imagem empreendedora do governo com as mudanças relevantes operadas no país. Eram meticulosamente produzidas e quase que imediatamente publicadas. Um estudo mais aprofundado do mapa literário desenhado pelo diplomata Soares poderia nos levar a inferir que boa parte desses escritores esteve na base das políticas culturais do governo Getúlio.

³²⁷ Soares faz um mapa literário do Brasil: entram aí os poetas que sofreram muito a influência do parnasianismo, como Frederico Schmidt, Manuel Bandeira, Alphonsus de Guimarães, Henriqueta Lisboa, Cassiano Ricardo, Ribeiro Couto, Carlos Drummond de Andrade, entre outros. Falou sobre os escritores que desencadearam um movimento de pesquisa das tradições regionais do Brasil, da música, do folclore, tais como Mário de Andrade, Renato Almeida, Câmara Cascudo etc. Na linha de pesquisa, citou ainda Arthur Ramos, com seus estudos sobre a população negra. Enfatizou a importância dos romancistas modernos, muitos com foco nas regiões do Brasil, que fizeram com que o país se unisse através da Literatura. São eles: Jorge Amado, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Erico Veríssimo, Dinah Silveira de Queiróz, Marques Rebello, José Lins do Rego. E no ensaio, os olhares críticos de Sergio Milliet, Sergio Buarque de Holanda, Octavio Tarquínio de Souza e Silvio Rebello foram igualmente mencionados. Outra corrente destacada por Soares diz respeito aos escritores que procuravam criar personagens num esforço de criação de novas linguagens, como os casos de Mário de Andrade, com *Macunaíma*, e Cassiano Ricardo, com seu *Marcha para Oeste*. Por fim, Soares destaca os escritores que, dentro do movimento de renovação estética, combatem os particularismos em uma perspectiva universalista. São eles: Sergio Milliet, Affonso Arinos de Mello Franco, Ivan Lins, Álvaro Lins, Afrânio Peixoto, Mucio Leão, Manoelito de Ornellas e outros (SOARES, 1942, p. 10-13).

3.3.1 Diálogos além das fronteiras culturais

Viajeros o diplomáticos (viajeros y diplomáticos) avanzaron como entre brumas que cubría las dos grandes islas (ROCCA, 2006, p. 14).

O crítico literário uruguaio Paulo Rocca, autor de vários livros sobre literatura hispano-americana, em especial sobre a relação dos escritores do Uruguai com a literatura do Brasil,³²⁸ refletindo sobre os distanciamentos culturais entre países da América Latina, afirmou que, somente após o movimento das vanguardas dos anos vinte, houve um esforço para ultrapassar as barreiras da língua e da cultura e buscar uma interação cultural entre Brasil e demais países da América Latina. Houve tentativas, de um lado e de outro, desde o século XIX, para romper essas fronteiras, que ele identifica como originárias de tentativas individuais, isoladas, ou tentativas institucionais. Conforme assinalou o crítico:

está probado que hubo minorias hispano-americanas preocupadas por superar el aislamiento, por convertir a esos dos universos lingüísticos y culturales, esas dos islas (Brasil y hispanoamérica) ao menos en un archipiélago cubierto de puentes o de rutas de acceso (ROCCA, 2006, p. 14).

Houve várias tentativas, como já foi mencionado desde o primeiro capítulo, no âmbito da institucionalidade (Conferências Pan-americanas, intercâmbios acadêmicos, acordos entre governos), bem como no campo autônomo da Literatura, em torno de personagens interessados em descobrir, reconhecer e identificar semelhanças e diferenças nas culturas das nações próximas e distantes, ao mesmo tempo. A história cultural hispano-americana se consolida com numerosos exemplos de trajetórias de escritores que circularam pela América procurando entretecer pensamentos e desejos de se conhecerem. Para Rocca, e com o que concordamos, durante o governo Getúlio Vargas é que se intensificou essa aproximação entre Brasil e demais países.

³²⁸ ROCCA. *Ángel Rama, Emir Monegal y el Brasil. Dos Caras de un proyecto latinoamericano*. Tese de Doutorado defendida no Departamento de Literaturas Espanhola e Hispano-americanas da FFLCH – Universidade de São Paulo, 2006.

Da mesma forma Rocca assegura que:

(...) sólo empezó a reforzarse desde arriba, durante el gobierno de Getúlio Vargas, a comienzos de los cuarentas, con la creación de Institutos brasileños de cultura en diferentes países hispanoamericanos, y también a causa de la persecución política de que fueron objeto – por ese mismo régimen muchos intelectuales brasileños que debieron buscar refugio en los países hispanoamericanos, en especial en el Río de la Plata. (...) (ROCCA, 2006, p. 9. Destaque do original).

Acrescentaríamos que, não obstante as tentativas isoladas de romper esse isolamento no final do século XIX e começo do XX criou-se com Vargas uma política cultural de Estado voltada para a América Latina, expressada a partir de seus discursos e que implicou planejamento, mudanças e reformas na estrutura de ministérios (especialmente de Educação e Saúde e das Relações Exteriores). A cooperação cultural, antes quase espontânea, ou dependente de atitudes individuais, passou a fazer parte da agenda do governo brasileiro na América Latina, antes mesmo dos anos de 1940, no ambiente das conferências e dos acordos bilaterais, política essa que foi se sedimentando com planejamento, regularidade e permanência. Outra razão que levaria a uma aproximação entre intelectuais de um país a outro, para Rocca, foi o surgimento de uma nova comunidade de interesses políticos de vertente socialista que impulsionou os intelectuais a trabalharem uma nova aliança internacional-regional pela via da cultura (ROCCA, 2006, p. 14).

Houve também quem se exilasse, protegendo-se desse mesmo governo, como bem afirma Rocca, elaborando parte de suas obras no convívio com intelectuais de países como Argentina e Uruguai, destinos comuns dos perseguidos políticos do Brasil. Só para citar alguns, antes dos anos de 1950, Portinari (1947-1948) e Jorge Amado (1941-1942) permaneceram por meses no Uruguai, além de muitos que depois dos levantes de 1935 foram perseguidos pela polícia de Getúlio, intelectuais ligados ao Partido Comunista, tais como Lídia Besouchet e Newton Freitas, exilados no Uruguai e depois na Argentina.

Outra interessante afirmação de Rocca é o fato de ele reconhecer o papel que o ICUB desempenhou no Uruguai para diminuir as distâncias culturais entre os países, fortalecendo o diálogo e potencializando o trabalho de poetas e escritores, como Gastón

Figueira, Ildefonso Pereda Valdés e Cipriano S. Viturera, que tiveram a preocupação de interpretar a literatura e a cultura brasileiras (Cf. ROCCA, 2006, p. 6), como veremos no próximo tópico.

Antes, porém, consideramos importante o registro de Luis Alberto Musso, sobre quem já nos referimos nos capítulos anteriores, de uma extensa bibliografia com dezenas de livros uruguaios sobre o Brasil, e dezenas de periódicos que circularam desde o século XIX em língua portuguesa, em várias cidades do Uruguai, em especial em Montevideu.³²⁹

Diante da evidente impossibilidade de tratar desse material no presente trabalho, pelo seu gigantismo e complexidade, mesmo que nos limitássemos ao período em questão, apresentaremos uma parte, ao menos, no anexo, esse competente levantamento. Queremos com isso apenas sinalizar que não somente *viajeros y diplomáticos* voltaram seus olhares para o Brasil, mas também segmentos amplos da sociedade uruguia, como nos foi possível verificar.

3.4 Rede de sociabilidade: participação permanente e temporária

Além dessa rede institucional de políticos e diplomatas, entretanto, muitos professores universitários, jornalistas, políticos e escritores uruguaios também se aproximaram, colaborando com o Instituto de diferentes maneiras. Citamos alguns: Eduardo Couture (1904-1956), primeiro diretor-presidente do ICUB, advogado e professor, reitor da Faculdade de Direito de Montevideu; Juan Pou Orfila, médico docente da Faculdade de Medicina de Montevideu, estudou na Espanha, Alemanha, França, EUA, Suíça e Itália, publicou vários livros de medicina e como humanista publicou *Discursos Universais y Escritos Culturales*; Luis Alberto Musso, colaborador do ICUB, pesquisador, diretor da Sessão da Biblioteca do Poder Legislativo do Uruguai, autor de livros sobre o Brasil; Mariano Carballo Pou, membro fundador do ICUB e participante das primeiras comissões diretivas do ICUB, docente da Faculdade de Veterinária da UDELAR; Nylia Ziegler, colaboradora do ICUB, diretora da Escola Universitária de Bibliotecólogos em Montevideu; Buenaventura Caviglia, colaborador do ICUB, ensaísta com interesse nos escritores brasileiros, teve importante participação

³²⁹ MUSSO. Biografia Uruguaya sobre Brasil. Publicaciones del Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño. Montevideu: ICUB, n. 17, 1967.

no acolhimento de exilados brasileiros depois de 1935, protegendo-os; José Maria Peña, autor do livro *Esencia y Obra de Santos-Dumont* (1958); Enrique Rodríguez Fabregat, conferencista do ICUB, deputado, senador e ministro da Instrução Pública do presidente *Batlle y Ordonéz*, escreveu sobre *La unión de América por el espíritu* (*Cultura Autónoma y Universidades americanas*).

Figura 9 – Intelectuais e artistas uruguaios se confraternizando. Da esquerda para a direita: Florindo Villa Alvarez, Cipriano Vitureira, Adolfo Pastor, senhor de óculos e bigode, n. id., Walter Wey, Floriano Parreira. Sentados: Yolanda Gama de Macedo, escritor espanhol Rafael Alberti, recém-exilado na Argentina e Uruguai, María Martinelli de Portinari, Cândido Portinari e Albino Peixoto Jr., 1947-1948 (Arquivo Família Cipriano Vitureira).

Figura 10 – Chegada de Portinari, Maria e o filho João Cândido à Montevideo, 1947. Rodeado por professores e amigos do ICUB. Da esquerda para a direita: Albino Peixoto, escritor uruguaio García Moyano (AIAPE). No centro, Portinari e família (Maria, a esposa, que era uruguaia). Atrás do pintor,

Julietta Tagle (de chapéu) e o marido Cipriano Vitureira. À direita, o pintor José Cúneo. De óculos escuros, o pintor Vicente Martín (Acervo Família Vitureira).

Dos participantes do Brasil, poderíamos definir ao menos dois tipos de participação: havia os intelectuais, os artistas e os músicos convidados para ocasiões especiais (conferências, palestras, mostras de arte e concertos musicais), e havia um segundo modelo de participação, que eram daqueles vinculados diretamente ao programa pedagógico do Instituto e ao Programa de Intercâmbio Cultural do Itamaraty, os professores, técnicos e pesquisadores, que tinham o compromisso de ministrar ou dirigir determinado programa no Instituto, por, no mínimo, dois anos. Esses profissionais eram, normalmente, vinculados a universidades federais ou estaduais, como já mencionamos, e recebiam um passaporte temporário que poderia se renovar a cada dois anos, caso houvesse interesse das partes, podendo o profissional permanecer no país ou cumprir esse mesmo compromisso em outro país.

Caso por exemplo de Antonio Houaiss que, depois do Uruguai, foi para a Argentina e para outros países; o pesquisador antropólogo Paulo de Carvalho Neto, que circulou toda a América Latina ministrando aulas sobre folclore e criando centros de pesquisas; ou o diretor pedagógico Albino Peixoto, que do Uruguai, onde permaneceu por 10 anos, foi para o Paraguai desempenhar a mesma função; o gramático e orientador pedagógico Dalton Boechet, que após longa permanência na Argentina transferiu-se para o Uruguai; entre muitos outros casos.

Do Brasil, podemos destacar os seguintes intelectuais: Manoelito de Ornellas, professor gaúcho de Literatura Hispano-Americana e Cultura Ibérica no Rio Grande do Sul, colaborador do ICUB que proferiu palestra sobre Federico García Lorca (1946); Moysés M. Vellinho, escritor gaúcho, deputado estadual, conferencista do Instituto, cujo tema era *Panorama de la Literatura brasileña contemporânea*; Tania Franco Carvalhal, professora de Teoria Literária e Literatura Comparada da Universidade do Rio Grande do Sul e na Universidade de São Paulo, e no Uruguai ministrou cursos e conferências no ICUB e na Universidade; Décio Martins Coimbra, jornalista gaúcho e membro da primeira diretoria do ICUB; Antonio Houaiss, bacharel em Letras Clássicas pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade Brasil (RJ), permaneceu de 1943 a 1945 no Uruguai e foi professor de português no ICUB, sendo responsável pela organização dos primeiros cursos e dos primeiros materiais pedagógicos. Voltando ao

Brasil, abraçou a carreira diplomática, servindo em vários outros países; Dalton Boechat, professor de Línguas e de Filosofia no Brasil, no Uruguai escreveu os Cadernos de Gramática do ICUB em 1953, 1954 e 1955, para alunos de Português do ICUB.

Boechat e Antonio Houaiss trabalharam juntos para criar uma metodologia do ensino da gramática brasileira. Ambos eram do Partido Comunista. Dalton Boechat só voltou para o Brasil em 1954 para trabalhar na Petrobras. Foi cassado após o golpe militar de 1964, segundo depoimento de seu filho, o jornalista Ricardo Boechat.

Marques Rebelo, jornalista, romancista, escritor brasileiro, formado em Direito pela Universidade do Brasil. Marques Rebelo integrou a Academia Brasileira de Letras. No Uruguai promoveu várias exposições de artistas brasileiros, dentre as quais, *20 Artistas Brasileiros*, em 1945, realizada em parceria com ICUB e Secretaria Municipal da Cultura de Montevideú.

Paulo de Carvalho Neto, antropólogo, um dos primeiros folcloristas do Brasil e pioneiro nos estudos sobre a cultura popular na América Latina. Era professor na Universidade Brasil. No Uruguai ministrou cursos de antropologia na UDELAR e no ICUB. Produziu vários livros e ensaios em Montevideú: *Concepto de Folklore*, *Folklore y Psicoanálisis* e *Folklore y Educación*. Em 1954 presidiu a delegação uruguaia no Congresso Internacional de *Folklore* de São Paulo. Walter Wey, escritor, professor de Literatura no ICUB, autor de Manual de Literatura Brasileira (ICUB), 1955, diretor da Seção Didática do Instituto; Iberê Camargo, pintor e gravador gaúcho, ministrou curso de gravura para alunos do ICUB; Melânia Silva de Aguiar, crítica literária, docente de Literatura, conferencista do ICUB; José Guilherme Melquior, embaixador do Brasil no Uruguai, escritor, ensaísta, crítico literário, membro da Academia Brasileira de Letras e depois de 1946, na Unesco; Bella Joseff, docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, autora de livros sobre Literatura Hispânica, ministrou curso sobre Literatura Brasileira no ICUB.

Em 1932, José Lins do Rego publicou *Menino de Engenho*, seu primeiro romance. Obra essa que lhe rendeu o Prêmio da Fundação Graça Aranha. Em 1935, transferiu-se definitivamente para o Rio de Janeiro, onde exerceu a diplomacia e colaborou em vários jornais locais. No ano de 1943 publicou *Fogo Morto*, considerado sua obra prima e síntese do ciclo do açúcar. No ano de 1944, em missão oficial, foi à Argentina e ao Uruguai, países em que proferiu várias conferências sobre literatura

brasileira. O escritor uruguaio Emir Rodríguez Monegal dedicou-se a estudar as obras de Lins do Rego e em 1950 faz uma conferência no ICUB, que resultou em uma publicação (1952), analisando os principais romances do autor paraibano e a sua importância para a literatura brasileira.³³⁰

Além dos citados, inscrevemos dezenas de artistas de teatro, artistas plásticos e músicos brasileiros e uruguaios que se apresentaram durante as programações culturais do Instituto. Citamos alguns: Maria Lúcia Godoy, Aldemir Martins, Mario Cravo, Iberê Camargo, Lívio Abramo, Marcelo Grasmann, Fayga Ostrower, Francisco Kurt Lange, Arthur Moreira Lima, Vasco Prado, Ligia Clark, entre muitos outros.

3.4.1 A receptividade da sociedade uruguaia

O Uruguai estava vivendo na década de 1940 um período de estabilidade, *en el atmosfera de libertad y de amplio debate cultural*, como afirmou o crítico literário Paulo Rocca (2006, p. 8). Praticamente todos os periódicos locais davam cobertura às atividades do ICUB, como atestam os noticiários coletados dos anos de 1940 e 1950 e os informes do Instituto que publicavam a cobertura no noticiário local.

Duas personalidades brasileiras concentravam a admiração dos uruguaios e eram uma espécie de avalistas dos projetos do Brasil naquele país: o Barão do Rio Branco e o presidente Getúlio Vargas. Seus feitos foram divulgados (ou lembrados) com frequência.³³¹ No centenário de nascimento do Barão do Rio Branco, em 1945, uma grande publicação, com muitas fotos ilustrativas, circulou por Montevidéu, com vários em homenagem ao chanceler responsável pela renegociação do tratado de fronteiras com o Uruguai. O título da publicação era *Barón de Rio Branco. Figura Continental*, e foi publicada pela editora *Toda América*, em Buenos Aires.

Além das realizações do chanceler brasileiro registradas em artigos e assinadas por ilustres políticos do Uruguai e Argentina, a revista *Barón de Rio Branco* traz uma ampla retrospectiva, com fotos e textos, da política de intercâmbio cultural entre Brasil e Uruguai, bem como dos acordos comerciais firmados entre Brasil e os dois países.

³³⁰ *José Lins do Rego y algunos problemas de la novela brasileña*, palestra proferida por Emir Rodríguez Monegal em 18 de agosto de 1950. Publicada pelo ICUB na Série Conferências, 1952.

³³¹ Tivemos acesso a muito material de imprensa no ICUB, bem como nos arquivos da Biblioteca Nacional do Uruguai. São centenas de recortes do final dos anos de 1940 até os anos de 1960.

A publicação destaca em sua página central a nova realidade do Brasil com Getúlio Vargas, apontando para feitos significativos nessa nova fase de desenvolvimento do país, tal como a construção da Siderúrgica de Volta Redonda como um marco desenvolvimentista que poderia projetar o Brasil na América Latina.

Intitulado *El Proceso de la transformación industrial del Brasil* e como subtítulo a frase de Getúlio Vargas *La edad de hierro marca el período de opulência económica*, o artigo é a transcrição do discurso em espanhol pronunciado pelo presidente brasileiro, em 7 de março de 1943, em Volta Redonda, e deixa muito claro em uma das frases pronunciadas pelo presidente que os países da América Latina mais próximos do Brasil poderiam se beneficiar do processo de industrialização autônomo, naquele momento em curso, que previa a criação de um potente parque industrial, cujos benefícios, sugeria Getúlio Vargas, seriam compartilhados com as nações amigas.

Apesar de alguns momentos de desconfiança, especialmente diante do acordo de obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa nas escolas públicas secundárias do Uruguai, medida que gerou uma acalorada polêmica no meio intelectual, as ações de cooperação cultural através do ICUB foram responsáveis por uma vasta produção de livros de vários gêneros da Literatura, material didático para o ensino da língua, conferências, debates e congressos, um diversificado programa artístico com exposições de artes plásticas, apresentação de peças de teatro e concertos musicais.

O ensino regular do Português esteve no centro das preocupações do ICUB. Seus cursos habilitaram para o idioma português centenas de uruguaios,³³² de todas as idades. Enfim, o programa cultural levado pelo Instituto criou um campo de intermediação de interesses culturais sólidos e produtivos entre os países, desde 1940, ano de sua fundação. Centralizou todas as atividades da política cultural do Brasil naquele país e em vários campos de suas atividades tornou-se um modelo a ser adotado para demais países vizinhos.

³³² O levantamento de 2006 estipulava um número de 10 mil alunos formados pelos cursos de Português. (Catálogo dos 66 anos do ICUB).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras experiências de cooperação cultural entre os governos do Brasil e Uruguai iniciaram com os intercâmbios entre professores, estudantes e técnicos. Eram, todavia, ações isoladas que beneficiavam segmentos restritos da sociedade. Com a participação do país nas Conferências Pan-americanas, aumentaram as possibilidades e a eficiência em torno dessa prática cultural e ampliaram as atividades de cooperação cultural do Brasil na América Latina.

No ambiente das Conferências, uma agenda extremamente diversificada na área cultural aproximou os países em torno de questões que contribuíram para definir políticas de aproximação e de cooperação entre eles. Foram assinados dezenas de acordos, sugeridas e recomendadas inúmeras atividades e encaminhadas propostas para a formação de bibliotecas nacionais e interamericanas; para a revisão do ensino de História e de Geografia; para instaurar políticas de proteção e difusão das manifestações culturais dos povos originários; para implantar o ensino dos idiomas dos países americanos nas redes públicas de ensino; para criar cidades universitárias e cátedras de estudos americanos nas universidades nacionais; para editar livros nos idiomas dos países das Conferências; para criar institutos de cultura e até mesmo uma universidade interamericana, com sede no Panamá, foi projetada para que reunisse todos os países em torno de um único projeto educativo. Essa foi uma decisão encaminhada pelos ministros de Educação dos países na Conferência de 1943 e, por uma série de motivos, acabou por ser desmobilizada depois da Segunda Guerra.

As Conferências Pan-americanas lançaram as bases de uma rede de ações culturais e proporcionou condições e suportes jurídicos e institucionais, como a instituição da União Pan-americana, para reunir, com certa regularidade, a totalidade dos países da América em torno de interesses e necessidades comuns.

O “americanismo”, expressão que revela um sentido ampliado para visões diferenciadas sobre a América Latina, segundo Villafañe, permeou as relações entre os países, fossem elas inspiradas no *monroísmo* – reelaborado pelo pan-americanismo – ou no latino-americanismo, de cunho mais independente, e criou oportunidades de organização conjunta em várias áreas da estrutura organizacional das novas repúblicas.

O Brasil beneficiou-se enormemente desse convívio participando ativamente das Conferências e dos congressos que se articularam paralelamente às grandes assembleias. De 1889, data da primeira Conferência, até 1948, data da formação da OEA, Organização dos Estados Americanos, as assembleias interamericanas foram responsáveis por criar padrões e inspirar as práticas de cooperação cultural entre os países americanos. O Brasil soube transformar esse aprendizado, deglutir o discurso pan-americanista e avançar em algumas propostas a seu favor, como, por exemplo, indicar o aprendizado do idioma português nas redes de ensino dos países.

As missões culturais brasileiras, organizadas a partir do governo de Getúlio Vargas, desenvolveram em países da América Latina um conjunto de ações inspiradas nas recomendações das conferências pan-americanas e adequadas às necessidades específicas do novo governo. Essas missões eram compostas, inicialmente, por diplomatas, professores, intelectuais, entre os quais cientistas e escritores, que se articularam, em torno de institutos culturais para implantar o ensino do idioma português e difundir a cultura e o pensamento da nova elite brasileira. Em alguns países foram muito além desse programa pedagógico, como o Uruguai, por exemplo, onde desde agosto de 1940 concentrou-se uma multiplicidade de programas de cooperação cultural em torno do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, de longa duração.³³³

As Missões Culturais, embora não tivessem recebido a denominação de um programa cultural específico, inauguraram um período novo nas relações internacionais do Brasil, especialmente em relação aos países da América Latina, nesse âmbito. Foram deixados para trás modelos tímidos de cooperação cultural, de alcance limitado, e implantou-se uma agenda cultural que mobilizou recursos específicos, ações conjuntas entre ministérios (da Educação/Saúde e das Relações Exteriores), além do DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda do governo, e, sobretudo, incorporou um contingente considerável de profissionais qualificados, professores, diplomatas, escritores, cientistas e artistas brasileiros que prestaram serviços à Divisão Cultural do Itamaraty.

Foi em meio às mudanças internacionais provocadas pela derrocada das maiores economias mundiais diante da crise de 1929 que o Brasil avançou dentro das

³³³ O Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro funciona até os dias de hoje, em Montevidéu, mas com total independência do governo brasileiro. Ainda se encontra funcionando no 6º andar do Palácio Brasil, na Avenida 19 de Julho, centro da cidade.

possibilidades de negociação de suas demandas internas, rearticulando sua política externa. Foram registradas nesse período reformas importantes no Ministério das Relações Exteriores e definidas algumas estratégias na área de cooperação cultural, como estratégia de aproximação na região.

Houve três grandes reformas nessa área: a primeira delas, em 1934, sistematizou os intercâmbios e acordos culturais já firmados pelo Brasil e demais países, criou o Serviço de Cooperação Intelectual responsável por formar uma rede de intelectuais e organizações simpatizantes das novas políticas do país e da cultura brasileira, inclusive fora do Brasil. Por meio da primeira reforma seria iniciado um intercâmbio de bibliografias literárias e técnicas com outros países para veicular informações sobre aspectos da realidade brasileira. Desde o início das mudanças ministeriais, os intelectuais surgiram com papéis protagonistas para participarem do que viria a se transformar em um programa cultural internacional permanente. Todas as legações (representações diplomáticas) do Brasil no estrangeiro receberam instruções para desencadear ações culturais sistemáticas. As Missões Culturais Brasileiras Diplomáticas estavam em curso, e uma elite de intelectuais, de reconhecida habilidade e competência, foi escolhida preferencialmente para representar o Brasil. Boa parte era de catedráticos renomados e oriundos das universidades brasileiras, sobretudo de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul.

A reforma de 1937, ocorrida a poucos meses da implantação do Estado Novo, redimensionou essa política cultural internacional, ampliando as ações de cooperação intelectual via intercâmbios, organização de bibliotecas, fundação de institutos culturais, intercâmbios com demais centros culturais dos países etc.

A Circular n. 1.260, de 11 de novembro de 1937, reestruturou o funcionamento das comissões nacionais de cooperação cultural nos países da América e aperfeiçoou o mapeamento de intelectuais e demais atores com interesse sobre o Brasil no estrangeiro. Os intelectuais foram “fichados”³³⁴, bem como foram analisados seus livros e pensamentos.

³³⁴ O uso da palavra “fichados” é utilizado em seu duplo sentido: o estrito, pois seus dados estavam em fichas, e no sentido metafórico, pois o governo com isso fazia um mapeamento dos intelectuais que o apoiavam e dos que eram contra suas políticas.

Mas foi a partir da reforma de Osvaldo Aranha, em 1938, com o Serviço de Cooperação Intelectual, depois Divisão de Cooperação Internacional, que as orientações intensificaram uma política mais agressiva de divulgação do país no exterior, de aproximação com as comissões nacionais de cooperação intelectual nos países da América Latina e de confirmação dos convênios culturais já assinados anteriormente. As razões para as reformas no Ministério ficaram evidentes quando Aranha, embaixador do Brasil nos EUA (1934) e depois ministro das Relações Exteriores (1937), conclamou o Brasil a defender de forma enfática seus interesses na esfera internacional, especialmente nos EUA, marcar a sua imagem como um país determinado a executar projetos ambiciosos de desenvolvimento. Precisaria, segundo Aranha, alinhar-se às posições dos EUA, apoiar a sua preeminência em relação a outras potências e obter em troca o reconhecimento da liderança do Brasil na América Latina.

Somado a esse motivo, o de tornar-se o interlocutor dos EUA na América Latina, decisão que implicaria o redirecionamento de sua política de aproximação com os países da Região, no plano interno havia uma preocupação de construir uma imagem de governo forte que justificasse todas as medidas autoritárias assumidas pelo Estado em nome do desenvolvimento nacional. Somente os discursos de Getúlio não bastavam. Era importante mostrar os resultados da política desenvolvimentista e os avanços obtidos nos vários setores da sociedade.

A partir de 1937, o Estado Novo produziu séries diversificadas de material de propaganda, transformando em doutrina hegemônica o pensamento do presidente da República e de seus ideólogos, em torno da qual se alinharia todo o sistema de reformas do governo. Esse material veiculou em todas as direções, dentro do país, entre os países da região e no mundo.

Paralelo ao esforço de implementar uma política externa com certa independência em relação aos centros econômicos, mantendo a chamada política de *equidistância pragmática*, de que fala Gerson Moura (1980, p. 56), Vargas tenta, por outro lado, firmar-se como liderança política na região, seguindo a proposição formulada por Osvaldo Aranha, em 1938. Não parecia haver contradição entre a orientação de desenvolvimento nacionalista no Brasil e a visão mais internacionalista expressada por Osvaldo Aranha de fortalecer o país no continente, reservando para si, além da preeminência política, o papel de grande parceiro comercial dos países vizinhos.

A proximidade com os países da América Latina, entretanto, restringiu-se em grande parte ao campo cultural e político, especialmente, na década de 1930, no combate ao comunismo, e no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil exerceu de fato a liderança, conclamando os países à defesa dos EUA (Discurso de Vargas na III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em 1942). Apesar de ter fortalecido sua economia interna e externa, do início dos anos de 1930 até bem próximo do conflito mundial, e de ter aumentado o fluxo comercial com os países da América Latina, os maiores importadores do Brasil e os maiores exportadores de mercadorias para o país continuavam a ser os países dos centros econômicos, a Inglaterra, a França, a Alemanha e os Estados Unidos, com os quais desenvolveu uma política externa repleta de ambiguidades.

Na América Latina, Getúlio Vargas já vinha mantendo entendimentos com o governo uruguaio desde o golpe de Estado desferido por Gabriel Terra e seus aliados, em 1933. Documentos diplomáticos atestam que Terra contou com Getúlio para deter os opositores de seu governo que adentraram o território brasileiro pela fronteira, logo após o golpe. Em contrapartida, o Uruguai ajudou o governo do Brasil a impedir o trânsito entre comunistas brasileiros e uruguaios, em 1935, a pedido de Getúlio, num episódio que resultou no rompimento de relações entre Uruguai e Rússia. Em 1937, a polícia política do Uruguai conseguiu desbaratar um núcleo de opositores a Getúlio, liderados por Flores da Cunha, que desde a Argentina e o Paraguai se articulavam no Uruguai para marchar contra o governo de Vargas.

Durante os anos mais tenebrosos da ditadura Terra, muitos uruguaios conseguiram asilo no Brasil, retornando somente alguns anos depois. Caso, por exemplo, de Tomás Berreta, que voltou para o Uruguai somente em 1942, tendo sido eleito presidente em 1947, ou o caso de Luis Batlle Berres, que regressou para ser vice-presidente de Berreta, e o substituiria como o 30º presidente da República do Uruguai, de 1947 a 1951. E outros tantos brasileiros também se exilaram no Uruguai, como Jorge Amado (Argentina e Uruguai, de 1941 a 1944), Candido Portinari (Uruguai, 1947 a 1948), Lídia Besouchet (Uruguai, 1938 a 1940; Argentina até 1948) e Newton Freitas (Argentina, 1948 a 1948), entre outros.

A VII Conferência Pan-americana, em 1933, e os acordos bilaterais assinados entre Brasil e Uruguai permitiram uma proximidade maior entre brasileiros e uruguaios. A grande aliança entre Getúlio e Terra se daria em 1934, com a visita de Terra ao

Brasil, e em 1935, durante a visita de Getúlio ao Uruguai, quando foram confirmados convênios de múltiplos interesses e ratificados pelos respectivos congressos em 1937. De 1930 até setembro de 1945, um mês antes da saída de Getúlio Vargas do poder, foram assinados entre os dois países 210 decretos-leis, segundo o *Guia de Legislação* de Musso (1978, p. 122-162, Catálogos de atos legislativos e decretos-lei firmados), que versavam sobre a importação de gado, madeira e outros produtos, a exportação de lã, a entrada de estrangeiros, a exportação de ovinos, o ensino do português nas escolas uruguaias, etc.

Em 1940, novos ventos sopravam no Uruguai. A situação fora invertida. No Brasil, o golpe de 1937 fechara o Congresso e perseguia opositores, e no Uruguai o governo de transição de Alfredo Baldomir assegurava o restabelecimento de garantias mínimas na política do Uruguai. Nesse contexto foi fundado o ICUB, Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, centrado em um programa pedagógico de ensino do idioma Português e de Estudos Brasileiros, que concentrou uma série de iniciativas e programas culturais, com amplo apoio de políticos e intelectuais de segmentos os mais variados na sociedade uruguaia.

Para esse programa, Getúlio designou homens e mulheres “ilustres”, ou seja membro da elite culta do país e com competências reconhecidas em suas áreas de atuação, alguns com funções técnicas, outros como emissários do novo governo, anunciando o Novo Brasil. Era preciso explicar algumas expressões, sem as quais o governo de Vargas poderia ser mal interpretado: Estado Novo, Novo País, Nova Ordem eram trabalhadas especialmente por intelectuais ligados à chancelaria, como expressões sinônimas de desenvolvimentismo nacional, de ordem e equilíbrio. A Missão Cultural Brasileira, através do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, desenvolveu um extenso e variado programa pedagógico, promoveu encontros literários, conferências sobre variados assuntos, criou grupos sociais entre alunos e professores de teatro, música; organizou mostras de arte, intensificou os intercâmbios universitários e científicos, habilitou centenas de pessoas ao idioma Português; publicou dezenas de livros; revelou talentos para a música, para o teatro, na pintura e na literatura; trabalhou, enfim, com entidades e associações do país, criando parcerias colaborativas formando uma rede de sociabilidade que se expandiu para além dos limites do Instituto.

O ICUB representou um espaço de interação entre as culturas brasileira e uruguaia, que foi extremamente reconhecido pela sociedade uruguaia, comprovado no

apoio que recebeu não somente dos homens de governo, mas também de intelectuais e da sociedade uruguaia.

Para Teles Ribeiro, um dos poucos diplomatas que se preocuparam em analisar a importância da dimensão cultural nas relações internacionais, é preciso distinguir as características, que a seu ver diferenciam as chamadas Relações Culturais Internacionais da Diplomacia Cultural (RIBEIRO, 1989 apud NEPOMUCENO, 2012). Para ele, as relações culturais internacionais teriam o objetivo mais amplo, genérico, de desenvolver ações para a aproximação com demais países. Ações que poderiam ou não ser espontâneas e provocadas por diferentes agentes sociais. A Diplomacia Cultural, ao contrário, faz parte de uma política de Estado em que as tratativas culturais, normalmente planejadas e decididas ao nível de Estado, são canalizadas para “a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial e econômica”. São iniciativas do Estado diretamente conectadas à estrutura de governo e administradas pelo conjunto de profissionais ligados direta (corpo diplomático e demais funcionários públicos) ou indiretamente à estrutura administrativa do Estado.

Dentro desses critérios, poderíamos deduzir que as primeiras ações de intercâmbio cultural do Brasil até Vargas eram parte secundária das muitas atribuições desempenhadas pela diplomacia, enquanto ferramenta da política externa brasileira. Seus registros, como atestam os documentos, apontam para fluxos com nenhuma regularidade e decorriam de demandas espontâneas de setores da sociedade, por exemplo, das universidades ou de governos. Como já foi mencionado, o Brasil beneficiou-se muito com o aprendizado e a convivência entre os países durante as Conferências Pan-americanas e soube, como poucos países, sistematizar essas experiências, transformando-as em políticas de Estado.

As reformas ministeriais realizadas nessa área, as circulares orientando as ações da chancelaria, as articulações entre os ministérios da Educação e das Relações Exteriores, sobretudo com o Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo, o DIP, além da mobilização permanente de um conjunto de ilustres personalidades do meio cultural do Brasil atuando como representantes do Novo Brasil de Vargas nos levam a concluir que com Getúlio Vargas deu-se a construção de uma diplomacia cultural, de uma política de Estado habilmente pensada, eficiente e atuante, com papel de destaque na agenda das relações exteriores. Essa política cultural conseguiu construir no imaginário da

sociedade uruguaia, um Brasil grande e poderoso, *el gran hermano del norte*, e reservar à Getúlio Vargas um lugar de destaque político privilegiado ocupado até então pelo Barão de Rio Branco naquele país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 35 – *O Assalto ao Poder*. Direção de Eduardo Escorel. Documentário. Tatu Filmes, 2002. DVD.
- ACHUGAR, Hugo et al. *Identidad Uruguaya: ¿Mito, Crisis o Afirmación?* Montevideo: Ediciones Trilce, 1992.
- ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n47/a11n47.pdf>>. Acesso em 26 jan. 2014.
- AGUIAR, César; ALFARO, Milita et al. *Identidad uruguaya: mito, crisis o afirmación?* Montevideo: Ediciones Trilce, 1993.
- AICARDI, Oscar Abadie et al. *Guia de la documentación histórica diplomática sobre el Brasil en los archivos del Uruguay (1829-1950)*. Montevideo: Universidade de Montevideo; Embaixada do Brasil em Montevideo, 2005.
- ALDRIGHI, Clara. *Conversaciones reservadas entre políticos uruguayos y diplomáticos estadounidenses*. Selección de documentos del Departamento de Estado. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2012.
- ALEIXO, José Carlos Brandi. Simon Bolívar e o Brasil. *Revista Síntese*, n. 29, 1983. p. 11-20. Disponível em: <<http://faje.edu.br/periodicos2/index.php/Sintese/article/viewFile/2086/2380>>. Acesso em: maio 2015.
- ALMEIDA, Claudio Aguiar. *Cultura e sociedade no Brasil: 1940-1968*. São Paulo: Atual, 1996. (Col. Discutindo a História do Brasil.)
- ALPINI, Alfredo. La Revolución Conservadora (1930-1940). *Chasque* (on-line), Montevideu, Série Memoranda. Disponível em: <<http://www.chasque.net/frontpage/relacion/0210/revolucion.htm#top>>.
- AMADEO, Javier; ARAUJO, Cícero (Orgs.). *Teoria política latino-americana*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2009.

- AMARILLA, Alberto Guani. *Guani, el cancellier de América*. Montevideu: Doble Clic, 2006.
- ANDREUCI, Álvaro Gonçalves Antunes; OLIVEIRA, Valéria Garcia. *Cultura amordaçada: intelectuais e músicos sob a vigilância do Deops – Inventário Deops; Módulo VI – Comunistas*. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado; Imesp, 2002.
- ANPUH. *Revista Brasileira de História, Política e Cultura*, n. 23/24. São Paulo: Marco Zero/Anpuh, set. 1991/ago. 1992.
- ARCANJO JR., Loque. *O ritmo da mistura e o compasso da história: o modernismo musical nas Bachianas de Heitor Villa Lobos*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.
- _____. (Re)Dimensionando as fronteiras do nacional: identidade nacional de Heitor Villa-Lobos entre o americanismo e o pan-americanismo. *Revista Unicuritiba*, v. 1, n. 13, 2011. p. 215-140.
- ARINOS FILHO, Afonso. *Diplomacia independente*. Um legado de Afonso Arinos. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América – A América Latina na visão de intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. Tese de Doutorado. São Paulo. Universidade de São Paulo, 1998.
- _____. Os intelectuais brasileiros e o pan-americanismo: a Revista Americana (1909-1919). *Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC*, 2000. Disponível em: http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/katia_baggio_0.pdf. Acesso em: maio 2013.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Orgs.). *A Era Vargas – Desenvolvementismo, economia e sociedade*. São Paulo: Unesp, 2011.
- BELLINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. Coleção História; v. 53.

- BELLOTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Anna Maria Martinez (Orgs.). *A América Latina de Colonização Espanhola*. São Paulo: Ática, 1983.
- BENDA, Julien. *La trahison des clercs*. Paris: Les Éditions Grasset, 2003. Collection Les Cahiers Rouges. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/benda_julien/trahison_des_clercs/trahison_des_clercs_preface_1946.html. Acesso em: jun. 2014.
- BERABA, Ana Luzia. *América aracnídea*. Teias culturais internacionais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BETHELL, Leslie (Org.). *A América Latina após 1930*. Coleção História da América Latina. São Paulo: Edusp, 2005. v. VI.
- _____. *A América Latina após 1930: Ideias, Cultura e Sociedade*. Coleção História da América Latina. São Paulo: Edusp, 2011. v. VIII.
- _____. *A América Latina após 1930: de 1870 a 1930*. Coleção História da América Latina. São Paulo: Edusp, 2008. v. V.
- _____. *A América Latina após 1930: Estado e Política*. Coleção História da América Latina. Brasília: São Paulo: Edusp, 2009. v. VII.
- BESOUCHET, Lúcia. Mauá por trás do mito. *Brasiliiana Eletrônica*. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/lista-completa>. Acesso maio 2015.
- _____. Correspondência política de Mauá no Rio da Prata (1943). *Brasiliiana eletrônica*. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/correspondencia-politica-de-maua-no-rio-da-prata/pagina/17/texto>. Acesso maio de 2015.
- BEYHAUT, Gustavo. Dimensão cultural da integração na América Latina. *Revista Estudos Avançados* 20. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1994.
- BICUDO, Joaquim de Campos. O ensino secundário no Brasil e sua legislação atual. São Paulo: Aifes (Associação de Inspectores Federais de Ensino Superior).

Revista HELB – História do Ensino de Línguas no Brasil. UnB, ano IV, n. 4.1, 2010.

BOBBIO, Norberto. Considerações sobre os manifestos dos homens de cultura dirigidos às autoridades políticas. In: BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Ed. UNESP. p. 57-65.

BOMENY, Helena (Org). et al. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV; Bragança Paulista (SP): Universidade São Francisco, 2001.

_____. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: BOMENY, Helena (Org). et al. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV; Bragança Paulista (SP): Universidade São Francisco, 2001. p. 11-35.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Declaração dos artistas plásticos (11 de março de 1945). *Textos Políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 527-528.

BRAGA-PINTO, César. Homem de palavras, homem de letras: literatura e responsabilidade na obra de José Lins do Rego. *Luso Brazilian Review*, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/4347855/Homem_de_Palavra_Homem_de_Letras_Literatura_e_responsabilidade_na_obra_de_Jose_Lins_do_Rego. Acesso em: abr. 2015.

BRANDI, Paulo. *Vargas da vida para a História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983.

BRANDI, José Carlos Aleixo. Simon Bolívar e o Brasil. *Revista Síntese* n. 29, 1983. p. 11-20. Disponível em: <http://faje.edu.br/periodicos2/index.php/Sintese/article/viewFile/2086/2380> >. Acesso em: maio 2015.

BUENO, Clodoaldo. O barão do Rio Branco e o projeto da América do Sul. Brasília, *Revista Funag*, 2012. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1003-Cadernos_do_CHDD_-_Ano_11-

_NUmero_Especial_-_Segundo_Semestre_2012. p. 377- 409. pdf >. Acesso em: jan. 2014.

_____. O Barão do Rio Branco no Itamaraty (1902-1912). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 55, n. 2. Brasília, jul./dez. 2012. s/p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292012000200010&script=sci_arttext>. Acesso em: dez. 2014.

_____. Pan-americanismo e projetos de integração: temas recorrentes da História das relações hemisféricas (1826-2003). *Portal ANPOCS*. Publicação dos Anais. s/d. p. 3. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4287&Itemid=316>. Acesso em: 12 abr. 2015.

_____. Pan-americanismo e projetos de integração: temas recorrentes da História das relações hemisféricas (1826-2003). *Revista Política Externa*. São Paulo: HMG, 2004.

CABRESE, Lia. Cooperação internacional na América Latina: uma perspectiva histórica”. *Revista Digital Papeles Iberoamericanos*. VII Campus Euroamericano de Cooperación Cultural. Espanha, 2010.

CADERNOS de marcha. *Publicaciones Periódicas del Uruguay*. 23 jun. 1939. Disponível em: <<http://biblioteca.periodicas.edu.uy/items/show/57>>. Acesso em: jun. 2013.

CAETANO, Gerardo. El “Uruguay Internacional y la Región”: apuntes históricos e desafíos vigentes. In: *Brasil-Uruguay; os próximos 20 anos*. Rio de Janeiro: SIMÕES, Antonio José Ferreira (Org.) Ministério das Relações Exteriores e Fundação Alexandre de Gusmão – Funag, 2012. p. 151-181. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/images/pdf/Ponencia_Caetano_seminario_FUNAG_2011.pdf>. Acesso em: 13 set. 2013.

_____; RILLA, José. *História Contemporânea del Uruguay – De la colonia ao Mercosur*. Montevideu: Colección CLAEH; Editorial Fin de Siglo, 1994.

- CAMARGO, Aspásia; MARIANI, Maria Clara; TEIXEIRA, Maria Tereza. *O intelectual e o político*. Encontros com Afonso Arinos. Brasília: Senado Federal; CPDOC- Fundação Getúlio Vargas Rio de Janeiro; Editora Dom Quixote, 1983.
- CAMARGO, Angélica Ricci. *A política dos palcos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013. Série História.
- CAMURRA, Luciana; TERUYA, Teresa Kazuku. Escola Pública: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o Direito à Educação. *Anais do 1º Simpósio de Educação e Pedagogia*. Unioeste, 2008. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/4/Artigo%2015.pdf>>. Acesso em: jun. 2015.
- CAPELATO, Maria H. R. *Multidões em cena*. Propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Unesp, 2008.
- _____. Intelectuais latino-americanos: o “caráter nacional” em questão. *Série Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 59-79, jul. 2009.
- _____. O gigante brasileiro na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta*. A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Sesc, 2000. p. 287-316.
- CARDIM, Carlos e ALMINO, João (Orgs.). *Rio Branco: América Del sur y la modernización del Brasil*. Rio de Janeiro: EMC Edições, 2003.
- CARDOZA, Javier Alcalde. El liderazgo sudamericano de Brasil: los difíciles caminos del consenso y la hegemonía. *Revista Agenda Internacional*, PUCP, n. 28, 2010. p. 237-248.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (Orgs.). *A imprensa confiscada pelo DEOPS (1924-1954)*. São Paulo: Imprensa Oficial/Ateliê Editorial, 2003.
- CASTRO, Fernando Vale. *Pensando um continente. A Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro, 2012.

- CAVALCANTI, Lauro. *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: UFRJ; Paço Imperial; Tempo Brasileiro, 1993.
- CAVLAK, Iuri. América do Sul em foco: as relações diplomáticas entre Brasil e Argentina e a luta contra o subdesenvolvimento (1946-1964). *Anais do XIX Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão*. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 8 a 12 set. 2008. CD-ROM.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UnB; IBRI, 2010. (Col. O Brasil e o Mundo)
- CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil. In: BUENO, Clodoaldo. *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: UnB, 1994.
- _____. Relações internacionais da América Latina. Velhos e novos paradigmas. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.
- CIRCULARES do Ministério das Relações Exteriores 1930-1939. A versão oficial. Serviço de Cooperação Intelectual. Circular n. 903 de 13 de agosto de 1934. AHI-119/05/04. Cadernos do CHDD, n. 9. FUNAG, 2006. p. 129. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/345-Cadernos_do_CHDD_N_09.pdf>.
- _____. A Versão Oficial. Criação do Serviço de Cooperação Intelectual na Secretaria de Estado. Circular n. 1.130 de 6 de junho de 1937. AHI 119/05/06. Cadernos do CHDD, n. 9. FUNAG, 2006. p. 247. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/345-Cadernos_do_CHDD_N_09.pdf>. Acesso junho 2013.
- _____. A Versão Oficial Circular nº 1.260 de 11 de novembro de 1938. AHI 444/05/05. Organização de Comissões Nacionais de Cooperação Intelectual. Cadernos do CHDD, n. 9. FUNAG, 2006. p. 289. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/345-Cadernos_do_CHDD_N_09.pdf>. Acesso junho de 2013.

- CHAMOU, Maria. Los vaivenes de la Política Exterior Uruguay ante la pugna de las potencias. Las Relaciones con el Tercer Reich (1933-1942). *Cadernos de Interguerras*. Montevideu: Fundação de Cultura Universitária/Cuadernos de Investigación y Docencia (UNAM), 1990.
- CORSI, Francisco L. Política externa e desenvolvimento no Estado Novo. *Revista Juiz de Fora*, v. 13, n. 2, 2007, p. 247-260.
- CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Povo negro. 1933: um ano em que fizemos contato. *Revista USP*, São Paulo, n. 28, dez. 1995/fev. 1996. p. 142-163.
- CURES, Oribe; RODRIGUEZ AYÇAGUER, Ana Maria et al. *El Uruguay de los años treinta*. Enfoques y problemas. Montevideo. Ediciones de la Banda Oriental, 1994.
- DALMÁS, Carine. *Frentismo cultural em prosa e verso*. Comparações, conexões e circulação de idéias entre comunistas brasileiros e chilenos – 1935-1942. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.
- D'ARAÚJO, Maria Cecília. *O segundo governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política*. São Paulo: Ática, 1992. Série Fundamentos, 90. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>.
- _____. (Org.). *As instituições brasileiras na Era de Vargas*. Rio de Janeiro: UERJ; São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- _____. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- DEL VASTO, César. *Universidad de Panamá*. Orígenes y Evolución. Panamá: Novo Art, 2010. Disponível em: <http://www.up.ac.pa/ftp/2010/principal/libros/Libro_Or%C3%ADgenes_y_Evoluci%C3%B3n_2010.pdf>.
- DEVES VALDÉS, Eduardo. O pensamento nacionalista na América Latina e a reivindicação da identidade econômica (1920-1940). *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n. 20, 1997.

DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas (1889-1928). Identidades, união aduaneira e arbitragem*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2013.

_____. O pan-americanismo em Joaquim Nabuco e Olivera Lima. *Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*, 2006. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/tereza_dulci.pdf>. Acesso em: 25 maio 2015.

DUTRA, Eliana de Freitas. *A nação dos livros: a biblioteca ideal na Coleção Brasileira*. In *Política, Nação e Edição. O Lugar dos Impressos na Construção da Vida Política: Brasil, Europa e Américas, séculos XVIII a XX*. Eliana de Freitas Dutra & Jean-Yves Mollier (orgs.) São Paulo, Ed. Annablume, 2006.

_____. Projetos Editoriais e Exposições do Livro no Espaço Latino-americano: intelectuais e trocas culturais. 1930-1940. *Primeiro Colóquio Argentino de Estudos sobre o Livro e a Edição*, 2012. Disponível em: <<http://coloquiolibroyedicion.fahce.unlp.edu.ar/actas/Dutra>>.

ESPIELL, Héctor Gross. O tratado brasileiro-uruguaio de 1909 e a revisão por uma questão de justiça do Tratado de Limites de 1851. *Revista Informação Legislativa*. Trad. do original em espanhol: Antonio Sá Ricarte. Brasília, A.21, n. 83, 1984. p. 233-250. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181573/000414198.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

FABRIS, Annateresa. *Cândido Portinari*. São Paulo: Edusp, 1996.

FALCÃO, João. Entrevista com Ney Sá. “Seiva”, a Revista dos Comunistas em pleno Estado Novo. s/l: Fundação Dinarco Reis, 2009. Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=228:seiva-a-revista-dos-comunistas-em-pleno-estado-novo&catid=1:historia-do-pcb>. Acesso em maio de 2013.

FARIA, Alberto de. *Mauá*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. Coleção Brasileira. Brasileira Eletrônica. Disponível em:

<<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/26/Maua>>. Acesso 2015.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 30. In: MOTA, Carlos Guilherme Mota (Org.). *Brasil em perspectiva*. 17. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S/A, 1988. p. 227- 155.

_____. *A Revolução de 1930*. Historiografia e História. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1975. (1. ed. 1970).

FEATHERSTONE, Mike (Org.). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FEIJÓ, Martin Czar. *O que Poltica Cultural*. So Paulo: Brasiliense, 1992.

FENELON, Dea Ribeiro (Org.). *50 Textos de Histria do Brasil*. So Paulo: Hucitec, 1986.

FERREIRA, Daniela de Jesus. *Tempos de lutas e esperanas: a materializao da revista Seiva (1938-1943)*. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012. Dissertao de Mestrado. 186 p. Banco de Teses disponvel em: <<http://www2.uefs.br/pgh/docs/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Disserta%C3%A7%C3%A3oDaniela.pdf>>.

FRANCO, lvaro da Costa. Episdios de uma intriga diplomtica: cem anos da publicao de Correndo o Vu. Rio de Janeiro: FUNAG, ano 6, n 11, 2 sem. 2007. p. 417- 450.

_____. *De 1870 a 1930*. Histria da Amrica Latina. Braslia: FUNAG; So Paulo: Edusp, 2008. v. V.

_____. *A Amrica Latina aps 1930: Estado e Poltica*. Histria da Amrica Latina. Braslia: FUNAG; So Paulo: Edusp, 2009. v. VII.

FREIRE, Hilrio; DIAS, Waldemar Medrado. *Projeto Memria/OAB-SP*, 2014. Disponvel em: <<http://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/grandes-causas/aprisao-de-monteiro-lobato>>. Acesso 2015.

FREYRE, Gilberto. *Novo mundo dos trópicos*. São Paulo: Global, 2011.

_____. Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins. FONSECA, Edson Nery (Org.) Brasília. Ed. UnB e Imprensa Oficial SP. 2014.

FONSECA, Edson Nery (Org.). *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2014.

GIAMBIAGI, Mario. Uma lembrança de Portinari. Pesquisa produzida para o Projeto Portinari. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://cbpfindex.cbpf.br/publication_pdfs/CS00197.2010_08_18_12_23_37.pdf>.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos Históricos*, v. 6, n. 11, 1996, p. 62-77.

_____. *Capanema: o Ministro e seu Ministério*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2000.

GONÇALVES, Williams. História e Historiografia das Relações Internacionais. CEDEP; IFCH; UFGS, s/d. Disponível em: <http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf>.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GROS ESPIELL, Héctor; RICARTE, Antonio Otavio Sá. O tratado brasileiro-uruguaio de 1909 e a revisão, por razão de justiça, do tratado de limites de 1851. *Revista de informação legislativa*, v. 21, n. 84, out./dez. 1984. p. 233-250. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/181573>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado et al. *A Revolução de 30*. Textos e Documentos. Brasília: Fundação da UNB/Fundação Getulio Vargas; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1981. (Col. Temas Brasileiros; v. 14; t. II)

- GULLAR, Ferreira; GOMES, Dias. *Dr. Getúlio*. Sua vida e sua glória. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HAGE, José Alexandre Athayde. Cultura Nacional e Geopolítica Brasileira. O Pensamento Social da Geopolítica Nacional. *Botetim Meridiano* 47, v. 15, n. 146, nov./dez. 2014. p. 19-26.
- HENRIQUES, Affonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas*. O Estado Novo. Rio de Janeiro: Record, 1966. v. II.
- HERTZ, Mônica. A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórico-metodológica. *Contexto Internacional*, IRI/PUC, Rio de Janeiro, n. 6, jul./dez. 1987.
- HIRST, Mônica. A política externa do segundo governo Vargas. In: ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon de (Org.). *Sessenta anos de Política Externa Brasileira 1930-1990*. São Paulo: Cultura Editores Associados; Núcleo de Pesquisas Internacionais da USP, 1996.
- _____. *O pragmatismo impossível: a política externa do segundo governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil, 1990.
- JAGUARIBE, Helio et al. A Nova Ordem Internacional. São Paulo. Revista Política Externa. São Paulo. Universidade de São Paulo, 1992.
- JACOB, Raul. *El Uruguay de Terra*. 1931-1938. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1985. (Colección: Temas del Siglo XX)
- JORNAL A NOITE. A última Revolução no Uruguai, 1933, s/d.
- JORNAL *El Diario*, Buenos Aires, 1905. Apud. Bueno, 2012.
- LINARI, Gabriel Peluffo. *Portinari em Uruguay. Centralidad y Marginalidade en la Arte Realista de los años cuarenta*. In: GIUNTA, Andrea. Candido Potinari y el Sentido Social del Arte. Buenos Aires, Ed. Siglo XXI, 2005.

- LEENHARDT, Jacques. Fronteiras, fronteiras culturais e globalização. In MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras culturais – Brasil- Uruguai-Argentina*. Porto Alegre: Ateliê Editorial/Prefeitura de Porto Alegre/Fundação Cyro Martins, 2000. Disponível em: <http://www.celpcyro.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&Itemid=0&id=372>. Acesso em: 2012.
- LESSA, Mônica. Relações culturais internacionais. In: MENEZES, Lená; ROLLEMBERG, Denise. MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro, UERJ, 2002, p.11-26.
- _____; Gonçalves, Williams da Silva (Orgs.). *História das relações internacionais. Teorias e Processos*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.
- _____; SUPPO, Hugo R. O estudo da dimensão cultural nas relações internacionais: contribuições teóricas e metodológicas. In: LESSA, Mônica Leite; GONÇALVEZ, Williams da Silva. *História das relações internacionais: teoria e processos*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.
- _____. *A quarta dimensão das relações internacionais. A dimensão cultural*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda., 2012.
- LOURENÇO Filho. Coleção Educadores. Fund. Joaquim Nabuco, 2011. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>.
- LUZARDO, Batista. La exposición del Livro Brasileño. *Revista Letras Brasileñas*. Cuadernos de Divulgación en idioma en español de Literatura Artes e Ciencias del Brasil. São Paulo: Tipografia Aurora, abr. 1940. p. 7.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações internacionais. Cultura e poder*. Brasília: Funag; IBRI, 2002.
- MATOS, Everton Coelho de. A dívida que virou ponte. Uruguiana. *Revista PUCRS*, 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/4134/3133>>. Acesso em: 6 jun. 2015.

- MEDEIROS, Ana Lúcia; HIRST, Monica. *Bibliografia histórica: 1930-1945*. Brasília: UNB, 1982.
- MEDINA, Cremilda (Org.). Povo e personagem. Sociedade, Cultura e mito no romance latino-americano. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2008. (Col. Cadernos da América Latina)
- MEIRELES, Cecília. Poetas Brasileños Contemporáneos: dio una conferencia Cecília Meireles. *El País*. Montevideu, 24 jun. 1944, s/p. Disponível em: <<https://quotaction.wordpress.com/2010/09/08/resumo-de-conferencia-de-cecilia-meireles-em-montevideo-22-06-1944-autores-brasileiros-contemporaneos/>>.
- MENEZES, Lená Medeiros de; ROLLEMBERG, Denise; MUNTEAL FILHO, Oswaldo (Orgs.). *Olhares sobre o político*. Novos ângulos, novas perspectivas. Rio de Janeiro: Ederj/Fapesp, 2002.
- MENEZES, Roniere. O traço, a letra e a bossa. Literatura e diplomacia em Cabral, Rosa e Vinícius. Belo Horizonte e São Paulo: FFMG/Humanitas, 2011.
- MONTEIRO, Lobato. Carta de Monteiro Lobato a Getúlio Vargas, sobre investimentos estrangeiros no Brasil. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Textos Políticos da História do Brasil. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 524-527. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/81924/Volume4.pdf?sequence=4>>. Acesso em 2014.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na independência*. A política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- _____. *Sucessos e ilusões*. Relações Internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- _____. *A Revolução de 30*: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília: UnB, 1982. (Coleção Temas Brasileiros, 54). Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

- _____. As relações exteriores do Brasil – 1939-1950. Brasília: MRE/Funag, 2012. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Relacoes_Exteriores_do_Brasil.pdf>.
- _____. A Revolução de 30 e a política externa brasileira: ruptura ou continuidade (1980, p. 578). Brasília: UnB, c1982. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/148.pdf>. Acesso em: 2014.
- MORAES, Cladismari Zambone de. *Crônicas de um Amor Louco*. Cecília Meireles. Um Convite à Liberdade (2). Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/cecilia-meireles-cronica-educacao-liberdade/cecilia-meireles-cronica-educacao-liberdade2.shtml>>. Acesso em: maio 2015.
- MORGENTHAU, Hans J. *Escritos sobre política internacional*. Madrid: Tecnos, 1990.
- _____. *A política entre nações*. Brasília: Funag/IPRI; UnB, 2003.
- MOTA, Carlos Guilherme Mota (Org.). *Brasil em perspectiva*. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- _____. *Ideologia da cultura brasileira* (1933-1974). Pontos para uma revisão histórica. São Paulo: Editora 34, 2008.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência*. A política externa brasileira de 1935-1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (Série Brasil – Século 20)
- MUNIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos*. Conflito e integração na América Latina (da Tríplice Aliança ao Mercosul). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- NABUCO, Joaquim. A parte na América da civilização. *Revista Americana*, 1. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, out. 1909, t. 1, fasc. 1, 1909. p. 9-22.
- NAHUM, Benjamín (Org.); COCCHI, Angel; FREGA, Ana; TROCHON, Yvette. *Crisis política y recuperación económica – 1930-1958*. Buenos Aires: Edições da Banda Oriental, 1998.

- _____ et al. *História uruguaya*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental/A.P.H.U., v. 9, 2011.
- _____. *Manual de historia del uruguay*. Montevidéo: Edições da Banda Oriental, t. II: 1903-2000, 2002.
- _____ (Coord.). *Administración Nacional de Educación Pública*. Historia de Educación Secundaria. Montevideo: Tarma, 2008.
- _____ et al. *Crisis política y recuperación económica*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1998.
- NEFFA, Elza; RITTO, Antonio Carlos. *Percepção transdisciplinar: uma construção coletiva*. Rio de Janeiro: UERJ/FAPERJ, 2010.
- NEPOMUCENO, M. M. C. *Lívio Abramo en el Paraguay: entretejiendo culturas*. Embaixada do Brasil no Paraguai, 2012.
- _____. Os discursos parlamentares de Rodó. In: URQUIDI, Vivian G. Fernandes-D'ávila et. al. (Orgs). *Seminário Internacional Pensar e Repensar a América Latina*. São Paulo: ECA/USP, 2015. p. 779-792. Disponível em: <http://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2015/06/Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina_ANAIS_revisado.pdf>.
- NUNES, Eduardo Silveira Netto. Redes científico-intelectuais na América Latina: o papel do Boletín del Instituto Interamericano del Niño, na década de 1930-1940. *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Vitória, 2008.
- OLIVEIRA, Elizabeth Xavier de. *A nação sonhada e editada: análise do discurso totalitário na década de 30, Brasil e Uruguai*. São Paulo: Biblioteca FFICH – Dissertação do Prolam, 1997.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

- ODÁLIA, Nilo. O Brasil nas relações internacionais: 1943-1964. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 350- 367.
- ORGANIZAÇÃO dos Estados Americanos (OEA). Nossa História. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp>.
- PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- PARADA, Maurício Barreto Álvarez. O maestro da Ordem: Villa-Lobos e a cultura cívica nos anos 30/40. *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 17, jul./dez. 2008. p. 173-189.
- PARADISO, José; SIMÓN, G. José Luis; VAN KLAVEREN, Alberto; QUIROGA, Antonio Aranibar. Política externa na América do Sul. *Cadernos Adenauer*, n. 7, São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- PARRA, Lucia Silva. *Combatentes pela liberdade*. O Movimento Anarquista sob a Vigilância do DEOPS/SP (1924-1945). São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. Políticas de amizade: Portinari e o mundo cultural ibero-americano. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, n. 12, jan./jun. 2006, p. 222-245. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi12/topoi12a7.pdf>. Acesso em> fev. 2015.
- PINHEIRO, Letícia. *Política externa brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- PINSKY, Jaime. O Brasil nas relações internacionais: 1940-1945. In: MOTA, Carlos Guilherme Mota (Org.). *Brasil em perspectiva*. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 337-349.

- PIOTTI, Diosma; Alfredo TRAVERSONI. *América Latina y Estados Unidos em el siglo XX. Aspectos Políticos, Económicos y Sociales*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitária, 1996.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. *A formação das nações latino-americanas*. 2. ed. São Paulo: Atual; Campinas: Unicamp, 1986.
- _____. Fundamentos da História da América Latina. In: MEDINA, Cremilda (Org.). *Povo e personagem. Sociedade, Cultura e mito no romance latino-americano*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2008. p. 19-35. (Coleção Cadernos da América Latina)
- RAMOS, Tania Regina Oliveira. Navegações. Ensaio. Fragmentos para uma história ainda não escrita. *Revista eletrônica PUCRGs*, v. 5, n. 2, 2012. p. 156-161. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/viewFile/12793/8545>>. Acesso em: ago. 2014.
- RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. A participação político-partidária no Uruguai e no Brasil (1930-1938). São Paulo. IFCH-UNICAMP, n. 13, 2007. p. 39-57. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/209/201>>. Acesso em: ago. 2014.
- RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. Intelectuais brasileiros no exílio platino: caso de Lídia Besouchet e Newton Freitas (1938-1948). *Cadernos de Resumos e Anais*, n. 6. Ouro Preto: FOP, 2012. Disponível em: <<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2012/paper/viewFile/1016/687>>. Acesso 2015.
- REGO, José Lins do. *Conferências no Prata*. Rio de Janeiro: Editora e Livraria da Casa do Estudante do Brasil, 1946. n. 17.
- REIS, Mateus Fávero. *Americanismo(s) no Uruguai*. Os olhares entrecruzados dos intelectuais sobre a América Latina e os Estados Unidos (1917-1969). São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2014.

- RENOUVIN, Pierre. *Historia de las Relaciones Internacionales*. Siglos XIX y XX. Madrid: Ediciones Akal, 1998.
- REVISTA Clube Brasileiro. Edição de aniversário (90anos). Montevideu: Clube Brasileiro, 2010.
- REVISTA Seiva. São Paulo: Hemeroteca IEB-USP, 1935.
- REVISTA *Letras Brasileñas*. Revista Brasileira de Intercâmbio Cultural Panamericano. Cuadernos de Divulgación en Idioma Espanhol de Literatura, Ciencia, Artes, Jurisprudência, Industria e Comercio del Brasil. São Paulo: Abril, n. 1, 2ª época (relançamento), 1940. (Acervo Família Vitureira e BiB Floretan Fernandes – USP)
- REVISTA El Barón de Rio Branco. Figura Continental 1845-1945. Montevideu: Toda América, 1945. (Acervo Família Vitureira)
- REZENDE, José Amando Zema de. *A cooperação intelectual Internacional da Sociedade das Nações e o Brasil (1922-1938)*: dinâmicas de um processo. Dissertação de Mestrado apresentada no PPG em História Social da UnB, 2010.
- RIBEIRO, Edgar Telles. *Diplomacia cultural*. Seu papel na política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.
- RIDENTE, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Humanitas, 2006.
- ROCCA, Pablo. *Ángel Rama, Emir Monegal y el Brasil*: dos caras de un proyecto latinoamericano. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-10082007-151634/pt-br.php>>.
- RODRIGUES, Joana de Fátima. *Nas páginas do jornal: Ángel Rama e Antônio Cândido: críticos literários na imprensa*. Tese de Doutorado apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Departamento de

Letras Clássicas e Vernáculas) da Universidade de São Paulo, 2011. Pgs.270.

RODRÍGUEZ AYÇAGÜER, Ana Maria. *Selección de informes de los representantes diplomáticos de los Estados Unidos en el Uruguay*. Montevidéo: UDELAR, 1966. t. I – 1930-1933.

_____. *Entre la hermandad y el panamericanismo: el gobierno de Amézaga y las relaciones con Argentina: 1943*. Montevidéo: UDELAR, 2004.

_____. La Diplomacia anticomunista: la influencia del gobierno de Getúlio Vargas en la interrupción de las relaciones diplomáticas de Uruguay con la URSS en diciembre de 1935. *Revista Estudos Ibero-americanos*, PUCRS, n. 1, Capa, v. 34, jun. 2008. p. 92-120.

_____. *Eugen Millington-Drake y la diplomacia cultural de Gran Bretaña en Uruguay (1934-1941)*. Simpósio “En torno a las invasiones inglesas”. Montevideo: UDELAR/Biblioteca Nacional, 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/4526/3453>>.

ROSARIOS, OTTOCAR. *América Latina: 20 Repúblicas, uma Nação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1969.

SANCHEZ-SÁEZ. *Letras Brasileñas*. São Paulo: Abril, 1940. 20-23. N. 1, 2ª época (relançamento), 1940. (Acervo Família Vitureira e BiB USP).

MOURA, Paulo Campos. *Para unir-se e amar-se é preciso conhecer-se. Letras Brasileñas*, Abril, n. 1, 2ª época, 1940. p. 3.

SENADO FEDERAL. Declaração dos Artistas Plásticos. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002. v. V.

SAID, Edward. W. *Representações do intelectual*. As Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- SAN CRISTOVAL, Evaristo. *Roque Saenz Peña*. Lima: Instituto Histórico do Perú y Centro de Estudios Historico-Militares, s/d.
- SANTOS, Raquel Paz dos. *Um novo olhar sobre o país vizinho*. A cooperação Cultural como crítica ao Paradigma da Rivalidade no Contexto das relações Brasil-Argentina (1930-1954). Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.
- SANTOS, Luis Cláudio Villafãne G. *O dia em que adiaram o Carnaval*. Política externa e construção do Brasil. São Paulo: Unesp, 2010.
- _____. *O Brasil entre a Europa e a América*. São Paulo: Unesp, 2004.
- SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *Relações internacionais: dois séculos de história*. Brasília: Funag/Ibri. v. I., 2001.
- _____. (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas – Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: IBRI; Saraiva, 2010.
- SCHWARTZMAN, Simón. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000.
- SILVA, Alberto da Costa e (Org.). *O Itamaraty na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco/Ed. Francisco Alves, 2009.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Sínteses da história cultural brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SORÁ, Gustavo. *Brasilianas*. São Paulo: Edusp; Com-Arte, 2010.
- SOTO, Ángel; NÚÑEZ, Rogelio; GARAY, Cristián. *Las relaciones chileno-brasileñas. De la amistad sin límites al pragmatismo del gigante (1945-1964)*. Chile: RIL Editores, 2012.
- SOUZA LINS, Lindersy F. Tomé de. Em papel timbrado: um país enunciado – A propaganda Brasileira nos Estados Unidos (1930-1940). Anais Publicados na Revista *ANPUH*, 2013, p. 4.

- SUPPO, Hugo. Intelectuais e Artistas nas estratégias francesas de “propaganda cultural” no Brasil (1940-1944). *Revista de História*, Universidade de São Paulo, n. 133, 1995. p. 75-88.
- TAVARES, Flávio. *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- TELLES RIBEIRO, Edgard. *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; IBRI/UnB, 1989.
- VASCONCELOS, José. *Letras Brasileñas*. São Paulo: Abril, 1940. p. 3-6.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical. História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1990.
- _____. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.
- VERÍSSIMO, José. A nossa evolução literária. *Revista Digital Diálogo e Interação*, v. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.faccrei.edu.br/dialogoeinteracao>>. Acesso em: mar. 2015.
- VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. v. 1 e 2.
- VIANA FILHO, Luiz. *Anísio Teixeira: a polêmica da educação*. São Paulo: Unesp; Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.
- VILLA-LOBOS, Heitor. Villa-Lobos por ele mesmo/pensamentos. In: RIBEIRO, J. C. (Org.). *O pensamento vivo de Villa-Lobos*. São Paulo: Martin Claret, 1987.

VILLA, Rafael Duarte; KALIL, Sezeley. *Ensaio latino-americanos de política internacional*. São Paulo: Hucitec, 2007.

VITUREIRA, Cipriano Santiago. *La Poesia de Cecília Meireles. Memoria casi angustia en su voz y en su ausencia*. Conferência proferida pelo autor na IX Jorndas Interamericanas de Poesia. Tradução das poesias de CM, de Cipriano Vitureira. Montevideu: ICUB, 1965.

_____. *Manuel Bandeira. Cecília Meireles. Carlos Drummond de Andrade. Tres edades en la poesia brasileña actual*. Montevideu: ACEBU, 1952.

_____. El Intercambio Cultural entre Uruguay y Brasil. *Revista El Barón de Rio Branco. Figura Continental 1845-1945*. Montevideu: Editora Toda América, 1945, p. 4-5.

INFORMAÇÕES SOBRE AS CATEGORIAS DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS

BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. Coord. O Direito das Relações Diplomáticas. São Paulo. Del Rey Editora, 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=oJzDJhH-ql0C&pg=PA74&lpg=PA74&dq=categorias+diplomaticas&source=bl&ots=qcotocnpu5&sig=75XYo3uShBSmxYn7iCHQldt_Xjs&hl=pt-BR&sa=X&ei=CMjwVKLaIqOwsAS0moLwBA&ved=0CFEQ6AEwCQ#v=onepage&q=categorias%20diplomaticas&f=false>.

INFORMAÇÕES SOBRE OS TRÂMITES DOS ATOS INTERNACIONAIS

DAI – Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/apresentacao/tramitacao-dos-atos-internacionais/>>.

FONTOURA, Jorge; GUNTHER, Luiz Eduardo. A natureza jurídica e a efetividade jurídica das recomendações da OIT. Brasília. *Rev. TST*, v. 67, n. 1, jan./mar. 2001. Disponível em:

<http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/52482/007_fontoura_gunther.pdf?sequence=1>.

CATÁLOGOS DE ATOS LEGISLATIVOS E DECRETOS-LEI FIRMADOS ENTRE URUGUAI E BRASIL

AICARDI, 2005. *Guía de la Documentación Histórica Diplomática sobre el Brasil en los Archivos del Uruguay (1829-1950)*. Octubre 2005. Arquivo Geral da Nação. Caixa 137: 1867, 1868, 1869, 1870, p. 176. Arquivo Legação do Uruguai no Brasil (1852, 1858, 1879) e Legislação do Brasil no Uruguai (1857, 1859, 1882, 1905). 431 p.

MUSSO, Luis Alberto. *Legislación sobre Brasil (1825-1976)*. Montevideu: ICUB, 1978. 319 p.

MUSSO, Luis Alberto. *Bibliografía Uruguaya sobre Brasil. Publicaciones del Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño*. Montevideu: ICUB, n. 17, 1967.

ARQUIVOS DIPLOMÁTICOS E DOCUMENTAÇÃO UTILIZADA

AHD-MREU. *Tratados y Convenios Internacionales, 1994*. A Revisão da História e Geografia no Uruguai transformou-se na Lei 9.477, de 29 de maio de 1935. p. 108.

AHD-MREU. Discursos presidenciais. Gabriel Terra. Abertura da VII Conferência Pan-americana em Montevideu. 1933.

AHD-MREU – RELATÓRIO Embaixada do Uruguai no Rio de Janeiro ao MRE de seu país. 1936. Caixa 41.

AHD-MREU. CAIXA 1721. 1850-1851. Pasta 2. Missão de Dr. Andrés Lamas ao Rio de Janeiro, 1850-1851. Arquivo Geral da Nação.

AHD-MREU. DOCUMENTOS DIPLOMÁTICOS. ATITUDE DO BRASIL. MRE. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1918.

AHD-MREU. *Registro Nacional de Leys*. República Oriental do Uruguay, 1930.

AHD-MREU. CAIXA 1721. 1850-1851. Pasta 2. Missão de Dr. Andrés Lamas ao Rio de Janeiro, 1850-1851. Arquivo Geral da Nação.

AHD-MREU. Doc. 277757; AHI-Rio de Janeiro. Atos Internacionais, Acordo Bilateral Brasil-Uruguai para Intercâmbio de Professores e Alunos, 1921

AHD- MREU. Jornal A Noite, de 13 de setembro de 1933. s/p. Caixa 34. Pasta “D”, 1933.

AHD-MREU. Jornal do Brasil. 17 de out de 1933. O Globo, 17 de out 1933. Caixa 3, Pasta “D”.

AHD-MREU. Atas da Primeira e Segunda Sessão da VI Comissão da VII Conferência Pan-americana, 5 e 6 de dezembro de 1933. p. 93-94.

AHD-MREU. Atas da VII Conferência Pan-americana. VI Comissão [de Cultura]. Tema Bibliografia americana; Intercâmbio de Informações. p. 98.

AHD-MREU. Uruguai. Série sobre Congressos e Conferências, n. 21.

AHD-MREU. Atas da VII Conferência Pan Americana. Resoluções da VI Comissão [de Cultura]. p. 97-111.

AHD-MREU. Atas da VII Conferência Pan-americana. Projeto de levantamento das condições de trabalho dos Intelectuais da América, apresentado pelo delegado do México, escritor Alfonso Reys. p. 140. (RESOLUÇÃO APROVADA)

AHD-MREU. Atas da Primeira e Segunda Sessão da VI Comissão da VII Conferência Pan-americana, 5 e 6 de dezembro de 1933. Montevideú, p. 90-91.

AHD-MREU. Telegramas de Getúlio Vargas (n. 955) e de Lucillo Bueno (956) embaixador do Brasil, sobre o atentado à Terra. Caixa 38, Visita de Getúlio Vargas ao Uruguai, 1935.

AHD-MREU. RELATÓRIO Embaixada do Uruguai no Rio de Janeiro ao MRE de seu país. 1936. Caixa 41.

AHD- MREU. CAIXA 3. PASTA D. CONFIDENCIAL, 1933. Correspondência do diplomata uruguaio sobre movimentação na fronteira com Brasil.

AHD-MREU. CONVENIO PARA LA REVISIÓN DE LOS TEXTOS (...). Tratados Y Convenios Internacionales. Secretaria del Senado. Documentación Y Antecedentes Legislativos. Tomo VIII. Montevideú, 1994

AHD-MREU. CONFIDENCIAL, 1933. Correspondência sobre a morte de líder uruguaio. Caixa 3. Pasta “D”.

AHD-MREU. Tratados y Convenios Internacionales. 1994.

AHD- MREU. Caixa 3. Pasta “D”. CONFIDENCIAL, 1933.

AHD-MREU. VIII Conferência Pan-americana, 1933, Montevideú. p. 107.

AHD-MREU. Material Bibliográfico brasileiro enviado ao Uruguai. Caixa 34, 1933. 23 de ag. Of. 343/933.

AHD- MREU. Jornal O Radical. 15 de setembro de 1933. s/p; s/a. Caixa 3. Pasta D.

AHD-MREU. *Registro Nacional de Leys*. República Oriental do Uruguay. 1930. Acordos Campisteguy e Washington Luis.

AHD-MREU. Correspondência ente diplomatas uruguaio e brasileiros, em 1933. Caixa 34. Pasta “F”.

AHD-MREU. A Chegada dos aviadores-militares à Montevideú. A Manhã. 31 de maio de 1935. Caixa 38, 1935.

AHD-MREU. Jornais de Montevideú. (vários). Caixa 34. Pasta “D”.

AHI-MREU. Ofício de 31 de dez de 1936, p. 18. Caixa 41.

BRASIL

AHI-Rio de Janeiro. Atos Internacionais, Acordo Bilateral Brasil-Uruguai para Intercâmbio de Universitários, 1929. p. 20. M4.

AHI-Rio de Janeiro. VII CONFERÊNCIA Pan-americana em Montevideu. 119/05/02
Circular de 08/03/1932. No. 676. Índice: *VII Conferência Pan-Americana*.
Reservado.

AHI-Rio de Janeiro. ATOS INTERNACIONAIS. Loc. 542.6 (44).

AHI-Rio de Janeiro. Tratados e Convênios Internacionais, 1994. M29, p. 19.

AHI-Rio de Janeiro. Loc. P4, M14.Convênio Cultural com a Argentina.

AHI-Rio de Janeiro. Memorando 4.790 de 9/7/1943. Anexos I, II, III, IV. Temístocles
Graça Aranha, diretor da Divisão de Cooperação Cultural do MRE ao
Ministro das Relações Exteriores.

AHI-Rio de Janeiro. Missões Culturais no Uruguai, 1936.

AHI-Rio de Janeiro. Bem. Montevideo/240/1936-Annexo. Missões Culturais no
Uruguai, 1936.

AHI-MREU. Ofício de 31 de dezembro de 1936, p. 18. Caixa 41.

AHI-Rio de Janeiro. Ofício de O. Mangabeira à Freitas Valle, 1929.

AHI-Rio de Janeiro. AHI-Rio de Janeiro. Atos Internacionais, Acordo Bilateral Brasil-
Uruguai para Intercâmbio de Universitários, 1930. Lata 180. Maço 35855.

AHI-Rio de Janeiro. Ofício Octávio Mangabeira. 11 abr. 1930.

AHI-Rio de Janeiro. Ofício Helio Lobo. 7 maio 1930.

AHI-Rio de Janeiro. Ofício de Francisco Campos sobre a regulamentação das Missões
Culturais Brasileiras com o Uruguai.

AHI-Rio de Janeiro. Ofício Confidencial. Viagem do Ministro T. Graça Aranha no
Prata (Uruguai, Argentina e Paraguai). 27/12/1943. Loc. 542.6 (43).

AHI-Rio de Janeiro. Ofício Confidencial de Guy de Hollanda do Paraguai ao Ministro
Osvaldo Aranha. Loc. 430.1(43)(43).

AHI-Rio de Janeiro. Intercâmbio Cultural do Brasil com o Continente. 22/10/1943. 542.6(43)(41)(44). p. 1-3.

AHI-Rio de Janeiro; Ofício de Lourenço Filho ao Ministro Capanema, repassando as indicações do Ministério das Relações Exteriores sobre os convênios firmados com Paraguai. 28/08/1941. Loc. 542.6(43).

AHI-Rio de Janeiro. Atos Internacionais, Acordo Bilateral Brasil-Uruguai para Intercâmbio de Universitários, 1929. p. 20. M4.

AHI-Rio de Janeiro. Documentos Diplomáticos. Atitude do Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1918.

AHI-Rio de Janeiro. Ofício de O. Mangabeira à Freitas Valle. L.A

AHI-Rio de Janeiro. Ofício Confidencial de Guy de Hollanda do Paraguai ao Ministro Osvaldo Aranha. Loc. 430.1(43)(43).

AHI-Rio de Janeiro. Ofício de Lourenço Filho ao Ministro Capanema, repassando as indicações do Ministério das Relações Exteriores sobre os convênios firmados com Paraguai. 28/08/1941. Loc. 542.6(43).

AHI-Rio de Janeiro. Relatório de Lourenço Filho sobre viagem ao Paraguai. 26/3/1943. 510.6(43).

AHI-Rio de Janeiro. Ofício Confidencial. Viagem do Ministro T. Graça Aranha no Prata (Uruguai, Argentina e Paraguai). 27/12/1943. Loc. 542.6 (43).

AHI-Rio de Janeiro. P19, M29. A Revisão da História e Geografia no Uruguai transformou-se na Lei 9.477, de 29 de maio de 1935. p. 108.

AHI-Rio de Janeiro. Atos Internacionais, Acordo Bilateral Brasil-Uruguai para Intercâmbio de Universitários, 1930. Lata 180. Maço 35855.

AHI-Rio de Janeiro. Doc. 277757; Atos Internacionais, Acordo Bilateral Brasil-Uruguai para Intercâmbio de Professores e Alunos, 1921.

AHI-Rio de Janeiro. Ofícios diplomáticos, 1930. 7 de maio.

AHI-Rio de Janeiro. Acordo de Cooperação Cultural com Uruguai. 16 de dezembro de 1943 (Sobre o ensino do idioma Português nas escolas do Uruguai).

AHI-Rio de Janeiro. Ofício n. 12900, 14 set 1938. Loc 142.6.

AHI-Rio de Janeiro. *El Diálogo*. 1938, s/p; s/a. Complemento do Ofício n. 12900, 14 de set. 1938. Loc 142.6.

AHD-MREU. 1930. Ofício da Confederação Universitária Brasileira solicitando à embaixada do Uruguai no Brasil exemplares de periódicos (13/11/1930).

AHI-Rio de Janeiro. Memorando de Graça Aranha para o Secretario do MRE sobre a 1ª Conferência de Ministros da Educação no Panamá. 16 de set. 1943.

AHI-Rio de Janeiro. 1ª Conferência dos Ministros da Educação, no Panamá. Artigo X, p. 8.

AHI-Rio de Janeiro. 119/05/02 Circular de 08/03/1932. Índice: *VII Conferência Pan-Americana*. Reservado.

AHI-Rio de Janeiro. Atos Institucionais. Presidência da República do Brasil. Decreto 1.846, de 3 de agosto de 1937.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Hemeroteca memoria/bn/br. *O País*. 27/10/1933. Capa. s/a. (Biblioteca Digital).

BIBNA – Arquivo da Biblioteca Nacional do Uruguai. Jornal *El País*. 27/10/1933.

BIBNA – Arquivo da Biblioteca Nacional do Uruguai. Jornal *El País*, 8 de maio de 1943. s/a; s/p.

BIBNA – Arquivo da Biblioteca Nacional do Uruguai. Jornal *El Tiempo*, de 27 de junho de 1944.

BIBNA-Uruguai. *La Tribuna Popular*, terça-feira, 30 de maio. p. 2. Caixa 38, 1935.

BIBNA-Uruguai. *La Mañana*, 1º jun. 1935. p. 4.

BIBNA-Uruguai. *La Mañana*, 5 jun. 1935. El gesto valiente de los marinos brasileños.

BIBNA-Uruguai. *La Mañana*, 1º jun. 1935. p. 5. El presidente del Brasil fué recebido solemnemente por la Asamblea General.

BIBNA-Biblioteca Nacional do Uruguai. *La Tribuna Popular*. La visita del Ministro Graça Aranha. Diretor da Divisão de Cooperação Intelectual. *La Mañana*, 20 de dezembro de 1943. Ministro brasileiro recebido pelo presidente Amézaga.

CPDOC-Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Capanema. Correspondências de 1937; 09/08/1943 a 14/4/1945 (Sobre Gilberto Freyre). Rolo 3. Fot. 291-294.

CPDOC-Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Capanema. Exposição de Livros Brasileiros no Uruguai. 019.9.655 B823c. Parte 1 e Parte 2.

CPDOC-Arquivo Osvaldo Aranha. Rio de Janeiro. OA cp1937-05.03, Parte 2.

PRESIDÊNCIA da República do Brasil. Decreto 1846 de 3 de agosto de 1937. A 3 de agosto de 1937, o presidente Vargas promulgou o Decreto 1.846, referente aos atos internacionais firmados em Montevideu pelos ministros plenipotenciários em 20 de dezembro de 1933.

MINISTÉRIO das Relações Exteriores. Documentos Diplomáticos. Atitude do Brasil. 1918. Rio de Janeiro. Imprensa Oficial. (Biblioteca Central da UnB).

DISCURSOS DO PRESIDENTE GETÚLIO

Acervos institucionais utilizados

- 1- MINISTÉRIO das Relações Exteriores. VARGAS, Getúlio. Discursos selecionados do Presidente Getúlio Vargas. FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Discursos_getulio_vargas.pdf.
- 2- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA do Estado do Rio Grande do Sul. VARGAS, Getúlio Dornelles. Getúlio Vargas: discursos (1903-1929) / Getúlio

Dornelles Vargas; org. por Carmen Aita e Gunter Axt. – Porto Alegre. 1999. 2ª edição. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=KH4W2UshBk%3D&tabid=3101&language=pt-BR>>.

- 3- BIBLIOTECA da Presidência da República do Brasil. Série Ex-Presidentes. Discursos de Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas>>.
- 4- BIBLIOTECA Digital da Câmara dos deputados. Centro de Documentação e Informação. Perfis Parlamentares. VARGAS, Getúlio. 2011. ARAÚJO, Maria Celina de (Org.). Coordenação de Biblioteca. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>.

DISCURSOS DE GETULIO VARGAS UTILIZADOS

BIBLIOTECA Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Perfis Parlamentares. VARGAS, Getúlio. 2011. ARAÚJO, Maria Celina de. (org.). Coordenação de Biblioteca. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/perfil-parlamentar-de-getulio-vargas>>. Acesso em: mar./set. 2015.

BIBLIOTECA Digital da Câmara dos Deputados. DISCURSO na cerimônia de reinstalação do Conselho de Comércio Exterior no Rio de Janeiro em 8/05/1939 (loc. Vargas, 1940, p. 390).

BIBLIOTECA Digital da Câmara dos Deputados. DISCURSO no Ministério da Guerra no Rio de Janeiro, em 10/11/1940 (loc. Vargas, 1940, p. 406).

BIBLIOTECA Digital da Câmara dos Deputados. DISCURSO para Trabalhadores e Empresários em São Paulo, em 11/11/1940 (loc. Vargas, 1940, p. 411).

BIBLIOTECA Digital da Câmara dos Deputados. DISCURSO para as Forças Armadas no Automóvel Clube no Rio de Janeiro em 31/12/1940 (loc. Vargas, 1940, p. 428).

BIBLIOTECA Digital da Câmara dos Deputados. DISCURSOS para os Trabalhadores no Estádio Vasco da Gama no Rio de Janeiro, em 1º/05/1941 (loc. Vargas, 1941, p. 434).

BIBLIOTECA Digital da Câmara dos Deputados. DISCURSO na III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos (15/01/1942), 2011 (loc. Vargas, 1942, p. 442-445).

BIBLIOTECA da Presidência da República. VARGAS, Getúlio. DISCURSO proferido por Getúlio Vargas na inauguração do Serviço de Assistência ao Trabalhador Intelectual, no DEIP de São Paulo. 21 de dezembro de 1943.

BIBLIOTECA da Presidência da República. VARGAS, Getúlio. DISCURSO de Saudação ao Presidente Gabriel Terra em banquete oferecido pelo governo brasileiro no Itamaraty em 18 de agosto de 1934. Volume 3, p. 273-277.

BIBLIOTECA da Presidência da República. VARGAS, Getúlio. Viagem ao Uruguai. DISCURSO, 1935. “Na Suprema corte da Justiça”. p. 100-104.

BIBLIOTECA da Presidência da República. VARGAS, Getúlio. Viagem ao Uruguai. DISCURSO, 1935. A Sessão Solene no Palácio do Congresso. 1º de junho de 1935. p. 93-98.

BIBLIOTECA da Presidência da República. VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil. DISCURSO pronunciado por ocasião do Primeiro Ano do Governo Provisório, 1931. p. 190-191.

BIBLIOTECA da Presidência da República. VARGAS, Getúlio. Viagem ao Prata. DISCURSO na Aula Magna do Colégio Nacional de Buenos Aires, 23 de maio de 1935. A Nova Política do Brasil. p. 59-60.

BIBLIOTECA da Presidência da República. VARGAS, Getúlio. Cruzada Rumo ao Oeste. Proferido em Goiânia, a 8 de agosto de 1940, durante a inauguração da Associação Cívica “Cruzada Rumo ao Oeste. Volume III. p. 31.

BIBLIOTECA da Presidência da República. O Primeiro Ano do Governo Provisório. A Imprensa e a Convocação da Constituinte. Entrevista de Getúlio Vargas concedida à Associação Brasileira de Imprensa. 20 de setembro de 1931.

BIBLIOTECA da Presidência da República. Problemas e Realizações do Estado Novo. Entrevista concedida por Getúlio Vargas à imprensa do País, em Petrópolis, 19 fev. 1938.

BIBLIOTECA da Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 1.846. 3 de agosto de 1937. Promulgação de vários atos Internacionais firmados em Montevideu entre o Brasil e Uruguai a 20 de dezembro de 1933.

MINISTÉRIO das Relações Exteriores. VARGAS, Getúlio. Discursos Seleccionados do Presidente Getúlio Vargas. FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília.

DISCURSO de Vargas na Posse da Academia Brasileira de Letras (1943). Discursos Seleccionados do Presidente Getúlio Vargas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; MRE, 2010, p. 9-20.

Material do arquivo histórico do ICUB – Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro (AH-ICUB)

BOLETÍN Informativo del Instituto Uruguayo-Brasileño. In: *Publicaciones* n. 4 do ICUB, jan./fev. 1944. p. 27-30.

BOLETÍN Informativo do Instituto Cultural Uruguayo-Brasileño, n. 1, set. 1946. p. 16.

BOLETÍN Informativo do Instituto Cultural Uruguayo-Brasileño, n. 2, nov. 1946. p. 16.

BOLETÍN Informativo do Instituto Cultural Uruguayo-Brasileño, n. 3, ago. 1948. p. 24.

ENTREVISTA. Presidente do ICUB Prof. Severino Cunha Farias (----) 12/2012; 11/2013.

ENTREVISTA Dr. Walter Rela. Escritor, bolsista do Programa de Intercâmbio Cultural, assistente de Manoel Bandeira. 12/2012; 12/2013.

ENTREVISTA Hugo Achugar. Ex-aluno de Português do ICUB, autor de livros, secretário municipal de Cultura. nov. 2013.

ENTREVISTA Santiago Vitoreira, filho do escritor Cipriano S. Vitoreira. Nov./dez. 2013.

ENTREVISTA Laura Masello. Professora da Cátedra de Português na UDELAR – Universidade da República do Uruguai. Dez. 2013.

ETCHEVERRY, José Henrique. Rodó Y Brasil. Montevideu, Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro. ICUB, p. 13.

MONEGAL, Emir Rodríguez. “José Lins do Rego y algunos problemas de la novela brasileña”. 18 de agosto de 1950. Publicada pelo ICUB na Série Conferências.

MOVIMENTO Bibliográfico de 1943. Relatório ICUB. p. 25-34, seção de Informativo do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro. Referências Complementares da Memória de 31 de março de 1943. (nº 1 das publicações).

MUSSO. Luis Alberto. Bibliografia Uruguay sobre Brasil. Publicaciones del Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño. Montevideu. ICUB, n. 17, 1967.

_____. *Legislación sobre Brasil* (1825-1976). Montevideu: ICUB-Instituto Cultural Uruguayo-Brasileño. 1978. 319 p. Resolução nº 1.486/976. 11 de novembro de 1976. p. 239.

_____. *Legislación sobre Brasil* (1825-1976). Montevideu: ICUB- Instituto Cultural Uruguayo-Brasileño. 1978. 319 p. Convênio Uruguay, Argentina, Brasil e Paraguai. 5 de fevereiro de 1923. p. 105.

POU, Mariano Carballo. *Reseña de un viaje al Brasil*. Publicaciones del Instituto Cultural Uruguayo-Brasileño, 1943. p. 23.

ORFILLA, Juan Pou y. *Un Brasileño Ilustre*. El profesor Aloysio de Castro grande amigo del Uruguay, 1942. Montevideú. Publicaciones del ICUB, 1944, n. 4.

REVISTA Clube Brasileiro. 1920-2010. Comemorações dos 90 anos. Montevideú, 2010.

RODRÍGUEZ, José Pereira. *La Poesia de Olavo Bilac*. Publicaciones del ICUB, n. 2, 1943. p. 15.

SOARES, Álvaro Teixeira. *As Modernas Tendências da Literatura Brasileira*. Publicaciones del ICUB, n. 5.

TRES AÑOS DE INTECAMBIO Cultural Uruguayo-Brasileño. 1940-1943. *Memoria de la Comisión Directiva del Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño*. ICUB, 1940-1943. p. 1-35. Atas da Fundação e da Posse da primeira diretoria do ICUB. 1940.

WEY, Walter. *O Intercâmbio Cultural entre Brasil e Uruguai em 1952*. Publicaciones del ICUB, nº 12. p. 18.

CATÁLOGO 66 anos Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño. Montevideú. ICUB. 22 de agosto de 2006.

Jornais no Uruguai: 1943, 1945, 1947, 1955, 1957 – ICUB- BIBNA.

El Debate

La Mañana

El Plata

Acción

La Tribuna Popular

El Bien Público

El País

Tribuna Salteña (Salto)

El Diário

Semanário Marcha

Revista Mundo Uruguayo

La Unión (Minas)

ANEXO

Revista *Letras Brasileñas*: a palavra do Estado Novo na América

O regime instituído em 10 de novembro de 1937 consistiu na restauração de autoridade e do caráter popular do Estado. O Estado marcha para o povo, no sentido de garantir-lhe o gozo dos bens materiais e espirituais assegurados na Constituição (...).³³⁵

³³⁵ Francisco Campos. *Letras Brasileñas*, 1940. p. 7.

Ficha Técnica da Revista

LETRAS BRASILEÑAS.

Revista Brasileira de Intercâmbio Cultural Panamericano.

Cadernos de Divulgação em Idioma Espanhol de Literatura, Ciencia, Arte, Jurisprudência, Indústria e Comercio do Brasil

Redação na Rua Líbero Badaró, 314- 2º. Sala 15.

Diretor brasileiro: Eulico Mascarenhas de Queiróz. Redatores em espanhol P. Núñez Arca, Luiz Armando Sánchez e Álvarez Alonso. Editada pela Toda a América Sociedade Comercial Limitada.

Número de páginas: 74

Exemplares: 10 mil

Circulação: em todo o território nacional (em portugues); pela América Hispânica e Europa (em espanhol).

Lançamento: dezembro de 1936.

Eram colaboradores da Revista: Rubens do Amaral, Menotti del Picchia, Murilo Mendes, Monteiro Lobato, Dinah Silveira de Queiróz, Luiz da Câmara Cascudo, Adalgisa Nery, Faustino do Nascimento, Paulo Eiró, Cecília Meirelles, Francisco Campos e muitos outros.

A Revista tinha um perfil literário, mas possuía editoriais de assuntos políticos bem definidos. Havia artigos sobre livros importantes, de ideólogos do Estado Novo, e é farta de publicações jurídicas que parecem alicerçar a formação do Novo Estado Nacional. A Revista faz indicações de leitura e publica também textos da elite intelectual brasileira.

O artigo denominado *Libros, hombres, ideas del Estado Nuevo* recomenda a Revista Forense de doutrina, jurisprudência e legislação, dirigida por Bilac Pinto e Carlos Medeiros Silva (*Letras Brasileñas. Cuadernos de Divulgación em idioma español de Literatura Artes-Ciencias del Brasil*” Abril, 1940, no 1, p.3). Nesse artigo, o editor Paulo Nuñez procura mostrar que a organização do novo Estado, concebido pelo presidente Vargas, se assenta em “uma moderna legislação e copiosa literatura relativa a política social e econômica”.³³⁶

Nuñez descreve o que para ele se destaca como o livro básico da nova ordem, *A Nova Política do Brasil*, de autoria do presidente da República Getúlio Vargas. Para o editor Vargas expõe em 5 volumes a gênese do atual regime renovador do país, de acordo com a realidade do momento e suas necessidades futuras.

³³⁶ Libros, Hombres, ideas del Estado Nuevo. Suplemento Legislación Social y Privada del Nuevo Régimen Politico del Brasil. Letras Brasileñas (Cuadernos de Divulgación), abril de 1940. p. 3-5.

As indicações do autor não se resumem a comentar obras e autores, mas também acervos e livrarias que contenham livros explicativos da nova ordem. Livros que abarcam todas as áreas da organização do Estado, especialmente “A Nova Constituição dos Estados Unidos do Brasil”, com comentários e fundamentações de Augusto Estelita Lins; “O Estado Novo”, do ministro da Justiça Francisco Campos, que também escreveu “Estado Nacional” ou “Os problemas Brasileiros”, livro de João Pinheiro Filho prefaciado pelo General Góes Monteiro, e que sugere a diretriz social, econômica e financeira e política das bases construtivas do Estado Novo.

“O Estado Nacional”, sua estrutura e seu conteúdo ideológico, escrito por Francisco Campos, primeiro ministro da Instrução Pública do governo *revolucionário*, é a síntese no novo espírito de Getúlio Vargas e encontrava-se à disposição, segundo o autor, para “explicar ao mundo a nova modalidade política do Brasil, evitando confusões” (Idem, p. 5).

O escritor Oliveira Vianna, autor da Editora José Olympio, um dos pilares ideológicos de Getúlio, apresentava sua contribuição na formação da Literatura estado novista com o seu “Problemas do Direito Cooperativo” que abordava questões sobre o Direito Público e o Direito Cooperativo e o Direito Social, inclusive a legislação trabalhista, novo Direito incorporado à Legislação brasileira.

Outros intelectuais tais como Themistocles Cavalcanti (O Mandato de Segurança) (Instituições de Direito Administrativo); Oliveira Vianna (Direito Público e Direito Social). Gastão Ferreira de Almeida (Supremacia entre Estado e o Direito) e (A nova codificação Penal) ou (O Direito da Crise Universal), eram presenças constantes nas colunas da revista.

Os principais ideólogos de Getúlio Vargas tinham lugar assegurado, não somente como autores de livros, mas como pensadores da nova ordem política fundada em 1937.

A seu modo, os intelectuais ligados à Literatura e à Arte, mostram esperanças em um tempo novo, com Getúlio.

Na coluna de arte, Sergio Milliet, sociólogo e crítico de arte discute a prática individualista dos artistas, desde o Renascimento, em contraste com a gritante necessidade das sociedades:

O artista continua sendo um comensal de uma nobreza elegante que (...) de podre entre sedas e perfumes, arrogante e ousada, desafiando estupidamente a miséria da grande massa. (...) Ligado a uma

sociedade prazerosa, a arte não consegue auscultar a alma do povo, penetrar-lhe nas suas ânsias, espriar algo realmente forte e novo”.³³⁷

³³⁷ *Letras Brasileñas*, n. 4, 1941, p. 25.

Libros, hombres, ideas del Estado Nuevo

El nuevo sistema de gobierno del Brasil, se asienta en una moderna legislación y copiosa literatura relativa a la política social y económica que sirve de base a la organización del nuevo Estado concebido por el Sr. Presidente de la República Dr. Getúlio Vargas.

Quiénes hayan seguido las lecturas brasileñas y la legislación del Estado durante el último decenio, habrán podido observar en tantos volúmenes jurídico-políticos como fueron dados a la publicación, la exposición y bases ideológicas del nuevo Estado, estudiando en esos libros tanto la legislación como las ideas y los hombres que dirigen el país.

El primer libro, que bien podríamos llamar básico de este nuevo orden de cosas, lo ha dado a la publicidad la famosa Librería José Olympio, de Rio de Janeiro, bajo el título: "A Nova Política do Brasil", en 5 volúmenes, en el cual el autor, el propio Sr. Presidente de la Re-

pública, expone la política del actual régimen renovador del país, de acuerdo con la realidad del momento y sus necesidades futuras. Como exposición documental y argumentada justificación del cambio de gobierno: "A Nova Política do Brasil" aparte la autoridad de su respetable autor, se recomienda en lectura, como marco de partida del Estado Nuevo y de la Constitución que rige los destinos del país.

Veamos las ideas, los hombres y los libros relativos a las Leyes y el Derecho en el Estado Nuevo, en que el Brasil fija las bases de una nueva vida orgánica.

Como fuente orientadora, se recomienda la magnífica "Revista Forense", de doctrina, jurisprudencia y legislación, que dirigen los Drs. Elias Pinto, director y Carlos Medeiros Silva, redactor jefe. En sus columnas se cuentan y explican todas las leyes, considerando distinguidos juristas consultos brasileños.

Para unir-se e amar-se é preciso conhecer-se

No momento atual em que a humanidade sofre os golpes mais temendo, sentimos no fundo da alma o palpitar de uma evolução que se processa através de todos os perigos e de todos os amarguras.

A Europa arde nos pyros destruidoras das guerras se debatendo entre chammas furiosas cada vez mais inflamadas pelo odio dos homens. A civilização perdeu a harmonia da justiça, a serenidade da paz, a unidade da cultura, ao som de cujo rythmo os povos se levantam. Os homens se civilizarão para se barbarizarem. Incapazes a compaz da razão, a miséria das instabilidades, a falta dos valores.

O racionalismo do século actual esmagado com os espiritos revoltados, desviando a marcha dos destinos, violando tradições, destruidor das dignidades e versando a ordem de todos os valores, na sua inventiva alienante faz trepidar o porvir futuro da humanidade.

Cumpre-nos buscar todas as forças para repulsa a continuação que se apresenta contra nossa Pátria. E' preciso criar um ambiente inspirado em fraternidade americana, que seja insuperável à violência de todos os corruptions.

Como se fizesse um monumento de solidariedade erguido dentro de uma catedral em que o hálito da morte não tenha o poder de opacar aos marmores e as pedras do sangue não tenham o poder de manchar os granitos, as Nações da America Unidas pela força de uma unidade poderosa terão uma eterna sobrevivência para todas as tentativas.

Expressões são os testados de paz, espheras são as pactos que não se fundam no espirito dos princípios que identificam ideias, estorvam acretos e fundam fides, fatores que estruturam a existência de uma civilização.

A cultura é a base da reciprocidade humana, é o fundamento do progresso e o eixo de perpetua glória.

A proposta brasileira, com o intuito de intensificar o intercambio cultural americano, compellido no dever de solidariedade e propondo uma homenagem aos povos hispano-americanos, com este nome lançou uma era de grandes iniciativas que, baseada a sympathia dos laços continuados toda trazer o progresso de um autentico contacto intelectual, symbolo da compreensão justa que têm os brasileiros de colaborar na expansão das letras, das ciencias e das artes dos povos vizinhos.

Logo ao segundo encontro uma officina que traduziu os melhores livros hispanicos e verteu os nossos obras mais significativas, dando-lhes a maior divulgação possível para que os conhecimentos se tornassem.

O Brasil actualmente passa por uma epoca violenta de transição e os brasileiros respirando os affectos que se desprendem de uma terra fecunda, têm uma exultação fervorosa, anseiam de produzir uma literatura cada vez mais original.

E' preciso ao enfrentar que sejamos compreendidos na alta fidelidade que nos impõe a fé de que tenhamos realizado o grande ideal de cooperação cultural inter-americana, immortalizando os grandes homens do continente. Que a União Pan-Americana seja uma realidade.

Formando os pontos de encontro, familiarizando os doutrinas, e dirigindo os idealismos, prepararemos o tempo em que a posteridade christallizará o gesto americano destinado a eternizar os sonhos vindouros!

PELA REDACÇÃO,
PAULO DE CAMPOS MOURA.

El Brasil Científico

TEMAS DIVERSOS

DE

Medicina
Higiene
Antropología
Salud Pública

N 1

GOBIERNO DE BRASILEIRAS

de la Secretaría

"LETRAS BRASILEIRAS"
Caixa Postal 4392 — S. PAULO